



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



**TRANSCRIÇÃO DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE CONJUNTA COM O CONSEMA E O CADES (25 ANOS POR UM
AMBIENTE LEGAL NO BRASIL)**

(Transcrição *ipsis verbis*)

1 **DVD 01**
2
3

4 **CERIMONIAL** - Senhoras e senhores, muito bom dia. É realmente com grande satisfação que estamos hoje
5 reunidos para realização da 48ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA,
6 juntamente com a 78ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Consema, e a 81ª
7 Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nesta ocasião
8 comemoramos 25 anos da Lei número 6938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema
9 Nacional de Meio Ambiente e, também, o CONAMA. Órgão que representa um marco da política e do sistema
10 nacional do meio ambiente, o CONAMA, ao longo desses 25 anos, destaca-se como uma instituição
11 democrática, integrada por setores e esferas de governo, empresariado e sociedade civil, além de manter-se
12 permanentemente ativa. Durante este período, o Conselho firmou-se como um espaço de diálogo onde os
13 padrões, as normas e os critérios ambientais são estabelecidos em bases participativas e soluções
14 negociadas. O Conselho possui competência normativa, estabelecendo padrões e critérios nacionais que
15 devem, necessariamente, serem observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Gostaríamos
16 de convidar para compor a mesa desta solenidade a Excelentíssima Senhora Marina Silva, Ministra de Estado
17 do Meio Ambiente, acompanhada do professor Danilo Santos de Miranda, diretor regional do Sesc. (*aplausos*).
18 Convidamos, também, para a mesa o Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg,
19 representando o governador Cláudio Lembo. (*aplausos*) Convidamos também para a mesa o diretor-presidente
20 da Agência Nacional de Águas, ANA, José Machado. (*aplausos*) O deputado Federal Luciano Zica, da
21 Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal. (*aplausos*). O Secretário-executivo do Ministério do Meio
22 Ambiente, Cláudio Langone. (*aplausos*). O Secretário Municipal do Verde do Meio Ambiente, Eduardo Jorge,
23 representando o prefeito Gilberto Kassab. (*aplausos*) Pedimos para que todos para que, de pé, ouçamos o
24 Hino Nacional Brasileiro.
25

26
27 *Apresentação do Hino Nacional Brasileiro. (aplausos)*
28
29

30 **CERIMONIAL** – Senhoras e senhores, fará uso da palavra o diretor regional do Sesc, professor Danilo Santos
31 de Miranda.
32

33 **O SR. DANILO SANTOS DE MIRANDA (Diretor regional do Sesc)** – Bom dia a todos e a todas. Senhora
34 Ministra Marina Silva; senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. José Goldemberg; senhor Eduardo
35 Jorge, Secretário Municipal do Verde do Meio Ambiente e demais autoridades que compõe esta mesa. Minhas
36 senhoras e meus senhores, é com muita satisfação que recebemos aqui no Sesc de São Paulo, no teatro do
37 Sesc da Vila Mariana, esta reunião de comemoração dos 25 anos do Conselho Nacional do Meio Ambiente e
38 da Política Nacional de Meio Ambiente. Sediar esta reunião inédita do CONAMA com os conselhos Estadual
39 do Meio Ambiente, o Consema, e o Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo,
40 Cades, é um meio de afirmarmos a nossa postura política, uma postura democrática e sempre aberta as
41 mobilizações dos setores do governo, do empresariado, da sociedade civil voltados ao bem-estar da população
42 como um todo. Para nós do Sesc, em geral, do Sesc de São Paulo que lidamos com a ação social como
43 caminho de transformação social e desenvolvimento humano, as políticas voltadas a sustentabilidade e a
44 preservação do meio ambiente sempre foram vistas como diretrizes indispensáveis para o desenvolvimento de
45 um país como o Brasil. E nossa preocupação não tem sido apenas construir prédios inteligentes e econômicos
46 para os nossos centros de atividades, mas, sobretudo, agir para conscientização ambiental. A conscientização
47 ambiental é um tema transversal em toda a nossa ação programática seja nas áreas de artes, atividades
48 físicas, esportes, turismo social ou terceira idade. Também desenvolvemos um programa específico de
49 educação ambiental em nossos centros campestres de Itaquera e Interlagos, além de muitas outras atividades
50 espalhadas por todo o Brasil, onde atuamos na sensibilização de jovens e na capacitação de membros da
51 comunidade, pois promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida pressupõe o outro, o convívio com
52 a pessoa, com o ambiente, com a cidade, com a diversidade. Democratizar as produções simbólicas humanas,
53 cultivar a convivência, a ética e a tolerância é o nosso modo de ação para o desenvolvimento do meio
54 ambiente. Que esta reunião, portanto, seja muito proveitosa a todos os participantes munidos de forças e
55 utopias em todas as medidas. Muito obrigado. (*aplausos*)
56

57 **CERIMONIAL** – Muito obrigado professor Danilo. Fará uso da palavra agora o Secretário Municipal do Verde
58 do Meio Ambiente de São Paulo e presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento
59 Sustentável, Eduardo Jorge.
60

61 **O SR. EDUARDO JORGE (Secretário Municipal do Verde do Meio Ambiente)** - Bom dia a todos os
62 cidadãos e cidadãs, os conselheiros municipais, estaduais e nacionais, a Ministra Marina da Silva, ao professor
63 Goldemberg, Dr. Danilo, Machado, Luciano Zica, Cláudio Langone e Dr. Marcus Barros, que dividem conosco

64 essa mesa. A prefeitura de São Paulo fica muito feliz com essa honra de ter sido escolhida, o local para
65 encontro de tão grande significado como este. Certamente, o mérito é de um dos nossos homenageados, Dr.
66 Paulo Nogueira Neto, que está aqui perto de nós e por isso talvez tenha escolhido São Paulo. Acredito que
67 esse é o motivo porque São Paulo teve essa honra e muito merecida essa homenagem que vai ser feita a ele e
68 a outros, autoridades, ex-ministros aqui presentes, inclusive. O encontro tão interessante e simbólico de um
69 Conselho Municipal o nosso da capital, São Paulo, Conselho Estadual da cidade de São Paulo, do Conselho
70 presidido pela Ministra Marina, tem um significado muito grande dentro do nosso próprio sistema, do Sisnama,
71 aliás, uma característica interessante das nossas tarefas de órgãos executivos que participam desses
72 conselhos, que participam das tarefas que o sistema nos dá, é essa responsabilidade e do Ministério, da
73 Secretaria Estadual, das Secretarias Municipais e ao mesmo tempo ser Executivo nas suas instâncias e ser o
74 órgão do Sisnama no seu nível correspondente, essa dupla tarefa sempre causa incompreensões em relação
75 ao nosso papel e é preciso que as autoridades federais, estaduais e municipais a cada nível desse tenha com
76 precisão essa sua dupla tarefa. Não deixam de ser executivos federais, estaduais e municipais, mas
77 principalmente são Sisnama, que tem obrigações e que tem que ter um papel de independência capaz de
78 tratar qualquer empreendimento seja ele federal, estadual, municipal ou privado na sua área com a
79 independência e com as normas e com o mesmíssimo rigor que tratariam qualquer um deles. É realmente um
80 desafio e uma tarefa de permanente equilíbrio que nós temos que seguir. Vejo que a pauta inclui avaliação em
81 relação ao impacto, a avaliação de impacto ambiental e a possível evolução pra um instrumento mais
82 abrangente que a avaliação estratégica, mas nesse percurso de 25 anos a avaliação de impacto ambiental já
83 permitiu que a marca da política do meio ambiente possa, dialogando com as outras áreas, todas elas, trazer
84 grandes benefícios à população do nosso país. Agora, recentemente, eu e o professor Goldemberg e também
85 a Marina, porque o Governo Federal foi envolvido nessa questão, acabamos de fazer o licenciamento da maior
86 obra em andamento no Brasil, que é a obra do trecho sul do rodoanel, um obra de quase três bilhões, bilhões
87 de reais. Muitas reuniões, muitas discussões para chegar em uma votação no Consema, presidido pela
88 Secretaria de Meio Ambiente do Estado, quase por unanimidade para aprovação de uma obra desse porte.
89 Então, mostra de como realmente essa política criada há 25 anos atrás tem contribuído para o
90 desenvolvimento em outro patamar de desenvolvimento no nosso país. A outra coisa que eu sempre tenho a
91 preocupação, seguindo a orientação da Marina, é essa busca permanente de trabalho intersetorial, uma
92 política recente, 25, o que é 25 anos junto de outras políticas que centenárias como seguridade social, saúde,
93 educação? Dá a política do meio ambiente, também por seu caráter holístico, essa obrigação de fazer o
94 trabalho intersetorial, ajudar a área de transporte, ajudar a área de drenagem, ajudar a área de educação com
95 a sua visão. Isso, quando se conhece melhor cada uma dessas áreas se vê a importância. Semana, há dez
96 dias atrás houve o 11º Congresso Internacional de Saúde Pública Mundial, no Rio de Janeiro, e quadro na
97 área da saúde, por exemplo, é estritamente ligado a questões ambientais, as grandes questões da saúde
98 pública, claro que tem o problema de gestão, mas as grandes questões da saúde pública hoje tão ligados, por
99 exemplo, as questões ambientais, a poluição, por exemplo, nas nossas cidades, Belo Horizonte, São Paulo,
100 Rio de Janeiro, Bahia, Salvador, Porto Alegre. A poluição produzida pelos carros, pelos ônibus tira um ano,
101 dois anos, três anos de vida das populações que moram aqui. Se você comprar com outros fatores de riscos,
102 dificilmente você encontra fatores de risco com esse potencial de mortalidade e de morbidade, porque também
103 a questão da morbidade e da qualidade de vida são fortemente afetadas por uma questão desse tipo que está
104 ligada ao meio ambiente, está ligada ao setor de transportes de forma tão íntima. Portanto, Ministra Marina, eu
105 acho que a sua tarefa e a sua pregação a todos os setores do Brasil, da responsabilidade do trabalho
106 intersetorial deve ser uma missão nossa do dia-a-dia. Dr. Danilo falou aqui, dr. Danilo falou aqui das utopias
107 que nos movem, essa utopia de uma política ambiental trabalhando em conjunto com todos os setores é uma
108 utopia moderna, essa sim é uma utopia do século 21 e uma utopia que tem horizonte, às vezes distante, mas
109 tem horizonte muito próximo, porque se você próprio, se cada um de nós não se converte a essa utopia que
110 exemplo ele poderá dar aos seus filhos e as pessoas com quem trabalha? É a utopia do futuro e a utopia de
111 imediato, porque exige uma transformação de cada um de nós. *(aplausos)*

112
113
114 **CERIMONIAL** – Obrigado senhor Secretário. Com a palavra, nesse momento, o Secretário de Estado do Meio
115 Ambiente, presidente do Conselho Estadual do Conselho Estadual, o Consema, professor José Goldemberg.

116
117 **O SR. JOSÉ GOLDEMBERG (Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo)** – Minha cara Ministra
118 Marina Silva, senhores membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente e meus colegas do Conselho
119 Estadual de Meio Ambiente. Meus amigos, é uma oportunidade única essa de estarmos todos reunidos aqui, o
120 Conselho Municipal do Meio Ambiente, o Estadual e o Federal. E eu queria agradecer a Ministra Marina Silva
121 pelo privilégio de fazer essa reunião aqui em São Paulo. E o que marca essa reunião, eu creio que mais do
122 que qualquer outro evento é a premiação e o reconhecimento da importância da Resolução número 01 do
123 CONAMA de 1986. Senhora Ministra, tanto no plano federal como no plano estadual a área de meio ambiente

124 é uma área que está envolvida em diversas batalhas e se alguns crêem que a área de meio ambiente perderá
125 espaço diante dessas batalhas eles estão totalmente equivocados. Eu sei perfeitamente, leio nos jornais, sou
126 um membro relapso do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ao qual eu deveria comparecer mais do que
127 compareço, mas eu sei perfeitamente os tipos de batalhas que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama
128 enfrentam com licenciamentos na área federal e da impaciência com que os setores produtivos, ou certos
129 setores produtivos vêem o que eles consideram uma resistência danosa ao interesse nacional ao fazer
130 exigências de cumprimento aos dispositivos ambientais. Senhora Ministra, nós queremos em primeiro lugar
131 emprestar nossa solidariedade a estes ataques que são indevidos e talvez consolá-la um pouco dizendo que
132 nós aqui em São Paulo, Eduardo e eu e todos nós, temos também enfrentado batalhas desse tipo, mas o que
133 eu acredito que o que tem sido demonstrado nos últimos anos é que é possível licenciar obras que são de
134 interesse para o desenvolvimento com todos os cuidados ambientais. Eduardo mencionou o Rodoanel, eu
135 creio que esse é um caso emblemático que se tiver envolvidos as três esferas de licenciamento federal, a
136 estadual e a municipal numa obra que está sendo realizada na região metropolitana de São Paulo, onde vivem
137 15, 20 milhões de habitantes, e que nós aprendemos, eu creio que os meus colegas do Consema, que são
138 extraordinariamente exigentes reconheceram, é que é possível licenciar uma obra complexa atendendo os
139 dispositivos ambientais, de modo que eu acredito que essa impaciência dos setores produtivos de que precisa
140 passar um apagador nessa legislação que está impedindo o desenvolvimento, é completamente injustificada. E
141 a legislação que está aí é uma legislação moderna, progressista, países que não tem uma legislação
142 progressista como a nossa, como a China, não só pagarão muito caro, mas já estão pagando. Eu vi isso de
143 fonte totalmente insuspeita que foi o presidente do Banco Mundial, eles estão pagando um elevado preço pela
144 degradação ambiental, a fora as repercussões na área da saúde que são notórias. De modo que esses
145 cuidados que nós tomamos ao licenciar empreendimentos aqui em São Paulo, que o IBAMA e os outros
146 órgãos do ministério tomam na área federal, ele são em resposta aos interesses maiores da população. Eu
147 acho que a reunião de hoje ela homenageia as pessoas que ajudaram a estabelecer esses paradigmas, cada
148 vez que eu olho pro Dr. Paulo Nogueira Batista, Paulo Nogueira Neto, que encarna essas pessoas que
149 formularam a legislação atual eu me lembro do que Platão dizia que os governantes não devem ser
150 demagogos, mas deveriam ser sábios. O Dr. Paulo Nogueira Neto, ao meu ver, encarna a figura do melhor
151 representante (aplausos) do representante desses sábios e Oxalá, muitos de nós aqui que estamos envolvidos
152 no sistema ambiental possamos fazer com que moções importantes como ele fez no passado. Muito obrigado.
153 (aplausos)

154
155 **CERIMONIAL** – Muito obrigado professor Goldemberg. Gostaríamos de convidar para a mesa o senhor diretor-
156 presidente da Agência Nacional de Águas, o senhor José Machado. (aplausos) Gostaríamos de registrar
157 também as presenças do senhor Muriel Saragoussi, da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério
158 do Meio Ambiente, a senhora Muriel Saragoussi e o senhor João Bosco Senra, Secretário de Recursos
159 Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Senhor Luiz Henrique Daldegan, Secretário do Meio Ambiente do
160 Mato Grosso. Senhor Otélino Filho, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Senhor José Luiz
161 Santana, conde da Dinamarca no Rio de Janeiro. Senhor Tarso Azevedo, diretor-geral do Serviço Florestal
162 Brasileiro. Senhora Cristina Montenegro, coordenadora do escritório do PNUMA. Senhoras e senhores, com a
163 palavra a Ministra de Estado do Meio Ambiente, presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Marina
164 Silva.

165
166 **A SR^a. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – Bom dia. Chamamos, então, eu vou fazer
167 parte aqui do cerimonial já sem delongas. Dr. Marcus Barros para compor a mesa juntamente conosco aqui.
168 Bom dia a todos e a todas, em primeiro lugar eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui nessa importante
169 celebração. Quero cumprimentar amigo, parceiro, Secretário-estadual de Meio Ambiente de São Paulo, Dr.
170 Goldemberg. Quero cumprimentar o presidente do IBAMA, meu parceiro de trabalho, Marcus Barros. O diretor-
171 presidente da Agência Nacional de Águas, companheiro José Machado. Deputado Federal Luciano Zica, da
172 Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente,
173 responsável juntamente com sua equipe por esta grande festa e por todos os avanços que temos
174 recentemente nessa nossa agenda do SISNAMA e, particularmente, trabalho no CONAMA, Cláudio Langone.
175 O Secretário Municipal do Verde do Meio Ambiente de São Paulo, meu companheiro Eduardo Jorge. Diretor
176 regional do Sesc de São Paulo, nosso parceiro que sempre nos acolhe tão afetuosamente, Danilo Santos de
177 Miranda. Quero cumprimentar aqui a todas as pessoas que fazem parte desse importante conselho, todos os
178 conselheiros e conselheiras, na pessoa do nosso, merecidamente, homenageado professor Paulo Nogueira
179 Neto. Quero cumprimentar meus colegas, ex-ministros, José Carlos Carvalho, hoje Secretário do Meio
180 Ambiente de Minas Gerais. Quero cumprimentar parceiro Coutinho que fomos, também, colegas no Senado.
181 Quero cumprimentar o ex-presidente do IBAMA, Mesquita, que nos honra com a sua presença. E se eu não
182 estou conseguindo ver todos os ex aqui, por favor, me perdoem, sintam-se homenageados nas pessoas que
183 acabo de mencionar. Cumprimentando os secretários, João Bosco Senra, Muriel Saragossi. Quero

184 cumprimentar nossa parceira Cristina Montenegro, nossa cooperadora em várias ações do Ministério do Meio
185 Ambiente, do escritório do PNUMA. Quero cumprimentar também, enfim, o nosso diretor do Serviço Florestal
186 Brasileiro, Tarso Azevedo, um jovem executivo que tem a responsabilidade de colocar de pé de forma
187 vertebrada, como diz o Secretário-executivo Langone, o Serviço Florestal Brasileiro. Minhas senhoras e meus
188 senhores, esse... Ainda temos, desculpe, nosso presidente do Jardim Botânico, Liste Vieira, temos o Vitor
189 Zeiba, da Secretaria de Qualidade Ambiental. Todos os meus parceiros e colegas de trabalho aqui do
190 Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do Jardim Botânico, da Agência Nacional de Águas e, enfim, de todas
191 as secretarias. Minhas senhoras e meus senhores, esse é um momento de celebração e uma celebração que
192 acontece a muitas mentes, a muitos corações, a muitas mãos. Eu vinha pra cá vivendo uma dúvida atroz, o
193 aconselhamento de quem não quer ser injusta com todos os que fizeram, fazem e continuarão fazendo a
194 história da política ambiental, das instituições públicas que cuidam de meio ambiente desse país, lendo para
195 que pelo menos todos se sentissem contemplados minimamente. Vou falar de improviso com o coração e a
196 emoção correndo risco de não fazer todas as referências. Eu vou atender um pouco o apelo do meu
197 Secretário-executivo Langone, de que falem mais com o coração. Mas quero dizer, em primeiro lugar, que o
198 que estamos fazendo aqui nessa celebração é da Lei 6938 de 81, que completa 25 anos no dia de hoje e que
199 teve a responsabilidade de criar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, de criar o CONAMA e de aqui estar
200 fazendo esse trabalho a muitas mãos com a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo através do
201 CONSEMA. A Secretaria de Desenvolvimento, de Meio e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo através
202 do CADES, sendo a primeira vez que fazemos uma reunião dessa natureza com os três entes da Federação:
203 Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. E quero agradecer imensamente ao professor
204 Goldemberg, ao Eduardo Jorge pela acolhida que nos dão, por nos ajudar a organizar essa importante reunião
205 e dizer que o Ministério do Meio Ambiente se sente inteiramente a vontade para fazermos essa celebração
206 porque acho que estamos no momento muito oportuno. E eu dizia que não queria fazer injustiça, mas a história
207 do setor ambiental no Brasil, entendendo o setor ambiental, não apenas a parte governamental, mas como
208 toda a comunidade de pensamento que pensa o desenvolvimento econômico, social, cultura, enfim, em bases
209 sustentáveis. A história desse processo ela é fruto de um trabalho de muitas mãos, pensando os diversos
210 setores da sociedade que vai desde as ONGs à academia, vai para o setor empresarial e não há sombra de
211 dúvida a grande contribuição do setor governamental como aqueles que têm a responsabilidade de fazer,
212 enfim, a implementação das políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente. É uma história a
213 muitas mãos, principalmente, a muitos corações. Mas nós temos uma gênese, essa gênese ela começa a
214 partir do questionamento da capacidade de suporte dos recursos naturais em relação ao desenvolvimento
215 econômico, que até então era percebido até final da década de 70, início da década de 80, como sendo linear,
216 como não tendo, digamos assim, que discutir, que levar em conta a capacidade de suporte dos ecossistemas,
217 a capacidade de suporte do nosso planeta terra. Essa visão de desenvolvimento dessa forma trazia dentro de
218 si, talvez, uma espécie de cavalo de Tróia, e o cavalo de Tróia dentro dessa visão é exatamente a exaustão, o
219 esgotamento dos recursos naturais, mas como a dinâmica social, cultura e o homem é um ser que uma vez
220 colocado limites ele é capaz de criar meios e formas para ultrapassar esses limites. É exatamente esse cavalo
221 de Tróia da insustentabilidade, principalmente, nos aspectos ambientais que vem dessa visão linear de
222 desenvolvimento que tenta buscar as saídas para uma nova prática ou uma nova práxis envolvendo a visão de
223 mundo e o que se faz com o mundo que se tem. E é nesse contexto que o relatório do nosso futuro comum dá
224 a sua grande contribuição. É também um contexto inicial de luta pela democracia no nosso país em que nós
225 temos os primeiros movimentos, as primeiras organizações aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro, lutando por
226 meio ambiente e mais particularmente nós temos uma figura que nós não nos cansamos de homenageá-la que
227 é o Dr. Paulo Nogueira Neto que foi responsável por todo esse processo. Quero também dizer que as pessoas
228 que encaminharam essa lei naquela época, eu conversava com, enfim, o professor e Dr. Hermann Benjamim e
229 ele dizia "Ministra, na época a lei não sofreu tantas resistências, eu não sei se fosse hoje se essa lei teria sido
230 aprovada" e eu sempre tenho dito que quando você está pensando a feitura das leis, ainda é o momento inicial
231 que alguns poucos resistiam, outros se mostravam descrentes como foi, inclusive, a prática de alguns estados,
232 de alguns governos estaduais, outros apostando de que a lei não iria pegar como tantas leis muitas vezes são
233 taxadas de que não pegam no nosso país. Então, foi uma lei aprovada com todo o esforço daqueles que
234 trabalharam por ela, mas principalmente a sabedoria, como disse o professor Goldemberg, daqueles que
235 tiveram a visão, principalmente a visão de encaminhá-la. Se nós podemos dividir a história do setor ambiental
236 no nosso país em ciclos, eu não gosto muito dessa idéia de divisão em ciclos porque já vem a idéia do ciclo da
237 cana-de-açúcar, o ciclo do café, o ciclo do ouro e, assim, a gente de ciclo em ciclo vai acabando com as
238 nossas riquezas e não vai deixando-as para as gerações que virão após nós. Mas se nos fizermos esse
239 desaforo de uma divisão em ciclos, nós vamos dizer que talvez um primeiro ciclo seja exatamente esse da
240 feitura da lei, um segundo ciclo nós vamos ter quando da constituição de 88 e da ECO-92 que estabelecemos
241 novos desafios para a humanidade e novos desafios para o nosso país. O artigo 225 da Constituição Federal é
242 uma grande conquista do setor ambiental, é uma grande conquista da comunidade ambientalista que se
243 mobilizou para que tivéssemos o primeiro capítulo de meio ambiente na Constituição Federal Brasileira. E nós

244 temos que começar a também reconhecer o esforço daquele meu caro deputado Luciano Zica, o trabalho que
245 você faz incansável na Comissão de Meio Ambiente juntamente com outros parceiros, daqueles que foram
246 capazes de serem porta-vozes no Congresso Nacional dessa boa nova, como o deputado Fábio Feldman e
247 tantos outros que trabalharam exaustivamente para que tivéssemos ali uma Constituição capaz daquilo que
248 somos como uma potência em recursos naturais. Sempre que eu penso na história do setor ambiental em faço
249 questão de fazer justiça a todos os segmentos, enquanto nós tínhamos todos esses avanços, o mundo inteiro
250 foi surpreendido com o assassinato de Chico Mendes, com a repercussão que tivemos do assassinato do
251 Chico Mendes e naquele momento teve uma resposta do governo da época que foi o programa Nossa
252 Natureza e um dos seus principais frutos, não tenho dúvida, foi a criação do IBAMA, que hoje temos trabalhado
253 muito fortemente para que ele continue a altura daquilo que é o desafio do órgão de execução de política do
254 setor ambiental federal brasileiro. E aqui não deixo de ver presente com justa homenagem também, o nosso
255 ex-presidente do IBAMA, Mesquita. Viemos de um processo de implementação e trabalho conjunto dentro do
256 Congresso Nacional a aprovação da lei dos crimes ambientais, a criação da Agência Nacional de Águas, todo
257 o esforço que foi feito em relação as questões de biosegurança, ainda que por decreto, a época foi a forma dos
258 governantes de darem a sua contribuição. Tenho absoluta certeza, Zé Carlos, que o esforço que fizemos no
259 Congresso Nacional, eu e o ex-senador Lúcio Alcântara, para aprovação da lei dos crimes ambientais, ela hoje
260 é mais uma daquelas leis que graças a Deus pegaram, aconteceram no nosso país. Além disso, tive a
261 felicidade de ser a primeira componente do projeto de lei de acesso a recursos genéticos da nossa rica
262 biodiversidade que, infelizmente, esse ainda tramita até hoje e da parte do nosso governo temos a
263 responsabilidade de mandar uma lei que acolha a experiência já vivida pelo Congresso nesses mais de 12
264 anos de tramitação, a experiência da implementação de acesso a recursos genéticos através do decreto, aliás,
265 da medida provisória do governo anterior, mas que nos serviu de base para podermos fazer esse
266 aperfeiçoamento que nós não temos o direito de deixar de fazê-lo. E quero dizer ainda que pensar em fazer
267 justiça é dizer que o Congresso Nacional mesmo com todas as dificuldades tem aprovado leis importantes
268 mesmo na atualidade, é só verificar que acabamos de aprovar a lei de gestão de florestas públicas. O nosso
269 país tem uma economia florestal vigorosa, 4% do nosso Produto Interno Bruto depende da nossa economia
270 florestal. Lamentavelmente em mais de 300 de exploração florestal não tínhamos uma lei de gestão de
271 florestas públicas que agora tem o desafio de ser implementada, foi uma lei aprovada com o esforço, apoio, a
272 compreensão de todos os partidos, de todos os segmentos da sociedade com algumas críticas de setores de
273 que boa fé nos admoesta o que devemos ter cuidado em relação a essa lei e, claro, com a resistência
274 daqueles que acham que meio ambiente deve ser entendido como um empecilho ao desenvolvimento. Eu
275 tenho dito que o nosso esforço, e tenho certeza dessa comunidade que aqui está, não é fazer com que a idéia
276 de desenvolvimento sustentável, Eduardo e professor Goldemberg, seja mais uma camada, mais um verniz pra
277 atrapalhar o desenvolvimento, pelo contrário, é a única forma de fazê-lo de forma assegurada os legítimos
278 direitos das gerações presentes, as suas reais necessidades, sem prejudicar os legítimos direitos e
279 necessidades reais das gerações que viram após nós. Eu tenho absoluta certeza que com esse olhar que nós
280 comemoramos esses 25 anos, é com esse olhar que nós estaremos homenageando a todos aqueles que
281 daqui a pouco estaremos mencionando, representantes de governos, representante da sociedade civil,
282 representante de diferentes segmentos que participam desse conselho, setor empresarial, o Ministério Público
283 que se faz presente aqui nos admoestando quanto legalidade das leis, a necessidade da sua implementação
284 da sua compatibilização com a Constituição Federal. A participação vigorosa dos municípios, são mais, são
285 cerca de 5mil e 600 municípios a nos trazer a realidade de cada localidade, de que quando nós pensamos as
286 políticas para o Brasil não devemos nos esquecer de que o Brasil se realiza em cada comunidade, em cada
287 município, em cada paragem e alguns municípios tem todas as complexidades desse país. E, com certeza, o
288 Estado de São Paulo que foi citado aqui o exemplo do Rodoanel feita a três mãos, as mãos do Governo
289 Federal, do governo estadual e do governo municipal, é paradigmática para os grandes desafios que
290 enfrentamos. É por isso que eu tenho muito orgulho, professor Paulo, de verificar que nós somos o avô de
291 todos os conselhos brasileiros, um conselho inovador que é ao mesmo tempo consultivo e deliberativo, um
292 conselho que surgiu numa época de restrição da liberdade, como a gente pode pensar que isso tenha
293 acontecido àquela época? Existe um pensando, enfim, um humanista, um poeta, um artista que disse que nós
294 somos feitos da matéria dos nossos sonhos e somente que transforma sonho em matéria seria capaz de ter a
295 sabedoria. De restrição a democracia propor um conselho com essa ousadia, de sorte que esses 25 anos eles
296 são também alentadores, desafiadores e, principalmente, eles nos colocam em um outra posição a tudo que
297 nós fizemos. Eu tenho dito que a nossa política ambiental, que já foi aqui referida pelo Eduardo Jorge, ela se
298 orienta por diretrizes e é por isso que eu digo que todos esses avanços resgatando a história de todos que
299 contribuíram em diferentes governos, em diferentes momentos, esse é o momento de darmos a nossa
300 contribuição e ela não poderia ser diferente. Agora, os diferentes setores já se colocam na posição de interagir
301 com o que esse conselho delibera, os diferentes setores ficam atentos para o que está discutindo no
302 Congresso Nacional em termos de legislação ambiental. E graças a Deus existem aqueles que agem
303 proativamente no sentido de viabilizar uma cultura de sustentabilidade, infelizmente ainda temos aqueles que

304 acham que meio ambiente é empecilho ao desenvolvimento, tenho certeza que esses, mais cedo ou mais
305 tarde, haverão de entender que o que nós estamos fazendo aqui ao contrário do que se diz que é uma visão
306 atrasada, uma visão dos tempos das trevas são exatamente essas pessoas que estão conseguindo levar a luz
307 em vários aspectos do processo produtivo não apenas nacional, mas inclusive de todo mundo. Durante muito
308 tempo nós os ambientalistas dos diferentes segmentos ficávamos pedindo para que os lidam com a agenda do
309 desenvolvimento que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente, que fossem capazes de observar que a
310 natureza não tem como se defender, mas sabe se vingar como ninguém. Durante muito tempo nós fizemos
311 quase que uma pregação no deserto, hoje com alegria eu olho para esse conselho, para esses conselheiros,
312 para esses parceiros governamentais, para os parceiros da sociedade civil e verifico que é o setor
313 ambientalista que começa a dizer o que pode fazer pelo desenvolvimento. Talvez o Rodoanel de acordo com a
314 legislação que temos hoje nesse país, jamais teria sido aprovado, licenciado pelo conselho se os
315 ambientalistas não tivessem construído as suas soluções para fazê-lo. Tem o exemplo de uma estrada no
316 coração da Amazônia, BR-163, aqui tenho a minha Secretária de Coordenação de Política pra Amazônia,
317 Muriel Saragossi, não teria a condição de se fazer no mínimo com sustentabilidade ética e política se os
318 ambientalistas junto com os diferentes setores de governo, inclusive, Ministério dos Transportes, de Integração
319 Nacional, enfim, os governos estaduais e locais não tivessem resolvido equações que eram fundamentais para
320 se fazerem a estrada, até porque o seu anúncio em 2002, o simples anúncio levou um aumento do
321 desmatamento naquela região do arco do desflorestamento de 500%. Com o arranjo feito pelos ambientalistas
322 juntamente com os outros setores de governo, em 2005, tivemos uma queda do desmatamento na mesma
323 região de 91% e a realidade é que no ano passado caiu o desmatamento na região da Amazônia graças a
324 essa visão integrada, graças ao que há de mais avançado em termos de ciência e tecnologia com o apoio do
325 Ministério de Ciência e Tecnologia, do IMP, conseguimos uma redução do desmatamento de 31% e sem
326 sombra de dúvidas ele irá cair e continuará caindo ainda esse ano para que não tenhamos mais que ficar nos
327 explicando para nós mesmo e para o mundo do desmatamento ilegal no nosso país e na nossa Amazônia.
328 Nesses 25 anos de CONAMA eu acredito que nós estamos atuando em duas frentes, uma frente que nós
329 temos que enfrentá-la com as ações de comando e controle, com as ações de repressão como tivemos que
330 fazer ontem no Rio de Janeiro, a primeira grande operação fora da Amazônia para combater quadrilhas que há
331 décadas faziam assaltos a riquezas ambientais desse país. (aplausos) E lamentavelmente, lamentavelmente
332 servidores públicos, eu digo lamentavelmente porque não me apraz em hipótese alguma ver o que nós vimos.
333 25 pessoas que trabalham no serviço público sendo presas porque fazem vistas grossas para o defeso da
334 sardinha, porque dão licença em área de preservação permanente, porque fazem laudos fraudados, isso é
335 muito triste. Temos que conviver com esse lado, mas felizmente do velho também brota o novo e é desse novo
336 que nós estamos aqui, empresas começando a valorizar a biodiversidade brasileira fazendo com que o uso
337 sustentável da biodiversidade gere riqueza, repartição de benefício e proteção a biodiversidade. É com esse
338 esforço e esse olha que hoje nós estamos discutindo um mecanismo de compensação pelo desmatamento
339 evitado, levando para o âmbito da convenção de mudanças climáticas. Quero aqui fazer um reconhecimento,
340 uma posição inovadora através do Ministério de Ciências e Tecnologia, do Ministério de Relações Exteriores,
341 dos quais o Ministério do Meio Ambiente é parceiro, pela capacidade técnica e a visão política que tivemos
342 durante o processo de negociação da convenção de mudanças climáticas, propondo um mecanismo que
343 viabiliza as restrições para o que fazem emissões de gases de efeito estufa, mas que reconhece que cada um
344 de nós tem responsabilidades comuns, porém diferenciadas e se criou um mecanismo para que esses países
345 também possam participar desse esforço de forma remunerada que é a idéia do mecanismo de
346 desenvolvimento limpo. Agora estamos trabalhando um outro mecanismo pelo desmatamento evitado, o nosso
347 país, eu não quero ser ufanista porque os nossos desafios são grandes, mas como é momento de celebrar
348 pelo menos entre nós mesmos vamos nos dar esse direito. Eu vejo o esforço do Secretário-executivo Langone,
349 tentando verterbrar, como ele diz, o sistema nacional de meio ambiente aonde todos os entes da federação
350 assumam e tenham condições de fato implementar a legislação, cumprir com as suas responsabilidades
351 através do programa de capacitação agora para gestores ambientais municipais. Todo esse esforço ele só tem
352 sentido se nós estivemos de fato apontando para os grandes avanços que o nosso país tem alcançado nessa
353 agenda. O nosso país é o primeiro da América Latina e Caribe a ter um plano nacional de recursos hídricos
354 que agora está sendo desdobrado nos estados, com o apoio de um conselho parceiro deles que vão ter que
355 trabalhar junto que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nosso país tem um plano nacional de
356 combate à desertificação, nosso país tem uma lei das águas, nosso país tem um programa para energia
357 renováveis, tem o PROINFA, que outro país poderia ter tantas potencialidades como tem o Brasil nessa
358 agenda de energia renováveis. Nós temos que fazer jus a essa potência ambiental que somos e é com alegria
359 que verifico que cada conselheiro, cada conselheira traz aqui as suas demandas, os seus interesses legítimos,
360 colocam na mesa, negociam, o tempo todo eu sou informada das questões tão importantes, das resoluções tão
361 importantes que esse conselho já deliberou como a questão dos pneus, como todo arranjo que foi feito na
362 tripartite para regulamentação do artigo 23, tudo o que nós fazemos aqui é dentro de uma visão colegiada. E,
363 pra concluir, eu devo dizer aquilo que eu sempre tenho repetido, a minha experiência ao longo desses três

364 anos e meio, com toda essa conquista que eu herdei dos que me antecederam com todo o desafio de estar à
365 altura das contribuições encontra e, principalmente, de não permitir que os problemas que não tem como ser
366 resolvidos por um, ou dois, ou três ministros, tivessem o tratamento daquilo que podia ser tratado na nossa
367 gestão, nessa gestão atual, sabendo que outros problemas ficarão para aqueles que nos sucederão, mas que
368 nós não tínhamos o direito de não deixar uma orientação que fosse estruturante em cima das nossas diretrizes
369 e estabelecemos. Eu acho que ninguém nessa sala discorda de que meio ambiente deve ter controle e
370 participação da sociedade para formulação, para implementação e a correção das políticas, ninguém discorda
371 do desafio da sustentabilidade economia, social, ambiental porque o nosso país é rico, mas é pobre, tem
372 pessoas que precisam ser incluídas e é possível fazer isso sem a destruição dos recursos naturais, ninguém
373 discorda que o sistema deve ser fortalecido, de que o sistema nacional de meio ambiente deve ser tão
374 vertebrado como é o Sistema Único de Saúde, ninguém discorda de que a política ambiental não pode ser uma
375 tarefa da Ministra do Meio Ambiente, do Secretário Municipal ou Estadual de Meio Ambiente, tem que ser uma
376 ação integrada de todos os setores de governo e nesse sentido se nós não tivermos, digamos, o acolhimento
377 do dirigente maior fica impossível fazer isso. Graças a Deus que em várias políticas o Presidente Lula tem sido
378 grande parceiro, a grande mudança em tudo isso com certeza foi o tratamento ao desmatamento, 13
379 ministérios coordenados por ele implementando política para os resultados que junto com a sociedade
380 estamos alcançando, da transparência em tempo real ao desmatamento da Amazônia se a anuência do
381 dirigente maior não seria possível. E, ainda a pouco, professor me dizia que o governador o tem acolhido em
382 várias das suas demandas e eu tenho certeza do que o que o Eduardo está fazendo jamais poderia fazer se
383 não tiver o apoio dos seus dirigentes maiores. Então, o nosso setor tem que trabalhar de forma integrada e
384 trabalhar de forma integrada é pensar em planejamento, planejamento ambiental. Quem diria o setor ambiental
385 está também no setor de planejamento? Planejando como fazer a estrada, planejando como desenvolver o
386 país, como produzir energia em bases sustentáveis. É necessário energia sim, mas não se pode contrapor a
387 necessidade da produção de energia, a necessidade de preservar os nossos ativos ambientais, quem faz esse
388 discurso está na contramão da história e que pena que fale em nome da ciência. Parabéns a todos homens e
389 mulheres desse conselho, os atuais, os que nos antecederam e aqueles que foram pioneiros como o nosso
390 querido professor Paulo Nogueira Neto, que fizeram do sonho a matéria-prima daquilo que somos, daquilo que
391 seremos e daquilo que com a graça de Deus haveremos de deixar para as gerações que nos substituirão.
392 Muito obrigada. Parabéns por esses 25 anos. (aplausos)

393
394 **CERIMONIAL** – Muito obrigado, senhora Ministra. Convidamos também para a mesa o senhor Nilo Diniz,
395 diretor do CONAMA. (aplausos) Senhoras e senhores, neste momento que comemoramos 25 anos da política,
396 do sistema e do Conselho Nacional do Meio Ambiente temos a honra de homenagear algumas pessoas que
397 cumpriram funções fundamentais tanto na formulação da Lei 6938 de 81, quanto na sua implementação seja
398 no espaço de governo da academia ou da sociedade civil. Aos artistas e comunidade científica,
399 homenageamos em memória a artista e ilustradora botânica inglesa Margareth Mi, que erradicou-se, em São
400 Paulo, e depois a convite de Burtle Max, no Rio de Janeiro, imortalizando com sua arte várias espécies da Mata
401 Atlântica e da Amazônia. Lembramos essa artista no momento em que lutamos todos pela aprovação da Lei da
402 Mata Atlântica. Aos ambientalistas de São Paulo homenageamos, também, em memória, a pessoa do artista
403 plástico espanhol Miguel Abella. Em 1973, usando uma máscara de oxigênio e um saiote, Abella caminhou
404 pelas ruas do centro de São Paulo com um cartaz de reportagens sobre a poluição do ar. Foi fundador do
405 Movimento Arte e Pensamento Ecológico, lutou contra a degradação da Amazônia, a poluição de Cubatão e o
406 fim das 7 quedas. Nos últimos anos de sua vida, enfraquecido, apenas distribuía uma folhinha verde de
407 plástico dizendo “guarde bem esta recordação do que estamos perdendo para sempre”. Homenageamos,
408 também, todos os dirigentes do CONAMA desde a sua criação, de 81 até 2006. Nós vamos proceder a leitura
409 dos seus nomes e aqueles que, por gentileza, estiverem aqui pedimos que se levantem. Presidentes do
410 CONAMA: Mário Davi Andraza. Flávio Rios Peixoto da Silveira, ex-ministro do Desenvolvimento Urbano e
411 Meio Ambiente. O Ministro Flávio Peixoto assinou a Resolução 1º de 86, sobre a avaliação do impacto
412 ambiental que será objeto do seminário que se inicia hoje, nesta tarde. Por esta razão o Ministério do Meio
413 Ambiente convidou para coordenar a primeira mesa do seminário. Também são homenageados professor José
414 Goldemberg. (aplausos) Senhor Fernando Coutinho RGEge. (aplausos) Senhor José Carlos Carvalho.
415 (aplausos) Senhora Marina Silva, atual Ministra do Meio Ambiente. (aplausos) Secretários-executivos dos
416 CONAMA, senhor Paulo Nogueira Neto (aplausos), senhor Roberto Messias Franco (aplausos), senhor
417 Fernando César Mesquita (aplausos), senhor José Carlos Carvalho (aplausos), senhora Nilde Lago Pinheiro
418 (aplausos), senhor Cláudio Langone, atual Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (aplausos).
419 Coordenadores e diretores do CONAMA homenageados: Jair Sarmiento da Silva (aplausos), Maurício Andrés
420 Ribeiro (aplausos), Muriel Saragoussi (aplausos), senhor Nilo Sérgio de Melo Diniz, atual diretor do CONAMA
421 (aplausos). Senhoras e senhores gostaríamos de homenagear, em especial, o conselheiro e gestor público
422 pioneiro da política ambiental do país, Dr. Paulo Nogueira Neto, a quem solicitamos que, por gentileza, venha
423 ao palco. (aplausos) Dr. Paulo Nogueira Neto é graduado em história natural e em ciências jurídicas e sociais,

424 e doutor em ciências biológicas pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor emérito da
425 Universidade de São Paulo, tem uma cátedra na Universidade São Marcos, é presidente da Associação de
426 Defesa do Meio Ambiente de São Paulo, presidente da Fundação Florestal, vice-presidente da SOS Mata
427 Atlântica. Foi o primeiro Secretário de Meio Ambiente do país em 1973, junto com outros gestores, como
428 Henrique Brandão Cavalcanti, foi proponente da Lei 6938, criador do CONAMA. Na reunião que aprovou o
429 primeiro regimento do conselho, o Ministro Mário Andreazzi estava apreensivo porque o Governo Federal
430 naquela época era minoria, mas o professor Paulo tranqüilizou dizendo que ali estavam reunidas pessoas
431 responsáveis quanto a missão do CONAMA e assim tem sido até hoje. Dr. Paulo receberá da senhora Ministra
432 Marina Silva o prêmio de honra ao mérito, uma homenagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da
433 Silva.

434
435 **A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – O Presidente da República no uso da
436 atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso 21 da Constituição. Na qualidade de grão-mestre das ordens
437 brasileiras e tendo em vista o disposto no artigo 6º do regulamento da ordem nacional do mérito aprovado pelo
438 decreto número 203 de 30 de agosto de 1991, resolve. Admitir na ordem nacional do mérito no grau de
439 comendador o Dr. Paulo Nogueira Neto. Brasília, 30 de agosto de 2006. 185º da Independência e 118º da
440 República. (aplausos)

441
442 **CERIMONIAL** – O Dr. Paulo também é homenageado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Programa
443 Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA, com a entrega do primeiro prêmio CONAMA que
444 passará a ser bienal, com seu regulamento debatido oportunamente pelo conselho. Portanto, nesta primeira
445 edição o Dr. Paulo recebe uma obra especialmente confeccionada pelo artista plástico Siron Franco, do
446 Movimento Artistas pela Natureza. A escultura é feita com resina, ramos de folhas, folha de ouro e uma garrafa
447 com água que ficará ali conservada por dois mil anos, segundo o artista. Vamos ouvir o Dr. Paulo Nogueira
448 Neto.

449
450 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO** - Eu me sinto profundamente emocional e, de certo modo, surpreso com as
451 homenagens que estão sendo feitas, com as palavras que foram ditas ao meu respeito. E, realmente, quando
452 comecei a lutar aqui pelo meio ambiente, procurando defender as florestas do extremo oeste de São Paulo lá
453 no pontal do Panapanema e o que foi conseguido apenas em parte. Mas começando dessa época até os dias
454 de hoje, uma coisa nessa longa trajetória eu sempre procurei fazer, unir as pessoas. Eu acho que o meio
455 ambiente tem a capacidade de unir a todos porque o meio ambiente, quem defende o meio ambiente defende
456 a qualidade da vida, defende as gerações futuras, defende o seu país, seu estado, seus municípios, todo o
457 território nacional, as suas mais diversas unidades e subunidades. Com isso, com essa defesa toda a gente
458 procura fazer aquilo que a gente também mais gosta. Pra mim é sempre uma surpresa verificar que estão me
459 aplaudindo por fazer alguma coisa que realmente eu aprecio, que realmente eu gosto, que realmente me deixa
460 realizado. Porque só a realização já é motivo de grande satisfação. Eu quero também dizer que nós temos
461 que, em termos nacionais, estar atentos a problemas mundiais que nos afetam profundamente. Eu acho um
462 desses problemas, por exemplo, é o aquecimento climático que pode transformar a vida, nações.

463
464
465 **DVD 02**

466
467 **CERIMONIAL** – Eduardo Jorge, Secretário-executivo Cláudio Langone, também o diretor do CONAMA, Nilo
468 Diniz. Gostaríamos de avisar que o ex-ministro Flávio Peixoto está adoentado e infelizmente não pode
469 comparecer hoje a essa nossa reunião. Para dar continuidade a reunião dos conselhos, passamos a palavra,
470 imediatamente, ao Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, senhor Cláudio Langone, que vai
471 conduzir os trabalhos.

472
473 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Solicito a todos os
474 conselheiros, cumprimentando a todos nessa importante reunião, um minuto de intervalo aqui porque a
475 emoção dos 25 anos fez com que nós não tivéssemos um script ordinário da apresentação dos nossos
476 conselheiros a mesa. Portanto, a Secretaria-executiva está impedida de proceder a leitura, mas em um minuto
477 nós teremos aqui os documentos necessários. Agradeço a compreensão de todos. Muito bem podemos dar
478 seqüência a reunião. Nós teremos agora um período breve de encaminhamentos formais da nossa reunião

484 extraordinária e após esse período de encaminhamento nós teremos a solenidade de lançamento do portal
485 nacional do licenciamento ambiental e também de lançamento do livro de resoluções dos 25 anos do
486 CONAMA. Peço a todos que nós tenhamos silêncio no plenário para podermos dar seqüência a nossa reunião.
487 Quero saudar aqui a nossa presidente Ministra Marina, o Secretário Goldemberg, o Secretário Eduardo Jorge.
488 Seja da nossa satisfação estar sediando esta reunião e antes de passarmos a apresentação dos novos
489 conselheiros, creio que todos devemos, também, proceder aqui uma homenagem a equipe de sustentação, a
490 equipe de trabalho do CONAMA que está sob o comando do Dr. Nilo Diniz e que faz o trabalho subterrâneo
491 absolutamente indispensável para o bom funcionamento deste conselho, portanto, peço um aplauso de todos a
492 nossa equipe de trabalho do CONAMA. (aplausos) Nós passamos, agora, então, a apresentação de novos
493 conselheiros do CONAMA, Dr. Nilo fará a leitura. Hoje nós temos a posse de 9 entidades eleitas pelas
494 entidades ambientalistas, os novos conselheiros representantes do movimento ambientalista e também de
495 novos conselheiros representantes de outras entidades. Eu solicito que a medida em que se proceda a leitura,
496 os conselheiros que tomam posse presentes, levantem de pé para serem reconhecidos pelos seus colegas e já
497 antecipo as boas-vindas a todos os novos conselheiros.
498
499

500 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Muito bem. Quero estender os
501 agradecimentos feitos pelo Secretário-executivo a equipe também aqui do Sesc, do Sesc de São Paulo, do
502 Sesc Vila Mariana que parece até integrar já a equipe do Conselho Nacional do Meio Ambiente tal eficiência
503 deles aqui em organizar conosco essa reunião. Agradecer especialmente na pessoa do gerente do Sesc,
504 Olegário, e da gerente adjunta, Meilin Werneck. Bom, tomam posse hoje no Conselho Nacional do Meio
505 Ambiente as entidades ambientalistas que eu vou enumerar. Primeiramente, que ontem inclusive estiveram
506 reunidas na Universidade da Paz e do Meio Ambiente, no Ibirapuera, e que junto com as entidades
507 ambientalistas que estão deixando o conselho, fizeram o dia inteiro de reunião pra troca de experiências entre
508 os novos conselheiros e os antigos e que vão permanecer também colaborando. Então, primeiro Paulo
509 Clinquer Maluí, da Oca Brasil que assume como titular. Obrigado Paulo. (aplausos) Lamberto Uis, também da
510 Oca, como suplente. (aplausos) Tá presente também. Álvaro de Angelis da Oca suplente, segundo suplente.
511 (aplausos) Sérgio Henrique Fonseca Guimarães Carvalho, do Instituto Centro de Vida como titular. (aplausos)
512 O Vicente José Poo, do Instituto Centro de Vida como suplente. Marcelo de Lima também do ICV como
513 suplente. Vera Lúcia de Araújo Rodrigues Bezerra do Instituto Maranhense de Recursos Hídricos como titular,
514 tá aqui também presente. O Francisco Xavier Inglesia Alves Pereira do Instituto Maranhense de Recursos
515 Hídricos como suplente, mais conhecido como Chico Blue, o Murilo Sérgio Drumont do Instituto Maranhense
516 de Recursos Hídricos como suplente. Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho do Grupo Ecológico Rio das
517 Contas, GERC tá aqui presente também, obrigado pela presença. Rubens Nunes Sampaio também do GERC
518 suplente. Marcos César Felix Ferreira suplente também do GERC. Carlos José Esteves Coutinho do Grupo de
519 Ação Ecológico “Novos Curupiras”, tá aqui presente, também conhecido como Curupirão, como titular. Barbara
520 Reque Chalemberg do Grupo, também, Novos Curupiras como suplente. Maria de Fátima Cure de Figueiredo
521 também do Curupira, segunda suplente. Luiz Carlos Marito, da Associação Etno-ambiental Canindé. Ivaneide
522 Bandeira Cardoso, também da Canindé de Rondônia, tá aqui presente. Samuel Vieira Cruz da Canindé como
523 suplente. Leonardo Farez Menhem, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, AMDA, como titular e aqui
524 presente Maria Dalci Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, AMDA, como suplente, nossa
525 colega já de outras temporadas no CONAMA e que vem trazer sua experiência aqui agora pra colaborar com a
526 participação do segmento ambientalista. E tendo também como suplente da ANDA, Glaucia Moreira Drumont.
527 Carlos André Osório Carneiro pela Bicuda, Associação de Defesa da Qualidade de Vida do Meio Ambiente,
528 Patrimônio Histórico, Bicuda Ecológica, como titular. E Magno Neves Barbosa também da Bicuda como
529 suplente e Sebastião dos Reis Soares Filho também da Bicuda, suplente. Zuleica Niyycz da Apromac do
530 Paraná, como titular, tá aqui presente também. A Zuleica que foi reeleita tendo seu trabalho no CONAMA
531 reconhecido pela região Sul. O Hassan Sohn como suplente da Apromac e Lisiane Becker também suplente da
532 Apromac. André Geraldo Soares da Associação Caité Cultura e Natureza, como titular, tá aqui presente pela
533 região sul, de Florianópolis, que vai agora inclusive presidir a Comissão das Entidades do CNEA, Cadastro
534 Nacional de Entidades Ambientistas. O Márcio da Silva que é suplente da Caeté e Rodrigo, perdão, o Jarbas
535 Cruz também suplente da Associação Caeté. O Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, do Instituto Vidágua,
536 tá aqui presente também. O Agostinho também foi reeleito pra mais um mandato como conselheiro. Carlos
537 Alexandre Menezes Barbieri do Vidágua, como suplente e o Cláudio Cófani Nunes também como suplente.
538 Mário Sérgio Razeira da Frente Nacional de Prefeitos. Agora os conselheiros de outros segmentos também
539 tomando posse como suplente desde Cristina Sena, governos municipais da região sul como suplente. Antonio
540 Fernando Cavalcanti Junior, governos municipais da região nordeste como suplente. Vladmir Abdala Nunes do
541 governo estadual da Bahia como titular. Rubens Martins, governo do Distrito Federal como titular. João Josué
542 Batista Neto, governo do Estado de Tocantins como suplente. Ricardo Sérgio de Paula de Freitas como
543 governo do Estado, pelo Estado de Alagoas, como suplente. José de Paula Morais Filho, governo do Estado

544 de Goiás como titular. Zacarias Kalil Amu, governo do Estado de Goiás como suplente. Emiliano Lobo de
545 Godoy, governo do Estado de Goiás como suplente. Gleide Nogueira Morais, Ministério do Trabalho e
546 Emprego, suplente. Ricardo Bilha Carvalho, Ministério do Trabalho também como suplente. Maria Luiza Brás
547 Alves, Ministério Ciência e Tecnologia titular. Ricardo Melamed, Ministério Ciência e Tecnologia suplente. Beto
548 Ferreira Martins Vasconcelos, da Casa Civil da Presidência da República como suplente. Ana Maria Testa
549 Tambelini, Ministério da Saúde, titular. E esses são, portanto, os conselheiros tomando posse nesta reunião,
550 nesta 48ª Reunião Extraordinária. Sejam todos bem-vindos. Temos bastante trabalho ainda pela frente nesse
551 ano e, inclusive, uma próxima plenária extraordinária já prevista pra 14 e 15 de setembro. Eu peço que todos
552 os conselheiros já reservem na sua agenda mais dois dias ainda de setembro pra esse trabalho importante que
553 o CONAMA vem realizando. Muito obrigado. (aplausos)

554
555
556 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Quero cumprimentar
557 todos os conselheiros que tomam posse. Ressaltar a riqueza e a importância do processo eleitoral de escolha
558 conduzido pelo setor da sociedade civil, pelas organizações ambientalistas, e saudar os conselheiros que
559 tomam posse em uma sessão tão especial de comemoração dos 25 anos do conselho. Nós passamos agora,
560 rapidamente, ao próximo ponto. Nós temos aqui, na apresentação de requerimentos de urgência, versão de
561 pauta ou entrada de matérias. Dois requerimentos de urgência apresentado pelo IBAMA e subscrito pelo
562 número regimental de conselheiros, uma proposta de requerimento de urgência para apreciação do plenário de
563 matérias referentes a regulamentação do sistema para integrar e padronizar as informações sobre o controle
564 de produtos e sobre produtos florestais e também a regulamentação do inciso 3 parágrafo 1º do artigo 19 da
565 Lei 4771, código floresta com a redação dada pela Lei de gestão de Florestas Públicas. Oposição que está
566 sendo feita é no sentido de que seja realizada uma reunião extraordinária do CONAMA, para 14 e 15 de
567 setembro, para tratar da regulamentação de questões vinculadas a um novo processo de gestão florestal
568 introduzido pela Lei de Florestas Públicas. E, também, temos um segundo requerimento de urgência
569 apresentado, liderado pelo conselheiro Rosalvo do Ministério da Integração para resolução que trata do
570 licenciamento simplificado de estações de tratamento de esgoto. Passo para justificativa do requerimento de
571 urgência ao IBAMA, Dr. Sebastião Azevedo.

572
573
574 **O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO** - Excelentíssima senhora Ministrado de Estado do Meio Ambiente, presidente
575 do CONAMA, senhores conselheiros. O IBAMA é um órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente
576 e vim apresentar a vossa excelência um requerimento de pedido de urgência com o objetivo, com os termos do
577 artigo 14 do regimento interno do CONAMA para os seguintes temas: processo 2mil 2576/006, proposta de
578 resolução que trata da regulamentação do sistema que vem integrar e padronizar as informações sobre o
579 controle de produtos florestais em âmbito nacional; e processo 2mil 003533/2006-72 que regulamenta o inciso
580 terceiro, parágrafo primeiro do artigo 19 da Lei 4771/65, Código Florestal, com redação dada pela Lei de
581 Gestão Florestal, a Lei 11284/006. Explico as razões do pedido de urgência, ao longo deste exercício,
582 sobretudo a partir da edição da Lei 11284 de 2006, que é a Lei de Gestão Florestal, revelou-se a necessidade,
583 primeiro, de disciplinar a matéria relativa aos significativos impactos ambientais de nível regional e nacional,
584 previsto no artigo 19 com redação dada pelo artigo 83, inciso 3 da Lei de Gestão de Faixas Florestais, que
585 atribui ao CONAMA a responsabilidade de disciplinar essa matéria nesses aspectos. A outra questão relevante
586 que justifica o pedido de urgência, refere-se a necessidade de disciplinar, a nível deste egrégio conselho, os
587 sistemas que visa a integração e a padronização sobre o controle de produtos sobre os produtos florestais.
588 Todos sabem, os senhores, das fragilidades que tem sido apresentada ao logo do tempo no sistema de
589 autorização de transporte com produto florestal. A administração, o Ministério do Meio Ambiente em conjunto
590 com o IBAMA apresentou uma proposta inovadora no sentido que se pudesse criar com eficiência e eficácia,
591 um maior o controle sobre este instrumento. Nesse sentido, a senhora Ministra do Estado do Meio Ambiente já
592 instituiu, a partir de 1º de setembro deste exercício, a obrigatoriedade de implantação desse novo sistema
593 DOF, ao mesmo tempo o IBAMA e já editou a Instrução Normativa número 112, também este mês prevendo a
594 possibilidade de implantação de um novo documento a partir de 1º de setembro deste ano. Revelou-se, então,
595 que a partir da edição destas normas a necessidade de realizar uma harmonização e compatibilização com os
596 demais entes federados, seja eles os estados e, eventualmente, os municípios. E é nesse sentido que se
597 pretende se debater neste plenário na próxima, na sua próxima reunião, que deve ser a 49ª, essa matéria que
598 se considera de maior relevância e urgência no sentido que se possa estar aqui disciplinando aquilo que já se
599 constituiu uma previsão legal nesse sentido. Com estes esclarecimentos nós queremos pedir que seja deferido
600 esse pedido de requerimento de urgência.

601
602

603 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Ok. Agradeço ao Dr.
604 Sebastião pela justificativa no requerimento de urgência e vamos fazer os dois, as duas justificativas na
605 seqüência para posterior discussão das matérias. E passo, então, ao conselheiro Rosalvo para justificativa do
606 requerimento de urgência da resolução referente a licenciamento simplificado de ETS.
607

608
609 **O SR. ROSALVO** – Senhora Ministra, presidente do CONAMA, senhoras conselheiras e conselheiros do
610 CONAMA, do CONSEMA, da CADES. Submetemos a apreciação do plenário do CONAMA o pedido de
611 inclusão na pauta da reunião extraordinária da proposta de resolução sobre licenciamento simplificado de
612 estações de tratamento de esgoto, porque é uma matéria que já tá há quase três anos em debate nesse
613 próprio conselho. Ela se iniciou em janeiro de 2004, quando a Agência Nacional de Águas encaminhou ao
614 Ministério do Meio Ambiente um expediente onde ele apresentava uma minuta de proposta de resolução.
615 Posteriormente esse documento sofreu debate interno pela Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do
616 Meio Ambiente, depois houve também um pronunciamento do próprio IBAMA, depois nós fizemos sobre a
617 liderança da Secretaria de Qualidade Ambiental um seminário nacional sobre licenciamento ambiental pra ETS
618 onde todos os estados estiveram presentes, e após esse seminário nós fizemos um conjunto de reuniões em
619 Brasília, em Minas Gerais até porque nesse meio tempo havia o pedido da instalação desse grupo de trabalho
620 também foi objeto de um grupo de trabalho dessa proposta de resolução. Então, nós temos, nós cremos e aí
621 eu quero usar a palavra do nosso homenageado, Dr. Paulo Nogueira Neto, que infelizmente nesse país uma
622 das causas da mortalidade infantil é exatamente a questão do saneamento básico, ausência de saneamento
623 básico. Então, sem entrar no mérito da resolução até porque o seu mérito nós debatemos nesses três anos e
624 pela relevância do tema e pela quantidade dos recursos envolvidos e que se prevê também ampliar esses
625 recursos e acredito que pela maturidade da matéria por todo esse tempo que já houve discutido, nós
626 solicitamos ao plenário que também aprove esse pedido de inclusão dessa matéria na próxima reunião
627 extraordinária do CONAMA. Agradeço pela atenção.
628

629
630 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Consulto os
631 senhores conselheiros do CONAMA se há algum pedido de esclarecimento ou manifestação de divergência
632 em relação aos requerimentos apresentados. Conselheiro Rodrigo.
633

634
635 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (Conselheiro)** – Bom dia a todos. Rodrigo Agostinho estou representando as
636 entidades ambientalistas de âmbito nacional. Eu gostaria de passar a palavra ao representante do
637 Greenpeace, Sérgio Leitão.
638

639
640 **O SR. SÉRGIO LEITÃO (Representante do Greenpeace)** – Excelentíssima senhora Ministra Marina Silva.
641 Excelentíssimo senhor Secretário José Goldemberg. Excelentíssimo senhor Secretário Eduardo Jorge.
642 Conselheiros do CONAMA. Primeiro de tudo, manifestar a satisfação do Greenpeace pela comemoração,
643 pelos 25 anos da Lei Nacional da Política do Meio Ambiente que eu não tenho dúvida de dizer que é, talvez, a
644 Lei mais completa que nós temos nesse país em relação à questão ambiental e que deve ser saudada. No
645 momento em que a questão ambiental é tão atacada e é tão, digamos assim, posta em cheque, como foi
646 colocado aqui por todos os presentes. Mas eu vou falar diretamente do que me interessa e o que interessa a
647 todos que estão preocupados com esta questão que é tema de uma das resoluções apresentadas aqui que diz
648 respeito a questão do controle da exploração florestal. Nós temos tido na Ministra Marina Silva um apoio muito
649 forte a necessidade de que se discuta com mais cautela o que está se chamando neste momento de
650 descentralização da gestão florestal. Levamos a Ministra Marina a nossa preocupação, não só nossa, mas de
651 todas as organizações da sociedade civil quanto à necessidade de um esclarecimento maior e melhor em
652 relação às novas funções do Governo Federal em relação a essa questão. Tema que tem sido aqui já pedido
653 que o CONAMA discuta em regime de urgência, mas nós estamos querendo fazer aqui um apelo a Ministra
654 Marina Silva quanto à questão do lançamento do DOF, previsto pra amanhã. Não existe a menor condição pra
655 que esse sistema novo entre em atividade no dia 1º de setembro. Os estados não estão preparados, os
656 estados não estão avisados, não existe o menor ordenamento porque, justamente, nós ainda vamos discutir no
657 âmbito do CONAMA como se fará essa integração. E, portanto, lançar isto a partir de amanhã sem que existe
658 uma normativa clara, que ainda não foi feita pelo CONAMA, sobre como se dará esse processo de integração
659 e de fiscalização, aliás, objeto inclusive de um requerimento do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São
660 Paulo aqui presente, dirigido a Ministra, manifestando justamente a sua preocupação quanto essa questão da
661 integração. E São Paulo nisso tem um papel fundamental porque São Paulo é o grande receptor de toda a
662 madeira que vem dos estados amazônicos, que se sabe com problemas enormes do ponto-de-vista de

663 fiscalização. Então, nós queremos aqui fazer um apelo porque está recaindo sobre o CONAMA a
664 responsabilidade de fazer o conserto do erro, digamos assim, não devidamente dimensionado no momento em
665 que se cometeu da descentralização da gestão florestal da União para os estados, porque os estados hoje não
666 têm, na sua maioria, condições de receber esta tarefa. Então, nós fazemos um apelo a Ministra Marina Silva
667 para que adie o lançamento desse novo sistema porque não existe hoje condições para que essa integração
668 se faça e é fundamental que ela possa se fazer com responsabilidade, como sabemos que a preocupação da
669 Ministra, mas fazemos aqui o nosso apelo até porque o CONAMA novo, com a sua nova composição si quer
670 teve tempo, ainda, de ter conhecimento do real tamanho do grande problema que está se causando hoje com
671 essa descentralização que não foi devidamente pensada e dimensionada em todos os seus efeitos. Aliás, a
672 própria Polícia Federal falou, numa matéria na segunda-feira, a nossa grande preocupação é que todo o
673 processo de integração que foi fundamental pra fiscalizar e coibir o desmatamento pode se perder, porque
674 agora nós teremos uma nova realidade e que se aperta um botão automaticamente todos os estados passam a
675 ter tarefas que não têm se quer estrutura para dar conta dela. Nosso apelo Ministra Marina, e temos certeza
676 que a senhora poderá apreciá-lo com devido cuidado que a senhora sempre faz em relação as questões
677 ambientais. Muito obrigado. (aplausos)

678
679
680 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Agradeço a
681 manifestação. Consulto se há alguma, algum pedido de esclarecimento em relação ao requerimento de
682 urgência ou manifestação de divergência para que nós demos encaminhamento à deliberação da matéria.
683 Conselheiro Bertoldo.

684
685
686 **O SR. BERTOLDO (Conselheiro)** – Senhor presidente. Senhores conselheiros. Senhora Ministra. Eu gostaria
687 na qualidade de presidente da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento de resíduos sólidos, e falar que essa
688 proposta do conselheiro Rosalvo encaminhada aqui, aos conselheiros que essa resolução foi altamente
689 discutida, realmente, ela está pronta em condições de vir a plenária pra ser debatida. E tenho certeza que ela
690 vai ser uma grande contribuição na ajuda da agenda marrom pro nosso Ministério. Então, eu acredito, eu peço
691 a todos os conselheiros o respaldo nesse encaminhamento de pauta da reunião extraordinária da proposta de
692 lodo de esgoto.

693
694
695 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Consulto, antes de
696 proceder a deliberação, separadamente dos dois requerimentos, se há alguma manifestação se há alguma
697 manifestação de divergência. Nós vamos proceder então. Por favor, conselheiro. Conselheiro Isailto. Se,
698 eventualmente, o conselheiro pedir a palavra e a mesa não identificar aqui, por favor, conselheiro, se manifeste
699 verbalmente porque nós temos muita luz aqui e pouca luz no plenário. A gente pode ter alguma dificuldade de
700 visualização de pedido de inscrição. Por favor, conselheiro.

701
702
703 **O SR. DOMINGOS AILTON (Conselheiro)** - Agora sim. Bom dia a todos e a todas. Sou Domingos Ailton do
704 Grupo Ecológico Rio das Contas, GERC, do interior da Bahia. Um dos representantes, um dos novos
705 representantes do Nordeste no CONAMA. Eu acredito, senhora Ministra, senhores representantes aqui, de que
706 essa é uma matéria que precisa ser estudada melhor, inclusive, por nós os novos conselheiros. Eu acho que o
707 tempo que se coloca dessa reunião para o dia 14, é um tempo muito curto devido à relevância da matéria. E
708 acredito, como disse o representante do Greenpeace, a gente precisa olhar essas questões com maior
709 cuidado, uma vez que uma descentralização sem uma estrutura que possa ter uma fiscalização adequada,
710 será uma tragédia para a questão ambiental no que tange a fiscalização do desmatamento. Evidentemente que
711 tem ocorrido, a senhora disse que uma diminuição lá na Amazônia, embora lá na Mata Atlântica o
712 desmatamento, as informações, quando eu saí lá da Bahia, continuam de que tem acontecido um
713 desmatamento acelerado e a gente precisa, evidentemente, criar as condições de fiscalização, mas isso
714 precisa ser um processo aprofundado e não dá para ser em um toque de caixa. Mais alguma inscrição? Nós
715 vamos passar, então, ao processo de deliberação da matéria. A proposta que nós temos... Nós temos a
716 proposta de, a primeira proposta de requerimento de urgência. A proposta, objetivamente, é uma reunião
717 extraordinária nos dias 14 e 15 de setembro. A urgência das datas já foram justificadas pelas intervenções,
718 entrada em vigor no DOF, a Lei de Gestão de Floresta em andamento e a necessidade de algumas
719 regulamentações pra resolver isso no âmbito federativo. O primeiro requerimento de urgência é um
720 requerimento de urgência sobre as matérias que regulamentam a gestão florestal através da integração dos
721 sistemas de controle da atividade florestal através da integração dos sistemas de controle da atividade
722 florestal, entre União, estados e municípios. E, também, a regulamentação do inciso três do parágrafo primeiro

723 do artigo 19 do Código Florestal com a redação dada pela Lei de Gestão de Florestas Públicas. Nós vamos
724 passar a votação sobre o requerimento de urgência. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do
725 requerimento de urgência, por favor, levantem seus crachás. Obrigado. Os conselheiros que são contrários ao
726 requerimento de urgência. Obrigado. Abstenções? Muito obrigado. Foi aprovado, então, esse requerimento de
727 urgência que vai requerer uma dinâmica específica de calendário das câmaras técnicas jurídicas e câmara
728 técnica florestal para que sejam cumpridos os prazos regimentais de disponibilização das matérias. Essas
729 reuniões serão nos dias quatro e cinco de setembro para que se possa preencher, então, os prazos
730 regimentais resguardando o direito dos conselheiros a disponibilização antecipada das matérias. Coloco em
731 apreciação o requerimento de urgência para a resolução que trata do licenciamento simplificado de estações
732 de tratamento de esgotos. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do requerimento de urgência, por
733 favor, levantem seus crachás. Obrigado. Conselheiros que são contrários. Abstenções? Foi aprovado o
734 requerimento de urgência e a nossa reunião nos dias 14 e 15 de setembro, então, constará com essas duas
735 matérias especificamente. Ressalto, também, que com o esclarecimento dado pelo conselheiro Bertoldo temos
736 que observar também a resolução diz respeito a ETS, os prazos regimentais para disponibilização da matéria,
737 enfim, que pode ser feito diretamente pela câmara técnica com a direção executiva do CONAMA. Com isso,
738 nós passamos agora a uma nova etapa da nossa reunião que é, nós aqui temos excepcionalmente em função
739 do caráter comemorativo dessa solenidade um acerto entre os três conselhos que estão aqui reunidos, quero
740 ressaltar novamente a importância disso, que abra uma tribuna livre para breves manifestações que seriam
741 três manifestações do Conselho Municipal de Meio Ambiente, CADES; três manifestações de conselheiros do
742 CONSEMA, São Paulo; e cinco manifestações para conselheiros do CONAMA, sendo um de cada segmento.
743 Serão manifestação de dois a três minutos, resgatando a contribuição do segmento a esses processos ou essa
744 sessão comemorativa e nós gostaríamos, também, obviamente que embora a inscrição sendo livre, tanto no
745 caso do conselho municipal quanto do conselho estadual, se procurasse observar a representação nas falas
746 dos diversos segmentos ou dos grandes segmentos que compõe esses conselhos. A mesa, então, está
747 abrindo inscrições para essas manifestações, nós não precisamos necessariamente ter pela ordem, nós
748 podemos ter um mix de manifestações dos conselheiros dos três conselhos e passo, enquanto recebemos as
749 inscrições, passo a palavra ao conselheiro Nilo para um breve aviso.

750
751
752 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – É apenas um aviso importante que precisa
753 aqui ser reforçado. Com a aprovação desses requerimentos de urgência, nós temos então confirmadas as
754 reuniões, primeiro a reunião da câmara técnica de assuntos jurídicos para a próxima segunda-feira a partir das
755 14 horas, em Brasília. Tendo seqüência na terça-feira, dia cinco de setembro, em conjunto com a câmara
756 técnica de florestas e atividades agro-cíveis e pastoris durante todo o dia cinco. No primeiro dia quatro, a partir
757 das 14 horas, a jurídica vai apreciar a resolução sobre ETS e no dia cinco ambas as câmaras técnicas tanto
758 jurídica como de florestas vão apreciar, então, as duas resoluções referentes à regulamentação do artigo 19 da
759 Lei de Gestão de Florestas Públicas. Portanto, a gente reforça aos conselheiros que a presença é fundamental
760 nesses dois dias e também reafirmamos que com a aprovação dos requerimentos, então, também fica
761 automaticamente convocada a reunião 49ª Reunião Extraordinária do CONAMA, em Brasília, no IBAMA,
762 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, nos dias 14 e 15 de setembro. E até lá a Secretaria do CONAMA vai
763 trabalhar da melhor forma possível para que todos os conselheiros tenham todos os documentos e possam
764 debater no mérito as eventuais sugestões e alterações até essas reuniões. Muito obrigado.

765
766
767 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Ok. Nós vamos dar
768 início, enquanto recebemos as inscrições, nós vamos dar início a tribuna livre, ressaltando a importância de
769 que os conselheiros se atenham ao tempo máximo de três minutos pras intervenções, uma vez que nós temos
770 ainda duas solenidades de lançamento nessa sessão manhã antes do nosso encerramento para o almoço.
771 Nós temos inscrita a conselheira Neide das Organizações Ambientistas, CONAMA.

772
773
774 **A SRª. NEIDE (Conselheira das Organizações Ambientistas)** – Bom dia a todos e a todas. Eu quero usar
775 essa tribuna pra fazer uma homenagem aquelas pessoas que não aparecem na mídia, mas que estão lá na
776 Amazônia defendendo a nossa floresta, que são os seringueiros, indígenas e faço essa homenagem em nome
777 do cacique Tariuruêauau, que é um grupo indígena que defende a floresta. E também aproveitar pra dizer que
778 nós de Rondônia, nós da sociedade civil estamos numa luta contra a construção da hidrelétrica do Madeira,
779 porque vai trazer impactos ambientais e impactos sociais. Então, gostaríamos de que o desenvolvimento
780 estivesse casada com o meio ambiente, então, não podia deixar de aproveitar pra fazer isso. E essa questão
781 do Madeira ela se reflete numa poesia que diz assim: “rio acima nada nadadeira contra a corrente, rente a
782 beira beiradeira. Abas são asas de piramutabas e de tambaquis, transparência líquida me líquida a razão e

783 meu coração de traíra traída reluz de relance e resvala no chão. Não me mate moço, estou ovada. Não me
784 fisque moço, eu vou apressada. Eu sou natural de águas naturais, mas se tu insistes em me matar construindo
785 barragens, me vingo nos lares. Sou teu almoço. Meu vingo nos bares, sou tira-gosto. E quero ver qual de nós
786 dois morre pela boca na boquinha da noite, na boquinha da noite". (aplausos)

787
788
789 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Brigado, conselheira
790 Neide. Passo a palavra agora ao conselheiro Carlos Bocui, representante da sociedade civil no CONSEMA de
791 São Paulo.

792
793
794 **O SR. CARLOS BOCUI (Representante da sociedade civil no CONSEMA de São Paulo)** – Bom dia a
795 todos. Senhora Ministra, senhor Secretário Goldemberg, Secretário Eduardo Jorge, Secretário-executivo do
796 CONAMA. O objetivo da minha intervenção é um pouco ainda com relação à manifestação, a homenagem ao
797 Dr. Paulo Nogueira Neto, mas eu gostaria de fazer uma pequena inserção nessa, nesse processo decorrente
798 de como nós vemos um processo civilizatório no momento atual e que o professor Paulo Nogueira Neto
799 encarna, de certa forma. A pessoa, o momento histórico correto que acolheu a idéia da democracia ambiental
800 na construção do Conselho Nacional de Meio Ambiente. O que ocorreu naquela época, relatado pelo Haroldo
801 Matos Lemos, foi exatamente a discussão interna aonde se colocava para o senhor Paulo Nogueira Neto a
802 importância de empoderamento da sociedade na área ambiental no momento de ditadura no Brasil e que esse
803 empoderamento da sociedade, a democratização do sistema de gestão ambiental, a consagração de um
804 processo de gestão participativa representaria o fortalecimento de um sistema de meio ambiente para o Brasil
805 institucionalizado. E o senhor Paulo Nogueira Neto, uma pessoa sábia, deliberou naquele momento, decidiu
806 apesar de ser um momento de exceção política de ditadura, reconheceu o valor desse apelo da sociedade e
807 acabou pilotando esse processo de transformação que deu origem ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.
808 Interessante nós percebermos que países com instituições frágeis necessitam de sociedade que criam uma
809 coalizão de apoio a governança até mesmo pra permitir a governabilidade e que um país como o Brasil, aonde
810 as nossas instituições são fortes, eu me refiro aqui as entidades ambientalistas também, além das instituições
811 partidárias do Ministério Público, das organizações da sociedade civil, do setor econômico, enfim. Aonde essas
812 organizações são fortes há uma outra necessidade que não é apenas de coalizão, de fortalecimento para a
813 governabilidade, mas é o elemento da exigência social que se representa os conselhos participativos. E é
814 nesse sentido que eu subo a esse microfone exatamente para prestar as minhas homenagens ao Conselho
815 Nacional de Meio Ambiente, trazendo uma grande preocupação a senhora Ministra. Senhora Ministra, quando
816 o senhor Paulo Nogueira Neto acolheu a perspectiva da idéia democrática de empoderamento da sociedade
817 pra gestão ambiental, nós criamos um processo extremamente valoroso e corajoso de implementação da
818 gestão ambiental no país. Porém, quando nós pensamos num sistema de descentralização, de democratização
819 do processo pra que as unidades municipais possam gerir sobre seu território, nós corremos um grande risco
820 que seria de enviar para a base e muito próximo das pressões setoriais a decisão sobre as questões
821 ambientais. Então, nossa preocupação é mantendo esse processo de controle social da gestão participativa
822 com qualidade, necessária para o Conselho Nacional do Meio Ambiente, para os Conselhos Estaduais e,
823 principalmente, uma atenção nesse processo de desverticalização do sistema em que ele consista numa
824 consagração da democracia em termos de qualidade democrática, qualidade da gestão plena. Esse processo
825 de desverticalização ele deve ser hoje o maior objeto de preocupação por parte da sociedade, eu diria que nós
826 não podemos perder esses espírito da democracia no sentido de que faça-se valer a luta e a defesa de
827 interesses difusos e que a questão colocada como negociação pelo setor, todos os setores num conselho e até
828 mesmo dentro do estado, não se relegue a uma mera discussão de negociação de conflitos, não há conflito.
829 Nós já conquistamos aquilo que está consolidado como boa nova ambiental e com proteção ambiental, está na
830 Constituição. Isso é uma conquista da sociedade, não se negocia mais isso, isso se implementa. Então é
831 nesse sentido que o controle social se faz necessário nos conselhos municipais, nos conselhos estaduais, no
832 Conselho Nacional do Meio Ambiente pela qualidade de seus representantes, sempre respeitando a questão
833 prioritária que é da boa norma ambiental. E se num estágio de institucionalização o Brasil, hoje, está num nível
834 intermediário em que nós precisamos de controle social, de exigência social para as nossas instâncias
835 deliberativas nós colocamos, senhora Ministra, complementando, com toda liberdade a sua idéia, não de
836 sonho, mas de um princípio, o princípio da democracia que está absolutamente consolidado nos princípios
837 basilares da sociedade brasileira. E o sonho que nós temos hoje de uma sociedade aonde o governo seja tão
838 lúcido e tão eficiente que a sociedade pode ir para casa enquanto ele cumpre sua promessa, sem abrir mão,
839 naturalmente, dos elementos de gestão participativo. Muito obrigado. (aplausos)

840
841

842 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Agradeço a
843 manifestação do conselheiro Bocui. Passo ao conselheiro Vagner, conselheiro do Conselho Municipal do Meio
844 Ambiente, CADES.

845
846
847 **O SR. VAGNER RIBEIRO (Conselheiro do Conselho Municipal do Meio Ambiente)** – Bom dia senhora
848 Marina Silva, seu Secretário Eduardo Jorge, seu Secretário José Goldemberg, demais membros da mesa,
849 Secretário Nilo, Cláudio Langone. Senhoras e senhores conselheiros, meus colegas do CADES, CONSEMA,
850 público em geral, CONAMA, enfim. Eu sou Vagner Ribeiro, sou conselheiro do CADES, já estive no
851 CONSEMA. E queria apenas fazer uma lembrança importante que diz respeito diretamente, uma consequência
852 certamente dessa política que nós estamos comemorando hoje, que é a formação de recursos humanos nas
853 universidades. Não resta dúvida que a criação do CONAMA, da Política Nacional do Meio Ambiente influencia
854 positivamente a formação de recursos humanos. No caso específico da geografia, nós tínhamos a procura de
855 três alunos por vaga, hoje essa procura mais que triplicou. Na Universidade de São Paulo, onde eu trabalho no
856 departamento de geografia e no programa de ciência ambiental da USP, nós temos mais de 150 teses só no
857 PROCAM, entre citações e teses nos últimos 15 anos, o que mostra que há na Universidade e não por acaso
858 estamos aqui homenageando um professor da Universidade de São Paulo, professor Paulo Nogueira. Já a
859 massa crítica, muita informação pra que as políticas públicas possam ser implementadas. Isso repercutiu
860 também em curso como Engenharia Ambiental, Gestão Ambiental, enfim, há uma série de novas atribuições
861 aí. Na verdade, eu represento também o CREA/São Paulo que eu tenho assento e queria por meio do
862 CREA/São Paulo render homenagem a um outro braço importante dessa política executiva que são os
863 técnicos do sistema do SISNAMA que estão, por exemplo, na SETESIMA, Secretária Estadual do Meio
864 Ambiente, no IBAMA, enfim, que já foi citado aqui, na nossa Secretária do Verde Meio Ambiente, se não fosse
865 esse pessoal aguerrido que muitas vezes combina militância com a capacidade técnica, nós também não
866 teríamos muitos avanços. Então, acho que cabe nesse rol de homenagens também lembrarmos dos técnicos
867 que atuam no SISNAMA. E como é uma sessão de, muito importante porque ela reúne pra nós geógrafos, três
868 níveis de gestão raramente se congregam que é o nível federal, estadual e até o municipal, isso aconteceu
869 recentemente no licenciamento do Rodoanel, já aconteceu pra gestão da água na grande São Paulo
870 envolvendo a Agência Nacional da Água, mas acredito que essa é uma oportunidade muito rara que nós
871 deveríamos aprimorá-la e pensar em mecanismos dispositivos internos a essas três esferas pra que esse
872 diálogo seja mais permanente, seja mais consequente. E como isso não acontece se não formos, se não
873 impusermos tarefas pra que isso ocorra já que não gostamos de ser monótonos, como dizia o professor Paulo
874 Nogueira. Eu recomendaria, faria uma sugestão que o tema das mudanças globais que me parece da maior
875 relevância, da maior importância dado, inclusive, o engajamento do nosso Secretário Estadual, professor José
876 Goldemberg, com um grupo de trabalho no EA da USP fazendo propostas, inclusive, pra pós-Kioto, que nós
877 tivéssemos um grupo de trabalho envolvendo o tema das mudanças globais com participação do CADES, do
878 CONSEMA e do CONAMA. Muito obrigado. Bom dia a todos. (aplausos)

879
880
881 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Muito obrigado,
882 conselheiro. Quero lembrar aqui a todos que sobre a liderança da nossa equipe do CONAMA, nós estamos
883 numa fase muito avançada de constituição da rede brasileira de conselhos de meio ambiente, que vai ser uma
884 rede que vai oportunizar esse maior diálogo entre os conselhos nos três níveis e a troca de experiências entre
885 os conselhos no plano nacional, vinculada a estratégia de estruturação no SISNAMA e a outras redes como a
886 Rede Brasileira de Fundos Ambientais, os coletivos, a rede de coletivos e educadores, a Rede Brasileira de
887 Agendas 21. Eu passo agora a palavra ao conselheiro Nelson, do CONSEMA de São Paulo, representante do
888 setor empresarial, o FIESP.

889
890
891 **O SR. NELSON (Representante do Fiesp)** – Bom dia a todos. Senhora Ministra, Marina Silva. Senhor
892 Secretário Eduardo Jorge. Cláudio Langone. O setor produtivo se associa a todas essas homenagens que hoje
893 estamos aqui prestando, simbolizado especialmente na figura do professor Paulo Nogueira que com a sua
894 pregação, como ele bem disse, de amor ao próximo, coisa que ele ao longo de toda a sua carreira, de toda a
895 sua vida mostrou e praticou com bastante entusiasmo. Eu creio que devemos, nessa reflexão, olhar todo o
896 que, olhar o nosso, o que passou, como é que foi construído todo esse arcabouço legal, institucional do meio
897 ambiente no nosso país. E a partir disso, então, estarmos olhando também o nosso futuro. Criamos, ao longo
898 desses 25 anos, um arcabouço legal, institucional com grandes méritos, com reconhecimento internacional,
899 talvez hoje nós tenhamos uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, um grande esforço em
900 todo esse processo de regulamentação, de aplicação. O setor produtivo, ao longo de todos esses anos,
901 aprendeu muito com isso, aprendeu, aprendeu na gestão, aprendeu com os controles, aprendeu na ciência,

902 aprendeu a como lidar com o meio ambiente, como se aprimorar, isso nós temos que reconhecer que foi
903 importante pro setor produtivo e que houvesse todo esse desenvolvimento e essa participação da sociedade
904 no controle das atividades produtivas. Disso, nós também evoluímos no setor empresarial, setor
905 empreendedor, especialmente, o setor da indústria que também aprendeu muito em aprimorar seus processos
906 de gestão, seus processos internos, internos de controle, os seus projetos e hoje nós podemos constatar que o
907 desempenho ambiental da indústria ele está cada vez melhor, está cada vez mais conforme, cada vez mais
908 integrado com o meio ambiente. Definitivamente a agenda ambiental ela entrou no processo decisório não só
909 no âmbito global da sociedade, dos governos, mas também no âmbito da própria indústria. Hoje não se
910 concebe desenvolver nenhum projeto industrial sem que a questão ambiental seja considerada na sua
911 profundidade, na sua essência. Também os nossos investidores hoje também eles demandam a questão
912 ambiental antes de por os seus recursos de apoiar um projeto, eles querem saber como vai ser o desempenho
913 desse projeto. Eu digo tudo isso pra dizer que hoje o setor produtivo está qualificado pra participar ativamente
914 no aprimoramento de tudo o que nós temos e de como nós vamos andar pro futuro. A dinâmica do
915 processo de desenvolvimento sustentável exige demandas da sociedade cada vez mais ativas, mais rápidas,
916 respostas prontas e isso nós também temos que nos adequar no nosso sistema, no nosso processo de
917 governança e de licenciamento ambiental. O setor produtivo está pronto, está participando em todos os
918 âmbitos, em todos os níveis de conselho pra trazer a sua contribuição. Mais uma vez, então, as nossas
919 homenagens, nos associamos a todas as homenagens aqui prestadas e em especial o setor produtivo quer
920 dedicar uma homenagem especial a Ministra Marina Silva que com muita sabedoria tem conduzido esse
921 processo num momento até delicado do nosso processo de desenvolvimento e de crescimento. Muito
922 obrigado.

923
924
925 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Muito obrigado pela
926 manifestação. Passo a palavra agora a conselheira Maria Dalci, da ANA de Minas Gerais, que assumiu hoje
927 como nova conselheira do CONAMA, mas retorna ao CONAMA, já ocupou outros mandatos no CONAMA.
928 Quero dar boas-vindas a nossa conselheira Maria Dalci.

929
930
931 **A SR^a. MARIA DALCI (Conselheira)** – Brigada, Secretário. Bom dia, senhora Ministra e demais componentes
932 da mesa. Bom dia a todos vocês. Ano que vem, em 2007, o Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas
933 Gerais, COPAM, completa 30 anos de existência. Em 77, boa parte acho que de vocês se lembra, que
934 começava realmente a se falar de abertura política no país, ainda era muito comum atos de arbitrariedade
935 típicos do governo militar no Brasil. A entidade a qual represento que é a Associação de Medida e Defesa do
936 Meio Ambiente, que foi fundada em 78, teve inclusive a sede invadida pela Polícia Federal e tínhamos as
937 nossas atividades rotineiras acompanhadas pela praça secreta da Polícia Militar de Minas Gerais. Eu digo isso
938 apenas para dizer de criar o Conselho Estadual de Política Ambiental, já na época com participação da
939 sociedade civil assim entendida, com entidades ambientalistas e setor produtivo e entidade de classe, foi um
940 ato de extrema ousadia considerando a situação política do país. Ousadia que pode ser expressa na pessoa
941 do professor José Israel Vargas e o ex-deputado Otávio Elias Alves de Brito. O COPAM foi um espaço
942 extremamente interessante foi um modelo pra essa criação do CONAMA e ele colocou frente a frente, então,
943 setores que não dialogavam e permitiam uma evolução realmente impressionante na discussão de políticas
944 ambientais do país. E criou, pela primeira vez, um espaço em que a sociedade civil pelo menos poderia abrir a
945 boca no que se refere à destinação dos recursos naturais do Estado de Minas Gerais. Posteriormente, o
946 CONAMA a mesma coisa. Então, eu também quero aqui render a minha homenagem aos 25 anos Lei 6931,
947 também lembrando que em 1980, setembro de 1980, o então governador Francelino Pereira assinou a Lei 722,
948 a lei estadual de Goiás, que foi a primeira lei do país a estabelecer procedimentos para licenciamento
949 ambiental no país. Como representante de uma organização ambientalista que trabalha muito com políticas
950 públicas, nós somos bons cobradores, bons críticos, fazemos parte do Conselho Estadual de Política
951 Ambiental hoje, cujo presidente hoje é o ex-ministro José Carlos Carvalho, aqui presente, e o COPAM que
952 agora é paritário entre sociedade civil e poder público, sendo que o poder público estadual é minoritário,
953 porque essa paridade ela está centrada também na presença do IBAMA e de outros órgãos, é realmente um
954 espaço democrático, garantido inclusive pela postura que tem tido o José Carlos nesse aspecto, de valorizar a
955 participação da sociedade e lembrar o seguinte, que até hoje apesar de nós já termos mais de três décadas,
956 digamos assim, da abertura política do país e de nos transformarmos em uma democracia. A área de meio
957 ambiente é a área que realmente mais permite a participação da sociedade, tanto é, não conheço nos outros
958 estados, mas de Minas Gerais chegamos a ter audiências públicas com cinco mil pessoas.

959
960
961 **DVD 03**

962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000
1001
1002
1003
1004
1005
1006
1007
1008
1009
1010
1011
1012
1013
1014
1015
1016
1017
1018
1019
1020
1021

A SRª. MARIA DALCI (Conselheira) – Em termo, realmente, digamos de inserir nas políticas públicas as questões ambientais com a seriedade que merecem realmente. Então, terminando eu digo o seguinte, que se nós formos falar em fases precisamos passar da fase do troca-troca, precisamos assumir que se nós, realmente, queremos ter uma política séria e quando eu digo política ambiental séria, eu digo aquela que conseguir, realmente, a proteção do meio ambiente com interesse econômico, com os empreendimentos econômicos necessários, realmente, ao bem-estar da sociedade nós temos que admitir que muito empreendimentos realmente não podem ser realizados. Não é questão de compensar o troca-troca, eu até digo que a maior parte dos empreendimentos podem ser licenciados, mas não todos. Vocês vejam como é que são as coisas, há 12 anos que tramita, tramita nada, emperrou no Congresso Nacional a Lei de Proteção da Mata Atlântica, essa lei de exploração de floresta foi uma rapidez incrível. Por que será? Não precisa explicar pra vocês que é uma platéia toda esclarecida e agora nós estamos aí com ameaça bem colocada aqui pelo representante do Greenpeace em relação a gestão da maior floresta do planeta. Então, o que eu peço ao governo e ao setor empresarial é que pensem nisso, nessa questão que realmente não pode ser um troca-troca. E não custa lembrar uma coisa, gente, sendo ambientalista, Ministro de Estado, Secretário ou empresário, não interessa. Tem uma coincidência, nós temos um ponto em comum: estamos todos no mesmo planeta, e se ele estourar vamos todos nós pro ralo. Obrigada. (aplausos)

O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente) – Agradeço, conselheira Maria Dalci. Peço aos nossos três oradores restantes que observem o tempo máximo de três minutos. Até agora nós temos sido tolerantes, a extrapolação do tempo trás prejuízos muito significativo ao andamento das outras atividades que nós temos nessa reunião e estabelece uma desigualdade em relação aqueles conselheiros que estão cumprindo o combinado com relação ao tempo determinado. Passo a palavra agora a conselheira Patrícia Tomazzini do CADES.

A SRª. PATRÍCIA TOMAZZINI (Conselheira do CADES) – Bom dia a todos. Bom dia a senhora Ministra, senhores Secretários, Eduardo Jorge, demais componentes da mesa, conselheiros presentes, senhoras e senhores. Primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade aqui que nós ambientalistas temos de nos manifestar e gostaria, porém, com a oportunidade, as críticas construtivas e assuntos polêmicos são inevitáveis e, principalmente, pra agradecer e enriquecer sempre as discussões. Como primeiro ponto eu ressaltaria, como já foi dito até por colegas daqui, a representatividade da sociedade civil através das entidades, das organizações no Conselho Municipal do Meio Ambiente que nós estamos, efetivamente, sempre lutando para que essa representatividade aumente, pra que a participação da população de uma certa forma se faça mais eficaz. Também temos como outro ponto polêmico trazer todos os assuntos relativos ao meio ambiente e aos projetos e problemas que envolve o meio ambiente ao CADES. Nós tivemos, recentemente, nos últimos anos o plano diretor estratégico, os planos regionais da cidade de São Paulo, que é uma megalópole, e que não houve a participação, efetiva, da Secretaria do Verde do Meio Ambiente, podendo trazer conseqüências gravíssimas pro futuro da metrópole. Nós temos também outros assuntos relacionados até mesmo a participação da Secretaria do Verde do Meio Ambiente na ampliação do aeroporto de Congonhas, também conhecido nacionalmente. Sendo outra questão de uma crítica. Precisamos aumentar a participação dos municípios nas questões ambientais. Nós temos municípios como São Bernardo do Campo que está inserido aí numa zona de mananciais extremamente frágil e importante pra toda metrópole que si quer tem um conselho de meio ambiente. Isso até choca devido à importância do município. Precisamos melhorar a estrutura da Secretaria do Verde aqui de São Paulo que tem o menor orçamento do município pra que capacite (aplausos) e reestrua suas equipes técnicas pra absorver todas as questões ambientais tão graves e importantes como as que temos em São Paulo. E, por fim, não só isso, mas pra ser breve, desvincular as questões puramente políticas dos projetos ambientais, objetivando a efetiva melhoria da qualidade de vida do cidadão e das futuras gerações. Obrigada. (aplausos)

O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente) – Brigado conselheira. Passo agora ao conselheiro Heitor Marzagão, que é o conselheiro tanto do conselho municipal, quanto do conselho estadual do meio ambiente.

O SR. HEITOR MARZAGÃO (Conselheiro do Conselho Municipal e do Conselho Estadual do Meio Ambiente) – Senhora Ministra do Meio Ambiente, bom dia. Secretario Eduardo Jorge, CADES, Secretaria do

1022 Meio Ambiente, bom dia. Senhores da mesa, um bom dia também. Conselheiros do CONAMA, do CONSEMA
1023 e do CADES. Demais pessoas da platéia. É preocupação, de fato, do Movimento Ambientalista do Estado de
1024 São Paulo a questão do fortalecimento do SISNAMA, senhora Ministra. Essa questão que está na pauta da
1025 União, hoje, nós podemos ver pelo que se discute traz nessa descentralização a tentativa desse
1026 fortalecimento. Mas como conselheiro eu posso observar que o Estado de São Paulo tem o CONSEMA é um
1027 órgão forte, é um órgão que tem dentro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente um órgão como a CETESB
1028 ou como, tem uma estrutura técnica de suporte que traz a qualidade das suas discussões. Dentro das
1029 Secretarias do município, por exemplo, esse tipo de fortalecimento não existe. Ao descentralizarmos as
1030 questões ambientais e até mesmo por levarmos o licenciamento para os municípios, esse fortalecimento
1031 desses órgãos técnicos tem que ser feito a fim de que vamos garantir as decisões ambientais para as futuras
1032 gerações. A conselheira que esteve aqui, a conselheira Patrícia está de oito meses de gravidez e para essa
1033 geração, para as próximas gerações é que devemos tratar a questão desse fortalecimento e o quanto que ele
1034 de fato pode trazer de melhoria ou de pioria nas decisões ambientais. Com relação ao que foi dito aqui também
1035 da participação, quero lembrar que o CONAMA, hoje, tem 10% de ambientalistas na sua constituição, o
1036 CADES também tem 10%. Faz bem o CONSEMA, no CONSEMA nós temos um número muito maior,
1037 aproximadamente 18%, 1/6 dos componentes do CONSEMA são integrantes do movimento ambientalista e
1038 isso fortalece o movimento ambientalista que deve estar dentro desses conselhos pra tomadas das decisões e
1039 no controle eficiente das decisões do governo. E uma outra questão, Ministra, pra encerrar é que as questões
1040 relativas aos ambientes urbanos devem ser pauta eficaz também dentro do CONSEMA, porque os ambientes
1041 urbanos hoje sofrem violências do ponto de vista da construção dessas cidades, muitas vezes pautada pelo
1042 setor econômico, pouco se discute sobre as questões ambientais, a renaturalização dos rios, a preservação
1043 dos rios, a preservação desse ambiente e essa questão deve ser tratada com maior eficiência pelo SISNAMA
1044 para que nós tenhamos no futuro cidades também que tenham a base ambiental acima, muita vezes, da
1045 questão de cunho econômico e de cunho político. Muito obrigado. (aplausos)

1046
1047
1048 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Agradeço o
1049 conselheiro Marzagão. Passo a palavra agora ao conselheiro Valmir Grama, da Bahia, que se despede do
1050 CONAMA nessa sessão. Já aproveitar pra agradecer as importantes contribuições trazidas pelo conselheiro
1051 Valmir nesse último período de funcionamento nesse conselho.

1052
1053
1054 **O SR. VALDIR GRAMA (Conselheiro)** – Bom dia a todos. Saúdo a Ministra de quem eu sou profundamente fã
1055 de carteirinha. Eu quero dizer que durante esses dois anos que estivemos aqui trouxemos as demandas do
1056 Nordeste, eu represento a região Nordeste com muita ética, com muito respeito e digo que o CONAMA pra
1057 mim foi uma universidade porque a gente tem as demandas regionais, mas realmente aqui esse universo faz
1058 com que a gente saia daqui com a cabeça pensando seriamente nas questões permeiam a nossa nação. E
1059 como eu estou emocionado, é de costume, eu vou recitar um poeminha pra senhora e pra o pessoal da mesa e
1060 pra toda essa platéia de São Paulo que muito bem representa essa nação com sua grandiosidade. “Podaram
1061 as gramas, cortaram as árvores, colheram as flores. Mataram os jacarés, curtiram as peles, colheram os
1062 ideais. Prenderam os pássaros, fecharam as grades, perderam as chaves. Nunca mais a liberdade. Nunca
1063 mais a liberdade”. Com esse poema eu desejo ao meu sucessor, Domingos, que se engaje aqui no CONAMA
1064 e que faça, também, um bom trabalho pra representar muito bem o Nordeste. Obrigado. (aplausos)

1065
1066
1067 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Encerrando a nossa
1068 sessão de tribuna livre. Passo a palavra ao conselheiro Sérgio Guimarães, CONAMA.

1069
1070
1071 **O SR. SÉRGIO GUIMARÃES (Conselheiro)** – Senhora Ministra Mariana Silva, presidente do CONAMA,
1072 senhores conselheiros, presentes aqui. Eu quero, em primeiro lugar, dizer que acho que esse é um momento,
1073 assim, bem importante, momento de comemoração, de reflexão sobre esse arcabouço legal na área do meio
1074 ambiente no Brasil. Eu quero reinteirar as homenagens que fizeram, fizemos aqui ao Dr. Paulo Nogueira Neto,
1075 a pessoa dele e em homenagem a todas as pessoas que vem trabalhado nisso no Brasil. Inclusive, as
1076 pessoas, os vários ambientalistas que tombaram nessa luta durante todo esse período. Eu acho bastante
1077 importante, principalmente, no sentido de ver como uma visão clara pode contribuir para transformar alguma
1078 coisa no sentido positivo. Dr. Paulo falou duas coisas que eu considero importantes e bastante atuais, a
1079 estratégia que ele usou de buscar sempre unir as pessoas no sentido de conseguir melhores resultados e
1080 também estar sempre olhando como se pode fazer pra beneficiar um maior número de pessoas. Trazendo
1081 essa questão ambiental vinculada a questão social que não era uma coisa que tava colocada desde o início.

1082 Acho que isso são aspectos bastante importantes que o Dr. Paulo trouxe. E nós temos, assim, uma
1083 compreensão de que o arcabouço legal colocado nesse país, hoje, existe um consenso praticamente, é um
1084 dos melhores que existe no mundo. Mas nós ainda temos um desafio muito grande que é o cumprimento
1085 dessa legislação ambiental e a diminuição dos problemas ambientais no país. Nós temos um paradoxo, temos
1086 um arcabouço legal muito bom, mas aí nós temos um baixo cumprimento das normas, das leis. Então, eu acho
1087 que esse é o desafio que se coloca. Nesse sentido eu acho que alguns pontos são muito importantes, eu acho
1088 que a melhoria das estruturas, o aumento dos orçamentos tanto pro Ministério do Meio Ambiente como pros
1089 estados, como pros municípios, os orçamentos de meio ambiente ainda são muito, são irrisórios com relação
1090 ao orçamento geral, orçamento do Ministério do Meio Ambiente não chega a meio por cento do orçamento da
1091 União. Então, é fundamental que esses orçamentos sejam maiores, é fundamental que as estruturas de meio
1092 ambiente possam ser maior, essa questão da descentralização é uma questão importante, é mais um passo
1093 que tá sendo dado no sentido começou com o Governo Federal, os governos estaduais, a tendência a
1094 municipalização isso é necessário, mas é, como já foi colocado aqui com outros conselheiros, é extremamente
1095 necessário que seja feito com cuidado, com normas que garantam e com a radicalização da participação da
1096 sociedade, o aumento do controle social, o aumento da transparência é fundamental para que se consiga
1097 melhorar o cumprimento de todo esse arcabouço legal que tá colocado aí. Melhorar a eficácia de todo esse
1098 arcabouço legal que tá colocado aí. E nesse sentido eu acho que do lado da sociedade, no momento que isso
1099 acontece, do lado da sociedade se exige uma participação da sociedade de uma forma mais qualificada. Como
1100 colocou bem a Ministra Marina na fala dela aqui hoje, que não só criticar, mas hoje os ambientalistas têm
1101 buscado encontrar soluções para os problemas, como ela citou a questão da BR 163, a questão do Rodoanel.
1102 E isso é mais um passo que está sendo dado, uma exigência ao movimento de ter uma participação mais
1103 qualificada. Isso é fundamental. Mas nesse sentido também é fundamental que a gente procure encontrar
1104 formas de financiamento desse trabalho, financiamento público desse trabalho, nós precisamos discutir isso,
1105 nós precisamos é encontrar formas de poder qualificar e nos fortalecer porque tem muita gente que tá
1106 sacrificando a sua vida profissional no sentido de poder dar maiores contribuições. Então, deixa que esse
1107 desafio, no sentido da melhoria das estruturas sejam governamentais e sejam não governamentais também
1108 para que se possa melhorar a eficácia de todo esse arcabouço legal que tá aqui. Muito obrigado. (aplausos)

1109
1110
1111 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Agradeço o
1112 conselheiro Sérgio, aos conselheiros dos três conselhos que se manifestaram na tribuna livre que é reveladora
1113 da essência, da riqueza e da diversidade dos conselhos de meio ambiente no país. E passo, agora, a
1114 condução do mestre de cerimônias para a nossa solenidade de assinatura dos termos de adesão de treze
1115 novos estados brasileiros ao Portal Nacional do Licenciamento Ambiental.

1116
1117
1118 **CERIMONIAL** – Muito obrigado senhor Secretário. Procederemos à assinatura do termo de adesão para a
1119 integração de treze novos estados no Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. Convidamos para compor a
1120 mesa o Secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, senhor Víctor Zveibil; e também o
1121 vice-presidente da Associação Brasileira de Meio Ambiente, senhor Otávio Okano. Por favor. Nesse momento
1122 fará uso da palavra o senhor Victor Zveibil.

1123
1124
1125 **O SR. VICTOR ZVEIBIL** - Bom dia senhoras e senhores conselheiros. Ministra, Secretário Eduardo Jorge, Dr.
1126 Nilo, Dr. Langone. Nós neste âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente temos pouco a dizer em relação
1127 à importância do licenciamento como instrumento fundamental da política de meio ambiente. Na verdade
1128 somos todos militantes deste campo, desta área e temos nessa comemoração dos 25 anos, exatamente, a
1129 perspectiva da importância deste instrumento e da necessidade da maior transparência da democratização da
1130 informação em relação a esse instrumento, da melhor articulação e da máxima articulação no âmbito do
1131 SISNAMA entre os órgãos ambientais, estaduais, municipais e federal em relação a este termo. A Lei 10.650
1132 de 2003 indicou a importância, a garantia do acesso público as informações ambientais pelos órgãos de meio
1133 ambiente, estaduais e pelo IBAMA para toda a sociedade. O fortalecimento do SISNAMA é uma diretriz
1134 colocada pela senhora Ministra e uma diretriz da Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2003,
1135 e nesta linha temos avançado com o Sistema Nacional de Informações de Meio Ambiente, o SINIMA. Como
1136 parte do SINIMA nós desenvolvemos em parceria com os órgãos ambientais estaduais, o IBAMA e, portanto, o
1137 Ministério do Meio Ambiente o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. O Portal Nacional de
1138 Licenciamento Ambiental que já está disponível na internet já integrou, desde 2005, desde junho de 2005 em
1139 sua primeira etapa 7 estados e uma estrutura rápida de informação e de consolidação das informações sobre
1140 licenciamento como estão sendo desenvolvidas pelo IBAMA e pelos OEMAS. É um instrumento importante na
1141 linha de informação a sociedade, na linha de orientação de políticas públicas, um instrumento importante para

1142 o Ministério do Meio Ambiente identificar as demandas e as necessidades dos estados com relação à questão
1143 do licenciamento, porque trás informações substanciais sobre as tipologias de empreendimentos que estão
1144 sendo submetidos ao licenciamento nos estados. Já tínhamos, como eu disse, sete estados integrados a esse
1145 sistema, hoje estamos assinando, formalizando a integração de mais treze estados e o Distrito Federal. O
1146 Estado de São Paulo já manifestou e já oficializou o seu interesse em integrar o Portal Nacional de
1147 Licenciamento Ambiental e acreditamos que em breve teremos, portanto, todo o território brasileiro, todos os
1148 OEMAS integrados nesse sistema, assim como o IBAMA. Acredito que o acesso a essas informações pode
1149 gerar muitos dados, muitas análises, muitas oportunidades de posicionamento da sociedade civil, um
1150 acompanhamento online. Do ponto de vista da implantação do sistema vale apenas dizer que ele significou o
1151 esforço de articulação entre as equipes do Ministério, as equipes da área de tecnologia da informação e os
1152 órgãos ambientais para a compatibilização das linguagens, porque cada estado tem o seu sistema de
1153 informação nas suas linguagens específicas. E nós desenvolvemos uma linguagem que está associada ao
1154 SINIMA como uma linguagem universal e como uma linguagem capaz de absorver as informações dos
1155 procedimentos de licenciamento dos estados e compatibilizá-las nesse Portal Nacional. Fizemos processos de
1156 capacitação em casa um dos estados, capacitações centralizadas em Brasília e capacitação junto aos estados
1157 de maneira que as equipes técnicas possam estar alimentando de maneira permanente esse portal. Portanto,
1158 acreditamos que é mais um instrumento na linha da formulação, na linha do fortalecimento do SISNAMA da
1159 integração e democratização de informações. Essas são as informações sintéticas que eu posso passar a
1160 respeito do Portal, ele está disponível e acessível na página do Ministério e acredito que muitos de vocês já o
1161 estejam utilizando. Agradeço e cumprimento, de antemão, os estados que estão se integrando a esse sistema,
1162 colocando a equipe da Secretaria de Qualidade Ambiental e a equipe da área de informação, de sistema de
1163 informação do Ministério à disposição. Obrigado. (aplausos)

1164
1165
1166 **CERIMONIAL** - Neste momento serão assinados os termos de adesão para integração no Portal Nacional de
1167 Licenciamento Ambiental. Gostaria de convidar aqui no palco para assinatura representando o Estado do Acre,
1168 senhor Carlos Edgard de Deus, presidente do Instituto do Meio Ambiente do Acre. Por favor. Convidamos
1169 também representando o Estado de Alagoas, senhor Ricardo César Oliveira, presidente do Instituto do Meio
1170 Ambiente do Estado de Alagoas. Convidamos também a senhor Ministra Marina Silva para assinatura dos
1171 documentos. Representando o Distrito Federal, o senhor Rubens Martins, Secretário Estadual do Meio
1172 Ambiente, Recursos Hídricos do Distrito Federal. Por favor. Representando o Estado do Espírito Santo,
1173 senhora Maria da Glória Abaurrer, Secretária Estadual para Assuntos do Meio Ambiente. Representando o
1174 Estado do Maranhão, o senhor Hotelino Nova Alves Neto, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais
1175 do Estado do Maranhão. Senhor Ricardo César Oliveira, presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado
1176 de Alagoas. Representando o Estado do Mato Grosso, senhor Luiz Henrique Chaves Daldegan, da Secretaria
1177 Estadual de Meio Ambiente. Representando o Estado do Mato Grosso do Sul, senhor Sidroner de Castro
1178 Paulino, presidente do Instituto do Meio Ambiente Pantanal. Senhor José Elias Moreira Secretário Estadual do
1179 Meio Ambiente, Cultura e Turismo. Representando o Estado do Piauí, senhor Dalton Melo Macambeira,
1180 Secretário Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Representando o Estado de Pernambuco, o
1181 senhor Titulível de Barros Sousa, presidente da Companhia Pernambucana do Meio Ambiente. Senhora
1182 Fátima Maria Miranda Brainer, Secretária-executiva da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
1183 Representando o Estado do Rio Grande do Norte, convidamos o senhor Eugenio Marcos Soares Cunha,
1184 diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.
1185 Representando o Estado de Santa Catarina, senhor Fernando Melquíades Elias Júnior, diretor-presidente da
1186 Fundação de Meio Ambiente. Também senhor Sérgio de Sousa da Silva, Secretário Estadual do
1187 Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Representando o Estado de Sergipe, senhor Ednaldo Batista dos
1188 Santos, diretor-presidente da ADEMA. E, também, senhora Maria do Socorro Barros Andrade Caixo, Secretária
1189 Especial do Meio Ambiente. Representando o Estado do Tocantins, senhor João Josué Batista Neto,
1190 presidente do Instituto Natureza do Tocantins. Representando todos os estados aqui presentes nós
1191 gostaríamos de convidar pra fazer uso da palavra o senhor Luiz Henrique Daldegan, Secretário do Meio
1192 Ambiente do Estado do Mato Grosso.

1193
1194
1195 **O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN (Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso)** - Bom dia
1196 a todos. Excelentíssima Ministra Marina Silva, a qual cumprimento todos da mesa. É com muita satisfação que
1197 represento aqui os estados que estão assinando neste momento esse importante termo de adesão em relação
1198 ao Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. Acreditamos que três pilares são de extrema importância na
1199 gestão ambiental em qualquer esfera seria a parte da infra-estrutura, a parte da legislação e a parte da
1200 transparência e do controle social. E nós temos certeza de que um dos grandes marcos da sua gestão junto ao
1201 Ministério do Meio Ambiente é facilitar cada vez mais essa transparência dos licenciamentos. E nós das

1202 OEMAS também temos esse pensamento de que somente através de uma transparência pode facilitar tanto o
1203 trabalho dos nossos técnicos como também essa verificação por parte da sociedade. Então, esse Portal nós
1204 acreditamos que os estados que ainda não fizeram essa adesão logo logo estarão fazendo porque acima de
1205 tudo é uma interação entre as OEMAS, é uma interação entre a sociedade. Então, nós agradecemos a
1206 oportunidade e só para terminar, parabenizar os 25 anos do CONAMA, uma pequena parte de um poema que
1207 diz o seguinte: “somos viajantes de apenas um instante, a vida passa como um bem-te-vi. O meio ambiente
1208 tem alma como a gente, nosso descendentes vão morar aqui”. Meu muito obrigado. (aplausos)
1209

1210
1211 **CERIMONIAL** – Muito obrigado senhor Secretário. Nessa ocasião lançamos o livro de resoluções do
1212 CONAMA, com a entrega pela senhora excelentíssima Ministra de um exemplar os presidentes do CONSEMA
1213 e do CADES e também ao Dr. Paulo Nogueira, idealizador do conselho. O livro de resoluções do CONAMA é
1214 uma publicação do Ministério do Meio Ambiente. Reúne o texto integral, consolidados das resoluções técnicas
1215 e administrativas vigente no CONAMA, publicadas entre julho de 84 e maio, agora, de 2006. As resoluções são
1216 classificadas por tema, com índice temático e cronológico. Os conselheiros do CONAMA vão receber um
1217 exemplar do livro no quiosque na entrada deste teatro. Aos conselheiros do CONSEMA e CADES a entrega
1218 será feita pela Secretaria Executiva dos respectivos conselhos. Em função do número limitado de livros nesta
1219 primeira edição, nós informamos que os demais participantes que tiverem interesse podem fazer seus pedidos
1220 junto ao credenciamento para segunda edição do livro a ser publicada em outubro próximo. Convidamos todos
1221 os participantes a assistirem o seminário “Licenciamento ambiental da avaliação de impacto ambiental,
1222 avaliação ambiental estratégica” que vai ser realizar neste teatro a partir das 2hs da tarde, continuando durante
1223 todo o dia de amanhã. Nós gostaríamos de agradecer a colaboração da Universidade São Marcos, da
1224 UMAPAZ, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Goiânia, da ANA e do IBAMA. Agradecemos o apoio
1225 da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, da Secretaria do Verde do Meio Ambiente da cidade
1226 de São Paulo e do SESC. Nós gostaríamos de pedir atenção para os seguintes informes. Informamos aos
1227 conselheiros que haverá transporte pro SESC, amanhã, dia primeiro, as 8h15 saindo dos hotéis Green Place,
1228 Confort Nova Paulista, Paulista Plaza Golden Tulip, Bienal Fest Class Hotel Flat. O SESC aqui da Vila Mariana
1229 vai realizar, hoje, a partir das 9horas um show com o músico Renato Teixeira, todos estão convidados. E
1230 amanhã no encerramento dessa reunião será servido um café oferecido pela Universidade São Marcos. Nós
1231 vamos dar por encerrada esta solenidade, convidando a todos para um brunch oferecido pela Secretaria do
1232 Meio Ambiente de São Paulo que será servido a partir de agora no foier deste teatro. Os trabalhos no período
1233 da tarde começarão as 2horas. Muito obrigado. Bom brunch e bom seminário.
1234

1235
1236 **CERIMONIAL** - Pedimos a todos que desliguem seus aparelhos telefônicos ou que o programe para a função
1237 silenciosa. Senhoras e senhores é com grande satisfação que estamos hoje reunidos para dar continuidade a
1238 48ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, juntamente com a 78ª
1239 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, CONSEMA, e da 81ª Reunião Ordinária do
1240 Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CADES. Hoje, comemorando os 20
1241 anos da Resolução 01 de 86, faremos uma análise da evolução da avaliação de impacto ambiental, AIA, como
1242 instrumento de licenciamento no âmbito da política nacional de meio ambiente, até emergência da avaliação
1243 ambiental estratégica. Dando início aos trabalhos iniciaremos com a mesa número um que vai tratar da
1244 evolução da política ambiental e histórico legislativo sobre o licenciamento ambiental. Convidamos para
1245 compor a mesa um desta solenidade de hoje, na coordenação dos trabalhos o Dr. Nilo Diniz, diretor do
1246 CONAMA, do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Dr. Nilo Diniz é diretor e tem como formação sociólogo e
1247 jornalista. Como painalista convidamos Dr. Cláudio Langone, Secretário-executivo do Meio Ambiente. Dr.
1248 Cláudio Langone é engenheiro químico, ex-secretário municipal de meio ambiente de Porto Alegre, ex-
1249 presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, ex-secretário de meio ambiente,
1250 ex-presidente da ABEMA. Convidamos Dr. Fábio Feldman, advogado e secretário-executivo do Fórum Paulista
1251 de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade para ser o segundo painalista. Dr. Fábio Feldman é ex-
1252 presidente da SOS Mata Atlântica, ex-secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
1253 Globais e Biodiversidade e ex-deputado constituinte. Convidamos para compor a mesa como painalista Dr.
1254 Francisco Ubiraci Craveiro de Araújo. Pedimos desculpas pelo erro que cometemos na elaboração do nosso
1255 folder, porque o Dr. Ubiraci saiu como procurador do Ministério Público, sendo que o cargo dele é procurador
1256 federal da assessoria geral da União. E é gerente da Câmara de Meio Ambiente do Ministério Público Federal.
1257 Experiência profissional é procurador-geral do IBAMA de 94 a 99, foi procurador-geral da Superintendência da
1258 Borracha em 1989 e professor de direito ambiental na pós-graduação do UniCEUB do Distrito Federal.
1259 Convidamos para compor a mesa como debatedor, Dra. Mariestela Bernardo. Dra. Mariestela é jornalista e
1260 doutora em sociologia, foi consultora independente, é presidente do Conselho Diretor do Instituto Internacional
1261 de Educação do Brasil, desculpa, é o cargo atual dela, ela é presidente do Conselho Diretor do Instituto

1262 Internacional de Educação. E como experiência destaques consultora legislativa do Senado para a área de
1263 meio ambiente durante 15 anos, inclusive na constituinte, e assessora política de comunicação da Senadora
1264 Marina Silva. Convidamos para compor a mesa Dra. Iara Verocai, arquiteta e consultora em planejamento
1265 ambiental. Dra. Iara Verocai é arquiteta. Dr. Ubiraci, por favor, já está presente? Passamos a palavra agora, ao
1266 Dr. Nilo Diniz, diretor do CONAMA.

1267
1268
1269 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Enquanto aguardamos Ubiraci. Ah, já tá aqui.
1270 Rápido né? Bom, primeiro eu quero saudar a todos os painelistas e debatedores estão aqui reunidos numa
1271 única mesa, que nós na verdade vamos apenas fazer uma diferenciação de tempo de manifestação de cada
1272 um, no caso painelistas de um lado, debatedores de outro. Mas sabemos que a importância de reunir todas
1273 essas pessoas aqui, porque o tema dessa mesa precisa, de alguma maneira, reunir exatamente, pontos de
1274 vista diferenciados. O tema geral do seminário é licenciamento ambiental da Avaliação de Impacto Ambiental,
1275 AIA, Avaliação Ambiental Estratégica. Nós temos como objetivo nesse seminário, hoje e amanhã, fazer uma
1276 reflexão sobre os 20 anos de vigência da Resolução 01 de 1986, analisando a evolução da Avaliação de
1277 Impacto Ambiental como instrumento de licenciamento no âmbito da política nacional de meio ambiente até a
1278 emergência da avaliação ambiental estratégica como um instrumento, hoje, considerado fundamental do ponto
1279 de vista da avaliação de impacto da avaliação ambiental de forma mais abrangente, seja integrada,
1280 estratégica, diferenciações de manifestação do conceito, mas o objetivo é exatamente ampliar o foco de
1281 observação de análise, de avaliação da implantação de projetos de grandes públicos ou privados em áreas
1282 sensíveis. E hoje, nessa mesa nós vamos ter então, uma manifestação de três painelistas pela ordem o nosso
1283 procurador do Ministério Público Federal, Dr. Francisco Ubiraci Craveiro de Araújo. Procurador federal,
1284 perfeito. Procurador geral da Advocacia Geral da União, Dr. Ubiraci, que vai fazer uma abordagem mais de
1285 caráter histórico sobre a inserção do ordenamento jurídico nacional da política, fazendo uma retrospectiva
1286 histórica desde o final da Primeira Guerra Mundial até os dias de hoje. Em seguida vamos ouvir o nosso ex-
1287 deputado Fabio Feldman que vai fazer uma abordagem da sua experiência como personagem fundamental no
1288 período da Constituinte, embora jovem como a maioria de nós, o Fábio foi um personagem importante naquela
1289 ocasião. Claro. Mas é interessante a gente falar entre jovens de 20, 25 anos atrás já ativos fazendo história,
1290 fazendo política e acho isso muito legal, reunido aqui. A Maristela Bernardo, aliás, antes da Maristela ainda
1291 temos mais um painalista fundamental que é o Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio
1292 Langone, que vai fazer uma abordagem também com algum caráter histórico, mas já indicando alguns desafios
1293 no horizonte que temos do ponto de vista do licenciamento da avaliação e dos demais instrumentos da política
1294 nacional do meio ambiente. Pra debater a ideia desses três painelistas, nós convidamos a Maristela Bernardo
1295 que é colega nossa e companheira nossa, enfim, de debate também desde antes da Constituinte também, na
1296 Constituinte também com uma atuação muito importante, inclusive, interagindo com os ambientalistas, com a
1297 bancada de deputados na ocasião. Então, com um olhar bastante interessante pra provocar um pouco o
1298 debate aqui entre nós e a Iara Verocai que foi, que é consultora de planejamento, arquiteta e participou,
1299 também, ativamente no período de formulação da Resolução 01 de 86. Então, nós vamos conceder a cada um
1300 dos três painelistas vinte minutos, nós vamos ter que ser assim relativamente rigorosos aqui no tempo,
1301 inclusive, a equipe do CONAMA vai dar um apoio aqui pra coordenação da mesa, né? Em relação ao tempo,
1302 quando restar cinco minutos vou pedir que nos avise pra gente alertar o painalista que estiver apresentando e
1303 os debatedores nós vamos considerar dez minutos, exatamente pra fazer um comentário a título de debate
1304 sobre o tema e sobre a exposição de cada um dos painelistas. Então, sem mais delongas eu quero passar a
1305 palavra, inicialmente, ao nosso Francisco Ubiraci pra fazer a primeira exposição.

1306
1307
1308 **O SR. FRANCISCO UBIRACI DE ARAÚJO (Procurador-geral da Advocacia Geral da União)** - Boa tarde a
1309 todos. Quero, então, agradecer esse convite do Ministério do Meio Ambiente pra tá participando aqui desse
1310 seminário tão importante, histórico, inclusive, a gente diria porque nós teremos chances de ver que a lei que
1311 faz 25 anos tá bastante atualizada, conforme veremos. E realmente marca toda uma luta que não é apenas
1312 legal. Uma luta que se introduziu no Brasil junto com, a parte legal, vem toda uma parte social, econômica,
1313 que é justamente como se trata a questão ambiental. Queria cumprimentar todos os integrantes da mesa, na
1314 pessoa da doutora Iara Verocai. E saudar muitos amigos que eu já encontrei aqui hoje. Dizer que é uma
1315 alegria enorme revê-los. E só fazendo aquela retificação que o Nilo fez. Eu sou procurador Federal da AGU,
1316 mas já há sete anos tô requisitado do Ministério Público, na Câmara de Meio Ambiente. Então, só porque no
1317 folheto saiu, Procurador do MPF, na verdade sou da Advocacia Geral da União. Bom, então, essa parte que
1318 me coube é justamente dos antecedentes e históricos. O Nilo quando foi ler o resumo da apresentação, disse
1319 que a gente vai ver desde a primeira guerra até os dias atuais, mas não se preocupe que eu não ultrapassarei
1320 meus 20 minutos. São apenas referências pontuais, né? Dessa época pra cá. Mas pra gente ter uma noção de
1321 como o movimento foi nascendo, e aos poucos se incorporando, realmente a gente tem que, só um minuto.

1322 Então, quando acabou a primeira guerra mundial. Foi criada a liga das nações, os Estados Unidos e a
1323 Inglaterra, até no início tentaram participar, mas o Congresso Americano e o Parlamento do Reino Unido
1324 acabou não aprovando a entrada deles, e eles realmente, então, não participaram da liga das nações. Mas
1325 quando acabou a segunda grande guerra, ficou claro que a Liga das Nações não cumpriu aquele papel que ela
1326 pretendia, né? Da paz mundial etc. Então, os Estados Unidos e a Inglaterra começaram a esboçar essa nova
1327 onda mundial, do enfoque para as áreas da economia e da política. O que resultou na criação da ONU em
1328 1945 com adesão de mais de 50 países já de início, entre eles o Brasil. E a ONU incorporou imediatamente
1329 dois organismos internacionais, que haviam sido criados um pouco antes, o Banco Mundial e o Fundo
1330 Monetário Internacional, que acabavam de ter sido criados pelo acordo de *Bretton Woods*. Então, esses
1331 órgãos, a ONU, Banco Mundial e Fundo Monetário, visavam respectivamente manter a paz e segurança
1332 mundiais, promover o investimento internacional, manter a estabilidade de câmbio, ou seja, reconstrução na,
1333 da economia daqueles países que tinham sido dizimados pela guerra. E pra isso começaram a fazer vários
1334 acordos de comércio entre os países, né? Os que tavam mais dizimados ter uma ajuda econômica de outros
1335 países. Então, surgiram vários acordos, entre eles o acordo Geral de Tarifas e Comércio, posteriormente foi
1336 substituído pela Organização Mundial de Comércio. Já aqui no Brasil o fim da segunda guerra coincidia com o
1337 fim do primeiro mandato do Presidente Getúlio Vargas. E o Brasil que ficou um pouco na dúvida, mas depois
1338 ficou do lado dos países aliados, recebeu alguns dividendos, né? Por ter participado ao lado deles na segunda
1339 guerra. E um desses dividendos foi justamente a Companhia Siderúrgica Nacional, cujo o primeiro alto forno
1340 começou a funcionar em 1946. Então, esses organismos internacionais que se criaram, como eles visavam
1341 muito a questão econômica, pra medir esse crescimento, passaram a utilizar de vários índices. O Produto
1342 Interno Bruto, Produto Nacional Bruto, densidade demográfica, crescimento populacional, balança comercial,
1343 déficit, superávit, dívida pública, renda per capita, e as nossas tão conhecidas dívida externa e infração. Com
1344 isso eles iam medindo como é que a economia do País tava se desenvolvendo, e vocês vão notando que por
1345 enquanto nada, pelo menos até aqui, se falou da questão ambiental. Porque o financiador e destinatário de
1346 todos esses aparatos econômicos, era pra medir o crescimento. Que era o axioma que melhor identificava a
1347 política naquele tempo. Já no segundo mandato de Getúlio Vargas em 53, ele criava um dos ícones da
1348 economia nacional, a Petrobras. E o Governo Juscelino se afasta um pouco do nacionalismo do governo
1349 Vargas. E passa a dá maior ênfase no desenvolvimento industrial. Atraindo o capital estrangeiro, iniciando
1350 vultosas obras de infra-estrutura, telecomunicações, estradas, etc. Em 65 foi uma década, a década de 70 foi
1351 uma década tão próxima da inglês, que tinha uma relação com meio ambiente, quanto a década de 30. Mas
1352 nesse período em 65 surge o atual código florestal. Em 67 a Lei de proteção a Fauna, o código de pesca e o
1353 código de mineração. E logo após 67 entramos naquele período de 68 a 74, que se denominou chamar de
1354 milagre econômico. Porque nesses seis anos o Brasil cresceu com índices mais ou menos estáveis, e índices
1355 altos. Principalmente se a gente comparar hoje em dia com os nossos índices. Só que nessa época a
1356 expansão mais uma vez privilegiava as indústrias de base, metalurgia e siderurgia, além de grandes obras de
1357 infra-estrutura. Então, era plena época do Brasil grande com muitos membros, outros ainda não eram
1358 nascidos, mas era a época da ponte Rio – Niterói, do tri-campeonato, transamazônica, etc. Já no governo Cais,
1359 surgem mais dois outros símbolos do crescimento. Até agora nada se falou do desenvolvimento sustentável. A
1360 Itaipu binacional e as usinas nucleares de Angra dos Reis. Só que nesse período nos Estados Unidos foi
1361 lançado um livro em 62, chamado Primavera Silenciosa, sobre os efeitos do DDT, que quando da sua
1362 descoberta foi saltado grande entusiasmo, ele passou a ser usado primeiramente pelos soldados da segunda
1363 grande guerra, pra afastar os insetos da malária. E o inventor DDT chegou inclusive a receber um prêmio
1364 Nobel em 1948. Mas esse livro mostrava como é que o DDT, só que mais na frente isso passou a ser
1365 comprovado em vários outros pesticidas, como é que ele penetrava na cadeia alimentar e se acumulava nos
1366 tecidos gordurosos dos animais, incluindo nós humanos, indo inclusive até o leite, né? Da mãe que
1367 amamentava e etc. Com risco de causar câncer e dano genérico. E questionava de forma eloquente algo que
1368 até então a gente ia aceitando, sem se preocupar com esse efeito. Que era a confiança cega da humanidade
1369 no processo tecnológico, até existir a sensação, ah se é novo, se é tecnológico é bom, vamos usar. Então, não
1370 existia essa preocupação de saber os danos que aquilo poderia causar. Esse livro, embora lançado em 62, a
1371 primeira idéia dela de escrever no artigo foi logo após a segunda grande guerra, ainda em 45, mas essa idéia
1372 dela foi rejeitada por uma revista da época, que persiste até os dias de hoje. E só em 58 depois dela ter mais
1373 comprovações desses perigos, dos danos que esses pesticidas tavam causando, é que finalmente ela então
1374 decide escrever o livro, e leva mais quatro anos pra concluir o livro. E nesse livro que foi procedido de muitas
1375 pesquisas científicas, é demonstrado que o DDT matava insetos numa lavoura durante meses após a
1376 aplicação. E que o efeito dele permanecia mesmo após a chuva, etc. E num dos capítulos do livro mas, assim,
1377 impressionantes ela mostra como uma cidade inteira passou a ficar no maior silêncio na primavera, quando
1378 antes pássaros cantavam, crianças brincavam, etc. Até por isso surgiu o nome Primavera Silenciosa. O fato é
1379 que isso chamou atenção de muita gente, esse alerta era assustador demais pra ser ignorado. Contaminação
1380 de alimentos, risco de câncer, alteração genética e morte de espécies inteira. Então, pela primeira vez a
1381 necessidade de regulamentar a produção industrial, de modo a proteger o meio ambiente, se tornou a cerca.

1382 Começaram, então, as preocupações ambientais. Sete anos depois os Estados Unidos, edita uma lei da
1383 política nacional de meio ambiente deles, prevendo avaliação no pacto ambiental, até com uma diferença da
1384 nossa, porque lá também serve até pra projeto de lei. É pra projetos, planos e programas, e para propostas
1385 legislativas de intervenção no meio ambiente, de forma interdisciplinar. Sendo que o documento resultante da
1386 avaliação de pacto ambiental é o nosso hoje conhecido, lá denominado declaração de pacto ambiental. O Ipiei,
1387 que é Agência de Proteção Ambiental, veio no ano seguinte, em 1970. Em 72 é divulgado por um outro
1388 relatório, o limite do crescimento. Onde se concluía que mantido aquela forma de exploração, as atuais
1389 tendências de crescimento da população mundial, incluindo a industrialização, poluição, produção de alimentos
1390 e diminuição de recursos naturais. Os limites de crescimento serão alcançados algum dia dentro dos próximos
1391 100 anos. E o resultado mais provado será um declínio súbito incontrollável, tanto da população, quanto da
1392 capacidade industrial,
1393

1394

DVD 04

1395

1396

1397

1398 **O SR. FRANCISCO UBIRACI DE ARAÚJO (Procurador-federal da assessoria geral da União)** - Aquilo que
1399 se tratava, até então, só de crescimento, medindo com aqueles índices, passou a ir sendo substituído pelo
1400 termo “desenvolvimento sustentável”, que é um conceito que muita gente acha que surgiu no relatório do
1401 nosso futuro de 87, mas, na realidade, ele foi originado em 1968, na Conferência da Biosfera, em Paris, que é
1402 um modelo de desenvolvimento que leva em consideração, além dos fatores econômicos, linguagem muito
1403 conhecida pra todos na época, aqueles de caráter social e ecológico, assim como as disponibilidades dos
1404 recursos vivos e inanimados e as vantagens e os inconvenientes a curto e longo prazo de outros tipos de ação.
1405 Então, um conceito de 68, mas que volta já com uma nova roupagem, com uma nova leitura cinco anos depois,
1406 em 73. Só que a gente, de uma geração mais nova, tá bem lembrado da Rio 92 e pode achar que a
1407 conferência de 72 teve aquela mesma ânsia, aquela mesma expectativa e, realmente, não foi assim. O
1408 embaixador-geral (*ininteligível*) Aires do Nascimento e Silva fala que essa realização dessa conferência não
1409 teve uma repercussão positiva entre os países em desenvolvimento. Ao contrário do caso de alguns, a reação
1410 foi, francamente, antagônica, como no caso do Brasil. O fator mais importante era que as questões
1411 ambientalistas também tinham importância secundária para os países em desenvolvimento, onde os grandes
1412 desafios em os problemas, a pobreza e suas seqüelas: fome; falta de moradia; de roupa; de educação, de
1413 escola. Então, não tinha nem tempo de pensar em questões ambientais. Para eles, os direitos políticos e civis
1414 pouco importavam em relação a direitos econômicos e sociais. O próprio Itamarati reconhece isso no seu site.
1415 Essa transcrição é da página do Itamarati, que a delegação brasileira, a principio, cética a respeito da
1416 conferência, depois assinou sem reserva a declaração de Estolcomo. Em conseqüência, Henrique Brandão
1417 Cavalcanti, secretário-geral do Ministério do Interior e membro da delegação brasileira, ao retornar ao Brasil,
1418 promoveu elaboração do decreto, que instituiu, em 73, a Secretaria do Meio Ambiente, que iniciou suas
1419 atividades já em janeiro de 74. E nesse período pós-conferência de 72 a ONU, então, como controlava o
1420 quanto o Banco Mundial e o FMI, passou a incorporar e solicitar novos mecanismos de aferição para
1421 financiamento dos projetos que eles financiavam. E um desses estudos era justamente de avaliação de
1422 impactos ambientais. Então, alguns projetos do Brasil no final da década de 70 e início dos anos 80, entre eles
1423 algumas usinas hidrelétricas, tiveram que fazer estudos ambientais, mas com modelos estrangeiros, porque
1424 nós não tínhamos a nossa própria lei. Então, consciente de que o Brasil não poderia submeter-se
1425 indefinidamente a normas estritamente internacionais nós começamos a buscar a nossa própria lei até porque,
1426 tanto a declaração de Estocolmo, de 72, quanto a do Rio, de 92, dizem que os estados têm o direto soberano
1427 de explorar os seus próprios recursos de acordo com sua política ambiental. Então, em 1981, exatamente há
1428 25 anos atrás, no dia 31 de agosto, foi editada a Lei 9638, prevendo os conceitos, princípios, diretrizes,
1429 objetivos, instrumentos nos quais tá a avaliação de impactos ambientais ou licenciamento, penalidades e
1430 também a criação do Sisnama e do CONAMA. Em 83, a ONU cria a Comissão Mundial do Meio Ambiente e
1431 Desenvolvimento, que foi presidida pela primeira-ministra da Noruega. Era uma comissão de 20 membros e
1432 dentre esses 20 membros estava o professor Paulo Nogueira Neto. Essa comissão em quatro anos, então, ela
1433 elaborou esse relatório: “O Nosso Futuro Comum”, pôde viajar por diversas partes do mundo. E nele esse
1434 conceito de desenvolvimento sustentável fica bem mais presente, bem mais numa linguagem mais clara do
1435 que o originário da Conferência da Biosfera lá de Paris. Só que esse conceito que se consolidou em 87 nós já

1436 tínhamos na nossa lei da Política Nacional do Meio Ambiente desde 81, que é o Artigo 4º, Inciso 6º, que lista
1437 os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente e fala da preservação e restauração dos recursos
1438 ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente. Então, essas duas ocorrências,
1439 utilização racional pra ter uma disponibilidade permanente é justamente o que se busca com o
1440 desenvolvimento sustentável. Então, isso pra nós não foi novidade, porque já tava na nossa lei. Tem essa
1441 discussão, desenvolvimento sustentado, sustentável ou auto-sustentável. O próprio professor Paulo Nogueira
1442 Neto explica que começou como sustentado, mas depois esse termo dava impressão que alguém ficaria
1443 financiando de fora e passaram a utilizar sustentável. Depois veio o termo auto-sustentado. Agora, eu só
1444 queria listar bem rapidamente, concluindo aqui, quatro pontos que tão na nossa lei desde 1981, mas, por
1445 exemplo, o princípio do poluidor/pagador, pra grande maioria dos países só foi conhecido com a declaração do
1446 Rio de 92, lá no seu Princípio 16, pra nós já existe desde 81 na lei da política no Artigo 4º Inciso 7º. A
1447 imposição ao poluidor e ao predador da obrigação de recuperar e indenizar os danos causados e ao usuário da
1448 contribuição pela utilização de recursos ambientais, ou seja, tem também o princípio aí do usuário pagador. Só
1449 que na nossa legislação o princípio usuário pagador já vem desde o Código de Águas, de 1934, nos seus
1450 artigos 111 e 112, e agora na Lei da Política Nacional dos Recursos Hídricos vários artigos falam nisso. Outra
1451 coisa importante dessa lei é que em pleno 1981, época da Ditadura Militar, se deu competência privativa pro
1452 CONAMA. Isso, na época, foi muito significativo, porque é um órgão deliberativo, consultivo, com participação
1453 da sociedade que tinha uma competência, tinha várias competências, como tem até hoje, mas uma delas
1454 privativa. Claro que depois o Congresso também legislou sobre poluição de veículos, mas isso começou no
1455 CONAMA. Iniciou no Brasil a responsabilidade civil objetiva e nós só temos isso mais no Código do
1456 Consumidor e na Lei Antitruste. Isso até 1994, porque quando a lei de crimes ambientais trouxe isso no seu
1457 Artigo 1º foi vetado, porque esse conceito de desen, de responsabilidade civil objetiva tava incomodando muita
1458 gente. E o professor Paulo Nogueira Neto lembra numa entrevista de 2002 que naquela época também foi
1459 assim. A lei foi aprovada com apenas dois vetos, dois votos contrários, desculpe. Ok, tô concluindo. Mas antes
1460 de ser sancionada o Congresso pediu veto de 13 artigos, não é, de uma lei que tinha 26 artigos, mas ele
1461 conversou com o presidente na época e só foram vetados dois artigos. Bom, concluindo mesmo, agora,
1462 finalmente, duas grandes novidades, a última alteração da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi a
1463 inclusão como um dos instrumentos, a concessão florestal, a servidão ambiental e o seguro ambiental. Isso foi
1464 feito esse ano pela Lei da Gestão de Florestas Públicas e concluindo e agradecendo a paciência de todos, um
1465 assunto que vai ser tema aqui desse seminário, que é a avaliação ambiental estratégica. Nós entendemos que
1466 ela já existe na nossa lei, que nós não precisamos de lei pra isso. Que a nossa política nacional de meio
1467 ambiente, quando trata de avaliação de impactos ambientais trata, tá tratando como gênero. Então, se essa
1468 avaliação for feita por obras, empreendimentos ou atividades isso se dá através de um EIA/Rima ou de outros
1469 estudos ambientais. Se for feita a avaliação de impactos ambientais por projetos, planos e políticas seria
1470 através de uma avaliação ambiental estratégica. Bastaria ser regulamentada pelo Conama, como ele fez com o
1471 EIA/Rima através da Resolução 1 de 86. Então, agradeço a atenção de todos. Fico à disposição pra alguma
1472 dúvida. Muito obrigada. (*aplausos*)

1473
1474 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado Ubiracy, especialmente pela
1475 pontualidade e, em função do tempo que nós temos, que, infelizmente, não é muito generoso, nós temos um
1476 limite aqui de uso desse espaço do teatro hoje, em função de que o Sesc estar oferecendo também no
1477 aniversário do Conama um show hoje com Renato Teixeira. Então, vocês vão pra o auditório, às 18h, para
1478 preparar a apresentação do músico Renato Teixeira. Eu vou passar a palavra, então, imediatamente ao Fábio
1479 Feldmann para fazer a sua exposição.

1480
1481 **O SR. FÁBIO FELDMANN (Secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e**
1482 **Biodiversidade)** - Bom pessoal, boa tarde. Eu queria agradecer a oportunidade de tá aqui com a comunidade
1483 ambientalista de maneira geral e fazer uma tentativa de uma reflexão dos últimos 25 anos para pensar nos
1484 próximos 25 anos, porque eu tô vendo aqui o Zé Carlos Carvalho, o nosso ministro, o Bruno, Maristela, todas
1485 as pessoas aqui. E eu acho que é inevitável que nós, na verdade, pensemos, pois bem, se a Lei da Política
1486 Nacional do Meio Ambiente existe há 25 anos, quer dizer a Constituição Brasileira praticamente vai fazer 20
1487 anos daqui a dois anos, outubro de 88, o que acontece é que nós estamos enfrentando essa crise ambiental
1488 no país e no mundo. Quer dizer, no mundo, porque todos vocês sabem, quer dizer, hoje na agenda

1489 internacional, eu acho que nós temos dois grandes temas: o terrorismo e o tema do aquecimento global. E, em
1490 relação ao tema do aquecimento global, o que nós assistimos, eu tenho conversado muito isso com o
1491 Langone, é que de dois anos pra cá a percepção fundamentalmente da comunidade científica sobre o tema é
1492 de que as coisas são muito mais graves, urgentes e emergenciais. Não é isso? Do que eram há dois anos
1493 atrás. Quer dizer, eu vou contar aqui uma ex, eu acho que cabe num evento como esse contar um pouco
1494 experiências pessoais, mas o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, ele foi criado porque durante a
1495 negociação de Kyoto, o Zé Carlos Lembra bem disso, o presidente Clinton ligou pro presidente Fernando
1496 Henrique duas vezes, pedindo ajuda na negociação difícil do que deveria ser o protocolo, inclusive no
1497 mecanismo de desenvolvimento limpo. E, dada essa situação, nós chegamos à conclusão, quer dizer a
1498 comunidade ambientalista de maneira geral, o Bruno lembra bem, foi na casa dele, não é? Que nós teríamos
1499 que colocar o tema do aquecimento global como uma espécie de responsabilidade do presidente da República,
1500 porque nos outros países quem negociava era o presidente da República, inclusive no caso de Kyoto, quer
1501 dizer, Al Gore foi mandado para os Estados Unidos, como vice-presidente, na ocasião, para negociar. E
1502 quando nós fomos, íamos fazer as primeiras exposições para os ministros sobre aquecimento global e para o
1503 próprio presidente nós fizemos alguns vídeos e se considerava que o que constava aqueles vídeos havia um
1504 exagero, quer dizer, que havia alarmismo e hoje, passados seis anos, quer dizer, o que nós estamos vendo no
1505 Ártico verdadeiramente é o degelo das calotas polares, tanto do Ártico quanto do oeste da Antártida e as
1506 conseqüências são absolutamente dramáticas, ou seja, quer dizer, a situação do planeta, especialmente no
1507 tema de aquecimento global é muito mais urgente, é muito mais dramática que qualquer um de nós
1508 poderíamos imaginar há seis anos atrás. Portanto, quando foi sancionada a Lei da Política Nacional do Meio
1509 Ambiente, quer dizer, como disse o Bira, em pleno regime autoritário, quer dizer, a situação do planeta, a
1510 situação do país era diferente. Do país radicalmente era diferente, porque quem me conhece aqui há muitos
1511 anos sabe que eu logo naquele período fui advogado da Associação das Vítimas da Poluição de Cubatão e
1512 quando nós fomos registrar a entidade, com o Dorgival, com o Nilo, com algumas outras pessoas que estão
1513 aqui, quer dizer, houve um registro, uma recusa do registro alegando que aquela entidade era uma ameaça à
1514 segurança do Estado Brasileiro e que, portanto, a comunidade não poderia se reunir, inclusive no caso de
1515 Cubatão, a grande suspeita, viu Andréia, era de crianças anencefálicas, ou seja, crianças sem cérebro e as
1516 autoridades governamentais, elas não tinham capacidade política de entrar, inclusive, numa das grandes
1517 empresas poluidoras da época, que era a Petrobras. Então, eu tô colocando esse quadro pra dizer o seguinte,
1518 quer dizer, nós comunidade ambientalista, quer dizer, o que nós conquistamos nesses anos? Primeiro, eu acho
1519 que, como foi colocado aqui, a idéia de sustentabilidade, na minha opinião, ela, hoje, ela tá presente e ela, do
1520 ponto de vista conceitual, ela é, na minha opinião, consolidada. Do ponto de vista de implementação da
1521 Legislação Brasileira nós temos problemas gravíssimos. E vou citar um caso que foi colocado aqui pelo Bira,
1522 da Reserva Legal. Quer dizer, a Reserva Legal, a idéia da Reserva Legal existe no código, na Legislação
1523 Florestal Brasileira desde 1934 e se criou a Reserva Legal por uma questão, isso eu aprendi com o Zé Carlos,
1524 por motivos econômicos. Quer dizer, a necessidade de manutenção de lenha, de insumo energético para as
1525 locomotivas, não é isso Zé, se fez uma reserva que era pra manter a capacidade de insumos energéticos. Eu
1526 tô colocando o caso da Reserva Legal pelo seguinte, que por uma conquista ambiental, que é a penetração do
1527 tema de meio ambiente no setor empresarial, mais especificamente no setor financeiro. Quer dizer, hoje existe
1528 os chamados Princípios do Equador, que na verdade é *Equat Principals*. Eu tô falando isso, porque ela não foi
1529 assinada no país do Equador, ela, na verdade, é uma, é um compromisso voluntário, não é isso Cristina, dos
1530 bancos, que só financiam empreendimentos que atendam requisitos ambientais, quer dizer, a partir de que
1531 muitos bancos brasileiros subscreveram os princípios do Equador a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo
1532 passou a ter uma dificuldade que é dar o atestado pra propriedades rurais e que elas estão quites com a
1533 Reserva Legal. A partir do que o governo de São Paulo, Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo
1534 fez um decreto, criando e dando um prazo de 30 anos pra Reserva Legal, e o que aconteceu, a Fiesp, aquela
1535 mesma Fiesp que praticamente há 30 anos atrás negavam a existência de poluição em Cubatão, se organizou,
1536 impetrou uma ação declaratória de inconstitucionalidade contra o decreto da Reserva Legal, que quero insistir
1537 com vocês, a Reserva Legal no Brasil ela existe desde 1934, então, quer dizer, é uma certa inversão, dizer,
1538 “Ah, eu tô com uma propriedade e agora eu tenho que tirar a vegetação pra manter a Reserva Legal”. A
1539 questão é exatamente inversa. Não se poderia ter desmatado e, portanto, a Reserva Legal deveria estar lá. E a
1540 Fiesp entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Reserva Legal e tá condicionando o apoio
1541 a candidatos a deputado federal em São Paulo que assumam compromisso de diminuição de Reserva Legal

1542 aqui na Legislação Brasileira. Então, eu tô colocando isso, Zé Carlos, porque eu acho que a comunidade
1543 ambientalista, o movimento ambientalista tem que fazer uma radical transformação no sentido de saber que
1544 estratégicas nós vamos adotar diante de uma situação que, na minha opinião, ela é interessante, é paradoxal e
1545 ela é complexa. Quer dizer, não há nenhum cidadão nesse país ou não há talvez nenhuma empresa no país
1546 que assumiria publicamente qualquer manifestação contra a idéia da sustentabilidade ou mesmo contra a idéia
1547 do desenvolvimento sustentável. Quer dizer, hoje há uma consciência plena de cidadania planetária em
1548 relação aos grandes biomas do Brasil e talvez um bom exemplo, não é Langone, e o Projeto de Lei de Mata
1549 Atlântica, que vai completar 14 anos tramitando no Congresso Nacional com as dificuldades que nós
1550 conhecemos. Então, na minha opinião, a situação é paradoxal, porque se de um lado nós temos uma
1551 consciência de que existe a idéia da sustentabilidade e ela penetra no setor empresarial e em outros setores,
1552 por outro lado, nós estamos vivendo uma crise de implementação da legislação de um lado e uma crise
1553 planetária no caso do aquecimento global que, na minha opinião, será o grande desafio da humanidade nos
1554 próximos 20 anos. Eu não tenho nenhuma dúvida de dizer isso, que a humanidade vai enfrentar cada dia mais,
1555 quer dizer, o que nós chamamos na convenção, não é Vitor, a questão da adaptação e mais do que
1556 adaptação, da vulnerabilidade, ou seja, quer dizer, nós ultrapassamos o sinal vermelho. A comunidade
1557 científica é muito resistente em assumir compromissos, mas o planeta já tá vivendo a crise do aquecimento
1558 global e nós temos que estar preparados para o que isso vai significar em termos de comprometimento da
1559 matriz energética brasileira, que é baseada na hidroeletricidade. Ela vai afetar eventualmente a agricultura
1560 brasileira, a citricultura, a cafeicultura e até a sojicultura, porque um dos riscos da Amazônia é a transformação
1561 das (*ininteligível*) da floresta amazônica em cerrado ou a chamada savanização. Então, o que eu acho que é
1562 importante nessa reflexão dos 25 anos da Política Nacional do Meio Ambiente é o que nós aprendemos nos
1563 últimos 25 anos e o que nós temos que fazer, na minha opinião, estrategicamente nos próximos 25 anos. E
1564 aqui uma observação de caráter absolutamente suprapartidário. As dificuldades, não vou nem falar deste
1565 governo, viu Langone, a comunidade ambientalista enfrentará grandes dificuldades no próximo governo, seja
1566 ele quem for, pela questão do licenciamento, que hoje é colocado pra sociedade brasileira como grande
1567 impedimento do desenvolvimento do Brasil. E nós sabemos, inclusive quero fazer aqui publicamente um
1568 comentário, eu fui constituinte mais a Maristela Bernardes foi constituinte, porque nós trabalhamos juntos
1569 naquela época e muitos dos artigos da Assembléia Nacional Constituinte foram redigidos em conjunto com a
1570 doutora Maristela, que era assessora do Senado e assessora do Fábio Feldmann informalmente. Então, quer
1571 dizer, o ano que vem, independentemente de quem vai ser o presidente da República nós, no campo da, de
1572 energia enfrentaremos uma situação das hidrelétricas no norte do país ou Belo Monte, no Xingu, ou as usinas
1573 hidrelétricas no Madeira, ou nós enfrentaremos a discussão nuclear que vai, que é recorrente, quer dizer,
1574 inclusive, tem um grande pensador da Teoria de Gaya, fez um, de uma entrevista bombástica dizendo que o
1575 grande equivoco dos ambientalistas, eu não tô vestido carapuça aqui, foi não ter combatido os combustíveis
1576 fosseis e ter combatido o nuclear porque, segundo James (*ininteligível*), quer dizer, o nuclear é uma opção
1577 diante do combustível fóssil. Não tem, eu não tô endossando dessa posição. Então, a discussão que surge em
1578 relação ao licenciamento ambiental, em primeiro lugar é uma estratégia de esclarecimento da sociedade
1579 brasileira, quer dizer, e de apoio, inclusive, ao Ministério do Meio Ambiente no sentido de que quando há a
1580 discussão do licenciamento ambiental ele traz e talvez, no capítulo do meio ambiente esse seja o dispositivo
1581 mais importante, que é um estudo de impacto ambiental, ele traz uma possibilidade de exercício de cidadania e
1582 de democracia através do licenciamento ambiental, porque o licenciamento ambiental e o estudo de impacto
1583 ambiental é o único instrumento que permite a participação da sociedade. E quando a sociedade ela participa
1584 na discussão do licenciamento ambiental os conflitos que são atribuídos maliciosamente ao licenciamento
1585 ambiental são os conflitos que existem na sociedade em relação a determinado empreendimento. Portanto,
1586 quer dizer, a defesa do licenciamento ambiental, que ela tem que ser feita, é a defesa da democracia nos
1587 tempos de pós-modernismo, nos tempos contemporâneos. Quer dizer, Angra III, Angra I, Balbina, Tucuruí,
1588 Transamazônica, Rio Santos, todas essas rodovias, todos esses empreendimentos de infra-estrutura foram
1589 implantados com os equívocos que nós conhecemos, porque à época não existia esse instrumento importante
1590 da sociedade, que é o licenciamento ambiental, que tem uma componente técnica que é fundamental que é
1591 importante, mas eu diria que é o aspecto mais fundamental do licenciamento ambiental é permitir à sociedade
1592 que ela participe através dos procedimentos e por isso que esses procedimentos são importantes. Então, eu
1593 queria fazer, em relação aos 25 anos e pensar nos próximos 25 anos, quer dizer, a enfatizar a necessidade da
1594 defesa do licenciamento ambiental, porque no momento em que se abrir mão do licenciamento ambiental está

1595 se abrindo mão da cidadania contemporânea, que é permitir que o cidadão participe concretamente na
1596 discussão daquele empreendimento que lhe afeta direta ou indiretamente. É óbvio que há, inclusive, conflitos,
1597 inclusive, entre a democracia clássica, tradicional e a democracia participativa que se traz num licenciamento
1598 ambiental. E vou citar um caso concreto, que o Bira deve conhecer, porque discutimos muito naquela época.
1599 Quando foi se discutir o licenciamento de Angra II, quer dizer, não houve um estudo de impacto ambiental,
1600 porque a defesa da Advocacia-Geral da União, e eu sei porque houve um requerimento de informação, foi de
1601 que não haveria necessidade, inclusive, de lei no Congresso Nacional, como consta pela emenda do então
1602 senador Itamar Franco, porque o orçamento tinha aprovado recursos para Angra II e, portanto, não haveria
1603 necessidade do licenciamento. O que, na minha opinião, é um grande equívoco, inclusive, porque no caso do
1604 nuclear a grande objeção que nós fazemos ao nuclear diz respeito à questão da segurança e ao depósito dos
1605 rejeitos radioativos que aumenta a insegurança em função do risco de um eventual acidente. Então, em
1606 relação ao que nós conquistamos nos últimos 25 anos, eu queria dizer que nós comunidade ambientalista
1607 temos que fazer a defesa do licenciamento ambiental como instrumento de cidadania. E, inclusive, advertir os
1608 nossos adversários de que o licenciamento ambiental ganhou uma dimensão de universalidade. Quer dizer, na
1609 declaração do Rio, nas convenções de mudanças climáticas, de biodiversidade e desertificação consta a idéia
1610 e consta concretamente, não é isso Cristina, a idéia de estudos de impacto ambiental. O que nós vamos
1611 pensar nos próximos 25 anos e quero fazer uma discussão de natureza essencialmente política em relação
1612 aos próximos 25 anos. Quer dizer, há sim um conflito entre presentes e futuras gerações e a defesa das
1613 futuras gerações, que eu acho que é a grande contribuição no movimento ambientalista, ou seja, dizer: "Olha,
1614 pessoal, além de nós existe, há necessidade de se pensar pras futuras gerações". Quer dizer, a grande
1615 contribuição da Constituição Brasileira é o Artigo 225, que tem um *caput* que diz isso e todas as declarações
1616 de Estocolmo, depois a declaração do Rio, quer dizer, a grande contribuição até de natureza legal é dizer que
1617 as futuras gerações têm seus direitos garantidos e assegurados nesses textos. Só que quando você fala entre
1618 conflito de presentes e futuras gerações, certamente há uma dificuldade política concreta, porque as futuras
1619 gerações elas não têm voz, a exemplo do que existe em relação às presentes gerações. Nós podemos dizer,
1620 de maneira geral, que nós, sociedade civil, eu aqui falo como sociedade civil, até um certo ponto, nós temos
1621 uma legitimidade de defender os interesses difusos, os interesses coletivos nos quais se encontram os direitos
1622 das futuras gerações, mas eu não sei se isso é suficiente. E aí eu tô olhando pra Lara Verocai dizendo que a
1623 grande dificuldade política do licenciamento ambiental é que o déficit de planejamento e discussão das
1624 políticas que se implementam no Brasil, elas se refletem concretamente no licenciamento ambiental. Quando o
1625 Germano, numa audiência pública do Consema, quando o Langone, como secretário-executivo do Conama, ou
1626 Nilo estão discutindo concretamente um EIA/Rima, um estudo de impacto ambiental, quer dizer, de certa
1627 maneira se transfere para a área de meio ambiente, quer dizer, a defesa dos interesses das futuras gerações e
1628 do meio ambiente, quer dizer, num instrumento que, na minha opinião, não está preparado e foi formatado pra
1629 isso. Quer dizer, eu, quando fui secretário de Meio Ambiente eu, em N ocasiões, vou citar um caso de parques
1630 temáticos, em que não havia um macro zoneamento da região. Então, os impactos indiretos de
1631 congestionamento, de adensamento, quer dizer, que teriam que estar resolvidos por planejamento urbano ou
1632 por plano diretor da cidade, (*ininteligível*), não existia isso, então, você transfere para o EIA/Rima, quer dizer, e
1633 para a autoridade ambiental, quer dizer, de certa maneira, a responsabilidade de decidir a última instância em
1634 favor dessas futuras gerações. E daí surge o problema político que eu acho que é inevitável, tenho que falado
1635 isso com Langone, em solidariedade, quando se fala mal do licenciamento ambiental, que aí as baterias todas
1636 são voltadas contra o licenciamento ambiental, porque é no licenciamento ambiental, eu quero insistir, que o
1637 conflito da sociedade se coloca. Quer dizer, o conflito existe, mas não é na audiência pública ou na decisão,
1638 num EIA/Rima que se coloca. Por isso, Lara, que eu acho que a avaliação estratégica ela é importante, porque
1639 ela vai permitir, do mesmo jeito que o EIA/Rima permitiu o exercício de cidadania num determinado espaço
1640 político, público, quer dizer, que haja uma discussão das políticas públicas brasileiras. Quer dizer, se imaginar
1641 que é o Ibama ou mesmo o Ministério do Meio Ambiente que terá a capacidade de enfrentar a discussão da
1642 matriz energética brasileira ao se analisar efetiva e concretamente as hidrelétricas no Norte do país, Angra III,
1643 aqui na região Sudeste, ou qualquer outro tipo de atividade com tão grande impacto é, na minha opinião,
1644 condenar a área de meio ambiente a um escrutínio público que nós entramos em desvantagem imediatamente.
1645 É a avaliação ambiental estratégica que pode nos preparar, inclusive comunidade ambientalista, a enfrentar as
1646 complexidades que no mundo contemporâneo nos temos que enfrentar. Quer dizer, se, de fato, as usinas
1647 nucleares representam riscos, se as hidroelétricas causam os grandes impactos que nós conhecemos, se o

1648 combustível fóssil é o grande responsável pelo aquecimento global, que alternativas nós vamos encontrar junto
1649 com a sociedade e é a avaliação ambiental estratégica com a participação da sociedade que pode, na minha
1650 opinião, suprir a falta de espaço público que nós temos, vide campanha eleitoral, para discutir com a sociedade
1651 sistemas que são cruciais, inclusive pra defesa das futuras gerações. É isso que eu queria dizer em termos
1652 provocativos. Obrigado. (*aplausos*)
1653

1654 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Muito obrigado, Fábio. Eu acho que já
1655 tivemos duas abordagens interessantes. Um painel muito bom aqui apresentado pelo Ubiracy e agora essa
1656 provocação que avalia e ao mesmo tempo prospecta um desafio muito grande pro movimento e, na verdade,
1657 pro gestor público também. De uma forma geral, eu acho que ficou um pan de fundo pra gente ouvir agora o
1658 nosso secretário-executivo Cláudio Langone, que vai, então, como atual gestor público, como secretário-
1659 executivo do Ministério do Meio Ambiente, nos dizer um pouco de perspectivas a partir desse painel e desses
1660 desafios apontados aqui pela mesa até agora.
1661

1662 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Quero cumprimentar
1663 o doutor Nilo pelo evento de hoje. Quero fazer um agradecimento ao Fábio que fez um redesenho de agenda
1664 para poder estar conosco, estamos considerando que o Fábio era, seria uma figura insubstituível nesse painel,
1665 em função do seu acolhimento nessas diferentes frentes de atuação dele. Eu vou procurar fazer uma série de
1666 perceptivas genéricas sobre pontos referentes aos avanços do licenciamento ambiental. Eu acho que o
1667 licenciamento é o centro para essas discussões da Resolução 01. As insuficiências do licenciamento. As
1668 insuficiências que são atribuídas ao licenciamento, mas que, na verdade, não são do licenciamento e aos
1669 desafios que nós temos pra uma nova agenda do setor ambiental pro próximo período. No entanto, eu queria
1670 começar a minha avaliação com uma manchete. Lendo pra vocês uma manchete do Hoje, do estado de São
1671 Paulo, que diz o seguinte, fala de um pequeno dirigente de uma estatal brasileira, o presidente da Eletrobras,
1672 Dr. Aloísio Vasconcelos. Diz o seguinte: “Ou o governo dá um soco na mesa e libera esses projetos ou este
1673 povo do meio ambiente vai parar o Brasil”. Essa manchete, ela poderia ser de 25 anos atrás, mas, infelizmente,
1674 lamentavelmente, ela é de um dirigente de uma empresa estatal importante que tem um acúmulo na agenda
1675 ambiental infinitamente superior à posição pública do senhor presidente, que não corresponde à posição do
1676 Governo Federal, que não corresponde à posição do Ministério de Minas e Energia e que, na verdade,
1677 corresponde ao fato de que o Brasil andou muito nos últimos 25 anos, mas o pensamento de pessoas como
1678 essa ficou parado há 25 anos atrás, antes de todas as conquistas que nós estamos celebrando aqui. Eu queria
1679 começar considerando que nós não podemos perder de vista que o licenciamento ambiental é um instrumento
1680 muito importante como instrumento de gestão na política ambiental brasileira e ele não pode ser visto como um
1681 fim ou como um instrumento em si mesmo. Ele só tem sentido à medida em que, como instrumento, ele
1682 apresente resultados conectados a outros instrumentos de questão, que contribuam para a sustentabilidade, a
1683 preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente. Ele foi um instrumento fundamental para conseguir
1684 garantir que um país como o Brasil tenha hoje uma capacidade instalada em termos de performance ambiental
1685 de todos os setores público e privado que nos garante o cumprimento do que eu chamaria de linha básica de
1686 performance ambiental. Isso, em geral, nas atividades produtivas brasileiras tá basicamente garantido, embora
1687 nós tenhamos ainda déficits de implementação importantes e agendas importantes, onde o licenciamento
1688 ainda não está plenamente consolidado. No entanto, isso foi fundamental num momento em que a observância
1689 ou a elevação a uma linha básica do cumprimento da legislação ambiental, que era uma coisa importante e
1690 suficiente, mas hoje, para considerar uma estratégia inteligente de inserção pelo Brasil da economia
1691 globalizada nós precisamos trabalhar com uma combinação entre busca da linha básica de atendimento a
1692 requisitos ambientais e instrumentos que incentivem a melhoria de performance ambiental. E esses
1693 instrumentos que incentivem a melhoria de performance ambiental ou são instrumentos estratégicos ou,
1694 pinciplamente, são uma área em que nós avançamos ainda muito pouco, que são de instrumentos
1695 econômicos, sobretudo, instrumentos tributários e fiscais que busquem trabalhar no sentido de incentivar os
1696 setores empreendedores do país a buscar uma melhoria progressiva da performance ambiental, uma vez que
1697 ela faz uma diferença muito significativa no padrão de competitividade da inserção do país na economia
1698 globalizada. Há, no meio do caminho, entre a 01, a Constituição de 88 e agora um elemento que foi muito
1699 importante pro licenciamento ambiental no Brasil que mudou toda a realidade de licenciamento ambiental no
1700 Brasil que foi a introdução do Protocolo Verde, que até a entrada do Protocolo Verde em vigor, na verdade,

1701 mesmo que nós tivéssemos uma legislação obrigando as atividades potencialmente poluidoras a fazer o
1702 licenciamento ambiental, pela baixa capacidade de implementação que nós tínhamos e pelo elevado grau de
1703 centralização ainda tínhamos à época. Onde os Oemas ainda não tinham a estruturação que tem hoje, nós
1704 tínhamos, na verdade, os próprios órgãos de meio ambiente decidindo um leque de atividades prioritárias em
1705 cima dos quais eles iriam exercer a pressão para exigir o licenciamento ambiental. Então, a demanda do
1706 licenciamento ambiental ela vinha, o grau de tamanho da agenda do licenciamento dentro dos órgãos, ela
1707 vinha de dentro dos próprios órgãos. A partir da introdução do Protocolo Verde que cria um mecanismo de
1708 exigência para o acesso ao financiamento nos bancos públicos que nós esperamos que seja estendido, hoje
1709 vários bancos privados praticam isso. Nós temos uma mudança de inflexão que estabelece um instrumento
1710 onde a demanda do licenciamento passa a se colocar de fora pra dentro dos órgãos ambientais e isso provoca
1711 o processo de crescimento permanente da demanda da carteira de licenciamentos ambientais nos órgãos
1712 ambientais num quadro de estabilização da capacidade instalada dos órgãos para processar esse
1713 licenciamento. Essa tendência, se mantida, fará com que nós tenhamos a transformação dos órgãos
1714 ambientais brasileiros em grandes cartórios de expedição de licenças e uma absolutização do licenciamento
1715 ambiental, um empreendimento, o empreendimento dentro das, em referência aos outros instrumentos de
1716 gestão ambiental que pode levar a uma situação de colapso da gestão ambiental brasileira. Esse problema
1717 ainda não está resolvido. Eu quero apontar aqui alguns movimentos, que eu acho que são fundamentais para
1718 que essa questão seja efetivamente resolvida. Em relação às insuficiências do licenciamento eu quero citar,
1719 mesmo correndo o risco de deixar coisas de fora, alguns problemas que têm sido apontados nos diferentes
1720 estudos e avaliações referentes ao licenciamento ambiental. O primeiro é o de maus projetos. Novos projetos
1721 decorrem de uma falta de tradição, de planejamento de políticas de desenvolvimento, de uma falta de tradição
1722 de planejamento de políticas setoriais, principalmente na área de infra-estrutura na indústria e na agricultura, e
1723 decorrem de um problema que nós precisamos resolver que é o fato de que esses 25 anos de vigência na lei
1724 produziram um exército muito significativo de técnicos habilitados a fazer estudos de impacto e levantamentos
1725 ambientais, mas nós não conseguimos introduzir no processo de formação profissional dos profissionais que
1726 fazem os projetos na área pesada, de infra-estrutura a dimensão ambiental como elemento a ser incorporado
1727 pelos próprios projetistas. Então, este problema nós precisamos encontrar um caminho de, que vá no sentido
1728 de qualificar os profissionais responsáveis pelos grandes projetos que têm potencial impacto ambiental,
1729 significativo impacto ambiental para que eles possam, mais nas áreas pesadas incorporem neste projeto a
1730 dimensão ambiental de maneira a resolver um pouco a contradição entre projeto original e EIA/RIMA, como um
1731 elemento de correção do projeto original, que, às vezes, é quase impossível. O segundo é o problema da falta
1732 de transparência e aí é preciso haver, inclusive a autocritica do setor ambiental, porque grande parte dos
1733 problemas associados às insuficiências nas audiências públicas que são um instrumento muito importante e a
1734 dificuldade da sociedade de acompanhamento dos licenciamentos ambientais tem a ver com a falta de
1735 organização de um sistema público de informação, de transparência que dificulta o controle e a participação
1736 social. Sem a informação nós prejudicamos de maneira vital o processo de controle e participação social. O
1737 caminho pra isso tá no Portal Nacional de Licenciamento Ambiental e na estruturação do Sistema Nacional de
1738 Informações do Meio Ambiente que já está funcionando. E um terceiro tema que eu acho que precisa ser
1739 melhor resolvido é que pelo, pela dimensão que o Fábio abordou de que muitas das questões como o
1740 licenciamento ambiental é a única estância de participação pública na discussão dos projetos, todas as
1741 questões, inclusive as não-ambientais vão pra dentro do licenciamento ambiental e há uma questão
1742 extremamente importante a ser enfrentada no contexto do licenciamento ambiental, que é o problema dos
1743 impactos ambientais e sociais. Quando os empresários do setor elétrico falam do custo ambiental dos
1744 empreendimentos nós vamos abrir essa agenda e vamos perceber que as exigências ambientais nesse posto
1745 ocupam de 20 a 30% e que as exigências de reparação de impactos sociais, ocupam cerca 70 a 80% dos
1746 custos, e ninguém tem condições de defender que essas exigências deixem de ser feitas num país como o
1747 Brasil em que essa é uma questão consolidada. Agora, é o setor ambiental que deve arcar sozinho com a
1748 condução do processo de condução dos eventuais conflitos sociais decorrentes da implantação de
1749 empreendimentos no país. Nós achamos que isso deveria ser compartilhado pra outras áreas de governo e
1750 que vários desses conflitos poderiam ser antecipados no processo de tomada de decisão prévio à entrada do
1751 processo no licenciamento ambiental. Há um outro problema também que eu gostaria de me referir de maneira
1752 muito simplificada que é que nós temos uma tendência muito forte de querer transpor um modelo de
1753 licenciamento que se originou focado na indústria pra outros setores. E, principalmente, em relação a um setor

1754 que entrou pouco na agenda do licenciamento ambiental, o setor agropecuário, nós não condição de reproduzir
1755 o padrão de licenciamento de um empreendimento que nós implicamos pra indústria. Vamos citar aqui a
1756 suinocultura, avicultura, a irrigação e outros empreendimentos que são conjuntos grandes de pequenos
1757 empreendimentos cujo impacto significativo se dá, justamente pela associação dos empreendimentos e não
1758 pelo empreendimento isoladamente e, portanto, não há nenhuma resolutividade do licenciamento como
1759 instrumento gestor se nós formos licenciar caso a caso. nós precisamos pensar em dinâmicas de
1760 licenciamento por cadeias, por setores, por microbacias que qualifiquem e simplifiquem o processo de
1761 licenciamento. A outra questão que eu acho que nós deveríamos refletir é a relação entre o licenciamento
1762 ambiental como instrumento, a gestão florestal, que, do meu ponto de vista, demorou a entrar na lógica do
1763 Sisnama e que tem instrumentos muito importantes que devem ser fortemente conectados à dinâmica do
1764 licenciamento ambiental e aos instrumentos da política de recursos hídricos ou alguém aqui pensa que nós
1765 podemos tratar do licenciamento de irrigantes no país, por exemplo, sem pensar numa articulação entre o
1766 licenciamento e a outorga, que, em geral, estão subordinados aos mesmos órgãos, esses dois setores. A
1767 integração dos instrumentos de gestão do Sisnama com os instrumentos de gestão de recursos hídricos me
1768 parece fundamental e nós temos hoje um grupo de trabalho formado no plano federal, justamente pra buscar
1769 caminhos de integração desses instrumentos. Agora, o problema é que nós temos uma série de insuficiências
1770 que são apontadas pra dentro do licenciamento ambiental que não são insuficiências do licenciamento
1771 ambiental. Porque o licenciamento ambiental não pode ser absolutizado como um instrumento, uma vez que
1772 pela abordagem de avaliação de empreendimento a empreendimento nós perdemos a dimensão regional
1773 necessária pra avaliação de impactos e nós temos, principalmente nas obras de infra-estrutura, que são
1774 indutoras de processos de bom ou mal, desenvolvimento, impactos ambientais indiretos muito mais
1775 significativos que os diretos. E, portanto, o EIA/RIMA e mecanismos compensatórios do licenciamento não
1776 resolvem o problema. O exemplo mais emblemático é o exemplo da BR-163 e a solução mais emblemática é a
1777 solução do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, onde o licenciamento se vincula a que uma
1778 obra de desenvolvimento, de infra-estrutura é a âncora de um processo de planejamento regional induzido pelo
1779 setor ambiental. E aí eu quero trazer aqui uma reflexão que é muito importante, que é o seguinte. É evidente
1780 que nós precisamos promover um choque de gestão no Sisnama, trazendo uma relação de equilíbrio mais
1781 adequada entre os instrumentos regulatórios como o licenciamento e os instrumentos estratégicos de
1782 planejamento e gestão. Vamos fazer uma avaliação do grau de capacidade que os órgãos ambientais públicos
1783 no país, em relação ao zoneamento ecológico-econômico, ao gerenciamento-custeio, à avaliação integrada de
1784 bacia e à avaliação ambiental estratégica. Eles são instrumentos previstos na Legislação, mas qual é o grau de
1785 capacidade institucional que nós temos pra aplicar esses instrumentos pra além de teses acadêmicas como
1786 instrumentos refletivos de gestão. E aí entra uma questão que é central que pra mim tá colocada e o Fábio já
1787 abordou isso, que é o seguinte, ou nós enfrentamos a agenda do desenvolvimento ou a agenda do
1788 desenvolvimento nos enfrenta. Pra enfrentar a agenda do desenvolvimento nós precisamos dar capacidade
1789 propositiva ao setor de meio ambiente. Pra dar capacidade propositiva ao setor de meio ambiente nós
1790 precisamos criar nichos de inteligência, estruturados dentro dos órgãos ambientais que sejam capazes de
1791 desenvolver esses instrumentos estratégicos de planejamento e gestão e que entendam de transporte,
1792 energia, saneamento, integração, desenvolvimento regional, turismo e todas as áreas que tem relação
1793 conosco, porque a transversalidade não é um processo que cai do céu. Ela, se nós estamos falando de
1794 transversalidade dentro do governo nós precisamos ter um sujeito ativo que alimente o processo de
1795 transversalidade e diga como fazer a introdução da dimensão ambiental numa estratégia de desenvolvimento.
1796 E, nesse sentido, é importante reconhecer que, ou nós adotamos uma postura consciente de revisão do atual
1797 processo de estruturação do setor ambiental ou nós vamos perder a capacidade de criar inteligência, que nos
1798 permita fazer isso, sem obviamente deixar de reconhecer que nós temos alguns nichos pequenos de
1799 inteligência no setor ambiental brasileiro e nas universidades em relação a essa questão. Isso significa uma
1800 mudança do perfil dos órgãos ambientais que precisam se transformar de órgãos setoriais em órgãos
1801 transversais que incidam sobre a agenda do planejamento e aí nós temos um problema muito sério, que
1802 também foi abordado pelo Fábio, que é o seguinte, o Brasil é um país que tem compulsão por pensar
1803 estratégias de curto prazo. O Brasil tem deslumbramento por pensar estratégias de curto prazo que não
1804 extrapolam quatro ou cinco anos. Nós temos dificuldade pra fazer valer o PPA, que é um instrumento de quatro
1805 anos. E, portanto, nós precisamos fazer um processo político de sensibilização da sociedade brasileira pra
1806 necessidade de que o Brasil desenvolva estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, porque não

1807 há nenhuma possibilidade de incorporação da dimensão ambiental numa estratégia de desenvolvimento com
1808 visão de curto prazo. Em visão de curto prazo o meio ambiente sempre perde. Em visão de médio e longo
1809 prazo todos os setores têm que abrir mão de determinadas coisas no sentido de apostar numa agenda de
1810 desenvolvimento que tenha essa visão de médio e longo prazo. E aí, eu quero referir aqui duas últimas
1811 questões que são muito importantes nesse sentido. A primeira é que nós temos feito o processo muito efetivo,
1812 muito forte de reversão, de trabalho no sentido de reverter a baixa capacidade institucional que o Brasil tem
1813 para utilização do instrumento da avaliação ambiental estratégica. Que eu não tenho dúvida, não quero
1814 absolutizá-lo, é, dentre todos esses instrumentos referidos, o mais importante, porque ele se aplica, como falou
1815 aqui o Bira, em planos, projetos, etc e tal, mas num patamar diferenciado e anterior do processo de tomada de
1816 decisão, porque a avaliação estratégica nos permite avaliar questões e descartar determinadas, como, por
1817 exemplo, a opção entre determinados modais viários, ou seja, você pega o problema e decide se é uma
1818 ferrovia, uma hidrovia ou uma rodovia, num país rodoviarista, onde o Ministério dos Transportes e os ministe, e
1819 as secretarias de Transportes, em geral, até hoje, embora alguns esforços no sentido de que sejam alterados,
1820 são ministérios de estradas, secretarias de estradas. Você decide, avaliando todos esses aspectos antes do
1821 licenciamento qual é o modal que resolve, abordados os aspectos econômicos, sociais e ambientais, o
1822 problema que se quer resolver. E esse processo, ele é um processo que já tem dois anos e meio de trabalho
1823 numa parceria com o Banco Mundial e outras instituições que hoje traz ao Brasil os melhores especialistas em
1824 avaliação ambiental estratégica e culminou num seminário que terminou ontem, em Brasília, envolvendo 14
1825 países num processo efetivo de capacitação e de aplicação da avaliação ambiental estratégica em quatro
1826 projetos pilotos no país, e nós já temos uma decisão do Ministério do Planejamento de utilização da avaliação
1827 ambiental estratégica no próximo PPA, que vai ser discutido no ano que vem. Eu vou encaminhar pro
1828 encerramento aqui, em função do meu tempo. Este processo é um processo hoje coordenado, num plano
1829 brasileiro, pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério de Minas e Energia, pelo Ministério dos
1830 Transportes, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Meio Ambiente, ou seja, os ministérios
1831 da área pesada estão trabalhando no sentido da introdução e da possibilidade de utilização desse instrumento,
1832 um instrumento efetivo de gestão que possa, combinado com o licenciamento ambiental, olhar pro futuro e o
1833 futuro deve ser, deve responder uma pergunta que é central, porque é um debate muito forte sobre a questão
1834 do desenvolvimento no Brasil. Se nós queremos utilizar a dimensão ambiental, o nosso patrimônio ambiental e
1835 a nossa capacidade instalada na área de meio ambiente como um ativo ou não no processo de inserção do
1836 Brasil no mundo globalizado? Essa é a questão que está colocada, por exemplo, como questão central pra
1837 produção da soja, pra pecuária e, inclusive, para a introdução dos biocombustíveis na agenda mundial, porque
1838 não pense, não se pense que nós vamos poder avançar no sentido de ser um grande exportador de
1839 biocombustíveis desvinculado de um grau de performance ambiental do setor de biocombustíveis elevado uma
1840 vez que todas as possibilidades de incorporação dos biocombustíveis na agenda internacional estão
1841 vinculados a um acordo ambiental, que é o acordo das mudanças climáticas e, portanto, qualquer visão
1842 moderna de desenvolvimento, num país como o nosso, deve incorporar três dimensões: desenvolvimento
1843 econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Brigado. (*aplausos*)

1844
1845 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Brigado Langone. Eu quero aproveitar ainda e
1846 sem interromper o calor das manifestações dos três panelistas passar imediatamente a palavra à Maristela
1847 Bernardo pra fazer a primeira intervenção de caráter, vamos dizer, comentário, debate, a partir das
1848 observações que foram feitas.

1849
1850 **A SR^a. MARISTELA BERNARDO (Presidente do Conselho Diretor do Instituto Internacional de Educação**
1851 **do Brasil)** - Bem, colaborando aqui com o Nilo e tentando ficar dentro dos dez minutos. Então, os comentários
1852 são, necessariamente, muito breves. Eu quero só ressaltar e enfatizar mensagens que estavam,
1853 principalmente na fala do Fábio e do Langone em relação a o que é essas questões todas que foram aqui
1854 expostas nos colocam em termos de estratégia? O quê que significa a estratégia que esse setor ou que esse
1855 movimento que a área ambiental deve traçar ou deve ter diante do tamanho desses desafios globais e aqui
1856 dentro do nosso espaço nacional? O Langone fala também na urgência, na necessidade, na premência de
1857 capacidade propositiva. Então, o que eu quero ressaltar é que juntando essas duas coisas num enorme desafio
1858 político e a necessidade de capacidade propositiva, na verdade, nós temos que recuar um pouco no tempo e
1859 analisar há 25 anos atrás, nos anos 80, quando saímos da ditadura, quando houve o Constituinte, quando uma

1860 série de acontecimentos de eventos institucionais, políticos, sociais, culturais conseguiram dar a área
1861 ambiental um papel que eu diria que foi, do ponto de vista de avanços políticos, o mais interessante daquela
1862 época. Por quê? Porque consegui por meio da agenda ambiental colocar questões políticas da maior
1863 relevância e que hoje nós vemos que se incorporaram de uma maneira com alguma capilaridade em todos os
1864 setores, por exemplo, a necessidade de pensar a diversidade, a necessidade de pensar a dissolução de
1865 fronteiras de uma série de pontos de vista. Tudo isso que era muito, que estava muito dentro das propostas
1866 ambientalistas também colocavam necessidades de repensar a política, a prática política e os rumos do que
1867 nós pensávamos, então, que seria construção da democracia no país. Hoje, se nós pudéssemos dedicar mais
1868 extensivamente a avaliar este período, certamente nós temos uma série de avanços e temos uma série de
1869 decepções. O que tá colocado hoje aqui nessa comemoração e que a tarefa política do movimento
1870 ambientalista ou da área sócio-ambiental, ela, ela não, ela está incompleta, mas está, de uma certa maneira,
1871 amortecida. Ela não está com a devida visibilidade hoje e precisa dessa visibilidade. A tarefa de discutir a
1872 política, discutir o ambiente da política e discutir finalmente como é que todas aquelas propostas que nós
1873 temos podem vir a se transformar, realmente, em padrões para a sociedade, em padrões de desenvolvimento.
1874 Isso passa pela construção de decisões públicas. E o Conama é um exemplo muito claro dessa contribuição
1875 do setor ambiental. Eu perguntaria que conselhos, hoje, funcionam há tanto tempo com essa diversidade, e
1876 com organização, e com nível de diálogo que se pode considerar muito bom. Então, esta, este, essa
1877 necessidade de se criar padrões de, de, padrões políticos mais adequados à esta evolução democrática que
1878 permita, finalmente, que todas essas demandas, essas grandes questões que nós estamos colocando,
1879 realmente, possam vir a ser elementos de um novo modelo de desenvolvimento, isso tá em aberto. Eu acho
1880 que o que nós precisamos pensar hoje, quando o Langone fala em capacidade propositiva, ela pode ser lida de
1881 várias maneiras. Ela pode ser lida como uma excelência técnica, ela pode ser lida como uma capacidade
1882 propositiva qualitativamente e cada vez mais avançada, mas também tem que ser pensada como capacidade
1883 propositiva política. Eu acho que tem que haver, novamente, uma reorganização das forças que nós
1884 poderíamos chamar de forças alinhadas dentro desse campo sócio-ambientalista para provocar, para
1885 pressionar, para criar impasses, realmente, do ponto de vista político. Quando eu digo do ponto de vista
1886 político, eu digo do ponto de vista das necessidades do processo de tomada de decisão, das necessidades de
1887 espaços democráticos, que já foi falado aqui, das necessidades de criar mecanismos, de criar metodologias,
1888 de criar padrões de comportamento democrático que realmente possam passar pela sociedade e não ficar
1889 apenas em nichos de excelência, como, de certa forma, é o Conama. Quer dizer, criar vias mais efetivas de
1890 internalização dessas práticas dentro da sociedade. E, principalmente, criar na sociedade exigências em
1891 relação aos processos políticos, exigências democráticas. Eu acho que nós estamos ainda na infância da
1892 construção democrática no país. Nós temos uma necessidade de reforma política, mas eu não estou falando
1893 aqui da reforma política que está sendo discutida há tanto tempo dentro do sistema político. De certa maneira é
1894 uma reforma política que atende as conveniências do sistema político. Eu tô falando em reforma política,
1895 aquela que parte da sociedade, aquela que a sociedade exige, aquela que realmente vai além das
1896 formalidades da democracia, estabelecer, de fato, padrões efetivos de democracia, que esse é o coração das
1897 demandas ambientalistas. Não é possível pensar num modelo de desenvolvimento sustentável sem um
1898 modelo de políticas sustentáveis. Não dá pra pensar desenvolvimento sustentável, pensando apenas do ponto
1899 de vista econômico do ambiental ou do social. Tem que corresponder a tudo isso um modelo de
1900 sustentabilidade política e institucional. Em relação a isso, eu acho que todos os que estão aqui e o movimento
1901 ambientalista em geral ainda tem uma tarefa muito premente pela frente. Ainda tem a mesma tarefa que tinha
1902 há 25 anos atrás de provocar, de ir além, de colocar impasses para os modelos que existem e na colocação
1903 desses impasses fazer avançar as técnicas, a tecnologia social, a tecnologia política, da mesma maneira que
1904 nós investimos nas tecnologias para as questões ambientais propriamente ditas. Eu acho que isso, a falta
1905 desse avanço político pra mim se prenuncia tão grave quanto o que o Fábio coloca em relação à degradação
1906 ambiental, porque o campo das mudanças climáticas, ele mostra que não havia nenhum catastrofismo quando
1907 se dizia o que poderia vir pela frente. Eu acho que o campo da política também. Há uma catástrofe de certa
1908 maneira na medida que nós não temos mais referências que nos mostrem que existe, realmente, um sistema
1909 democrático funcionando e isso é preciso ser construído. Me parece que o setor ambiental que foi sempre, que
1910 foi na sua organização, nesses anos 80, um setor de ponta nesse sentido ele ainda tem essa tarefa. Ele ainda
1911 tem essa tarefa de ser propositivo. De certa maneira nós ainda temos. Eu tenho dois minutos, então, eu acho
1912 que uma frase basta pra usar esses dois minutos. De certa maneira eu acho que a metodologia Chico Mendes,

1913 o empate ainda é uma alternativa. Só que agora muito mais sofisticada, muito mais *high-tech* com todos os
1914 acúmulos que nós temos, mas ainda está no horizonte como um desafio pra nos chacoalhar, pra nos sacudir.
1915 (*aplausos*)

1916

1917 DVD 5

1918

1919 **A SR^a. IARA VEROCAI (Iara Verocai, arquiteta e consultora em planejamento ambiental)** - Mas aquela
1920 lista que aparece na Resolução CONAMA, ela teve uma razão muito simples, que foi a maneira de se induzir
1921 que, e se determinar, que todos aqueles empreendimentos ali listados deviam, verdadeiramente, ser
1922 licenciados. Antes nunca tinha sido licenciada uma estrada, nunca tinha sido licenciada um gasoduto, um
1923 oleoduto, nada disso. Então, aquela lista teve, apesar de tecnicamente na época não se achar que fosse muito
1924 conveniente fazer uma lista, porque poderia excluir algum projeto, algum tipo de projeto, ela apareceu por isso.
1925 E, se vocês observarem existe lá uma expressõeszinha no Artigo 1º da Resolução, do Artigo 2º, aliás, que diz
1926 assim: “Tais como”, que o doutor Inagê vai falar no painel seguinte pode explicar isso a vocês, mas aquele “tais
1927 como” foi justamente pra dizer: “Estas e outras que, porventura, tenham impacto significativo são as atividades
1928 que vão merecer a se sujeitar a elaboração de um estudo, de um relatório de impacto ambiental”. Outra coisa,
1929 outra coisa que foi muito discutida também foi a questão da equipe interdisciplinar. Não sei que o Dr. Paulo se
1930 lembra, mas foi uma briga muito grande, inclusive o representante do estado do Rio, de onde eu venho, era
1931 contra que a equipe multidisciplinar fosse independente do proponente. Se achava naquela época que era
1932 muito interessante até pra ajudar a transversalidade, pra que os outros setores incorporassem meio ambiente
1933 nas suas, nos seus projetos, pensando que o licenciamento e a avaliação de impacto era mais um instrumento
1934 de ajudar o planejamento de um empreendimento do que outra coisa, que o próprio projetista, o próprio
1935 responsável pelo empreendimento pudesse fazer o seu estudo de impacto ambiental. E se pensava muito no
1936 setor elétrico, que tinha já uma série de manuais. E se pensava muito na Petrobrás, que já tinha uma, uma
1937 divisão de meio ambiente já bastante, mas os, o movimento ambientalista, principalmente os representantes da
1938 sociedade civil foram firmes e convenceram a todos que nós deveríamos ter aquela cláusula da independência
1939 técnica na equipe. Outra coisa também que eu tava até comentando aqui com o Langone foi a respeito da
1940 audiência pública. Isso foi uma outra grande discussão porque nem a lei, nem o decreto que a regulamentou
1941 falava na possibilidade de audiência pública. Parece que é um princípio de direito que diz que ninguém é
1942 obrigado a fazer nada se não existe uma lei que diga isso daí. A audiência pública não estava contemplada na
1943 lei, mas nós insistimos em botar essa audiência pública e na época a opinião foi de que ia ser muito difícil que
1944 aparecesse um empreendedor que se negasse a se submeter a uma audiência pública. Isso sempre
1945 imaginando que a audiência pública não fosse a finalidade do Estudo de Impacto Ambiental. A audiência
1946 pública seria isso sim o ápice de um processo de planejamento e de democratização da informação. Algumas
1947 regulamentações em alguns estados prevêem isso. Prevêem durante toda elaboração do Estudo de Impacto
1948 Ambiental e do RIMA uma participação, principalmente das comunidades mais afetadas, mas isso quase
1949 sempre é ignorado e também se deixa para a audiência pública talvez uma falta de, de, uma falta de
1950 informação muito grande que acaba prejudicando a sua eficiência. A outra, outro pontinho eu que queria fazer
1951 pra terminar a minha participação aqui, de lembrança, é que havia e há na Resolução CONAMA 001, isso
1952 nunca foi revogado, um artigo que diz que se deve adaptar o ciclo do planejamento do projeto aos, às etapas
1953 do licenciamento ambiental. Isso um pouco, tomando um gancho aqui do que o Langone dizia antes, “isso não
1954 é para você tratar da mesma maneira a avaliação de impacto e licenciamento de uma indústria e de um
1955 empreendimento agrícola, porque eles são muito diferentes de natureza”. Alguns setores conseguiram,
1956 lograram resoluções do CONAMA que mais ou menos harmonizam isso e o setor elétrico é um exemplo, como
1957 eles já tavam muito mais adiantados com essa história de controle ambiental. Eles conseguiram fazer isso,
1958 mas nada impede, inclusive, a resolução insiste que isso deveria ser feito e isso foi feito muito pouco. Todos os
1959 projetos de transportes, os projetos agrícolas, mesmo os projetos industriais, os projetos de desenvolvimento
1960 urbano, os projetos turísticos, por exemplo, não passaram por essa regulamentação. Eu queria agradecer a
1961 vocês e terminar aqui a minha intervenção. Obrigada. (*aplausos*)

1962

1963

1964 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigada, Iara. Nós optamos nesse formato
1965 de seminário, muito semelhante ao seminário que realizamos no mês passado, em Brasília, sobre restauração

1966 de APPs, em que a gente realiza mesas, organiza mesas com cinco intervenções como essa pra poder
1967 recolher pontos de vista bem diferenciados pro debate e pro trabalho posterior do conselho e do Ministério do
1968 Meio Ambiente de tal forma que a gente, com isso, prejudica um pouco o debate. O que eu quero dizer com
1969 isso é que a idéia, a partir dessas manifestações iniciais, é que a gente recolha exatamente esses pontos de
1970 vista dos conselheiros e demais participantes aqui presentes para que ao final, amanhã no período da tarde, a
1971 gente possa ter pelo menos uma hora, uma hora e meia de debates sobre encaminhamentos, porque, no
1972 fundo, o objetivo maior desse debate é exatamente pensar que tipo de ações, que tipo de, eventualmente até
1973 de novos instrumentos normativos ou até no campo da gestão propriamente, nós devemos pensar a partir
1974 dessa reflexão. Então, o que eu quero dizer com isso é algo muito antipático, que é o seguinte, nós vamos
1975 passar, nós não vamos abrir o debate a partir dessas colocações até pra poder preservar um pouco a nossa
1976 energia aqui de atenção e de acompanhamento do debate e vamos passar imediatamente pra próxima mesa.
1977 Inclusive, não vamos nem fazer intervalo, nem fazer intervalo. Nós vamos passar pra próxima mesa
1978 imediatamente e aí o objetivo é na ta, no final da tarde de amanhã a gente tentar se concentrar um pouquinho
1979 e o que, então, fazer, o que pensar como encaminhamentos a partir dessas contribuições. Então, nesse caso,
1980 eu quero agradecer os participantes aqui dessa mesa. Naturalmente que no final da próxima mesa se tivermos
1981 uma meia hora ainda de espaço até o fechamento dessa sessão de hoje a gente pode abrir pra algumas
1982 intervenções ou perguntas.

1983

1984

1985 **A SR^a. MARISTELA BERNARDO (Presidente do Conselho Diretor do Instituto Internacional de Educação**
1986 **do Brasil)** - Eu queria só fazer um comentário sobre aquela observação do Nilo, no início, de que nós ainda
1987 somos jovens e etc. Daqui há mais 25 anos nós seremos o quê? Os pracinhas do meio ambiente. Então, nós
1988 vamos está aqui e vamos ter que contar como é que nós tomamos o nosso Monte Castelo. Eu tenho muita
1989 curiosidade de saber como é que a gente vai tomar o nosso Monte Castelo, o que é que vai significar, mas eu
1990 já tô me colocando na condição aqui de pracinha. Da próxima vez o Nilo pode até providenciar um desfile ou
1991 alguma coisa assim. (*risos*)

1992

1993

1994 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Com certeza, a homenagem do doutor Paulo
1995 que concedemos hoje vai ser recebida, provavelmente, pela Maristela, o Fábio e tantos que estão aqui.
1996 Obrigado. Eu quero chamar, então, a Cleide, por favor. Eu passo a palavra a ela para composição da próxima
1997 mesa.

1998

1999

2000 **CERIMONIAL** - Tá ok. Vamo deixar com ele lá. Pode deixar. Vamos dando, dando início aos, continuidade aos
2001 trabalhos. Vamos, então, compor a mesa dois, que tratará da análise do ponto de vista legal da Resolução
2002 CONAMA nº 1 de 86. Convidamos para compor a mesa dois, na coordenação dos trabalhos, Doutor Clarismino
2003 Luiz Pereira Júnior, secretário do Meio Ambiente de Goiânia. Doutor Clarismino, graduado em direito pela
2004 Universidade Católica de Goiás e especialista em Direito Urbanístico e Direito Ambiental. Ele, atualmente, é
2005 secretário de Meio Ambiente e vice, de Goiânia, e vice-presidente da Região Centro-Oeste do Anamma.
2006 Experiência profissional, os principais destaques são: ex-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente
2007 de Goiás; ex-presidente da Câmara Jurídica do CONAMA; conselheiro do CONAMA, de 1991 a 1998, e,
2008 atualmente, é conselheiro do CONAMA, representando a Anamma do Centro-Oeste. Convido para ocupar a
2009 mesa como painalista Doutor Antônio Inagê de Assis Oliveira, advogado, tem pós-graduação. Cargo atual é
2010 presidente da Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas (ABAA). Assessor jurídico do Conselho
2011 Empresarial para Desenvolvimento Sustentável e membro do Instituto de Advogados Brasileiros (IAB);
2012 assessor-chefe de assistência jurídica da Fiema; assessor especial da Sema, Secretaria Especial do Meio
2013 Ambiente; integrante da Câmara de Assuntos Jurídicos do CONAMA e integrante da Comissão Permanente de
2014 Meio Ambiente da OAB. Convidamos também para ocupar a mesa dois como painalista Doutor Antônio
2015 Fernando Pinheiro Pedro, advogado bacharel. Advogado, sócio-diretor do escritório Pinheiro Pedro
2016 Advogados, criador e ex-presidente da Comissão do Meio Ambiente da OAB - São Paulo, fundador e ex-
2017 presidente da Associação Brasileira dos Advogados Ambientalistas, consultor da Unicri – ONU e consultor do
2018 Banco Mundial. Convidamos também para ocupar a mesa dois como painalista Doutora Marga Ingiberti e

2019 Tester, desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Bacharel em direito, mestre em direito
2020 pela PUC. É professora também da Escola Superior da Magistratura Federal. Como experiência e destaques,
2021 advogada do Banco Central do Brasil, procuradora da Previdência, juíza de carreira, diretora da Escola da
2022 Magistratura, vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da gestão 2003 a 2005, e
2023 coordenadora da Escola Nacional da Magistratura, de 2005 a 2007. Convidamos para ocupar a mesa dois
2024 como debatedores, Doutor Otávio Alcano, diretor-presidente da Cetesb e vice-presidente da Abemma. Doutor
2025 Antônio, doutor Otávio Alcano é engenheiro civil com pós-graduação, diretor-presidente, como acabei de dizer,
2026 da Cetesb e vice-presidente da Abema, professor da UniCamp, gerente regional e diretor de controle.
2027 Convidamos também para compor a mesa dois Doutor Gustavo Trindade, consultor jurídico do MMA, do
2028 Ministério de Meio Ambiente. Doutor Gustavo trindade é advogado, chefe da Consultoria Jurídica do Ministério
2029 de Meio Ambiente, professor dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e
2030 da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Passo a palavra ao doutor Clarismino Luiz Pereira Júnior para
2031 que conduza os trabalhos da mesa dois dessa tarde. Muito obrigada.
2032
2033

2034 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia)** - Muito obrigado.
2035 Boa tarde a todas e a todos. É uma honra, eu queria agradecer o convite da direção do Conselho Nacional de
2036 Meio Ambiente de dirigir, de coordenar uma mesa tão importante quanto essa, tanto do ponto de vista do seu
2037 tema quanto do ponto de vista dos seus painelistas e debatedores. A visão que nós temos desses 25 anos que
2038 comemoramos hoje da Política Nacional do Meio Ambiente, dos 25 anos do Conselho Nacional de Meio
2039 Ambiente e quando analisamos também os 20 anos que comemoramos a Resolução 01/86, que nós
2040 conseguimos grandes vitórias, mas que era momento e importante momento para reflexão. E a análise do
2041 ponto de vista legal da Resolução CONAMA Nº 01/86, sem sombra de dúvida, ela se sobrepõe como talvez a
2042 primeira, o primeiro grande momento do CONAMA no ordenamento jurídico do país. Foi questionado, "Ora, a
2043 Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente está regulamentando determinados aspectos de uma lei",
2044 então, portanto, é muito importante que nós tenhamos essa visão do que se passou, do que se passa, do que
2045 nós temos a propor. A 01/86 do CONAMA talvez seja a mais conhecida de todas as resoluções, depois
2046 sucedida pela 237, que o ano que vem faz dez anos. E, nada mais importante do que isso, do que essa
2047 discussão com esses juristas, com debatedores doutor Otávio Alcano, que é diretor da Cetesb, que é um dos
2048 aplicadores da lei, e também o Gustavo, que é consultor jurídico do MMA e vem, a todo momento, vivenciando
2049 essa experiência. O nosso formato dessa mesa dois é a mesma da anterior, tendo 20 minutos para cada um
2050 dos painelistas e dez minutos para os debatedores e eu passo a palavra ao Doutor Antônio Inagê de Assis
2051 Oliveira, que talvez tenha sido o primeiro advogado a trabalhar com a 01/86, não pela sua idade, que o senhor
2052 começou muito precoce lá na Fundação Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e todas as implicações
2053 que dela decorreram. Doutor Antônio Inagê.
2054
2055

2056 **O SR. DOUTOR ANTÔNIO INAGÊ DE ASSIS OLIVEIRA (presidente da Associação Brasileira de**
2057 **Advogados Ambientalistas - ABAA)** - É, na verdade, eu fui mero escriba da resolução e quem realmente fez
2058 o arcabouço dela foi a doutora Lara, que acabou de sair daqui. (risos). Eu simplesmente dei uma forma jurídica
2059 que, por acaso, deu certo. Tanto deu certo que, com exceção de algumas modificações pela 237, algumas
2060 aperfeiçoando, outras com as quais eu não concordo, ela vige até hoje e bem, quer dizer, não há nenhuma
2061 questão que a 01/86 tenha deixado nunca descoberto. E você tem toda razão quando diz que foi um primeiro
2062 ato de afirmação do CONAMA. Foi sim. Foi um difícil, inclusive, com o apoio do doutor Paulo Nogueira Neto
2063 inegável, a gente conseguir convencer que o plenário do CONAMA tratasse da, baixasse a Resolução, tanto
2064 que demorou bastante tempo a discussão dela. Bom, mas antes da Resolução 01/86 seja talvez interessante a
2065 gente dá uma passada, ainda que bastante ligeira, pelo licenciamento ambiental, que foi criado pela própria Lei
2066 6.938 em seu Artigo 10. Esse artigo foi posteriormente foi alterado, mas era de uma clareza meridiana, quer
2067 dizer, dando aos estados e ao governo federal a capacidade de fornecer as licenças ambientais a todo e
2068 qualquer empreendedor brasileiro. Quer dizer, brasileiro ou estrangeiro, mas no país, em território nacional. Há
2069 uma questão muito séria, muito, não digo séria, mas há uma questão muito momentosa, assim, que se discutiu
2070 na época muito, é o quê que significava exatamente a licença. Se era verdadeiramente uma licença? Se era
2071 uma autorização? Se era uma concessão? Se era isso ou era aquilo? Logo, passado algum tempo, se

2072 cristalizou a idéia de que era uma licença administrativa, mas *sui generis*, quer dizer, ela era uma licença que
2073 era emitida a termo e precedida do estudo de impacto ambiental. Na verdade, era ela sempre, é, até hoje,
2074 sempre precedida do Estudo de Impacto Ambiental. Ainda que ele não seja exigido, o órgão só pode decidir
2075 pela realização ou não de um determinado empreendimento se fizer uma avaliação do impacto que esse
2076 empreendimento vai causar sob o meio ambiente. Não há outra forma de decisão. Quer dizer, então, dizer que
2077 o, a, o EIA/Rima é um instrumento do licenciamento ambiental não deixa de ser verdade, mas a avaliação de
2078 impacto ambiental é, sem dúvida alguma, uma necessidade premente do licenciamento. Quer dizer, nenhum
2079 órgão em sã consciência pode emitir qualquer licença seja RP, LI ou LO sem que se faça uma análise das
2080 conseqüências que esse empreendimento vai causar sobre o meio ambiente, inclusive sob o aspecto social e,
2081 ao mesmo tempo, verificar as condições de funcionamento do empreendimento. Quer dizer, de que forma ele
2082 vai interferir no meio ambiente e quais são as condicionantes que se deve impor a ele para que o seu impacto
2083 ambiental seja o menor possível. É uma questão bastante séria essa, porque muitas vezes a, o empreendedor
2084 não consegue enxergar essa obrigação que tem um órgão ambiental de compactar, compatibilizar o
2085 empreendimento no desenvolvimento econômico, de uma maneira geral, com a qualidade do meio ambiente.
2086 Quer dizer, na verdade, isso era, e já se disse aqui hoje, uma, um esteio do desenvolvimento econô, do
2087 desenvolvimento sustentável, que exige que a, se tome providências em defesa, inclusive, das futuras
2088 gerações, que é o que manda a Constituição. Agora, é importante a gente salientar que o Artigo 225 da
2089 Constituição, ele recebeu integralmente a Lei 6.938. Quer dizer, não houve nenhum nível de
2090 inconstitucionalidade nessa lei. Ela foi inteiramente recebida e vem sendo utilizada e aproveitada da melhor
2091 forma possível pelos órgãos ambientais. Quando se criou o sistema de licenciamento ambiental, isso se deu
2092 aqui no Rio de Janeiro, e com esse nome, Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras, o
2093 Slap, que, logo depois, foi seguido por Minas Gerais e outros estados que, mas todos dentro da mesma
2094 filosofia, que dizer, que a licença era concedida sempre a termo, quer dizer, por determinado número de anos
2095 ou de meses, mas, normalmente ano, para, em que ela era absolutamente válida e não podia, e não devia ser
2096 modificada enquanto vigente. E aqui, no estado do Rio de Janeiro a idéia era auxiliar o empresário e se criou uma licença
2097 chamada licença prévia. Quer dizer, era uma licença que não era obrigatória para o empresário, mas que servia
2098 como orientação ao próprio empresário. Quer dizer, ele teria, por exemplo, duas ou três localizações possíveis
2099 para sua fábrica ou pra sua indústria, pro seu empreendimento, sei lá o que, aí era inte, poderia ser
2100 interessante pra ele submeter duas ou três localizações ao órgão ambiental para que esse analisasse e
2101 dissesse em prin, que em, em princípio quais as exigências que seriam feitas nesse local, naquele ou naquele
2102 outro. Isso foi realmente uma coisa que deu muita sustância ao licenciamento e mesmo não sendo obrigatório
2103 na época a licença previa, várias vezes, foi requerida. Minas teve a vantagem de chamar de consulta, o que
2104 era, na minha opinião, foi mais, mais próprio, mas, de qualquer forma, a consulta também não era obrigatória.
2105 Ela podia ser emitida pelo órgão ambiental. Outra coisa que vale a pena a gente lembrar é que a discussão
2106 sobre a capacidade do município de expedir as licenças ambientais. Eu não tenho a menor dúvida de que o
2107 município até pode, ao contrário do que acha o Antônio Fernando Pinheiro Pedro, até pode emitir uma licença
2108 ambiental desde da sua Legislação Peculiar conste essa figura. O que ela não, o que o município não pode é
2109 tomar carona na Legislação Federal e utilizar-se da figura prevista no Artigo 10 da 6.938, que é muito claro, ele
2110 fala que quem deve expedir a licença é o órgão ambiental do estado. E mesmo com a modificação posterior
2111 que houve nesse artigo, no Artigo 10, ele foi acrescido no Parágrafo 4º, que dizia: "Caberá exclusivamente ao
2112 Poder Executivo Federal, ouvidos os governos estadual e municipal, interessados, o licenciamento previsto no
2113 *caput* deste artigo, quando relativo a pólos petroquímicos, cloro-químicos, bem como instalações nucleares e
2114 outras definidas em lei, que fossem, que viessem a ser definidas em lei. Agora o artigo, o *caput* do artigo, que
2115 é até o parágrafo do artigo remete, é absolutamente claro. A construção, instalação, ampliação ou
2116 funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou
2117 potencialmente poluidores, bem como qualquer forma de causar a degradação ambiental dependeram de
2118 prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente
2119 (Sisnama), sem o prejuízo de outras exigências, outras licenças exigidas. Então, o raciocínio que se tem que
2120 seguir é que a, se a lei federal determinou que o licenciamento fosse feito pelo órgão estadual competente,
2121 salvo as exceções que ela própria fez no parágrafo 4º, não há muito que se discutir a respeito da competência
2122 municipal de expedir essa licença, sendo que, é de se lembrar também que um município tem a capacidade,
2123 não tem a capacidade de legislar sobre o meio ambiente, ele legisla sobre assuntos de seu interesse particular
2124 e complementa a legislação federal e estadual. Dessa forma, a não ser que o município tenha, venha a colocar

2125 na sua legislação particular um tipo de licenciamento ele fica duvidosa a sua constitucionalidade e legalidade.
2126 Agora, deve se ver também que o município não precisa muito disso, sistema de licenciamento, porque as
2127 licenças que ele já emite podem ter sua capacidade de inserir padrões ambientais. Aliás, ele deve mesmo
2128 inserir padrões ambientais no seu licenciamento e de início, por exemplo, nas suas licenças de localização e
2129 outras. Dessa forma, me parece que o município pode e deve, usando o seu plano diretor, usando sua, sua
2130 legislação própria, inserir padrões ambientais no próprio licenciamento municipal, sem necessidade de fazer
2131 uma licença ambiental municipal específica. Na verdade, isso seria um (*ininteligível*), porque a legislação
2132 estabelece a licença estadual. Portanto, teria necessariamente que ter a licença, a fe, a estadual ou federal,
2133 consoante fosse o caso, com a própria licença municipal. De uma maneira geral, a gente pode dizer que esse
2134 sistema de licenciamento introduzido pela Lei 6.938 foi um sistema extremamente bem sucedido e tem
2135 conseguido um aperfeiçoamento muito grande em todo o tempo em que ele vem sendo aplicado, ou seja, 25
2136 anos. A seis mil, a 01/86, que trata especificamente do licenciamento ambiental, é de 86, mas desde 81 e 82,
2137 em alguns estados, esse licenciamento já era exigido e permanece, permanece em vigor. Advertido pelo
2138 senhor presidente dou por encerrada a minha manifestação. (*aplausos*)
2139

2140
2141 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Sócio-diretor do escritório Pinheiro Pedro Advogados)-** Mestre
2142 Inagê, o senhor ainda teria três minutos para nós absolvermos dos seus conhecimentos aqui. E, o importante
2143 do meio jurídico é, são a diversidade de opiniões. Eu, como coordenador, não vou entrar na seara dos
2144 debates, mas, ilustre colega, doutor Inagê, eu sou da geração da 237, quer dizer, eu ajudei a colocar algumas
2145 leis na Resolução 237 e discordo em relação à questão municipal, mas eu vou deixar pro. (*risos*). Eu vou
2146 deixar a palavra aqui pro doutor Antônio Pinheiro Pedro e dizer que eu gostaria de fazer uma provocação aos
2147 ilustres representantes do Ministério Público Estadual e Federal que estão aqui, que os colegas Antônio Inagê
2148 e Antônio Pinheiro Pedro demonstram também que há inteligência jurídico-ambiental na advocacia, não só no
2149 Ministério Público. A minha experiência com eles, com esses brilhantes advogados, assim como o doutor
2150 Gustavo e também a nossa desembargadora que também veio do meio advocatício e que hoje está na
2151 magistratura, porque ainda existe uma visão, desculpando e voltando a brincadeira, a provocação, que só os
2152 membros do (*ininteligível*), tanto federal como estadual, que dominam muito essa matéria, mas existem
2153 persistentes advogados que lutam na questão ambiental e, imediatamente, eu passo a palavra.
2154

2155
2156 **O SR. ANTÔNIO PINHEIRO PEDRO (Consultor do Banco Mundial) –** É, mas vale a pena lembrar que os
2157 três primeiros autores do Direito Ambiental pertenciam ao Ministério Público.
2158

2159
2160 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia) -** Exatamente, são
2161 provenientes do Ministério. O doutor Paulo Afonso, (*ininteligível*) e o Herman Benjamin. Doutor Antônio.
2162

2163
2164 **O SR. ANTÔNIO PINHEIRO PEDRO (Consultor do Banco Mundial) –** Bom, boa tarde a todos. Eu gostaria
2165 de agradecer a oportunidade de estar aqui presente na figura do Nilo, que fez esse convite por todo o
2166 Ministério, ele saiu rapidinho, e informar da minha emoção de estar nessa mesa e, na platéia, de servir de
2167 tantas pessoas que são referências nossas de vida, de profissão e de carreira, a começar por seu Paulo
2168 Nogueira Neto, que está aqui à minha frente, uma pessoa fantástica com que tive o privilégio de poder
2169 conversar, inclusive gastar toda uma tarde na casa magnífica dele, que é, na verdade, um verdadeiro meio
2170 ambiente ecologicamente equilibrado em plena cidade de São Paulo. O doutor Inagê é um companheiro de
2171 muitos anos, fundamos juntos a Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas, onde eu tive a
2172 oportunidade de conviver com Inagê durante toda década de 90, início desses anos 2000, sempre discutindo,
2173 sempre debatendo, sempre pondo posicionamento algumas vezes até antagônicos, como nesse caso
2174 específico. Eu sou municipalista de carteirinha e convicto e essa discussão nossa com o Inagê ainda vai durar
2175 muitos anos. Queria também reforçar aqui a presença do nosso ministro. Eu costumo dizer que Minas não tem
2176 secretário, tem ministro, o José Carlos Carvalho que eu tô vendo aqui ao lado do Shelen. Ele é uma grande
2177 referência também. Em Minas Gerais, inclusive, tem trabalhado com uma reforma estrutural na área lei do

2178 licenciamento grande. Impôs aí uma reforma enorme, foi para descentralizar o seu órgão colegiado, que é
2179 muito importante, por regiões, e estabelecer a liberação de licenciamento até o âmbito da declaração de
2180 impacto ambiental, uma coisa muito importante que a gente procura buscar que se repita em outros estados da
2181 federação. Se eu fosse ficar aqui falando, nós vamos falar de todo mundo, não é Clarismino, e fica difícil. Eu
2182 quero deixar claro aqui que o Clarismino é o conterrâneo dos meus ancestrais. Então, a gente olha o
2183 Clarismino e vê Goiânia inteira aqui e, portanto, nossa ligação com o Centro-Oeste é muito forte, a gente veio
2184 do cerrado, assim como o doutor Otávio Alcano é meu conterrâneo de Ribeirão Preto. Eu, justamente, nasci no
2185 meio do caminho, meu pai era paulista, minha mãe era goiana e eu tinha que nascer em Ribeirão.

2186
2187

2188 **O SR. OTÁVIO ALCANO (Diretor-presidente da Cetesb) – É verdade.**

2189
2190

2191 **O SR. ANTÔNIO PINHEIRO PEDRO (Consultor do Banco Mundial) –** Então, hoje, quando nós fomos falar
2192 do EIA/RIMA até a avaliação ambiental estratégica, essa é a proposta do seminário, então, a gente precisa
2193 analisar essa questão da resolução não sob o aspecto do formalismo jurídico. Eu, graças a Deus, não discorri
2194 à área ambiental, eu resguardei para a área do direito penal militar. Nem na área administrativa disciplinar a
2195 gente faz isso, a toga, aquele linguajar bacharelesco, aquelas coisas que a gente costuma ouvir quando liga a
2196 TV Justiça para dormir. (*risos*). Eu ligo a TV Justiça toda noite, presto uma atenção danada até os limites da
2197 minha possibilidade e durmo. É o melhor sonífero que a gente conhece, porque, na verdade, o direito não é
2198 aquilo, não é aquilo. Assim como o estudo de impacto ambiental não é o mofo do cartório, que a única
2199 modificação que sofreu nos últimos 400 anos foi a colocação lá dentro de um computador. Não é possível que
2200 a gente queira hoje reduzir ao formalismo jurídico um instrumento de ordem material. Num país em que na
2201 área jurídica a gente discute processo, requisitos e condições da ação por 15 anos até o Supremo Tribunal
2202 Federal sem conhecer a causa, transferir para este funil, que é uma verdadeira negativa de justiça, a discussão
2203 do estudo de impacto ambiental é condenar o país ao atraso e à eterna degradação. Então, temos que
2204 recuperar, acima de tudo, o caráter ambiental da discussão da área do direito. E não carrear o instituto da
2205 avaliação de impacto ambiental para os escaninhos, para os alfarrábios, para a revista dos tribunais,
2206 judicializando algo tão importante para o dia a dia de qualquer cidadão brasileiro e para aquilo que o cerca.
2207 Posto isso, eu gostaria, então, de tentar fazer um resgate, porque hoje o estudo de impacto ambiental e a
2208 avaliação estão se tornando refém desta tecnocracia judiciária. Eu tenho a minha formação, entre a década de
2209 70 e 80, fui contemporâneo do Fábio Feldman, que foi o responsável por me introduzir nessa área de meio
2210 ambiente. Presidi a Comissão de Campanha do Fábio na campanha da Constituinte de 86, inclusive, antes de
2211 brigarmos, numa das nossas várias brigas. Quem tem uma relação de amizade forte briga também e isso é
2212 muito importante. E, nessa época, a gente tava observando já na faculdade do Lago São Francisco a entrada
2213 de toda uma geração de tecnocratas processualistas brilhantes, brilhantes, referências na área jurídica até
2214 hoje, pra mim, mas que por sua força, no momento em que a ditadura militar impunha limites à expansão
2215 orgânica do direito, na busca de direitos substanciais, substantivos, então, o escape era discutir processo.
2216 Conseguiram transformar, entre a década de 80 e 90, o processo em direito. A tal ponto que o direito
2217 substantivo da tutela de interesses difusos está transcrito na tutela no estatuto adjetivo, que é o da ação civil
2218 pública. O próprio conceito de direito difuso está lá. Quando não, no Código de Defesa do Consumidor num
2219 artigo dedicado à área do processo. O fato é que essa geração influenciou a posterior, a nossa, que está
2220 desenvolvendo processos que avançam, que comem como vírus o organismo da administração pública
2221 brasileira, processualizando, e, portanto, o processo depende de instrumentos formais de condução, todo o
2222 sistema de licenciamento ambiental. Hoje, a gente observa entrar-se com ações civis públicas para impedir o
2223 estado de proceder à avaliação material de impacto ambiental por discussão processual. E tem gente que
2224 aplaude isso. E ainda publica para que daqui a 20, 30 anos a gente pegue para os netos e fale: “Olha, esse foi
2225 um período negro da nossa história. Veja. O que sobrou de ambiente naquela época, tá aqui, oh, reduzido a
2226 uma decisão judicial”. Depois que ele se for, o meio ambiente. Então, a gente precisa resgatar esse
2227 instrumento, porque ele é técnico, ele é ágil, ele é rápido, ele exige competência, visão estratégica e um
2228 posicionamento orgânico, diria mesmo existencialista. Sartre colocava muito claro que nós, ao atingirmos
2229 algum objetivo na vida estaríamos condenados à eterna frustração, porque quando estivéssemos lá não
2230 seríamos os mesmos e os objetivos também não. E é este o jogo da dinâmica do processo do equilíbrio

2231 ambiental que se busca, porque equilíbrio é dinâmica e não é nenhuma cartilha jurídica que diz isso é a física.
2232 O equilíbrio é dinâmica. O mundo é expansão. A alotropia que envolve todos os processos físicos da vida,
2233 inclusive o tempo, impõe às moléculas a expansão. As condena a isso e a nossa vida também. Estado coloidal
2234 é aquela gelatina, que é o equilíbrio ambiental que muita gente do direito pensa existir, que a gente coloca na
2235 geladeira e uma semana depois observa que ela se cristalizou. O colóide, que eu saiba, faz com que as
2236 moléculas se precipitem. Nem lá há paralisia no equilíbrio ambiental. Pior é transferir essa visão da paralisia do
2237 equilíbrio ambiental retirando o ser humano do centro de processo, como se todos nós fossemos Deus. Deus
2238 pode ser biocêntrico, afinal ele criou o homem e o resto. Ele é Biocêntrico, o homem não. O homem não se
2239 pode ao luxo de ser Deus. O biocentrismo está incutido no direito ambiental pelo péssimo exemplo do Código
2240 Ecológico do Terceiro Reich, que está em vigor até hoje na Alemanha, modificado pela Lei de 49. Ele sim,
2241 Adolf Hitler, antitabagista, antitabagista, vegetariano, adorava os animais. Estabeleceu o primeiro Código de
2242 Ética do Trabalho, criminalizou a conduta de assédio sexual, estabeleceu a lei, a primeira lei ecológica. Podia
2243 ser biocêntrico, afinal, ele diferenciava quem deveria ser homem ou não. E hoje a gente observa esse
2244 biocentrismo desumanizar o direito ambiental e se apropriar indevidamente do discurso “politicamente correto”,
2245 tal como Adolf Hitler, simpático, tanto que tinha 90% da preferência dos alemães naquela época, para
2246 justamente criar obstáculos intransponíveis ao direito humano ao desenvolvimento, cristalizado no princípio
2247 um, dois, três, quatro e cinco da declaração de direitos, no Rio de Janeiro, da ONU. Ou nós resgatamos o
2248 princípio, observamos que a dinâmica está no equilíbrio, e o equilíbrio é dinâmico, e resgatamos a
2249 materialidade dos instrumentos postos à nossa disposição por nós próprios para nos ajudarmos face àquilo
2250 que nos cerca e sobrevivermos para o futuro ou todos nós vamos virar verbete em índice remissivo da revista
2251 dos tribunais, que cria ácaros, fungos, inclusive. Portanto, é um ambiente ecologicamente equilibrado que
2252 talvez não nos interesse. Vamos, vamos adiante. Como é que a gente faz aqui pra mudar. Tem alguém que
2253 muda ou eu mesmo. Ok. Pode mudar pra mim aí. Eu vou pedir pra você ir mudando pra poder facilitar.
2254 Primeiro, eu acho que a gente precisa enquadrar a avaliação de impacto ambiental. Quer dizer, eu aprendi isso
2255 aqui lendo e aí a Vercucaí e o Inagê. Olha, até na Academia de Polícia Militar, onde a gente, há mais de dez
2256 anos, em 2004 fez dez anos, a gente concluiu o curso lá, da disciplina de direito ambiental na academia, e a
2257 gente falava assim: “Os senhores são militares e são os primeiros gestores, inclusive do ambiente, pra
2258 qualquer ação militar, o conhecimento do terreno é primordial”. Pro gestor também. Então, o mapeamento do
2259 inventário ecológico é o pressuposto do conhecimento da perfeição. Eu preciso conhecer para agir. Bom,
2260 vamos agir. Eu preciso planejar. Até bombeiro, quando vai apagar um incêndio, planeja a sua ação. Em
2261 segundos, mas planeja. Não vai dar um passo em falso. É outro pressuposto. Conheço a área, inventariei,
2262 tenho condições, portanto, de planejar o que eu quero dela. Planejamento é o que eu costumo dizer, na área
2263 militar tomar a decisão difícil de planejamento é privilégio da patente. Aliás, é prerrogativa. Ela não pode abrir
2264 mão disso. O que dirá o gestor. O que dirá o governo, que é o principal gestor. É ato de governo planejar,
2265 optar. Não é do funcionário na ponta do balcão do licenciamento de uma atividade o privilégio de estabelecer
2266 um planejamento que é ato do governo, é do privilégio da patente. Eu conheço a área, eu planejo. Planejei,
2267 coordeno. Até a mínima ação tem que se dar dentro de um ordenamento. Ordenamento territorial. Sem
2268 planejamento e conhecimento é zona. Talvez seja por isso que a gente chame isso aqui de zoneamento.
2269 Ordenei, aí sim eu passo ao licenciamento. Foi posto um licenciamento posterior à fiscalização de auditoria,
2270 porque tem uma bolinha ali e fica mais bonito, esteticamente, colocar assim. Licenciei a atividade, então,
2271 fiscalizo, providencio as auditorias periódicas, monitoramento. É cronológico isso. Não se faz de maneira
2272 aleatória. Não se pode carrear para avaliação de impacto ambiental que a antecedem e que são mandatórias
2273 para ela. Por anos, Germano tá aí, testemunha, secretário-executivo do Consema, homem tombado pelo
2274 patrimônio histórico, fundamental, não é verdade, Germano. Aliás, todos nós daqui. Alguns, outros não tanto.
2275 Alguns se destombam também, isso é importante, mas Germano é 99% dos conflitos surgidos na avaliação de
2276 impacto ambiental do Consema, que a gente observou esses anos todos e se devem à falha do poder público
2277 em mapear, planejar e ordenar e jogar os leões e o empreendedor para propor isso na avaliação de impacto
2278 ambiental, como instrumento do licenciamento. Vamos adiante. Já to fazendo cinco minutos não vou passar
2279 isso tudo, obviamente. Mais adiante. Henrique Sanches, nosso colega de Consema, professor, colocava os
2280 quatro papéis na avaliação de impacto ambiental. É um instrumento de ajuda à decisão, é instrumento de
2281 concepção de projeto e planejamento, instrumento de negociação social e instrumento de gestão ambiental,
2282 portanto, é instrumento de ordem material persecutório. É um jogo. Passa adiante. E aí gente vai recolocar o
2283 estudo de impacto ambiental onde deve, como muito bem disse Inagê. A avaliação de impacto ambiental é que

2284 é o instrumento da política nacional de meio ambiente. O estudo é uma espécie desse gênero. O 237, como
2285 Clarismino bem colocou, é uma espécie, e resgatou, inclusive, a avaliação de impacto ambiental. Tem gente
2286 que quer fazer EIA/Rima até pra licitação de obra, pra concurso público. Eu até defendo que devia existir
2287 EIA/Rima para justamente eleger candidato. Tem impacto ambiental. Talvez a avaliação seja outra. Passa
2288 adiante. Portanto, o marco administrativo aonde se encaixa o estudo de impacto ambiental é este proposto na
2289 reunião de Siena, na Itália, em 90, que estabelecia os princípios internacionais do direito ambiental. Essa
2290 reunião foi preparatória pra Eco 92 e que colocava como marco de modificação da administração pública que o
2291 reaja e corrija, que é um método sistemático do poder público agir. Ele não age, ele reage e corrige. Ele autua
2292 e sanciona, dá multa. Ele prende e processa e pune. Esse sistema ele não se aplica na área ambiental, porque
2293 ele necessita de dividir instrumentos de Reserva Legal, que estabelecem os limites de cada órgão, de maneira
2294 que eles não se comuniquem. O preveja e previna é que passa a ser o principal. Estabelece, portanto, um
2295 outro tipo de poder público. Aquele que prevê e estabelece a sua prevenção face os impactos. Passa a ser
2296 um órgão planejador acima de tudo e isso se faz de maneira integrada. Portanto, a função do estudo de
2297 impacto ambiental dentro deste novo instrumento de, desse novo marco administrativo é prever a diferença
2298 entre o futuro com um determinado projeto e sem o projeto, levando em consideração a dinâmica do meio
2299 ambiente. Aprendi isso daqui com Roberts, que era um norte americano que veio ao Brasil em 92. A gente
2300 patrocinou a vinda dele pela OAB para dar as primeiras aulas de estudo do impacto ambiental dentro do
2301 modelo norte americano, junto com o ILAW, Inverimental Lone Institute de Washington. Passe adiante.
2302 Portanto, como disse Inagê, o estudo de impacto ambiental é suporte para as decisões, é ferramenta de
2303 administração. Peguem um acervo dos grandes históricos do planejamento francês já falava: "Plano é uma
2304 aventura calculada. É um exercício de cálculo dessa aventura que está embutido no estudo de impacto
2305 ambiental. É instrumento de tomada de decisão, exigem, portanto, que o gestor não seja um cartorário, um
2306 serventuário de cartório, tenha visão estratégica e eficiência tática, mente aberta para absorver as demandas
2307 que afetam o próprio projeto, base de estudo, capacidade de agir e dialogar democraticamente. A gente
2308 observa a democracia no dia a dia. Conseguem-se audiência com o presidente da República nesse país. Não se
2309 dialoga muitas vezes com o licenciamento ambiental. Age-se com o licenciador ambiental como se ele fosse
2310 um instituto da Grécia Antiga. Como se ele fosse aquele instrumento que saia fumacinha, o oráculo de delfos,
2311 que só sabe depois que saiu. Mais adiante. Suporte pra decisões que estabelecem, portanto, esse jogo de
2312 *baseball*, *steak rooderes*, licenciador empreendedor. James Roberts falava do jogo de *baseball*, como costume
2313 dizer, é a frase de Sartre aqui resumida, por ser um instrumento material e eu vou encerrar, o estudo de
2314 impacto ambiental, portanto, ele tem que estabelecer métodos de diálogo contínuo que a partida do projeto
2315 necessariamente não significa que o projeto chegue do mesmo jeito ao final dessa partida. O instrumento,
2316 portanto, ele é paralelo. Eu vou permitir, pedir a mesa dois minutos pra gente poder encarrilhar, porque eu
2317 acho que é mais importante. Passa mais adiante. A gente chegar a um ponto. Veja isso. O procedimento hoje
2318 do estudo de impacto ambiental. Esse procedimento, Ele, na verdade, gente, já tá mais do que conhecido, ele
2319 está embutido dentro de um processo maior. Passa mais adiante, que é o do licenciamento ambiental, que
2320 exige esses pressupostos. Se esses pressupostos não existem aumenta a discricionalidade da administração
2321 pública e isso é gravíssimo. Discricionalidade ampliada para a discussão de questões que são mandatórias,
2322 portanto, de ordem do Estado, tem que ser pressupostos, significa ditador de plantão na mesinha do cartório e
2323 a perda do processo democrático, porque ele vai agir de acordo com a tese de mestrado dele ou com o viés
2324 ideológico que o comanda, ou qualquer outra coisa ou interesse. Menos o interesse público face ao
2325 desenvolvimento que ele deve garantir. Passe mais adiante. Pode passar mais adiante, por favor. Mais
2326 adiante. O Inagê tá aqui, eu não vou ficar citando ele. De impacto, mais adiante. Tá aí. Com todo respeito, o
2327 professor Paulo Nogueira Neto tá aqui, o Inagê, a Lara Verocai. Eu acho que quando lerem o modelo sueco de
2328 licenciamento, que já tá em vigor desde o final da década de 60, verificar a tal da, do licenciamento trifásico,
2329 quando observar essas fases de pré-projeto, projeto e operação. Os mandatários da área do impedimento e os
2330 mandatários da sociedade. Na verdade, o licenciamento sueco é um só. O único sistema no mundo todo que é
2331 trifásico é o brasileiro. Nós precisamos acabar com esse sistema. Ele não existe, porque ele condiciona o
2332 estudo de impacto ambiental elevando ao aspecto formal de se confundir com a própria licença. E ele é uma
2333 declaração de suporte à licença. Como praticamente toda licença prévia está embutida neste aqui nós
2334 acabamos politizando a avaliação de impacto, que se confunde com a própria licença. Quando, na verdade,
2335 nós devíamos ter, no máximo uma, duas licenças. Aliás, como a Cetesb, até pouco tempo atrás não tinha.
2336 Instalar uma declaração de impacto e operar o que poderia ser em vão. Mais adiante. O modelo de

2337 licenciamento europeu estabelece uma série de documentos. Passa. Mais um pouco adiante e cria o estudo de
2338 impacto ambiental neste ponto aqui. Mais adiante. É isso, um procedimento simples estabelecido na Diretiva
2339 91 da comunidade europeia. Informação pública, delegações do órgão ambiental, a contestação, cogitação da
2340 avaliação, emissão da declaração de impacto ambiental. A declaração de impacto ambiental é instrumento que
2341 acompanha a licença, dá suporte à autoridade, que é uma só, a licença. A gente precisa repensar esse
2342 aspecto trifásico, que é um mito que nós criamos para nós próprios e estamos levando isso como verdade.
2343 Nem o professor Paulo Nogueira Neto, hoje, estaria aberto a essa questão. Vamo mais adiante. Portanto, o
2344 resgate do AIA como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente é importante pra nós não elegermos o
2345 EIA a tabu, a cláusula pétreia e outros institutos tão caros à teoria do direito e tão nocivos a materialidade e a
2346 dinâmica do meio ambiente. Passe mais adiante. Instituir a avaliação ambiental estratégica para conferir
2347 sustentabilidade aos vetores mandatórios: inventário, planejamento e ordenamento. Quem estabelece a
2348 avaliação ambiental estratégica é o proponente, o Poder Público, com dois Ps maiúsculos, e que é um só e
2349 embute até o Ministério Público. É um só. Nós pagamos.

2350

2351

2352 **DVD 06**

2353

2354

2355 **O SR. ANTÔNIO PINHEIRO PEDRO (Consultor do Banco Mundial)** – Deveriam formular os planos e
2356 políticas dos programas, criando os famosos grupos de política pública. Nos mesmos moldes como se faz hoje
2357 para gerenciamento e planejamento orçamentário. Planejamento orçamentário é muito parecido com
2358 Planejamento de Avaliação Ambiental Estratégica, porque dentro de cada órgão componente você tem o
2359 elemento do planejamento, o elemento da economia e o elemento da secretaria responsável. Teria aí
2360 planejamento, área ambiental e a secretaria responsável em cada grupo de política pública dentro de cada
2361 órgão. Bom, mas adiante vou fechar. A área ambiental, portanto, teria um conselho próprio somente para
2362 avaliar e dialogar com a área pública que estabelece os (*ininteligível*) para poder harmonizar aquilo que deveria
2363 vir na avaliação ambiental estratégica para a política e que condicionaria, portanto, o empreendimento.
2364 Queima-se a licença prévia com isso. Passa mais adiante. Cabe, então, ao grupo de decisão estratégica,
2365 geralmente um órgão componente para implementar a política após apreciada. Ao final. Integrar os
2366 mecanismos de resolução de conflitos. Isso é fundamental. Há interesses difusos e interesses confusos que
2367 estão sendo hoje discutidos no órgão, no âmbito ambiental. Muitas vezes ideologizados, muitas vezes postos
2368 para paralisar um projeto e o processo de licenciamento do impedimento. Então, é preciso separar o joio do
2369 trigo e estabelecer a cultura de sustentabilidade de maneira que os conflitos setoriais sejam resolvidos por um
2370 setor competente e não transferidos para a área ambiental, que, muitas vezes, não tem nem condições
2371 ideológicas ou estruturais para resolvê-los. Normalmente, quando se trata de órgãos de infra-estrutura. Mais
2372 adiante. Terminou. Muito obrigado aí pela paciência. Agradeço a presidência da mesa. (*aplausos*)

2373

2374

2375 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia)** - Obrigado Antônio Pinheiro
2376 Pedro pela sua ilustre apresentação que nos coloca um dos pontos pra reflexão e incita lembrar de um
2377 neologismo firmado pela, uma colega quando nós estamos discutindo a 237, na década de 90, uma colega que
2378 representava as ONGs no sul do país e criou esse neologismo. Nós precisamos acabar com o “queismo” no
2379 Brasil. Chegou a um exagero tão grande que pedia EIA/Rima para licença de um cemitério de uma cidade de
2380 cinco mil habitantes no estado de Goiás. Quer dizer, não conheciam os outros instrumentos do licenciamento
2381 ambiental. Mas eu gostaria de passar imediatamente à doutora Marga Inge Martin Teslanm, desembargadora
2382 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e é muito importante que nós tenhamos a visão da magistratura.
2383 Nós temos, temos que fazer uma crítica a nós mesmos. Todos os integrantes do Sistema Nacional do Meio
2384 Ambiente, porque nós, nesses debates, nós temos convidado muito pouco os integrantes da magistratura para
2385 discutir as questões legais do ordenamento jurídico ambiental do país. Então, é muito importante que nós
2386 tenhamos essa visão para ter uma participação maior. Doutora Marga.

2387

2388

2389 **A SR^a. MARGA INGE (DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4^a REGIÃO)** – Pois
2390 não, eminente presidente, eminentes colegas de mesa é uma grande honra estar aqui. Eu agradeço ao doutor
2391 Diniz o convite. Cumprimento a todos os conselheiros e autoridades presentes e aos estudiosos de direito
2392 ambiental. Preparei uma exposição bastante ampla, mas que eu vou reduzir drasticamente. A minha
2393 abordagem é sobre a Resolução 186 na perspectiva da avaliação ambiental estratégica. Muito bem, a
2394 resolução 186, os licenciamentos ambientais, as avaliações que são feitas, enfim, de impacto ambiental
2395 chegam ao judiciário já em pleno conflito. Então, durante a minha vida como magistrada eu sempre recebo e
2396 emito as minhas decisões estudando o caso parcialmente. Agora, então, ao lançar os olhos sobre. Pode
2397 passar adiante, por gentileza. Ao lançar os olhos sobre a Resolução 186 com essa perspectiva de avaliação
2398 ambiental estratégica. Mais uma, por gentileza. Mais uma além. Eu não vou fazer todo percurso histórico que
2399 já foi muito bem feito pelo doutor Francisco. Isto. Sobre as origens nós já vimos. Vimos as características, as
2400 limitações. Pode passar mais um adiante. Também o eminente colega que falou há pouco. Já trouxe o quê
2401 que, além do instrumento, que deve ter suas características como instrumento de ajuda, decisão, um
2402 instrumento de projeto, planejamento, instrumento de negociação social e instrumento de gestão ambiental.
2403 Nós poderíamos resumir meus comentários neste aspecto para dizer que a maior deficiência que eu vejo na
2404 minha avaliação como magistrada e que tem falhado a negociação social. Observo que as audiências, em
2405 geral pelos empreendedores, patrocinadas pelos empreendedores, acabam sendo um simulado de audiência
2406 pública. Existem, inclusive, decisões judiciais, sem o meio apoio, no sentido de que a audiência pública não
2407 precisa ser feita em todos os municípios que vão ser atingidos por um projeto, bastando que seja feito em
2408 alguns. Acho, mas sem a minha adesão. Pode passar mais adiante, por favor. Mas eu, então, tentando
2409 examinar a resolução 186 já na perspectiva estratégica eu me deparei: “Mas, afinal de contas, o que é
2410 estratégica, estratégia?”. A estratégia é, nós tiramos da administração militar, o Estratega era aquele general
2411 na antiga Grécia que comandava os exércitos e aonde exatamente atacar. E pensar estrategicamente, o quê
2412 que é? Pensar estrategicamente é voltar-se para o futuro, produzindo análises inusitadas sobre o presente e
2413 conscientizar-se de valores críticos e, principalmente, questionar atuais decisões. Essa é a definição do
2414 professor Paulo Motta da FGV. Mas verificando, então. Pode passar mais uma adiante, por gentileza. A
2415 Resolução 186 o que seria a avaliação estratégica, eu cheguei à conclusão que existe um mundo de estratégia
2416 na Resolução 186. O professor Paulo Afonso já disse que ela é muito boa e agora eu cheguei à conclusão que
2417 ela é excelente. Ela foi precursora e ela já tinha lá, basta a gente querer enxergar. Ela já tinha lá elementos de
2418 estratégia. Uma reflexão estratégica, La pressupõe sabedoria do pensamento sistematizado, da consulta, da
2419 participação e das análises. A origem, já vimos, a arte militar e esta da arte militar foi para a administração
2420 gerencial. Méis uma adiante, por gentileza. Podemos dizer, então, que ela pressupõe, a estratégia pressupõe:
2421 saber trabalhar com turbulências; saber trabalhar assumindo riscos; estar voltado para inovações; ter
2422 racionalidade com intuição; ter diálogo otimizado; fazer “parte do mundo”, quer dizer, não podemos ficar nos
2423 cartórios, que o doutor criticou talvez com razão; ter valores culturais consolidados; ser leal e ético; ter
2424 interesse e ter autocontrole. Pode passar mais uma adiante. Então, em idéias muito gerais e fazendo um
2425 drástico resumo, nós estamos num limiar transitando para um outro paradigma. Do paradigma moderno para o
2426 paradigma sistêmico contemporâneo, mas a Resolução 186 tinha muito do paradigma sistêmico
2427 contemporâneo. Se nós formos lá olhar o (*ininteligível*), que, agora, eu vi refletindo sobre o que é estratégia eu
2428 encontrei muita coisa. Esse paradigma moderno só pra gente fazer uma comparação era linear e mecanicista.
2429 Agora nós queremos um paradigma sistêmico. Antes, causa e efeito. Agora, de sistema. Antes, a
2430 previsibilidade e o princípio da prevenção. Agora, a possibilidade e o princípio da precaução. Antes, no
2431 paradigma moderno o observador era isento. Agora, nós temos que reconhecer pela teoria do observador que
2432 o avaliador, vocês conselheiros, os gestores interferem com o olhar. Ao fazermos uma avaliação é um acento,
2433 é até uma vírgula, é um tom de voz que eu dou aqui que vai se perceber que eu estou interferindo naquilo que
2434 eu estou descrevendo. Então, o paradigma contemporâneo também absorve esta e tem conhecimento disto.
2435 Antes, a autoria centrada, muito centrada e individualista. Agora, a colaboração. Antes, a especialidade. Era
2436 um campo fechado. Agora, nós queremos a totalidade. Nós queremos a transversalidade. Pode passar adiante
2437 por gentileza. Então, podemos já, agora, chegar a avaliação ambiental estratégica. É um processo sistemático
2438 para avaliar as conseqüências ambientais de uma política, plano, programa, de forma a assegurar que sejam
2439 consideradas e incluídas no estágio inicial do processo de decisão. Os autores, que eu não vou referir aqui,
2440 mas que eu consultei sobre o assunto dizem que a avaliação de impacto ambiental, ela chega muito tarde. E
2441 que a avaliação ambiental estratégica seria, então, mais adequada para se antecipar. Bom, pode passar mais

2442 um adiante, por gentileza. Então, fazendo, então, uma comparação com a avaliação, com os princípios da
2443 avaliação ambiental estratégica e com a avaliação de impacto ambiental, como prevista na Resolução 186
2444 CONAMA, na Lei da Política do Meio Ambiente e tendo ainda em consideração que a nossa Constituição, no
2445 Artigo 225, constitucionalizou e absorveu todos estes normativos legais, tanto a Lei da Política Nacional do
2446 Meio Ambiente, quanto as suas resoluções estruturantes dos seus procedimentos, nós chegamos à conclusão
2447 da grande importância dos órgãos de planejamento, de decisão nessa questão ambiental. Então, reforçando
2448 essa importância, eu estou resumindo bastante, reforçando essa importância dos órgãos de planejamento e de
2449 avaliação ambiental dos gestores ambientais, nós podemos citar o julgamento na Medida Cautelar ADIn nº
2450 3540, em que o ministro Celso de Mello prestigiou os órgãos de gestão ambiental. Fê-lo ao afastar a
2451 necessidade de lei estrita específica para que a administração licencie ou autorize atividades e obras e
2452 espaços territoriais desprotegidos. Eu reconheço que essa decisão judicial ela tem sido muitíssimo criticada,
2453 mas num aspecto, que eu vejo, extremamente interessante e positivo, é que na ótica do Supremo essa
2454 questão seria, essa questão foi colocada nas mãos dos gestores ambientais. Então, vejam só a importância
2455 das atividades desenvolvidas pelos senhores que estão militando nesta área. Sobre ainda licenciamentos e
2456 pendências judiciais, também me resumindo bastante, temos em andamento na quarta região, que engloba os
2457 estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e numas demandas em que justamente há atividade
2458 de licenciamento que é levada a juízo, que é judicializada. E eu citaria um caso bastante emblemático, que é
2459 da usina hidrelétrica de Barra Grande. Neste caso, numa suspensão de segurança foram prestigiados todos os
2460 órgãos ambientais que sucessivamente licenciaram e aprovaram o projeto, inclusive a Câmara competente do
2461 Ministério Público Federal também pronunciou-se favoravelmente ao projeto. Como, então, o Poder Judiciário
2462 iria numa Suspensão de Segurança que não examina o processo, que não tem vista em provas, iria
2463 desautorizar a, praticamente, não conclusão, porque a obra estava já concluída, mas a abertura das comportas
2464 para que, enfim, a água adentrasse e inundasse aquele, aquele ambiente. Outro caso que são especificamente
2465 os licenciamentos que na nossa região são bastante contestados. No dia ontem ou anteontem foi contestada
2466 judicialmente, com liminar concedida à usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu no Paraná. Podemos. Já vou
2467 concluindo. Não sei como é que eu estou no meu tempo, mas eu reduzi bastante, mas gostaria de destacar,
2468 então, e, já arrematando, e dizer que pela minha leitura que fiz da Resolução 186 e resoluções posteriores, há
2469 possibilidade sim, como disse o doutor Francisco, de já enxergar ali princípios e posições estratégicas. Basta
2470 utilizá-las. Não bastaria, não necessitaria de uma lei para fazer isto. Bastaria um outro, uma outra resolução.
2471 No meu modo de ver, que coincide com o doutor Francisco, é porque a avaliação de impacto ambiental foi fruto
2472 de uma necessidade social e agora necessidade social é que esta avaliação seja também estratégica. Eu acho
2473 que estamos caminhando nesta direção. E os princípios, ainda tentando colaborar em algum coisa mais,
2474 destacando os princípios do direito ambiental que inspiraram a avaliação de impacto ambiental. É o princípio
2475 da prevenção. Por quê? Porque lá pela redação da 186 é previsível. Lá ela já está prevendo que aquelas
2476 atividades que ali elenca exemplificativamente, aquelas atividades vão sim causar danos ambientais. Então,
2477 não só aquelas, eram só exemplificativas, então, nós dizemos que nós estamos aplicando o princípio da
2478 prevenção no sentido de antepor, de nos prevenir quanto aquilo que nós sabemos que, com certeza, vai
2479 acontecer. A avaliação, então, de impacto ambiental, ela é, tem uma afeição mais reativa. Ela é uma reação
2480 àquilo que nós já temos como absolutamente certo e previsível que vai acontecer. Já na avaliação ambiental
2481 estratégica, qual o princípio de Direito Ambiental que há abrigaria? No meu modo de ver, ela está abrigada em
2482 dois princípios, pelo menos. É o princípio da precaução. Quando se aplica o princípio da precaução? Quando
2483 nós não temos certeza científica sobre se uma determinada atividade vai ou não produzir danos. Então, aí se
2484 antepõe o princípio da precaução e também o princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio que está
2485 estruturado nessa visão prospectiva de nós termos que ter também cuidado para que nossas atividades não
2486 comprometam e inviabilize a vida dos nossos sucessores. Princípios todos que estão já suficientemente até
2487 positivados nas declarações do Rio 92, Princípio 17, A Prevenção; Princípio 4, Desenvolvimento Sustentável; e
2488 Da Precaução, Princípio 15. Cinco minutos, pois não. Não compactuando assim com tudo o que foi dito pelo
2489 eminente painalista que me precedeu, o que eu vejo é que nós temos muita resistência em nos liberar do
2490 paradigma positivista, não é? Então, tem uma, tem uma, nós temos uma resistência muito grande, mas nós
2491 devemos caminhar nesse sentido e aplicar também os princípios. Então, como consideração derradeira eu
2492 gostaria de passar mais uma projeção. Para os meus alunos eu acabo sempre recomendando alguma leitura.
2493 Não o faço na condição ninguém aqui de aluno, mas como colega. Esse livro é bastante interessante: “O
2494 Colapso”. Não é? E a gente vai ter oportunidade de ver bas, muitas opções que não foram estratégicas e que

2495 levaram civilizações, realmente, ao colapso. É bem interessante este livro. Esse autor é o mesmo do “Sangue,
2496 Aço e Ge”, “Armas, Germes e Aço”. Muito bem, eu gostaria de, então, concluir e vou citar para a conclusão,
2497 apenas para deixar uma mensagem para os gestores e conselheiros, vou citar não um político alemão, mas
2498 um filósofo alemão que eu gosto muito (*ininteligível*): “O homem, no seu percurso temporal no mundo é filho do
2499 cuidado”. Então, a avaliação de impacto ambiental e a avaliação ambiental estratégica são dimensões desse
2500 cuidado que nós esperamos, que o povo brasileiro espera que os gestores ambientais tenham: “O homem, no
2501 seu percurso temporal no mundo é filho do cuidado”. Então, nós estamos na mão dos gestores ambientais e o
2502 nosso percurso temporal no mundo, o percurso dos nossos filhos está na mão de vocês. Muito obrigado.
2503 (*aplausos*)

2504
2505

2506 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia)** - Eu, agradecemos à
2507 doutora Marga, que sublinhou aqui com muita competência e brilhantismo a questão da previedade da
2508 Resolução do Estudo de Impacto Ambiental previsto na Resolução 01/86. E passo imediatamente ao doutor
2509 Otávio Alcano, lembrando que o doutor Otávio Alcano é diretor-presidente da Cetesb, vice-presidente da
2510 Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente, a Abema. Não é desnecessário falar que a
2511 Cetesb, um dos maiores órgãos ambientais do país e que tem o maior *ranking* de licenciamento de todo Brasil.
2512 Doutor Otávio.

2513
2514

2515 **O SR. OTÁVIO ALCANO (Diretor-presidente da Cetesb)** – Boa tarde a todos. Nós também gostaríamos de
2516 esclarecer em nome da doutora Alexandrina Sobreira, que é presidente da Abemma, pelo convite do prefeito.
2517 Agradecer a oportunidade de falar um pouco sobre a CONAMA só que a minha posição, é um tanto quanto
2518 desagradável, porque eu tenho cinco advoga, juristas, e eu sou um técnico, sou um engenheiro de carreira
2519 técnica, portanto não dá pra comparar o nível de exposição que eles fizeram com o que nós vamos comentar.
2520 Na realidade, o Pinheiro colocou, o doutor Pinheiro Pedro colocou muito bem a questão do planejamento e das
2521 políticas que devem ter, porque com um planejamento bem feito a nível estadual, nacional é evidente que
2522 facilita qualquer análise de um estudo de impacto com políticas já bem definidas de ocupação do solo numa
2523 região. A dificuldade que existe hoje na aplicação do CONAMA e é uma critica que eu, como técnico que
2524 sempre fui, faço e continuo fazendo é que a CONAMA ela foi uma listagem exemplificativa. Ela não define
2525 linhas de cortes e fica isso no poder discricionário do dirigente ambiental saber se pede um estudo de impacto
2526 ambiental ou não. Esse é um grande problema que causa, principalmente aqui no estado de São Paulo, que
2527 tem uma característica de licenciamento um tanto quanto diferente dos demais estados da União, nós temos
2528 dois órgãos licenciadores. Nós temos a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que faz a avaliação de, as
2529 análises de avaliação de impacto ambiental através do Departamento de Impacto, de Avaliação de Impacto
2530 Ambiental (Daia) e o Cetesb que emite as licenças de instalação e operação. Ora, é muito difícil,
2531 principalmente na questão do gerente da agencia ambiental que está em Presidente Prudente ou em
2532 Araçatuba, um empreendimento que pode ser necessário um EIA/Rima, dada a sua concentração de
2533 empreendimentos numa região, num complexo industrial como Paulinha, definir que ele precisa desse estudo,
2534 uma região, uma atividade extremamente, essencialmente de pecuária, desse estudo de impacto ambiental.
2535 Então, quando eu tenho um complexo eu tenho uma somatória de problemas que eu tenho que analisar pra
2536 encontrar um novo empreendimento. Eu ainda não tenho nada e eu já tenho uma outra visão se ele pode ou
2537 não, avaliando minimamente nas agencias ambientais qual impacto que ele vai causar. Então, eu passo a ter
2538 algumas questões um pouco diferentes pra quem trabalha com, efetivamente com a parte de licenciamento,
2539 quem aplica a legislação no dia a dia no controle da poluição ambiental. é evidente que é ideal. É muito mais
2540 importante a gente ter, nós termos um licenciamento prévio muito bem feito do que nós agirmos
2541 corretivamente. Isso é o óbvio, porque nós, hoje, na Cetesb ainda corremos atrás de empre, pra acertar a
2542 situação de empreendimentos que existiam quando da criação do Decreto 468, que é o decreto que
2543 regulamenta o controle de poluição no estado de São Paulo em 76. Até hoje nós pagamos esse ônus, porque
2544 foram empreendimentos instalados sem o devido acompanhamento ambiental, que trouxeram, geraram
2545 grandes problemas e que nós só pudemos agir de uma forma corretiva ou então na ampliação desses
2546 empreendimentos. Hoje, e foi também com a 237 e com a própria 01 de 86, no instrumento da renovação de
2547 licença, que foi muito pouco comentado aqui, um instrumento da mais alta importância pra que a gente possa

2548 ter ganhos ambientais nos empreendimentos já existentes. Ainda que na filosofia da Cetesb, eu costumo deixar
2549 bem claro, que ela tendo os padrões de emissão e de qualidade, nas renovações nós fazemos negociações
2550 pra que nós tenhamos, o quê? Outros ganhos ambientais. Para que nós possamos fazer, fazer como disse o
2551 nosso nobre colega, deixar o meio ambiente melhor para as futuras gerações. Esse é o objetivo maior. E a
2552 CONAMA 01/86 vem exatamente nessa linha da preservação, você ter um desenvolvimento sustentável que
2553 garanta pros nossos filhos e netos uma condição de vida melhor do que nós temos hoje a questão ambiental.
2554 Nós vamos fazer uma comparação do quadro no estado de São Paulo, de como era 20 anos atrás, na questão
2555 de poluição por veículos automotores e como é hoje, existe uma diferença brutal, porque nós conseguimos
2556 evoluir na questão de controle de emissões veiculares, inclusive com trabalhos preventivos. Ok. Isso é muito
2557 importante. E a CONAMA, na parte industrial e mesmo em outros empreendimentos faz isso de uma forma
2558 clara. Apenas nós temos que tomar o cuidado que não sermos xiitas e impedirmos o desenvolvimento da
2559 região, como aconteceu com o rodoanel, que pra quem chegou de avião e passou pela avenida dos
2560 bandeirantes, cês viram quantos veículos pesados passam por ali por dia? É raro o dia que não tenho um
2561 congestionamento naquela avenida. Se eu tivesse o rodoanel já instalado hoje, que levou quatro anos pra ter
2562 uma licença prévia emitida pela secretaria, eu não teria esses problemas que eu tenho dentro da cidade. Não
2563 teria um problema que foi notícia de toda mídia, como ocorreu em junho, o vazamento de gás marginal que
2564 atingiu um raio de mais de dois quilômetros de distância do centro da, do local do capotamento do caminhão.
2565 Por quê? Porque foi feita uma briga tão grande pra aprovar o rodoanel que esse instrumento tem que, o
2566 EIA/Rima tem que ser muito bem utilizado pra gente não cai nessas questões. Que a gente consiga avançar e
2567 ter o quê? O licenciamento como garantia de instrumento e não fazer daquele instrumento um obstáculo para a
2568 melhoria da condição da cidade. O quê que acontece com São Paulo hoje, toda carga pesada passa pela
2569 Avenida dos Bandeirantes. Se nós tivéssemos um rodoanel 90% dos caminhões pesados não adentrariam a
2570 cidade de São Paulo. Passariam por fora. Nós teríamos um tráfego com muito menos emissão de gases
2571 poluentes dentro das cidades e teríamos o quê? Uma condição de vida muito melhor. E com um trânsito com
2572 muito menos congestionamento por cidadão. Então, essa questão é que a gente tem que avaliar. A experiência
2573 do estado de São Paulo pra empreendimento industrial foi muito boa no EIA/Rima. Foi excelente. Veio pra
2574 regularizar e acertar uma série de coisas e nós, felizmente. O Daia é exigente na aplicação e a Cetesb é
2575 exigente pra que eles cumpram as remediações que têm que ser feito, as exigências que têm que ser
2576 cumpridas para que a gente possa emitir uma licença de operação. Volto a dizer, o que falta é uma clareza de
2577 quê que precisa e o quê que não precisa a Rima. Qual é a linha de corte que nós temo que ter pra que a gente
2578 possa ter uma segurança maior pra trabalhar no dia a dia, principalmente com uma agência ambiental que não
2579 faz o licenciamento prévio de empreendimentos que necessitam de EIA/Rima. Então, fica muito difícil prum
2580 técnico decidir que o empreendimento precisa ou não. Mas a 01/86 foi muito importante e, com certeza, vai
2581 continuar sendo muito importante para que a gente possa ter um desenvolvimento melhor e sustentável.
2582 Apenas a crítica que o nosso colega Pinheiro Pedro faz é com a demora do licenciamento, porque é um
2583 entrave que realmente existe, que nós temos debatido, inclusive, como remover isso daí e agilizar os próprios
2584 licenciamentos da cidade de São Paulo. Muito obrigado. (aplausos)

2585
2586
2587 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia)** - Muito obrigado doutor
2588 Otávio pela sua explanação de vivenciar no dia a dia a questão do licenciamento ambiental. Eu passo em
2589 seguida para o doutor Gustavo Trindade, consultor-geral do Ministério do Meio Ambiente. E talvez o doutor
2590 Gustavo seja uma das figuras da República mais demandadas na questão relativa a qualquer dúvida em
2591 relação ao licenciamento, principalmente conflitos de competência e outras atividades do gênero que ele tem
2592 que explicitar baseado em uma legislação que, às vezes, é extremamente pulverizada e ele tem que ser o mais
2593 transparente possível para dirimir essas dúvidas. Doutor Gustavo.

2594
2595
2596 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor jurídico do MMA)** – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar aí,
2597 em nome dos demais colegas da mesa, o doutor Clarismino e dizer que é uma honra e que é uma atividade
2598 desafiadora, porque é a primeira vez que eu falo na frente do comendador. E hoje (risos) nós estamos na
2599 frente do mestre em comendador, que recebeu um título pela manhã e isso traz maior responsabilidade a partir
2600 dessa homenagem oferecida nessa manhã. Como eu tenho dez minutos, eu vou tratar de alguns pontos

2601 pontuais. Eu não tinha, não sabia nem muito o que eu ia falar aqui. Por ser debatedor é melhor escutar as
2602 palavras dos que antecederam pra utilizar e pra buscar um pouco e expressar alguns entendimentos. Primeira
2603 coisa que já foi falada pelos demais, demais pessoas que se pronunciaram nessa mesa. Primeira coisa que eu
2604 creio que é importante dizer é que a gente não pode confundir avaliação de impacto ambiental ou
2605 licenciamento ambiental com EIA/Rima, ou seja, desde da Resolução 01/86 o EIA/Rima é necessária
2606 praquelas atividades que causam significativo impacto ambiental. O que a gente observou a partir de alguns
2607 anos é uma chamada vulgarização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Qualquer tipo de atividade se
2608 exigia EIA/Rima, quer dizer, não se buscava exigir um licenciamento ambiental ou outros estudos ambientais.
2609 O que se falava era uma questão do EIA/Rima e isso levou um pouco à vulgarização desse instrumento e a
2610 algumas dificuldades que vieram sofrendo os órgãos ambientais na implementação dum instrumento tão
2611 importante pra política ambiental. Além disso, outra coisa de se observar que ao longo dos 30 anos da Política
2612 Nacional de Meio Ambiente parece que a gente, o único instrumento que a Política Nacional do Meio Ambiente
2613 tem pra tratar do controle da poluição, pra buscar o desenvolvimento sustentável é o licenciamento ambiental.
2614 Nós temos uma outra série de instrumentos na Política Nacional de Meio Ambiente, que comemora 30 anos,
2615 ou seja, o zoneamento ambiental, a avaliação ambiental estratégica, uma série de sentidos da produção
2616 sustentável, que não são tão valorizados quanto o licenciamento ambiental, mas são fundamentais, inclusive
2617 para que o instrumento do licenciamento ambiental possa desenhar o papel fundamental que ele tem. Então,
2618 essa concentração de todas as demandas no licenciamento ambiental trazem alguns problemas pra esse
2619 instrumento e podem dificultar e tem dificultado a sua melhor implementação. E quando a gente vai estudar, e
2620 aqui eu vou ser bem rápido nos meus 10 minutos, quando a gente vai estudar a Resolução 01/86 e as próprias
2621 dificuldades que a gente observa no licenciamento ambiental desses empreendimentos de significativo impacto
2622 ambiental, quais são os problemas que hoje a gente fala tanto do atravancamento dos processos de
2623 licenciamento ambiental. Será que isso é um problema do licenciamento ambiental em si? É claro que a gente
2624 tem problemas de falta de servidores nos órgãos ambientais, de ausência de uma determinada estrutura nos
2625 órgãos ambientais. Mas qual a maior discussão que ocorre no processo de licenciamento ambiental, porque
2626 muitas vezes a sociedade demanda o EIA/Rima? Por quê? Porque o instrumento do licenciamento ambiental
2627 através de EIA/Rima, que pode a sociedade exigir uma consulta pública, pode exigir audiência pública pra
2628 debater, inclusive políticas setoriais que não foram debatidas previamente à realização do licenciamento
2629 ambiental, ou seja, uma coisa que nós observamos, tanto na mesa anterior, como pode ser observada em
2630 todos os outros painelistas desse painel, desse painel, todos os outros painelistas que falaram anteriormente é
2631 que quando as coisas que traz problemas fundamentais, traz um problema fundamental é a ausência de
2632 políticas públicas setoriais. Se nós observarmos os, as diretrizes gerais do licenciamento ambiental, a quarta
2633 diretriz geral colocada lá na Resolução 01/86 é que deve o licenciamento, que deve o EIA/Rima observar
2634 planos e políticas públicas. A ausência desses planos e políticas públicas, doutor Bino Pedro, eu creio, é
2635 politizar o licenciamento ambiental, ou seja, uma avaliação prévia, uma estruturação das políticas estruturantes
2636 são fundamentais para que o licenciamento ambiental consiga desempenhar seu papel fundamental na
2637 busca da compatibilização do desenvolvimento e da proteção ambiental. Que mais, vamo lá, então, primeiro,
2638 são questões externas ao licenciamento ambiental *stricto sensu*, ou seja, ausência de políticas estratégicas e
2639 há uma ausência de discussão na sociedade civil que levam e podem, em alguns momentos, fazer o
2640 licenciamento ambiental algo mais demorado. Outra coisa que eu vejo e aqui eu acho que descordo um pouco
2641 do doutor Bino Pedro. Eu não creio que seja o formalismo da Resolução 01/86 que vá politizar ou vai atrasar
2642 o licenciamento ambiental, ou seja, é a ausência dessas políticas públicas e é o processualismo hoje, ou seja,
2643 essa discussão processual que vem ocorrendo e é exemplo do que se dá no rodão ela não se dá uma
2644 discussão do procedimento do licenciamento ambiental. As discussões que nós observamos hoje no poder
2645 judiciário se dão muito mais para avaliação de qual órgão competente pra realizar o licenciamento ambiental.
2646 Quer dizer, é uma discussão de quem deve analisar o licenciamento ambiental fugindo de uma discussão
2647 material de como é feito o licenciamento ambiental. Quer dizer, é o formalismo de quem faz não se tá bem
2648 feito. E aqui, já pra finalizar, eu acho que tá quase acabando os meus dez minutos, eu quero dizer, o doutor
2649 Clarimino disse que era da geração 237 e eu quero dizer que eu sou da geração 237 e sou da geração
2650 Resolução 1/86. Ao dar uma lida na resolução 01/86 para esse evento a coisa que mais me chamou a atenção
2651 é que já em 1986 os artigos 5º Parágrafo Único, é, que mais, 5º, Parágrafo Único, 6º, Parágrafo Único e
2652 Parágrafo 2º do Artigo 11º, já previu a possibilidade do município exigir estudo prévio de impacto ambiental.
2653 Nós não tamo falando de 1987. Nós tamos falando de 1986. Nós não tamos falando de 97, nós estamos

2654 falando de 86. Então, desde lá nós já tínhamos a possibilidade do município exigir estudo prévio de
2655 licenciamento ambiental e como disse anteriormente o secretário Langone, o estudo prévio de licenciamento
2656 ambiental é meio, não é fim. E fim pra quê, para o licenciamento ambiental. Então, também defendendo a
2657 questão da necessidade de se buscar uma discussão a respeito da materialidade desse estudo, da
2658 profundidade desse estudo, que é tão importante para possibilitar o desenvolvimento sustentável é
2659 fundamental que nós tenhamos já, passados 30 anos dessa Política Nacional de Meio Ambiente, que nós
2660 temos a necessidade de se definir os papéis nessa política da União, do estado e do município. Eu não vejo
2661 com, passado 30 anos de uma política de meio ambiente, nós querermos apartar o município dessa discussão,
2662 ou seja, só há possibilidade de desenvolvimento sustentável com a participação efetiva dos três entes
2663 federados assumam a sua responsabilidade. E é com a felicidade de ver que a resolução 81, que a Resolução
2664 CONAMA 01/86 já previa essa participação do município é que eu queria cumprimentar o doutor Inagê, a todos
2665 os outros, em especial ao doutor Paulo Nogueira Neto, por nos terem brindado com uma legislação que
2666 consegue passar por 30 anos e ainda conseguir nos ensinar muitas coisas, que nós vamos buscar uma
2667 discussão que se deu hoje pela manhã, a questão dos municípios, nós observamos que já em 83 os 300
2668 federados tinham uma responsabilidade emental e é isso que a gente precisa pruma efetiva estruturação do
2669 Sisnama, que já completa 30 anos. Muito obrigado. (*aplausos*)

2670
2671

2672 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor jurídico do MMA) – Trinta ou 25?**

2673
2674

2675 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia) - Vinte e cinco.**

2676
2677

2678 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor jurídico do MMA) – Vinte e cinco. Desculpem.**

2679
2680

2681 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA (Secretário do Meio Ambiente de Goiânia) -** Aí é a 8620. É, eu quero
2682 cumprimentar o doutor Gustavo pela forma muito brilhante que condensou e debateu todos os pontos
2683 levantados aqui pelos nossos painelistas. Agradecer mais uma vez à direção do CONAMA que, através da
2684 pessoa do doutor Nilo Diniz, fez o convite extremamente honroso e concluir este, esta mesa, lembrando o
2685 doutor Flávio Peixoto, Rios Peixoto da Silveira, que foi o ministro do Meio Ambiente que assinou a Resolução
2686 01/86 e que viria aqui e, por motivos de saúde, não pôde comparecer. Ele, é, ele me dizia o seguinte:
2687 “Clarismino, diga aos novos e atuais dirigentes ambientais do setor público ambiental do país que já se vão
2688 longos 20 anos que eu assinei a 01/86 e sobrevivi. Eu estou vivo até hoje”. Muito obrigado. Parabéns a todos.
2689 Estreiamos com muito êxito nesse congresso.

2690
2691

2692 **DVD 07**

2693
2694

2695 **CERIMONIAL** - Felipe Kunz é médico veterinário, coordenador de ambiente natural. Com experiência
2696 profissional na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre. coordenador-geral de Vigilância em
2697 saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Foi assessor da presidência da República de mil
2698 novecentos e... . Diretor do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (Sema - Rio Grande do Sul) e
2699 coordenador-geral de Licenciamento Ambiental do Ibama. Convidamos como painalista Doutor José Cláudio
2700 Junqueira Ribeiro, assessor-especial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
2701 Sustentável de Minas Gerais. O doutor José Cláudio é graduado em engenharia civil sanitária. Tem doutorado
2702 em saneamento ambiental e recursos hídricos. Como cargo atual, e assessor-especial de Meio Ambiente de
2703 Minas Gerais e professor titular de gestão ambiental da universidade Fumec. Como experiência profissional
2704 destacamos um mês superintendente do meio ambiente do Copam; ex-secretário de Meio Ambiente de Belo
2705 Horizonte; ex-diretor e ex-presidente de Controle Ambiental da Fundação Estadual de Meio Ambiente e
2706 conselheiro do CONAMA, representando o estado de Minas Gerais. Convidamos para compor a mesa como

2707 painelista o doutor Sebastião Ney Vaz Júnior, presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio
2708 Ambiente do Anamma, Anamma. Doutor Sebastião Vaz é engenheiro sanitário, mestre em recursos hídricos.
2709 Foi superintendente da Ceasa de Santo André e Cemasa e presidente da Anamma Nacional. Convidamos pra
2710 compor a mesa o doutor Carlos Mória Figueiredo Neto, gerente de novos negócios do Sinec – Engenharia
2711 Social, Engenharia e Sociedade Anônima Projetos de Consultoria. O doutor Carlos Mória é engenheiro civil,
2712 mestre em engenharia sanitária. Consultor de meio ambiente do banco interamericano de desenvolvimento e
2713 coordenou inúmeros trabalhos de EIA/Rima de diversos projetos do setor elétrico e do setor de
2714 transportes. Para compor a mesa como painelista Patrícia Helena Allan Borge Bonzon, membro da
2715 Confederação Nacional da Indústria. Doutora Patrícia é engenheira civil, especialista em planejamento de
2716 gestão de recursos hídricos. Consultora de planejamento de recursos hídricos e membro do CONAMA e do
2717 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pesquisador da Cetec - Minas Gerais, coordenadora de inúmeros
2718 estudos de impacto ambiental. convidamos para compor a mesa como debatedora doutora Silvia Cappelli,
2719 procuradora do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul. Doutora Silvia Cappelli tem faculdade, é
2720 bacharel em direito, especialista em ecologia no Unisinius. Procuradora de justiça. Coordenadora do Centro de
2721 Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Rio Grande do Sul e presidente do
2722 Instituto de Direito por um Planeta. Promotora de Justiça. Coordenadora do Centro de Apoio de Meio
2723 Ambiente. Conselheira do CONAMA, representando o Ministério Público Estadual e ex-presidente da
2724 Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente. Convidamos como debatedor o doutor Raul
2725 Silva e Teles, advogado do Instituto Sócio-Ambiental (ISA). O doutor Raul é advogado, mestre em direito
2726 econômico e assessor jurídico do Instituto Sócio-Ambiental. Passamos, agora, a coordenação dos trabalhos ao
2727 coordenador da mesa.

2728
2729

2730 **O SR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR (Coordenador de Ambiente Natural na Secretaria Municipal de Meio**
2731 **Ambiente de Porto Alegre)** - Bom dia a todos. Estamos um pouco avançados no horário da nossa mesa,
2732 então, vai ser bem breve esse início pra que nós possamos dar início aos trabalhos. Cada painelista terá 20
2733 minutos. A sistemática continua a mesma de quem acompanhou os trabalhos ontem e com dez minutos
2734 posteriormente para os debatedores. Eu queria colocar que, pra mim, é uma honra estar coordenando essa
2735 mesa. Essa discussão aqui que o CONAMA propicia de avaliação da Resolução 01 e vamos tratar aqui de
2736 exemplos práticos, ou seja, na vida real como foi essa aplicação. E temos, basicamente, todos os atores. Eu
2737 até não vou poder participar do debate como diretor do órgão federal, responsável por uma parcela pequena
2738 dos licenciamentos, aqueles de significativo impacto nacional, mas temos os principais operadores, que são os
2739 estados, aqui com o José Cláudio, operadores do processo de licenciamento ambiental do país. Temos
2740 municípios que cada vez mais vão desempenhar esse papel importante naqueles impedimentos de impacto
2741 local. Temos a participação dos consultores, que elaboram os estudos de impacto ambiental e que convivem
2742 com os órgãos licenciadores. Temos a indústria, representando os empreendedores aqui que tem que passar
2743 por esse processo de avaliação dos seus empreendimentos e atores, e atores que cada vez mais têm
2744 participado desse processo que são o Ministério Público e as organizações não governamentais. Eu acho que
2745 temos tudo pra ter um debate muito produtivo e que pode fazer com que a sociedade brasileira continue
2746 avançando na aplicação desses instrumentos. Então, eu vou passar a palavra pro doutor José Cláudio
2747 Junqueira Ribeiro pra que possa dar início ao seu, a seu, à sua exposição. Então, o prazo de 20 minutos.

2748
2749

2750 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Assessor-especial da Secretaria de Estado de Meio**
2751 **Ambiente)** – Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o Ministério do Meio Ambiente pela
2752 oportunidade, pelo amável convite pra podermos expor nossas idéias, nossas experiências no estado de Minas
2753 Gerais, em especial agradecer ao Nilo, que foi quem me transmitiu o convite. Enquanto ele coloca lá a minha
2754 apresentação, eu vou iniciar por uma questão de justiça a fazer um reparo histórico aqui. A ministra ontem
2755 disse que todos os conselhos do país são netos do CONAMA. Não é bem assim. Eu diria que o CONAMA é
2756 pai de grande parte dos conselhos. O avô é o Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas
2757 Gerais. A bisavó é a Ceca, a Comissão de Política Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, do qual nós de
2758 Minas somos filhos. A tia-avó é o Conselho do Estado de Santa Catarina. E o bisavô é o Sepran, que é o
2759 pioneiro dos conselhos de meio ambiente do país. Todas essas afirmações estão publicadas num livro meu

2760 com todas as referências legais e documentais. É, eu queria dizer pra vocês que o Conselho Estadual de
2761 Política Ambiental de Minas Gerais, entretanto, foi o primeiro conselho no país que contemplou a participação
2762 da sociedade civil. A Ceca, onde nós fomos beber a água, a fonte primeira nossa lá de Minas Gerais foi o
2763 conse, a Comissão do Estado do Rio de Janeiro, era uma comissão exclusivamente governamental. O Sepran,
2764 na Bahia, abriu a participação do setor produtivo no meio acadêmico indo para o lado de Santa Catarina
2765 também. E foi essa experiência com a participação da sociedade civil, colocando num conselho governo, setor
2766 produtivo, sociedade civil, representada por ONGs ambientalistas que encantou um dos nossos conselheiros, o
2767 professor Paulo Nogueira Neto, que foi nosso conselheiro no final dos anos 70, começo dos anos 80,
2768 comendador, agora, Paulo Nogueira Neto, e que o inspirou, segundo palavras dele, quando da instalação do
2769 CONAMA em oitenta, há 25 anos atrás, pela, pela experiência positiva de construção de um pacto com os
2770 vários atores, seja sociedade, governo ou setor produtivo. Nós temos muito orgulho disso, de termos sido fonte
2771 inspiradora por essa experiência que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente. É, isso aí é só resgatando uma
2772 questão histórica com relação ao licenciamento. Como foi dito aqui ontem, nós não podemos falar de, da
2773 experiência do, da avaliação de impacto do EIA/Rima sem falar do licenciamento ambiental, porque esse
2774 instrumento, ele foi desenvolvido para o licenciamento ambiental para as autorizações. Na legislação no estado
2775 de Minas Gerais é anterior como de alguns outros estados da Legislação Federal e já em 1980 a nossa
2776 legislação previa o licenciamento em duas faces, licença de instalação e de funcionamento, que era o modelo
2777 que seguia na América Latina e em alguns países já de inspiração do modelo do IBA, da agência americana.
2778 Como o professor Antônio Inagê falou ontem, o Rio de Janeiro havia instituído o parecer de viabilidade prévia,
2779 como nós também, em 81, de maio de 81, nós também estabelecemos o parecer de viabilidade e autorização,
2780 chamado PVL, na época, era, vamos dizer, o antecedente da licença prévia e também tinha o, já o modelo
2781 para esse PVL de estudos ambientais, que chamava á época. Com um detalhe, esse parecer de viabilidade ele
2782 era facultativo, era opcional. O empreendedor que ia, que, que gostaria de ter uma avaliação prévia por parte
2783 do setor público ele solicitava. Não era obrigatório. Com o advento da lei 6938 que, aliás, não é da lei, porque,
2784 na verdade, a lei não estabeleceu o sistema trifásico. A lei ambiental ela falou e eu grifei: "Dependerão de
2785 prévio licenciamento do órgão estadual ou do federal, do Ibama, ela não estabelecendo o sistema trifásico,
2786 como muitos pensam, quem veio estabelecer o sistema trifásico foi o decreto que a regulamentou, o 88351,
2787 que depois foi substituído pelo 99274. Então, é uma questão de decreto, já não é uma questão da lei e esse
2788 sistema trifásico brasileiro. E que é o grande responsável por isso. A experiência do Rio de Janeiro com o
2789 parecer de viabilidade que nós em Minas estávamos foi consagrado o decreto federal. À época, nós tínhamos
2790 uma avaliação muito positiva desse sistema trifásico, porque acreditávamos, à época, que a licença prévia
2791 principalmente com a exigência dos estudos ambientais seria um mecanismo de planejamento para as
2792 atividades de potencial. A Constituição da República veio também, como ontem foi dito, recepcionar na lei
2793 9338, mas tem uma palavra que ta aí grifada que eu acho fundamental pra nossa discussão. Ele veio dizer que
2794 a instalação de óbito ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente terá
2795 que ter estudo prévio de impacto ambiental. Essa é a palavra mágica, de significativa degradação do meio
2796 ambiente. Porque nós, qualquer atividade que nós desenvolvamos, qualquer uma delas, ela gera um impacto.
2797 Quem conhece ou já pesquisou a fundo o conceito do impacto da, da, que é da interação com o meio à nossa,
2798 no limite, à nossa própria respiração gera um impacto. Ao respirar eu tô retirando oxigênio do ar e tou
2799 expelindo o CO2. Eu estou fazendo uma interação com o meio. Então, modificação, alteração com o meio, no
2800 limite, qualquer uma das nossas atividades. Evidentemente que a legislação não poderia querer burocratizar e
2801 dizer que tudo ia ter que ser objeto de permissão por parte do poder público. Daí a constituição ter tido essa
2802 lucidez de dizer, apenas os significativamente. A própria Resolução CONAMA 237, que veio esclarecer um
2803 pouco mais, passado tantos anos que nós estávamos trabalhando a questão de avaliação de impacto também
2804 veio reforçar esse conceito constitucional, que as atividades consideradas efetivas potencialmente causadoras
2805 de significativa degradação do meio ambiente dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo
2806 relatório de impactos ao meio ambiente. A Resolução CONAMA 01/86, que é o nosso objeto principal, como a
2807 lara Verocai, que foi a responsável por, vamo dizer, a formulação desse instrumento. Eu considero que esse foi
2808 o principal instrumento que demarrou o processo da política pública de meio ambiente no país. O Artigo 2º, ele
2809 fez uma listagem exemplificativa. Como ela bem disse ontem, o pessoal ficava muito receoso de fazer uma
2810 listagem. Eu penso tudo ao contrário. Eu acho que nós deveríamos ir na 237, nós tentamos avançar mais e
2811 conseguimos, é de listar cada vez mais. Eu fico muito bem impressionado com o sistema alemão, que é um
2812 sistema federativo extremamente complexo com cinco níveis, porque, além desses que nós temos, ele tem um

2813 nível sub-regional que estão conseguindo subsídio. Eles têm um nível entre município e estado que são os
2814 canais que são os *crais*, que são como um consórcio de municípios pequenos. Então, eles têm cinco níveis e
2815 tudo anda tão bem. Eu me lembro que, através da GTZ, eu tive uma oportunidade de participar dum curso
2816 sobre licenciamento ambiental na Alemanha, foram vários estados brasileiros, e a coisa que mais nos chamou
2817 a atenção, dos dez ou 12 dirigentes de órgãos ambientais que estavam na Alemanha, é que todos os níveis
2818 que nós íamos a palavra mais referenciada, o órgão mais reverenciado era o UBA. O UBA é o Ibama da
2819 Alemanha. E não podemos furtar a um comentário: “Poxa, que diferença”. Nós órgãos ambientais só nos
2820 encontramos pra falar mal do Ibama. E, no entanto, na Alemanha eles só falam bem do UBA. O quê que tem
2821 de diferente nessas experiências é que lá é tudo muito bem separado, é muito bem listado, tem as listas
2822 exaustivas de quem faz o quê e o que é mais interessante, o UBA é um líder de processo. A gente verifica que
2823 na administração pública, principalmente na ambiental nós ainda estamos na fase do controle. Nós ainda
2824 estamos na fase do autoritarismo. Nós ainda não chegamos na fase da gestão. A gestão não se faz por
2825 autoridade, se faz por liderança. Bom, mas voltando à Resolução CONAMA, ela listou alguns exemplos que
2826 são margem a algumas dúvidas. O Item 1, por exemplo, “Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de
2827 rolamento”. Em Minas Gerais teve gente que disse: “Puxa, mas isso é qualquer estrada vicinal”. Quer dizer, no
2828 entendimento do mineiro qualquer estrada tem duas faixas de rolamento. Nós não temos nenhuma estrada que
2829 só vai, mão única. Todas vão e voltam. Então, isso deu muita dúvida. Então, o órgão ambiental do estado de
2830 Minas Gerais decidiu o seguinte: “A nossa interpretação do Item 1 é só de pista dupla, porque são
2831 pouquíssimas estradas, então, nós podemos contar na mão aquelas em exigência de EIA/Rima, que foi feito
2832 para estradas. Os outros são até bastante detalhados, como é o caso de linha de transmissão, foi bastante
2833 objetiva as obras hidráulicas, não é. A extração de combustível fóssil. Infelizmente, nunca passamos por essa
2834 discussão. Na questão da extração do minério, eu falo infelizmente, porque não temos exploração de petróleo
2835 lá. Quer dizer, hoje o *royalty* de petróleo faz a retenção de qualquer município. A extração de minério, inclusive
2836 da classe dois, isso pra nós foi um problema, porque todos sabem que o nosso estado chama Minas Gerais e
2837 não é à toa. A cada centímetro quadrado nós temos lá um pedido de exploração de minério. Mas, então tudo ia
2838 ter que ter EIA/Rima, mas a Resolução CONAMA 10 de 1990 deu a abertura para que a extração de minério
2839 da classe dois pudesse ser feito por um instrumento mais simples mais simples do que o que nós já estamos
2840 trabalhando no estado, que é o relatório de controle ambiental, que, na verdade, era. Era, não, ele é um
2841 EIA/Rima trans-vestido. Então, mas hoje, mesmo hoje no estado de Minas nós não pedimos EIA/Rima pra
2842 todos, é, extração de minério. Pras pequenas mineradoras não pedimos, trabalhamos com (*ininteligível*). Esse
2843 Item 10 também eu já participei em congressos da Abesa – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
2844 Ambiental – que já foi objeto de mesas redondas e tal. Nós lá temos de um entendimento, que é o seguinte,
2845 que esse artigo só aplica a resíduos tóxicos ou perigosos. É aterros sanitários, processamento e destinação
2846 final de resíduos tóxicos ou perigosos. Nós não temos o entendimento que os aterros sanitários de resíduos
2847 urbanos estejam aí incluídos. Só exigimos EIA/Rima para grandes aterros. Cidades aí com mais de 100 mil
2848 habitantes. Não exigimos EIA/Rima. Então, assim, em termos práticos de como temos interpretado a
2849 resolução essas aí são algumas observações. O que a gente verifica, e eu tive uma oportunidade com os meus
2850 alunos de mestrado de fazer uma pesquisa em vários EIAs/Rimas lá do estado de Minas Gerais desdos
2851 primórdios, o primeiro é de 1988, e a gente verificou as desconformidades quando que integral nos seguintes
2852 tópicos. E, posteriormente, eu tive a oportunidade de trabalhar com um projeto aqui do Ministério do Meio
2853 Ambiente, que contratou vários consultores, que levantaram vários estudos ambientais no país inteiro e depois,
2854 à época, o ministro José Carlos Carvalho nos contratou pra fazer um, vamos dizer, digerir todo aqueles
2855 documentos e esses itens também me chamaram a atenção. O Artigo 5º, lá no Item 1 fala: “Contemplar todas
2856 as alternativas tecnológicas, confrontando, inclusive, com a hipótese de não execução do projeto”. Aí eu já
2857 acho que é um equívoco da resolução, como todas. Isso é inesgotável. A gente percebe que a Resolução
2858 CONAMA 01 teve uma influência muito grande do Nepa, que foi citado aqui ontem, que é a Normalização APA,
2859 que é uma agência americana. Lá ele fala: “Contemplar alternativas. Aqui no Brasil, como a gente tem mania
2860 de perfeição já puseram todas. Se lá teve um problema enorme na discussão de completar alternativas cê
2861 imagina com todas. Evidentemente, eu duvido que tenha algum EIA/Rima nesse país que contemplou todas as
2862 alternativas. Quando ele contempla duas alternativas já tem que bater palma, porque são raros. E a hipótese
2863 de não execução do projeto. É raríssimo você ver isso. No entanto, tá na norma. Outra coisa, Artigo 6º. Isso eu
2864 ainda não vi em nenhum EIA/Rima. Fala lá: “Análise dos impactos ambientais, tal, tal, tal, seu grau de
2865 reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição dos ônus e benefícios sociais. Isso

2866 era fundamental. Esse empreendimento vai ser bom pra quem? Vai ser ruim pra quem? Como? Quais são os
2867 ônus e os benefícios? Quem vai levar com isso? Também a gente não vê isso nos estudos de impacto
2868 ambientais. Aí, à vezes, quando você vai discutir, os caras dizem: “Não, mas eu pus lá que vai gerar emprego”,
2869 mas é uma coisa fluida, quando, na verdade, isso deveria tá pontuado como os outros impactos estão, a
2870 questão da magnitude, não é, é quais são as medidas para otimizá-lo, por exemplo. É no Artigo 7º também.
2871 Esse Artigo 7º, no site do CONAMA, ele ainda está lá. Ontem, eu tive o cuidado de olhar aqui na publicação, o
2872 pessoal teve o cuidado de cortar, porque ele foi revogado. Esse Artigo 7º foi uma coisa que o estado de Minas
2873 Gerais e nós, na representação do CONAMA, lutamos durante muitos anos pra acabar com esse artigo,
2874 porque nós achamos que esse artigo é o artigo que fazia proliferar empresas de aluguel. Vários
2875 empreendimentos na época, principalmente as estatais, que tinham toda uma competência pra fazer os
2876 estudos ambientais para as suas ampliações eram obrigados a contratar empresas que, só pra cumprir esse
2877 requisito. A 237 revogou, porque nós entendemos, não é, que o empreendedor, ele é que tem que ser
2878 responsável por isso e o órgão ambiental vai fazer a sua análise. Tem só cinco minutos, mas vamos lá, então.
2879 A descrição dos, dos principais, o Artigo 9º no Item 4 a gente não vê issonos EIA/Rimas. Qual é o método de
2880 avaliação? Esses estudos de impacto ambiental tão proliferando no país e eles não fazem a avaliação de
2881 impacto ambiental, eles indicam impactos previamente discutidos. A avaliação de impacto no país não tem
2882 trazido os resultados que esperávamos, por quê? Porque quando ele contra, o empreendedor contrata a
2883 avaliação de impacto ele já tomou a decisão. Então, na verdade, ele contrata uma avaliação de impacto pra
2884 vencer a burocracia do órgão ambiental. Por isso que é esse descontentamento enorme, porque a decisão já
2885 ta tomada e ele quer descer goela abaixo dos órgãos ambientais. E nós aqui no Brasil, nós tivemos, nós
2886 tivemos um desvio muito grande da fonte que nós fomos beber, que foi a Nepa. Estudos de Impacto Ambiental,
2887 que nós guardamos a sigla EIA, na verdade, no inglês original *Environmental Impact Assesment*, porque que
2888 na Avaliação de Política Pública de Meio os americanos não usaram o termo *evolution*, que eles usam pras
2889 políticas de educação, de saúde, de agricultura, porque a *Assesment* também tem o seu prefixo, a sua
2890 origem latina. *Asses* significa, vem do *assedaris*, sentar ao lado do juiz, subsidiar quem vai julgar. Estudo de
2891 impacto ambiental na origem não é pra fazer julgamento como se faz hoje é pra subsidiar o tomador de
2892 decisão. A que, outra, outro desvio que nós tivemos foi com relação ao Relatório de Impacto Ambiental que, no
2893 original, é o *Environmental Impact Statement*, a declaração. O Chile é um país que usa a declaração. Quer
2894 dizer, o modelo era diferente. O empreendedor, o modelo original é: o empreendedor ele vai fazer o
2895 empreendimento, ele identifica quais são os impactos e declara publicamente quais são seus impactos e o
2896 órgão ambiental, a agência ambiental vai analisar aquela declaração e dizer: “Essa declaração está
2897 incompleta”. Ou o público, na audiência pública vai dizer: “Essa declaração está incompleta. Falta essa lacuna,
2898 falta essa, essa e aquela”. E uma vez completada, depois da audiência pública o tomar de decisão toma a
2899 decisão. A origem do Estudo de Impacto Ambiental e da Declaração é pra subsidiar o tomador de decisão e
2900 não pra tomar a decisão. Ela é um subsidio: “Olha, os impactos são esses, mas alguém tem que decidir”. O
2901 quê que acontece, isso aqui foi dito muito ontem, o problema é que a área de meio ambiente, o sistema de
2902 meio ambiente, por ser o mais moderno, por ser o mais democrático, todas as questões vêm pra ser discutidas
2903 lá e isso causa uma confusão enorme. O Fábio Feldman falou ontem muito bem, é o déficit de planejamento
2904 que leva a isso. E o Antônio Pinheiro Pedro também falou uma frase que nós temos que refletir muito: “Reduzir
2905 ao formalismo jurídico uma questão material é condenar o país ao atraso e a degradação ambiental”. E é isso
2906 que estamos fazendo. Estamos reduzindo ao formalismo jurídico, ficamos discutindo uma justiça e nos órgãos
2907 ambientais, não sei o que, se pode ou não pode, mas porque o sistema tá todo deturpado. E lá em Minas nós
2908 temos que ouvir esse tipo de piadinha. Você sabia por que Juscelino Kubitschek estava sempre sorrindo?
2909 Porque na sua época não tinha licenciamento ambiental. (risos). Não, agora, como, mas nós órgãos
2910 ambientais, ao contrário do Langone, que ontem ficou nervoso lá com a declaração da editora Barsa, eu acho
2911 que nós órgãos ambientais podemos até perde o amigo, mas não devemos perde a piada. Devemo dizer: “Olha,
2912 mas se tivesse tido um licenciamento ambiental não tavam tendo talvez esses desastres que estão
2913 acontecendo em Brasília. Bom, só pra terminar, vamo mostrar pra vocês o quê que aconteceu em Minas
2914 nesses anos todos. Eu fiz uma pesquisa lá de 88 até agora. Em 18 anos nós tivemos 2.703 licenças prévias.
2915 Trinta por cento com exigência de EIA/Rima, que eu acho um índice enorme. Isso, nos Estados Unidos e no
2916 Chile, eu tava pesquisando, não passam de 10%. Olha só, 95% delas foram deferidas. Eu acho que isso aí
2917 também retrata o país de maneira geral. E porque que aquelas 5% que foram indeferidas, quais foram as
2918 causas? Bom, 44% delas, com documentação incompleta, os estudos não tavam bons e precisavam ser

2919 reformulados. Outras 39 solicitação de formações complementares. Eram tantas que o empreendedor desistiu.
2920 Indeferido pela Copam foi só 11% e outras o empreendedor no meio do caminho também desistiu. Olha só, no
2921 estado de Minas nós temos tanto EIA/Rima e por causa da numeração. Setenta e oito por cento dos estudos
2922 ambientais é da área de mineração. Hidrelétricas também aí vem com 12% e outros, que são rodovias. Eu
2923 acho que pro setor industrial nós tivemos, pode contar nos dedos da mão quantos EIA/Rima são solicitados. É
2924 muito pouco. Eu queria dizer pros senhores que o nosso problema é achar que o licenciamento ambiental e
2925 avaliação de impacto é a panacéia do meio ambiente. E não é. Esse é o grande equívoco. A experiência
2926 internacional mostra que nós temos outros instrumentos, o cadastro, o registro. Pros senhores terem uma
2927 idéia, no setor industrial na frança das 600 mil indústrias cadastradas apenas seis mil foram convocadas pro
2928 registro. Apenas 600 licenças ambientais. Eu acho que o Brasil não pode nem comparar com o parque
2929 industrial Francês e lá só tem 600 em licença. E licença é uma coisa complexa. É um procedimento
2930 extremamente complexo. Não é pra ser aplicado a tudo. Olha, autorização de funcionamento é um instrumento
2931 que nós tamos usando em Minas Gerais, para horror de alguns, mas, no entanto, é um instrumento que nós
2932 não inventamos. A Resolução CONAMA 346/04, até por uma demanda do comendador Paulo Nogueira Neto,
2933 por meio do Pronat, criou essa figura. Tá lá, CONAMA 360/04. Criou a autorização de funcionamento por meio
2934 do Pronat. Tá certo, não tinha sentido por processos de licenciamento com atividades tão simples. puxa vida, a
2935 maior parte do, eu acho um absurdo o que o CONAMA fez, licenciamento pra posto de gasolina, licenciamento
2936 pra cemitério. Agora tem, não é que essas atividades não precisam de regulação. Precisam sim. É igual um
2937 pipoqueiro. O pipoqueiro precisa de ser regulado. Ele vai ocupar um espaço público. Um taxista também e pra
2938 isso tem normas. Cumpra-se. Nós precisamos sair do escritório e ir fiscalizar. Formalidade jurídica.
2939 Formalidade de processo. Os órgãos ambientais. Então, nós tamos preocupados com a eficiência de processo,
2940 com a papelada. É muito raro você ver alguém preocupado com efetividade. Todo, “ah, quantos postos de
2941 gasolina cê licenciou?”. “Ah, já licenciei 1.200”. “E como é que eles tão?”. “Ah, isso é detalhe. Isso eu não sei”.
2942 É isso. É isso que é a nossa realidade, porque ficamos perdidos em licenciamento ambiental. E os órgãos, os
2943 servidores dos órgãos ambientais, e eu estou num órgão ambiental há 30 anos e vejo isso, sofrem muito,
2944 porque eles não sabem mais o que fazer, porque nós temos muitos procuradores, me desculpe, muitos
2945 promotores que pegam no pé do cara e tão, assim, delirando. E aí o cara no sabe o que fazer. Tudo tem que
2946 licenciar. Tudo tem que fazer avaliação de impacto. Com relação aos municípios, meu amigo Sebastião, com
2947 relação aos municípios. O município tem um instrumento que eu acho mais importante desse país, é o alvará.
2948 Olha, em Minas Gerais uma vez falaram: “Ninguém para a mineração”. Pois teve uma mineradora em Birité
2949 que tinha decreto de lavra do DNPM, tinha licença ambiental do órgão ambiental e o prefeito foi lá e parou a
2950 mineradora. Cassou o alvará e parou. É o instrumento mais importante. Quando eu fui secretário Municipal de
2951 Meio Ambiente de Belo Horizonte, “não vamo inventar mais instrumento, não. Fizemos um instrumento de
2952 acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano” e nós, praqueles empreendimentos que nós achamos
2953 que tinha que fazer o estudo ambiental, nós fazíamos a análise ambiental dentro do procedimento de alvará. E
2954 agora eu tô terminando mesmo. Isso é só pra mostrar pra vocês uma visão, nesse trabalho que a gente fez pro
2955 Ministério do Meio Ambiente a gente achou que devia por humor na nossa avaliação final. Tem uma charge
2956 que é muito conhecida e desenvolvida nos anos 60 para fazer a avaliação da política educacional nos estados
2957 unidos e nós resolvemos fazer uma adaptação pro licenciamento ambiental. a gente enxergou, a partir de tudo
2958 que a gente viu no país, que a solicitação do órgão ambiental era isso. Quer dizer, a própria solicitação já não
2959 é uma coisa muito benta. A compreensão do empreendedor vai em outra direção. A proposta da consultoria,
2960 normalmente, é um fiasco. As exigências do analista, ele resolve colar todo conhecimento acadêmico que ele
2961 aprendeu na vida dele nas suas exigências. A revisão após as informações complementares é o analista
2962 querendo agradar o, a consultoria, querendo agradar o analista. Quando necessário pro meio ambiente é uma
2963 coisa muito mais simples. Por isso que a gente acha que nós devemos fazer uma reflexão sobre esses
2964 instrumentos. É muito importante que a tomada de decisão seja colegiada, o controle social e os estudos
2965 ambientais sejam como subsidio e aí eu gostaria de ouvir amiga Silva Cappelli debater sobre isso. Que o
2966 Ministério Público, realmente, assumo o seu papel de fiscal da lei e não de executor da lei, porque o que nós
2967 tamos vendo no país são alguns promotores. Tô terminando já, desculpe. São alguns promotores. É, mas
2968 porque a oportunidade é muito boa. Não é verdade. Eu acho que aí eu sacrífico um pouco de tempo pela
2969 oportunidade boa. Porque alguns promotores tão cometendo escalabros. Então, eu não sei. Isso que eu
2970 gostaria de ouvir da Sílvia, como é que o Ministério Público pode dar uma regulada nisso, porque tem promotor
2971 que vai e chega no empreendedor e exige EIA/Rima dele. Olha, promotor, no meu entendimento, não tem

2972 competência pra exigir EIA/Rima. Ele tem competência pra dizer prum órgão ambiental: “Você tá errado porque
2973 você não exigiu”, mas não de ir lá exigir. Lá em Minas e no resto do país, eu tenho conversado com meus
2974 colegas de Abemma, os promotores dizem o seguinte: “Vem assinar um TAC comigo”. Nós tamo tendo
2975 problema. O empresário assina o TAC com o promotor depois o órgão ambiental chega lá, autua, multa, aí o
2976 cara diz: “Não, mas eu já assinei o TAC com o promotor”. “Bom, isso é problema seu, porque na legislação,
2977 quem é o executor da legislação é o órgão ambiental, não é o Ministério Público, mas o Ministério Público
2978 passou na frente. Quer dizer, há um desencontro entre alguns promotores e os órgãos ambientais. Eu falo
2979 entre alguns promotores, porque eu acho que a coisa, uma das coisas mais importantes que aconteceu na
2980 Constituição foi o Ministério Público abranger essas questões ambientais. Mas alguns promotores estão,
2981 realmente, desvirtuando o papel do Ministério Público. Era isso, muito obrigado, desculpe pelo tempo.
2982 (*aplausos*)

2983
2984

2985 **O SR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR (Coordenador de Ambiente Natural na Secretaria Municipal de Meio**
2986 **Ambiente de Porto Alegre)** - Brigado Zé Cláudio. Eu acho que esse tema é apaixonante e é difícil segurar o
2987 tempo. Eu acho que todos vamos ter dificuldades com todos os nossos palestrantes e debatedores. A Silvia já
2988 té pedindo ampliação de tempo. (risos). Então, vamos passar de imediato, então, a palavra pro Sebastião Ney
2989 Vaz Júnior, presidente da Anamma, que também vai dar a sua contribuição aqui, em 20 minutos, se possível,
2990 não é Sebastião?

2991
2992

2993 **O SR. SEBASTIÃO NEY VAZ JÚNIOR (Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio**
2994 **Ambiente do Anamma)** - Vamo tentar fazer o possível. Bom, bom dia a todas as pessoas presentes. Eu
2995 também queria fazer um agradecimento pelo convite e poder, mais uma vez, os municípios tarem inseridos
2996 num debate tão interessante quanto esse num momento que os municípios começam a assumir um pouco
2997 mais o papel que, até agora, nós estivemos, nós gestores municipais, numa situação em que gente não
2998 assumiu de fato o nosso papel. Brigado aí ao Nilo pelo convite e vamos aqui passar um pouquinho da
2999 experiência que nós temos. Eu queria reverenciar também um pouquinho, assim, a importância dos 25 anos do
3000 CONAMA. A Anamma também, que é uma associação que esse ano tá completando 20 anos também de
3001 fundação. Um momento também bastante importante pra nós, onde a gente fortalece o papel dos municípios.
3002 Pelo menos estamos aí lutando pra que seja fortalecido algumas conquistas que a gente vem fazendo essa,
3003 esse anúncio aqui pelo secretário-executivo, doutor Langone, em que a gente, agora, a Anamma tá presente
3004 no fundo. Isso é uma excelente notícia pra nós. Vamo lá, com certeza exercer esse papel dentro do fundo
3005 também. Ajudar a construir essa questão dos fundos. Então, eu acho que é uma excelente notícia pra nós
3006 municípios, que foi dada aqui pelo, pelo Langone. Bom. Por favor, pode passar. Bom, eu vou começar
3007 rapidamente. Eu não vou. Até ganhar tempo aqui. Eu coloquei aí a questão, alguns aspectos da legislação já
3008 foi extremamente, amplamente abordado aqui nas mesas de ontem e um pouco também aqui pelo, pelo,
3009 Zé Cláudio e alguns destaques. Fica mais fácil. Alguns destaques da resolução que já foi comentado ontem.
3010 Da resolu, da Lei 6938/81, da Resolução 1/86, nesses artigos aí. Eu quero. Eu to enfatizando pelo seguinte.
3011 Ontem, eu ouvi aqui que, tudo bem depois foi falado pelo Gustavo, mas uma coisa que nos preocupou, o papel
3012 do município aí como órgão licenciador, pelo doutor Inagê. Isso me preocupou um pouquinho nós ficamos um
3013 pouco ferozes lá no fundo quando ouvimos aquilo, nos remoendo na cadeira, mas eu quero dizer que tá claro
3014 aqui o papel do município nessa questão aí dos entes federados e que ele, o papel que ele deve exercer é
3015 como órgão licenciador. Nós temos aqui algumas restrições, eu vou falar sobre isso, mas, por favor, tá
3016 claramente definido qual é o papel do município e como é que a gente começa a trabalhar e exercer, de fato,
3017 constitucionalmente e também amparado pela legislação. Alguns conflitos que a gente vem passando pra, de
3018 fato, exercer esses papéis como órgão licenciador. A questão do Artigo 23, já também amplamente discutido,
3019 mas que ainda tá tr amitando. Ainda não tá aprovado. Uma nova emenda, um novo projeto de lei
3020 constitucional que na última carta tivemos um encontro. A Anamma teve um encontro recente em Blumenau e
3021 na nossa carta de Blumenau a gente enfatiza muito pra que os municípios tenham segurança jurídica para
3022 poder atuar. Que a gente precisa dessa, desse novo PL do Artigo 23, que seja de fato regulamentado. Então,
3023 tem um conflito aí porque a 237, como nós temos frisado causa algumas inseguranças jurídicas e nós temos
3024 dificuldades praqueles municípios menores. Os técnicos que tão naqueles municípios menores, longe, há uma

3025 dificuldade de exercer de fato e aí tem uma insegurança muito jurídica pela 237 de, de fato, exercer esse
3026 papel. Mas é uma forma que a gente que vem trabalhando desde então. E outra questão que também eu acho
3027 que precisamos definir. Teve o seminário das tripartites e que ta gerando também algumas dificuldades é essa
3028 questão da tipificação das Tipologias de Atividades consideradas de impacto local. Eu vou apresentar aí, mais
3029 ou menos, como é que são os estados, mas tem aí diferenças na forma de trabalhar de vários estados e isso
3030 também gera dificuldades. Eu acho interessante que tenhamos uma padronização dessa tipificação,
3031 obviamente respeitando as especificidades de cada estado, mas tem que ter o mínimo padrão pra que a gente
3032 possa trabalhar com essa questão da tipificação. Só pra ter uma idéia, eu vou mostrar como é que é essa
3033 tipificação no estado de São Paulo, que é feito através de um convênio com os municípios. A Secretaria
3034 Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e os municípios. Em outros estados, alguns estados
3035 seguem o mesmo padrão, o padrão de convênio entre os municípios e estados, mas outros não. É,
3036 basicamente, uma resolução do conselho estadual do Consema daquele estado. Aqui no estado de São Paulo
3037 funciona dessa seguinte maneira. Eu vou citar o exemplo do município de Santo André em que eu sou o gestor
3038 local de meio ambiente. Eu exerço a função de superintendente do Serviço Municipal de Saneamento
3039 Ambiental, que engloba também a questão do meio ambiente. É o órgão que executa a política ambiental no
3040 município. Então nós fiz, em Santo André nós fizemos um convênio com o estado de São Paulo, com a
3041 Secretaria Estadual de São Paulo e com a Cetesb, que são os dois órgãos licenciadores e a forma de realizar
3042 é através desse convênio que você tá vendo aí. Aqui, aqui tá mostrando uma, as exigências mínimas que o
3043 estado pede pra que os municípios tenham para que seja realizado esse convênio: conselho municipal;
3044 profissionais habilitados, de que tipo, a gente, é uma discussão longa, porque aí tem uma questão da equipe
3045 mínima; uma legislação específica em vigor; autorização legislativa pra, pra formalização do ajuste, e aí é um
3046 problema, porque a câmara dos vereadores nunca está, de fato, no mesmo compasso dos órgãos, das
3047 secretarias ambientais, então, tem uma dificuldade muito grande pra que os vereadores entendam o que é
3048 isso, é uma briga dupla; uma lei orgânica, obviamente o chefe do Poder Executivo, o prefeito que está no
3049 exercício do cargo; o município não estar impedido de receber auxílio ou subvenções estaduais; aplicação do
3050 percentual mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino, aquele percentual de educação, e entrega da
3051 prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas. Esses são algumas exigências do convênio que foi
3052 assinado. Isso é tão difícil de fazer, pelo lado dos municípios. Só pra vocês terem uma idéia desde que o
3053 estado de São Paulo começou a realizar essa celebração do convênio, que eu saiba, não tem mais de 10
3054 municípios no estado de São Paulo que fizeram esse convênio, inclusive, a cidade de São Paulo, não assinou
3055 esse convênio ainda. Então, é um, é uma tutela, digamos assim, que os estados vêm, de alguma forma,
3056 delegando aos municípios e aí eu vou, já que é uma mesa de provocação, em alguns estados essa resistência
3057 vem das próprias secretarias. Dizer: "Claro, o estado de Minas é um dos estados mais resistentes que tem pra,
3058 pra, de fato, que os municípios exerçam esse poder local, então, é um dos, pelo menos na visão nossa, dos
3059 municípios de Minas Gerais, um dos estados mais resistentes. Então, essa resistência vem acontecendo em
3060 vários dos nossos estados. Só pra ter uma idéia do resultado dessa questão do licenciamento lá em Santo
3061 André. A Lei Municipal de Santo André, ela é de 98, de Meio Ambiente. A partir daí tem um histórico das
3062 licenças que foram expedidas e quando a gente, de fato, começou a realizar esse convênio, começar a realizar
3063 as, a expedir as licenças, que foi em 2004, cês notem que tem um avanço muito grande de 2004 para até
3064 agora de 47, que a gente já fazia, emitia algumas licenças, mas de 2004 para até hoje isso aí a tendência
3065 aumentou, passou de 47. Em 2005, 238 e até agora nesse meio de ano nós já temos, emitimos 118 licenças e
3066 segue as mesmas regras das licenças que já foram comentadas aqui, LP, LI, LO. E a tendência é aumentar,
3067 porque o convênio com a Cetesb nós ainda não, não conseguimos fechar por questões jurídicas. Estamos
3068 ainda na, no avanço do convênio com a Cetesb. Então, quando, de fato, o município assinar o outro convênio
3069 com a Cetesb, provavelmente isso aí vai explodir. Então, olha a quantidade, de fato aí eu concordo com o Zé
3070 Cláudio, a quantidade de licença expedidas quando eu acho que poderia ser. Muitas delas é o que a gente ta
3071 trabalhando agora de simplificação dessas licenças de uma simples autorização ou do meio pro final. Aí são as
3072 categorias de, de licença que a gente tem. A questão do RAP e do EIA a gente, o município quase não
3073 exige o grau de complexidade que são dentro dos municípios. Ela é muito pequena pra que, pra que tenha uma
3074 exigência tão grande de um EIA de um Rima, basicamente um RAP, que nós temos procurado fazer uma
3075 simplificação desses vários instrumentos. Exatamente porque é maluco o que a gente vai ta criando. Um
3076 balcão de negócios, na maioria das vezes, ou um carimbador maluco lá de licenças, que não tem necessidade,
3077 basicamente por instrumentos que poderiam ser, na maioria, simplificados. Aqui, só pra vocês terem uma idéia

3078 os, os vários empreendimentos e atividades que tão sujeitos, segundo esse convênio que nós assinamos:
3079 produção e distribuição de eletricidade e água; construção civil; comércio; alojamento, é uma infinidade, quer
3080 dizer, uma simples borracharia precisaria de uma, de uma licença ambiental pra funcionar, quando
3081 necessariamente pode ser dada simplesmente uma autorização, o próprio plano diretor poderia discutir como
3082 um dos instrumentos, onde essa borracharia poderia ou não poderia se, se localizar, e não um protocolo, um
3083 cartório de notas, para que emita uma licença para que esses empreendimentos funcionem. E aí é como a
3084 gente vê esse processo do licenciamento, como uma, como uma forma renovável, que a gente tem trabalhado
3085 como, na verdade, é o licenciamento como um controle prévio da situação. Não como uma exigência de fato,
3086 porque, de fato, o que importa é que a gente tenha controle e depois fiscalize o impacto que aquele ou outro
3087 empreendimento vai realizar. Mas eu acho que é uma forma até de cadastro desses empreendimentos que
3088 tenham lá. Com essa visão eu acho interessante que a gente possa trabalhar. Não com uma visão de
3089 retaliação ou de cartório de notas, de impressão de notas pra, com uma licença pra funcionar. É, e eu venho
3090 sempre repetindo, o licen, o instrumento do licenciamento ele é um, ele é um dos instrumentos que nós temos
3091 da política ambiental. Hoje é, eu acho que hoje é um dos mais importantes, mas ele é um dos instrumentos.
3092 Nós vamos, nós temos que avançar por um ponto, nós vamos chegar num determinado tempo em que ele vai
3093 ser um instrumento que nós vamos precisar mais realizar um seminário pra ficar debruçado e debatendo sobre
3094 esse assunto. Mas, hoje, eu acho que é importantíssimo, de fato, a gente discutir dessa questão. Mas é um
3095 dos instrumentos, nós temos tantos instrumentos mais interessantes em que nós gestores temos que nos
3096 preocupar que não a questão do licenciamento ambiental. Tentei cumprir aqui, então, uns 20 minutos. Eu acho
3097 que o mais interessante depois, de fato, algum debate, mas é um pouco da visão que os municípios têm
3098 procurado desenvolver, mas infelizmente a quantidade de municípios que hoje nós temos com, com o mínimo,
3099 de fato, com o mínimo de órgão ambiental dentro do município ainda é muito pequeno. Eu acho que essa
3100 dificuldade é. Isso sim eu acho que é uma coisa muito mais importante para nós nos preocuparmos, que cada
3101 município tenha, pelo menos, um órgão, no mínimo, um departamento que seja funcionando com um conselho,
3102 um conselho municipal de meio ambiente. Eu acho que isso é uma coisa mais relevante e que deve, de fato,
3103 permear as nossas discussões futuramente, mas, hoje, de fato, os municípios ainda, ainda carecem, dos cinco
3104 mil e tantos municípios, nós temos aí pouco mais de cem municípios no Brasil licenciando. Isso é muito pouco.
3105 Ou de fato exercendo o papel que lhe cabe dentro da, dessa, dessa cadeia desse transversalidade da questão
3106 ambiental. Brigado. (aplausos)

3107
3108

3109 **O SR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR (Coordenador de Ambiente Natural na Secretaria Municipal de Meio**
3110 **Ambiente de Porto Alegre)** - Obrigado Sebastião. Recuperamos já quatro minutos desses, do Zé Cláudio.
3111 (risos). E vamos passar, agora, então, para o Carlos Maia Figueira Neto, que é gerente de Novos Negócios da
3112 Sinec Engenharia, também pra 20 minutos. Tu vais precisar aqui da. Ela vai precisar. Vamos trocar.

3113
3114

3115 **O SR. CARLOS MAIA FIGUEIRA NETO (Gerente de Novos Negócios do Sinec)** – Bom, bom dia a todos.
3116 Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite à Secretaria do CONAMA, através do doutor Edmar. É uma
3117 honra muito grande eu estar aqui falando um pouco da experiência da visão da consultoria ambiental e sobre o
3118 processo de licenciamento ambiental. Parte do que eu vou apresentar fazer parte de conclusões de um estudo
3119 que foi feito para a Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo e eu agradeço, então, a Heloisa e a
3120 Elza que me autorizaram a apresentar parte desse estudo, que foi financiado pelo MMA e Banco Mundial. Faz
3121 algum tempo que eu não vejo o Zé Carlos. Eu o conheci na, na, quando ele tinha o licenciamento ambiental da
3122 Fernão Dias, na duplicação da Fernão Dias e parece que a gente fez a apresentação juntos, não é, a gente
3123 preparou juntos. Então, eu vou colocar alguns temas que ele colocou aqui, mas eu quero dar essa visão de
3124 tem ta trabalhando nos estudos técnicos ambientais. O primeiro é o grande desafio que foi lançado aqui de
3125 tratar a política do meio ambiente sob o seu ponto de vista de gestão. É uma honra falar aqui pro professor
3126 Paulo Nogueira Neto e dizer o seguinte, a política tem princípios, tem objetivos e tem instrumentos, ou seja, os
3127 instrumentos são os meios para se atingir algumas finalidades. E, por meio disto, quer dizer, nós estamos
3128 esquecendo um pouco o processo de gestão da Política Nacional do Meio Ambiente. Nós estamos muito
3129 focados na descrição dos instrumentos, na discussão dos instrumentos, mas qual é a efetividade da aplicação
3130 desses instrumentos. Ou seja, hoje há uma preocupação bastante importante em colocar em ação e que os

3131 resultados da aplicação desses instrumentos sejam efetivos. Ou seja, que eles tenham uma significativa
3132 melhoria da qualidade ambiental da população brasileira. É importante dizer o seguinte, os instrumentos que
3133 hoje estão vigentes na política nacional brasileira, nacional do Brasil, eles são muito fortemente centrados nas
3134 estruturas de comunicultura, por exemplo, na intervenção, estabelecimento de padrões, a determinação de
3135 estudos e licenciamento. E também muito fortemente a legislação correlata na questão do controle repressivo,
3136 ou seja, na aplicação de sanções administrativas, civis ou penais. Eu acho que isso tem cabimento numa
3137 época que meio ambiente ainda não era considerado no planejamento, nos empreendimentos, etc, mas a
3138 evolução dos 20 anos, em 25 anos dessa política, em 20 anos da resolução do CONAMA, nos leva a dizer o
3139 seguinte, se nós queremos efetivamente melhorar as condições ambientais nós não precisamos nos basear
3140 somente em multas, em penas, em criminalização, etc. Isso tem que entrar muito mais sob uma postura
3141 voluntária, sob uma postura de iniciativa individual, coletiva, educacional, muito mais sob o fomento econômico
3142 de fomentar a atividades que sejam sustentáveis. De maneira que a gente busca, e acho que tem notado uma
3143 evolução nisso, de sair meramente de uma aplicação de uma legislação, que visa apenas reprimir. Esse não é
3144 o objetivo da legislação. O objetivo é que a gente, efetivamente, com o resultado, tenha condições ambientais
3145 melhores. Dessa forma os instrumentos, os 12 instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, que eu fiz
3146 uma dissertação de mestrado e já propus até, inclusive, mais 16. Hoje, o licenciamento ambiental e a avaliação
3147 de impactos ambientais estão intimamente ligados. Por quê que se faz um estudo de impacto ambiental hoje,
3148 pra produzir um processo, pra iniciar ou pra subsidiar um processo de licenciamento ambiental. É claro que ele
3149 tem que ter interação com todos os outros instrumentos, mas, hoje, a avaliação de impactos ambientais,
3150 traduzida no EIA/Rima, que é um estudo para empreendimentos de grande porte, de médio e grande
3151 porte, está intimamente ligada com o processo autorizativo do processo ambiental. Então, o que se busca, no
3152 fundo, é que o EIA/Rima, no início ele era um instrumento de uma avaliação externa de alguém que tá de fora
3153 olhando e querendo incluir a variável social e ambiental no contexto dos empreendimentos ele começa a
3154 evoluir pruma internalização das questões ambientais no projeto. O setor elétrico, por exemplo, tem como
3155 exemplo, quer dizer, desde, desde época da promulgação da lei ambiental da Política Nacional do Meio
3156 Ambiente e incorpora no seu planejamento através do seu manual de estudo ambientais a discussão disso já
3157 na fase de inventário, na fase de viabilidade. Então, é uma, é uma conquista dura, difícil, muito variável para
3158 diversos setores, mas a integralização das questões ambientais hoje no projeto ela é uma realidade. Ou seja,
3159 nós não, não, está se passando a idéia hoje de que é preciso colocar questões na concepção do projeto. E as
3160 questões sociais e ambientais também são muito fomentadas pelos órgãos de fomento internacionais, como o
3161 Banco Mundial e BID, que discutem também essa questão, inclusive no financiamento de empreendimentos de
3162 infra-estrutura de colocar essa questão ambiental desde início e até de discutir alternativas e etc. O
3163 licenciamento ainda é uma obrigação legal e é visto assim pelos empreendedores que desacreditam o
3164 licenciamento como forma previa de planejamento, mas ele tem se demonstrado um instrumento eficaz e
3165 eficiente, principalmente na aplicação do princípio da precaução. Quer dizer, prevenir o dano e discutir
3166 previamente quais serão as medidas adequadas para que eles se, para que o empreendimento cause o menor
3167 impacto ambiental possível, mas é uma realidade, que é um instrumento ainda pouco eficaz na sua fase
3168 seguinte. Quer dizer, como é que depois eu aplico os programas e as medidas que estão previstas no estudo
3169 de impacto ambiental, ou seja, não há ainda, de uma forma organizada, uma estrutura de gestão dos
3170 programas ambientais. Isso é um pouco da provocação até do título da minha palestra, que depois no final eu
3171 quero fazer alguns comentários. O Rima não é um documento eficaz de comunicação. Hoje, o EIA vem junto
3172 com o Rima. O Rima é meramente um resumo do EIA, mas há hoje uma grande discussão aí nesse contexto,
3173 né. Nós, como consultores ambientais para quem que a gente pede a licença? Pra quem que o empreendedor
3174 pede a licença? Eu acho que essa questão precisa ser resolvida para evitar muitas ações judiciais, baseadas
3175 única e exclusivamente no preceito de discutir que não era a Secretaria de Estado e, sim, o Ibama ou não era
3176 o município e, sim, o estado, e que isso leva a grandes processos, porque, às vezes, você conduz o estudo de
3177 impacto ambiental atendendo a termos de referência dum órgão estadual para chegar no fim do processo em
3178 uma ação judicial e dizer o seguinte: "Não era o Estado o competente pelo licenciamento e sim a união. Isso é
3179 uma coisa que precisar ser resolvida em termos de especificar claramente quem é pelo menos o responsável
3180 pela emissão da licença. Não querendo ferir o princípio do Sisnama, onde todos participam. Uma questão
3181 também que a gente tem visto muito é que o licenciamento ele migra de um processo administrativo, hoje, pra
3182 esfera judicial. Hoje, pra empreendimentos de médio e grande porte há uma participação muito ativa de
3183 Ministério Público, da Justiça e etc interrompendo processos, colocando cláusulas adicionais contratuais,

3184 questionando pontos e que, de uma certa forma, pros consultores, traz um grande nível de insegurança,
3185 porque até pela Lei de Crimes Ambientais hoje os consultores também podem ser criminalizados na eventual
3186 falha de informações dos estudos de impacto ambiental, ou seja, o EIA/RIMA, eu acho que mais que a gente
3187 ficar discutindo aqui quais são as falhas e as deficiências do estudo de impacto ambiental, eu acho que é
3188 urgente a gente pensar em estabelecer guias ambientais e, principalmente estabelecer um sistema de
3189 melhores práticas para gente discutir e convergir para um sistema de elaboração de estudos de impacto ambiental
3190 com qualidade já baseado nessa experiência que nós temos desses últimos 20 anos. É claro que as
3191 dificuldades hoje de qualidade técnica, se usam-se dados primários ou secundários, a metodologia de
3192 avaliação de impacto ambiental ela tem pouca repercussão prática. São metodologias, realmente, de
3193 identificar. São muito difíceis de serem interpretadas e, principalmente, se a gente for bem ver a fundo da
3194 questão da Resolução do CONAMA de 86 eu tinha aqui com a descrição dos impactos, inclusive, das
3195 alternativas, que dizer, o EIA não é único e exclusivamente um erro de um projeto só. Ele teria que discutir
3196 alternativas e ir com a conclusão do estudo de impacto ambiental pela melhor alternativa. Hoje se descartam
3197 as alternativas no início do EIA e depois parte-se para eleger uma alternativa única e discutir os impactos e
3198 problemas dele. E os problemas ambientais também do EIA. Isso a gente teve a oportunidade de ver, em
3199 vários estudos de impacto ambiental tem pouquíssimo detalhe. Quer dizer, exatamente aquilo que importa para
3200 dizer assim: “Olha, quais serão os programas que nós vamos implantar para melhoria da qualidade ambiental e
3201 para minimizar impacto”, normalmente o EIA detalha muito pouco. Inclusive, não prevê estrutura de
3202 implantação, não prevê custo, não prevê as atividades num nível detalhado. Então, isso tem gerado uma
3203 necessidade, um instrumento pré-EIA, ou seja, a discussão da visão estratégica e setorial e de alternativas
3204 tecnológicas e educacionais que são, normalmente, muito mal tratadas no EIA, então, gerando a necessidade
3205 de instrumentos pré-EIA, como a avaliação ambiental estratégica, a avaliação ambiental integrada, hoje, que a
3206 IPE tem conduzido para as bacias hidrográficas, zoneamentos ambientais que tratam de questões mais
3207 estratégicas e setoriais numa visão anterior ao EIA. Mas aqui eu lanço um desafio também os instrumentos
3208 pós-EIA, ou seja, a gestão do processo da implantação das medidas e dos programas, por exemplo, projetos
3209 básicos ambientais, planos de gerenciamento ambiental, sistemas de gestão ambiental aplicados e a
3210 renovação.

3211

3212

3213 **DVD 08**

3214

3215

3216 **O SR. CARLOS MAIA FIGUEIRA NETO (Gerente de Novos Negócios do Sinec)** – Contratou uma nova
3217 avaliação de impacto ambiental. Nós fizemos essa avaliação e apresentamos o projeto de forma a não ter
3218 aquele túnel adutor, gerar no pé de barragem e a geração caiu, mais ou menos, pela metade, em termos de
3219 potência instalada, instalada de 140 megawatts no início, caiu para 80. Essa usina foi re-submetida a todo o
3220 processo de licenciamento ambiental e foi aprovada no Consema. O quê que eu tô dizendo aqui? Eu tô
3221 dizendo aqui que foi um processo de melhoria do projeto e requalificação do projeto e reapresentação do
3222 projeto à sociedade e discussão e pro empreendedor também foi um empreendimento, que ainda restou
3223 bastante interessante. Em função disso, houve um lapso de tempo entre uns quatro ou cinco anos, mas que,
3224 de qualquer maneira, melhorou significativamente o projeto. Quer dar um outro exemplo de um projeto muito
3225 complexo que está em licenciamento nesse momento no Ibama, que é a Usina de Belo Monte. Essa Usina de
3226 Belo Monte ela tá situada no Rio Xingu, no estado do Pará e há uma discussão histórica sobre esse
3227 empreendimento, porque é um empreendimento que, na década de 70 e 80 ele era associado, ele e a mais
3228 cinco barragens no rio Xingu e que gerava aí, tinha uma potência instalada de alguma coisa em torno de 22, 24
3229 mil megawatts de potência. Essa usina tinha, essas usinas todas tinham como característica uma forte
3230 interferência com áreas de unidades de conservação e também com áreas indígenas. Então, esse
3231 empreendimento na época foi submetido, só o empreendimento de juzante, que é o último, ele foi submetido à
3232 sociedade, na época foi contratado um estudo de impacto ambiental que não foi entregue na época a Sectam,
3233 que era do órgão ambiental do Pará, mas foi incorporado toda uma questão ambiental no, na, na concepção do
3234 projeto e foi apresentado à sociedade e houve aí uma comoção nacional e internacional desse projeto como
3235 atingindo uma boa parte, assim, do Xingu e com repercussões a todas as etnias da bacia. O que aconteceu,
3236 então, quer dizer, na, há uma série de áreas indígenas na região. É, re por conta disso manifestações

3237 contrárias e que bloquearam o processo do projeto no final da década de 80. O que houve é o seguinte, então,
3238 foi feito um reestudo do projeto. O projeto ele continha especificamente esta usina aqui. Ela continua uma
3239 situação tal, que a área do reservatório é de 1.200km², que é área de inundação e foi reestudado, a rede ela
3240 afetava uma área indígena diretamente. Ela afetava a qualidade da água, ela tinha problemas sérios na
3241 qualidade da água, grandes desmatamentos e o projeto foi inteiramente reformulado e reposicionado e aqui a
3242 gente faz uma comparação e foi diminuída essa, a sua área de reservatório, a cerca de 400km² e não afetação
3243 direta de inundação de nenhuma área indígena. Um outro ponto que eu queria colocar é o seguinte. E aqui eu
3244 coloco em primeira mão até pro Luiz Felipe, que nós tamos fazendo um reestudo, um inventário inteiro da
3245 bacia nesse conceito de estratégia. Um reestudo por maior de uma avaliação ambiental integrada da bacia
3246 como um todo e a conclusão dos estudos referendada pelo comitê dos estudos da Eletronorte e da Eletrobrás
3247 é que nenhum aproveitamento será feito a montante de Belo Monte. Ou seja, os cinco aproveitamentos
3248 inicialmente previstos na década de 70 estão todos abandonados como concepção e há uma renúncia nesse
3249 ponto de vista de geração de energia unicamente pelo lado setorial de cerca de 10.000 a 11.000 megawatts
3250 instalados. Isso, de uma certa forma é uma avaliação de caráter estratégico que estão sendo trazido ao estudo
3251 de impacto ambiental e que vai se firmar um compromisso de, se caso o empreendimento for aprovado, ele
3252 será o único da bacia do rio Xingu, ou seja, a afetação desse empreendimento especificamente sobre, com
3253 olhares indígenas sobre o meio ambiente infinitamente menor do que qualquer outra intervenção que foi
3254 pensada na década de 80. Esse, então, é o novo aproveitamento com os canais de derivação. Ele vai gerar,
3255 são 11.000 megawatts e ele tem uma outra característica que está sendo hoje bastante encontrada em
3256 empreendimentos que estão sendo na Amazônia por questões ambientais. São usinas a fio d'água, ou seja,
3257 elas não têm um volume de reservação e, portanto, ela gera só em época de chuva e em época de seca ela
3258 diminui bastante a sua vazão, mas ela se compensa e beneficia pelo fato de estar integrada num sistema
3259 interligado nacional. Esse é um fato que você consegue reservar água nos reservatórios do centro sul e não
3260 inunda áreas maiores em regiões amazônicas. Como recomendações, pra concluir, eu queria, gostaria de
3261 colocar o seguinte. Quer dizer, nós temos uma avaliação bastante positiva da aplicação dos instrumentos de
3262 AIA e licenciamento ambiental, porque conscientiza pra importância das questões ambientais e incorporação
3263 dessas questões com os empreendimentos. Ela tem trabalhado muito, como falei na prevenção do dano, a
3264 incorporação dessa questão ambiental nos setores da sociedade e a previsão de planos e programas
3265 ambientais, por exemplo, alguns setores, como o setor elétrico já tem detalhado mais os planos e programas e
3266 colocado nos seus custos, pra sua avaliação de viabilidade. Os próprios bancos internacionais hoje tem
3267 obrigado a fazer orçamentos e dinheiro carimbado pras questões ambientais e pra programas de mitigação
3268 ambiental de maneira a garantir que o percentual que seja aplicado só seja aplicado efetivamente nesses
3269 projetos e também projetos de médio e grande porte, hoje, estão sendo projetos estruturantes que vem de uma
3270 certa forma compensar a falta de projetos de desenvolvimento mais regional ou até estruturantes em termos de
3271 planejamento territorial, ou seja, projetos deste porte também tem contribuído para o desenvolvimento regional
3272 com outras ações complementares como empreendimento e não só de mitigação de impactos e compensação.
3273 E é inegável que é o grande processo de participação social. A tendência que eu vejo aí é de incentivar hoje os
3274 instrumentos econômicos e voluntários e aperfeiçoar os instrumentos de comando e controle e controle
3275 repressivo pra que eles só sejam aplicados efetivamente ou na, ou quando o dano ocorra, ou quando o dano
3276 é inevitável e precise ser aplicado. Mas não hoje sendo aplicados de uma maneira indiscriminada,
3277 preventivamente, às vezes, até baseada apenas no impacto psicológico de dizer assim: "Não, isto vai causar
3278 um tal dano que, às vezes, nem é comprovado tecnicamente". Complementação com os instrumentos
3279 econômicos e o uso combinado de instrumentos. essa é a última tela que eu vou apresentar e que é uma tela
3280 que foi uma das conclusões do estudo que nós trabalhamos com a Secretaria de Meio Ambiente e dizendo o
3281 seguinte: "Nós precisamos pensar também no pós-EIA. Nós precisamos pensar, aqui o homem o batismo pode
3282 ser qualquer um, pode ser plano de manejo ambiental, plano de gerenciamento ambiental, etc, mas é
3283 importante que a gente garanta que as medidas sejam efetivamente apresentadas". Nós fizemos um
3284 levantamento com a Secretaria, em 12 empreendimentos de grande porte e verificamos que muitas das
3285 exigências que são feitas no âmbito de licenciamento ambiental resultem absolutamente em nada. E nó, nós
3286 não precisamos ficar baseados única e exclusivamente se vai aparecer um fiscal lá para verificar se
3287 efetivamente as coisas foram implantadas. Eu sugiro instrumentos de natureza voluntária que os próprios
3288 empreendedores apresentem relatórios de acompanhamento e de avaliação e que aí, aleatoriamente, os, os,
3289 os orga, os órgãos de licenciamento ambiental de controle possam verificar se elas efetivamente estão

3290 implantadas, ou seja, implantar um instrumento chamado Plano de Gerenciamento Ambiental e um relatório de
3291 cumprimento às exigências de operação que pode depois ser usado na sua, na fase de sua reclamação. Isso é
3292 uma pratica bastante comum hoje pra principalmente o BID , Banco Mundial, quando emprestam dinheiro
3293 pros empreendedores, justamente de fazer esse sistema de gestão ambiental e garantir a aplicação de
3294 melhores práticas. Eu agradeço bastante a atenção e um bom dia. (*aplausos*)
3295

3296

3297 **O SR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR (Coordenador de Ambiente Natural na Secretaria Municipal de Meio**
3298 **Ambiente de Porto Alegre)** - Obrigado Carlos. Para apresentação passamos imediatamente já para, para
3299 Patrícia Helena Couzon, que é da confe, representa a Confederação Nacional da Indústria e vai nos passar a
3300 vivência do setor empresarial na aplicação da Resolução 01/86 de licenciamento ambiental.
3301

3302

3303 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA COUZON (Membro da Confederação Nacional da Indústria)** - Bom dia a todos.
3304 Eu também gostaria de agradecer a oportunidade nos dada pelo Ministério de Meio Ambiente. Falar por último
3305 fica meio complicado, porque eu estou aqui a temer de ser muito repetitiva. Eu acho que nós todos estamos aí
3306 com um diagnóstico muito parecido. Uma vivência muito semelhante nesses 25 anos. E, ontem, lembrando o
3307 secretário-executivo bravo lá com as declarações da Eletrobrás eu acho que talvez conclusão maior que nós
3308 vamos tirar daqui é que o que nós temos que aperfeiçoar é o diálogo, porque, na verdade, nós estamos
3309 falando a mesma coisa. Talvez uma linguagem diferente. Nós estamos talvez precisando aí de um tradutor,
3310 porque no fundo, no fundo, os senhores vão ouvir ao que eu vou falar e ta muito semelhante ao diagnóstico
3311 aqui feito por todos. A nossa vivência ela não poderia resultar em pegar alguns exemplos, até porque são 20
3312 anos de uma prática e o setor empresarial ele é muito grande, muito amplo, não é. São muitas experiências.
3313 Então, o que a gente vai tentar falar é colocar uma análise histórica de um cenário de como ele surgiu, os
3314 fundamentos pra essa implementação e daí fazer, então, uma análise da nossa vivência dentro de um cenário
3315 e de acordo com o cenário. Abordando um pouco também da avaliação ambiental estratégica até por conta do
3316 título do nosso seminário e apresentando, usando aqui a apresentar algumas recomendações. Bom, os
3317 fundamentos legais foi: a Lei 9.638 de 81, logo após veio a Resolução de 86 e interessante que a Constituição
3318 que deu todos os elementos foi posterior à lei, ou seja, a lei ela inovou uma série de práticas de implementação
3319 e da administração das políticas públicas. E a Resolução 86 também e em 88 elas, todos eles, esses
3320 fundamentos que essa legislação ganhou os princípios constitucionais que consolidaram então os
3321 fundamentos postos nesses dois instrumentos. Bom, nessa questão da política de, de, só um instante, é, a
3322 Política Nacional de Meio Ambiente, quando ela surgiu é interessante notar que ela era uma política
3323 absolutamente de planejamento, quer dizer, a leitura dela a gente enxerga que é uma política para fomentar o
3324 planejamento, pensar antes de fazer. Essa que era toda o arcabouço da política. Tanto é assim que dos sete
3325 objetivos, quando a gente olha, quatro deles exigem a implementação de instrumentos de planejamento
3326 associados a políticas complementares na área de educação e de ciência e tecnologia. E dos 13 instrumentos
3327 oriundos desses objetivos apenas dois são diretamente de comando-controle Todos os outros são de
3328 planejamento, de educação, difusão de informação, desenvolvimento científico e internet. Então, é uma política
3329 absolutamente de atuação ex ante. O cenário político institucional, quando surgiu tudo isso era, na década de
3330 80, nós ainda vivíamos o regime militar, no fim da ditadura. Vislumbrávamos uma transição desse regime já
3331 com movimentos de abertura, mas a participação da sociedade civil nos processos desses órgãos era
3332 absolutamente incipiente. Até porque a gente não abre um sistema político e todo mundo participa. A
3333 democracia é um aprendizado. A gente tem que viver isso pra poder, realmente, atuar da maneira correta.
3334 Então, nesse aspecto, apesar de passados 20 anos a gente poder fazer críticas, a verdade é, tanto a Lei 6.938
3335 de 81 como a Resolução foram um avanço e, de certa forma revolucionaram. Então, as lideranças, as pessoas
3336 que realmente puxaram essa questão, elas merecem todos os aplausos, nossos maiores louvores, porque foi
3337 uma época absolutamente imprópria pra que esse, pra que isso fertilizasse e as pessoas acreditaram e
3338 apostaram nesse processo. Haja vista que a de, a Resolução nº 01 de 86 ela fala até em audiência pública, ou
3339 seja, submeter, ampliar um debate público de uma questão muitas vezes estratégica para o país que são obras
3340 de infra-estrutura, por exemplo. Então, hoje é fácil fazer a crítica por conta da experiência e da vivência, mas
3341 todas as pessoas envolvidas naquele processo merecem o nosso maior respeito e nossos aplausos. Bom,
3342 nesse cenário a visão da questão do planejamento tava longe de ser um planejamento que incorpore à

3343 questão política uma visão estratégica. O nosso planejamento desde essa época e hoje não é muito diferente.
3344 Ele é dominado pra cumprir metas orçamentárias e financeiras. Então, quer dizer, nós implantamos uma
3345 política pública absolutamente de planejamento numa vivência de falta absoluta de planejamento. Cada vez
3346 mais planejar, racionalizar e otimizar a aplicação de recursos orçamentários financeiros e cada vez menos
3347 representa um modelo estratégico para o desenvolvimento social, econômico do país. Tirando aqui uma frase
3348 do professor Paulo Haddad, o ministro, “O planejamento governamental deve ser um processo de negociação
3349 permanente entre o Estado e as instituições da sociedade civil”. E ele ainda acrescenta que negociar é assumir
3350 as diferenças e reconhecer nos conflitos de interesse a essência da experiência e dos compromissos
3351 democráticos. Então, quer dizer, realmente aqui a gente consegue vislumbrar que toda Política Nacional de
3352 Meio Ambiente ela é uma política de pleno planejamento, porque ela é, na verdade, uma política com base na
3353 negociação. No resultado ou não solução de conflitos de interesses. Então, fazer gestão ambiental nada mais
3354 é do que planejar. Então, tá aí os fundamentos. Planejamento, participação, negociação. E esses dois
3355 fundamentos, a participação e negociação, eles reforçam uma fala aqui do nosso comendador Paulo Nogueira,
3356 que é a questão da política e gestão ambiental ser agregadora, ser unificadora. Ela trazer a união das pessoas.
3357 E, basicamente também, com base no fortalecimento institucional. Ele exige que a questão, quer dizer, se você
3358 amplia os processos de governança e pressuposto que a governabilidade tem que ser forte, ela tem que existir,
3359 ela tem que tá presente. E com isso tudo também a questão do conhecimento, o fundamento científico e
3360 tecnológico, o conhecimento ampliado de todo o nosso território. Bom, nisso, então, nós temos aí o EIA e Rima
3361 no processo de licenciamento, quer dizer, como instrumento para proporcionar um, uma, a, promover a
3362 questão da decisão. Era um instrumento para a tomada de decisão pra apoiar a questão da decisão. Então,
3363 nessa questão toda que foi colocada, viabilizar a atividade econômica, apontando mecanismos pra sua
3364 instalação eu não vejo como, assim, uma crítica, aliás, melhor dizendo, eu não vejo como um indicador do
3365 processo de licenciamento o número de licenças dadas ou negadas, porque se o licenciamento é aquele junto
3366 com o EIA/Rima é dado para um empreendimento na busca da sua melhor opção tecnológica e localizacional
3367 para o meio ambiente, aquela licença dada vislumbrou isso. E aqui ele nos deu dois exemplos de foi negado e
3368 depois foi dado, porque mudou-se o processo. Então, a gente tá usando, talvez, a métrica erra para medir a
3369 eficiência do licenciamento. Não quer dizer que o licenciamento foi dado, porque o órgão foi ineficiente. A
3370 gente pode dizer que o licenciamento foi dado porque mudou-se todo a concepção original daquele
3371 empreendimento até que ele fosse adequado ambientalmente. Então, a gente tem que usar a métrica correta,
3372 porque, senão, nós temos, ao medir dessa forma, condenando de vez o licenciamento a um processo cartorial.
3373 Então, a gente tem que avaliar porque que deu, como que entrou, como saiu. E fora o número de projetos que
3374 há desistência, que o próprio empreendedor desiste no meio do caminho e que isso ninguém mede, ninguém
3375 ficou sabendo. Então, a gente precisa ter um pouco de cuidado dessa análise. Bom, nossa vivência, então,
3376 diante de um contexto. O primeiro deles, continuamos com planejamento de caráter economicista,
3377 simplesmente cumpridor das metas orçamentárias. Houve um avanço em 1998 com a questão da lei de
3378 diretrizes orçamentárias pra casar os planos com os orçamentos, mas a verdade ainda tá longe de ser
3379 qualquer coisa ou uma opção estratégica para o país. E dessa mesma época, com essa falta de planejamento
3380 a gente assiste a nenhuma abertura de mercado, ou seja, as empresas nacionais, elas se vêem competindo
3381 com o mercado externo e ela, pressionadas por esse mercado, ela se moderniza, vem com, insere as normas
3382 e ISO de qualidade, com isso colocam também a questão ambiental nos seus processos e a or, Normas ISO
3383 14000. Autogestão. Elas se aperfeiçoam nessa relação. Bom, cresce também o fortalecimento da participação
3384 social. Seja porque a percepção ambiental tá cada vez maior, seja porque o cenário democrático também
3385 amplia a verbalização da sociedade civil. E com isso vem o enfraquecimento das instituições públicas. Ou seja,
3386 eu abro um cenário pruma percepção maior da sociedade, mas não consigo exercer a governabilidade e isso
3387 tem um preço muito alto, porque eu não consigo fazer a difusão das informações de maneira adequada, eu
3388 não consigo apropriar as informações de todo esse arcabouço vindo dos estudos de impacto ambiental de
3389 maneira adequada, eu não consigo exercer a governabilidade. Então, eu tenho um amplo espectro de
3390 governança e um fraco espectro de governabilidade e todo nesse processo. bom, com isso nós temos como
3391 resultado normas ambientais coercitivas e normas ambientais onerosas. Eu tenho um cenário, onde há uma
3392 percepção ambiental maior. A sociedade podendo verbalizar isso e uma enfraquecimento das instituições no
3393 qual ela não consegue dar essa resposta. Então, a atuação é vamos reprimir. E pontual e não é sistêmico.
3394 Então, tá um problema de desmatamento enorme: “Vamos fazer uma Lei de Snooker”. Tá um problema de que
3395 não tem, as questões não tão sendo cumpridas: “Vamos fazer a Lei de Crime Ambiental”. E aí surge outro

3396 problema: “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. Não é? Sem avaliar que nós tamos num cenário aí, é,
3397 impróprio para a questão da gestão ambiental, uma vez que ela é de planejamento, uma vez que ela exige
3398 governabilidade. Então, a gente fica sempre correndo, usando cada vez mais instrumentos errados para atacar
3399 uma solução correta. Bom, nossa vivência no licenciamento. Ele, ele tem, ele se propõe a conciliar princípios
3400 constitucionais entre o desenvolver, conservar e torna, cada vez mais, um processo cartorial. Foi dito aqui, “o
3401 empreendedor faz de qualquer jeito”, “quer nos empurrar goela abaixo”. É, isso, há um cenário pra isso. Não
3402 é? Não existe uma confraria de empreendedores falando assim: “gente, vamo fazer desse jeito”. Só pra poder.
3403 Não. É um cenário político, um cenário institucional para que as coisas sejam feitas dessa forma. Ganha
3404 afeições de instrumento de “negociação” pra preencher lacunas advindas do enfraquecimento institucional.
3405 Quer dizer, quantas vezes, não é, quem analisa processo, quem faz o estudo de impacto ambiental e quem
3406 contrata não se vê numa negociação pra viabilizar ambientalmente o empreendimento com barganhas sociais
3407 de falta de escola, de falta de saúde, de falta de condições lá no município para ..., então, quer dizer, perde
3408 todo seu caráter do qual foi proposto para viabilizar um enfraquecimento institucional. E tem a aplicação
3409 dissociada de todo o Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico. Então, tem uma análise pontual. Ele
3410 entra e é analisa, ele entra pontualmente e é analisado pontualmente. Perde o fundamento proposto na
3411 Resolução 01 de 86, ou seja, perdendo-se o caráter proposto do licenciamento, quem o alimenta, que o dá a
3412 sua fundamentação, que é o Estudo de Impacto Ambiental também perde. Refletindo questões mais sociais
3413 que ambientais. Desvirtua-se a sua função preventiva. Ganha uma dimensão desproporcional, muito bem
3414 colocada aqui pelo Zé Cláudio. Então, ele fica, vira assim a solução. Quer dizer, vamo pedir EIA praquilo, vamo
3415 pedir para aquilo, como se ele pudesse dar essa proposta. Como se ele sozinho pudesse fazer toda uma
3416 gestão ambiental. E contamina-se também com o processo cartorial do licenciamento. Daí os EIAs criticados aí
3417 pelos, quer dizer, cê tem um cenário propicio para que isso possa ocorrer. Tem procedimentos não uniformes,
3418 então, atribui pesos e medidas diferenciadas pra projetos de mesma natureza. A gente vê projetos de mesma
3419 natureza sendo tratados de forma desbalanceada. É indeterminado no que se refere a quem e quando se
3420 aplica. E isso tudo fomenta a judicialização da gestão ambiental, que é uma pena isso estar ocorrido. Tem
3421 elevado custo social, econômico e político, limitando muito o custo Brasil, porque ele promove cenários de
3422 barganha política, naquela mediação de conflitos aqui colocada, tendendo a ter uma análise de concepção
3423 mais política, enquanto valoração social, quer dizer, não raro o empreendedor é que é avaliado e não o
3424 empreendimento em si, e fugindo um pouco da análise técnica. A não sistematização e consolidação dos
3425 dados torna os estudos ainda mais caros e dificulta a análise sistêmica. É muito dito que o empreendedor não
3426 faz uma análise sistêmica. Ele não deveria fazer mesmo, porque se esses dados de todos os diagnósticos
3427 daquela região foram, fossem consolidados sistematizados e validados não, a análise sistêmica ela
3428 aconteceria com a entrada daquele estudo. Ele entraria naquele processo. Reflete uma duplicação de
3429 esforços. O empreendedor contrata uma equipe multidisciplinar cara e o poder público contrata especialistas
3430 pra avaliar. Lá em Minas tem casos, às vezes, pitorescos do aluno estar analisando o relatório feito pelo
3431 mestre, pelo professor. É, bom, aí eu vou falar rapidamente aqui da avaliação ambiental estratégica só pra
3432 gente não ter uma confusão. Tô terminando. Vou fazer feito o Zé Cláudio. É um estudo pra avaliação de
3433 impactos ambientais advindos de um empreendimento. Isso é o EIA. O quê que eu. E a avaliação ambiental
3434 estratégica é uma avaliação estratégica. Quer dizer, a palavra mágica aqui é estratégia, que incorpora a
3435 questão ambiental, o EIA, ele é de natureza mais técnica que política. Ele avalia a capacidade de suporte
3436 daquela região, contatos técnicos do projeto para receber aquele empreendimento. O, a avaliação ambiental
3437 estratégica é de natureza mais política que técnica, porque é uma decisão político-estratégica do país, daquela
3438 região. Aplicasse a projetos o estudo de impacto ambiental. Aplica-se, a avaliação ambiental estratégica aplica-
3439 se a políticas públicas e a políticas setoriais. A execução do EIA é do empreendedor e a execução do AAE é
3440 do poder público. Eu não posso acreditar que alguém aqui defenda uma decisão estratégica de
3441 desenvolvimento pro país sendo feita pelo setor privado. Então, é uma decisão absolutamente pública e do
3442 poder público. O que eu quero dizer aqui é que o AAE não é uma evolução do EIA. É um EIA melhorado.
3443 Existindo a questão da avaliação de, de, estratégica ambiental ele instrumentaliza, na verdade, os outros
3444 procedimentos. Quer dizer, depois que eu decidir qual é a política estratégica de desenvolvimento para o
3445 país, é o instrumentalismo, o zoneamento, aí eu facilito, inclusive, a questão do EIA. Como recomendação, e aí
3446 tô terminando, resgatar o licenciamento ambiental como instrumento de gestão, resgatar o papel, então, o
3447 estudo de impacto ambiental numa aplicação mais adequada conforme já muito bem sinalizado pela
3448 Resolução 01 de 86, com instrumento de suporte à decisão, concepção e análise mais técnica e menos

3449 política, suporte mais adequado às audiências públicas. E definir uma nova sistemática de contratação com a
3450 elaboração dos estudos de forma a evitar a duplicação de esforços. E implementar um sistema de informações
3451 para consolidação dos EIA's, como suporte para análise e concepção de novos projetos. Agora, nada disso.
3452 Nenhuma modificação exclusivamente no EIA ou no licenciamento vai dar certo se a gente não fortalecer o
3453 planejamento como instrumento de integração de políticas públicas. Um plano nacional de desenvolvimento a
3454 ser avaliado por uma análise de estratégia ambiental. Fortalecer políticas públicas de educação e de ciência e
3455 tecnologia também são fundamentais e fortalecer as instituições públicas. Quer dizer, nada pode evoluir se não
3456 tiver equipes capacitadas, bem remuneradas, com segurança jurídica dos procedimentos, clara definição dos
3457 papéis. O Zé Cláudio colocou aqui exemplos. Claro, isso dificulta muito, atrapalha. Não é diminuindo ou
3458 ridicularizando o papel de uma instituição pública e fazendo o que ela devia fazer no lugar dela que nós vamos
3459 alcançar algum objetivo. E respeito e promoção Pacto Federativo. A descentralização é o caminho. Eu tenho
3460 uma vivência boa no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, onde que se descentraliza a
3461 nível de comitês de bacias hidrográficas e os resultados têm sido muito bons nessa área. Deixo aqui uma
3462 mensagem pra finalizar: "A verdadeira viagem de descoberta consiste não em procurar novas paisagens, mas
3463 em ter novos olhos". A Resolução de 01 de 86 é boa até hoje, nós é que temos olhando com olhos errados.
3464 Então, não é pra mudar absolutamente nada. É pra resgatar, olhar com novos olhos essa resolução e resgatar
3465 tudo que tá lá, porque tudo, de certo, está lá. Muito obrigada.

3466

3467

3468 **O SR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR (Coordenador de Ambiente Natural na Secretaria Municipal de Meio**
3469 **Ambiente de Porto Alegre)** - Vamos passar, agora, a palavra para os debatedores, que vão analisar as
3470 informações das palestras anteriores e colocar seu posicionamento a respeito do que foi colocado aqui. Então,
3471 a primeira debatedora é Sílvia Cappelli, procuradora do Ministério Público de ..., Rio Grande do Sul. Os
3472 debatedores têm um pouquinho menos de tempo, 10 minutos, aviso em três, e vamos tentar adequar aí dentro
3473 da complexidade da análise que vão ter que fazer. *(risos)*

3474

3475

3476 **A SRª SÍLVIA CAPPELLI (Procuradora do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul)** – *(risos)* Me
3477 dá logo esse microfone. Bom, em primeiro lugar eu quer dizer que é muito bom estar aqui mais uma vez na
3478 reunião extraordinária do CONAMA. Me sinto muito à vontade. Lembro do, das coisas aqui, realmente desses
3479 embates e o Ministério Público tem sido, tem tido uma participação bastante efetiva nesse conselho, inclusive
3480 eu e a colega do Ministério Público Federal tivemos, por ocasião de uma defesa, de uma posição na votação
3481 plenária da Resolução CONAMA 369, que versou sobre a consolidação das áreas de preservação
3482 permanente, tivemos a honra de sermos vaiadas nesse plenário, portanto, não é novidade nenhuma para o
3483 Ministério Público que vários setores da sociedade civil e, inclusive, desse conselho não concordem e
3484 externem de forma tão passional como o Junqueira fez, nesta manhã, as suas posições. Eu queria dizer que
3485 me honra muito o convite de estar aqui como debatedora e que eu tinha preparado a minha intervenção de
3486 uma forma bastante, vamos dizer assim, jurídica e eu quero deixar o meu PowerPoint, evidentemente eu não
3487 queria apresentar, mas pra que vocês, não vou ter tempo de debater todos esses pontos, mas pra que os
3488 senhores possam ter acesso às coisas que eu gostaria de discutir no debate, mas que, infelizmente eu não vou
3489 poder, porque eu vou ter que responder a algumas provocações que foram feitas aqui. E de qualquer sorte eu
3490 gostaria muito, se tiver tempo eu o farei, eu gostaria de discutir qual é a presunção, fixada no Artigo 2º da
3491 Resolução CONAMA nº 01, porque é uma discussão doutrinária se aquelas tipologias de atividades e
3492 empreendimentos listados no Artigo 2º da Resolução do CONAMA nº 01 se elas obrigam, se elas são uma
3493 presunção *juris et de jure*, ou seja, não admitem prova em contrário de que elas vão causar significativa
3494 degradação ambiental e que, por isso, o órgão licenciador é obrigado a exigir o EIA ou se elas trazem uma
3495 presunção *juris tantum*, ou seja, que embora estejam ali o órgão licenciador poderá, recebendo prova do
3496 empreendedor de que a atividade não vai causar significativa degradação ele poderá dispensar EIA. Essa é
3497 uma discussão doutrinária antigíssima que nós temos no Brasil e eu trouxe alguma jurisprudência. Aliás, toda
3498 minha exposição, o meu debate é lastreado na jurisprudência. Como é que o Judiciário vê. O Judiciário que foi
3499 tão criticado e eu como é que o judiciário vê essa discussão sobre o estudo de impacto ambiental. Também
3500 gostaria de discutir o quê que é um conceito jurídico de terminado. O quê que é significativa degradação
3501 ambiental. E qual é a diferença disso com relação á discricionariedade, porque muita gente confunde o que é

3502 significativa degradação ambiental dizendo que aí existe uma discricionalidade por parte do poder público em
3503 dispensar ou não um estudo de impacto ambiental. Só que toda jurisprudência brasileira diz que isso não é
3504 discricionalidade, isso é um conceito jurídico indeterminado. E o quê que a jurisprudência entende sobre isso.
3505 Também discutir qual é a diferença entre o estudo de impacto ambiental e os estudos ambientais trazidos à
3506 Legislação Brasileira pela Resolução CONAMA 237, quando é que cabe um, quando é que cabe o outro. Um
3507 pode substituir o outro e em que hipótese. Também gostaria de discutir as questões relativas à publicidade, ao
3508 acesso e a participação popular no EIA/Rima. Sobre o quê que a jurisprudência vê com relação às audiências
3509 públicas. Quantas são? Onde são? Em que momento são realizadas? Se podem ser substituídas e em que
3510 hipótese? E tudo isso tem na jurisprudência. Também com relação à independência da equipe técnica
3511 multidisciplinar. O Junqueira muito bem lembrou que o Artigo 7º foi revogado no que, e o Artigo 3º na
3512 Resolução nº 1, expressamente pelo Artigo 21 da Resolução, se eu não me engano o último, Artigo 21 da
3513 237, que revogou explicitamente o artigo que dizia que havia necessidade de EIA/Rima em todo
3514 empreendimento federal e aquele que versava também sobre a independência da equipe multidisciplinar, pois
3515 também há jurisprudência sobre isso. O Judiciário já se manifestou sobre isso. Qual é o momento de
3516 realização do Estudo de Impacto Ambiental? Se é antes da licença previa, qual é o momento? A jurisprudência
3517 já se manifestou sobre isso. Qual é a responsabilidade civil do poder público que se omite em exigir o estudo
3518 prévio de impacto ambiental quando reconhecido, no caso concreto, a existência de significativa degradação
3519 ambiental? Quem é que é processado? Qual é a natureza jurídica dessa responsabilidade civil. Tem
3520 jurisprudência sobre isso, mas eu não vou poder falar, porque eu tenho que responder ao Junqueira. (risos). E
3521 a relação entre a Resolução CONAMA 237 e a Resolução CONAMA nº 1. Será que a Resolução CONAMA
3522 237 revogou a Resolução CONAMA nº 1 com relação ao EIA/Rima? Essa é uma questão que não tem
3523 jurisprudência, mas eu tenho uma opinião e eu gostaria de revelá-la aos senhores. Bom, então, nós vamos
3524 começar aqui. Se der tempo eu falo alguma coisa, mostro os *acórdãos*, deixo a, o estudo à disposição dos
3525 senhores, mas eu gostaria de tocar, que esse é o papel do debater, na verdade, em alguns pontos que eu
3526 considero importantes, provocadores e instigantes, como é o nosso conselho nacional, e que dizem respeito,
3527 vários expositores se referiram a isso, fizeram uma crítica veemente à judicialização dos conflitos ambientais,
3528 especialmente pelo Ministério Público, e afirmaram, em alguns casos, que essa judicialização peca, porque se
3529 agarra a uma discussão formal do processo de licenciamento. Eu queria dizer aos senhores o seguinte, e aí,
3530 claro, eu represento o Ministério dos Estados nesse conselho, eu queria dizer o seguinte, o Brasil ele é
3531 invejado por todos os países da América Latina, por ter um Ministério Público que tem atribuição constitucional
3532 não só para atuação criminal e sim para atuação civil. Quero dizer o seguinte, que a questão do acesso à
3533 Justiça é uma garantia do cidadão e que ninguém vem aqui pra discutir que o individuo não pode ter acesso à
3534 Justiça quando ele tem um problema de saúde, quando ele tem um problema de qualquer natureza, um direito
3535 individual, então, não é legítimo que a gente possa criticar o direito de acesso à Justiça, por questões que são
3536 muito mais importantes do que as questões individuais, que são as questões relativas ao meio ambiente, que
3537 dizem respeito ao interesse da saúde de todos, é um interesse coletivo, é um interesse difuso e isso foi uma
3538 conquista do povo brasileiro. E é só o Brasil que tem essa legitimidade ampla, que, aliás, não é só do
3539 Ministério Público. O Artigo 5º da Lei da Ação Civil Pública consagra uma legitimidade amplíssima. As ONGs, a
3540 União, estados, municípios, autarquias, empresas públicas, fundações e ao Ministério Público. O quê que
3541 aconteceu com o Ministério Público. Aconteceu que o Ministério Público era uma instituição extremamente
3542 arranhada até a década de 80 e ele queria uma legitimidade constitucional diferenciada, portanto, o Junqueira
3543 está completamente errado quando diz que o Ministério Público tem que se fixar no seu papel de fiscal da lei.
3544 O Ministério Público era fiscal da lei até a década de 80. A partir de 1981, quando o Artigo 14 Parágrafo 1º
3545 concedeu legitimidade ao Ministério Público, que era só dele em 81, e que o legislador, em 85, na Ação da Lei
3546 Civil Pública ampliou pras ONGs, o quê que ele queria assim como legislador, ele queria que a sociedade civil
3547 se articulasse, se organizasse e tivesse acesso à Justiça. Tanto que a Ação Civil Pública é gratuita, assim
3548 como a Ação Popular. Então, isso foi um presente que o legislador deu à sociedade. Então, eu sou
3549 veementemente contra a gente banalizar, dizer que o acesso à Justiça é reduzido ao formalismo. Exageros
3550 há? Com certeza existem exageros, mas eu vou contar aqui uma história, porque o Luiz Felipe Kunz está
3551 presidindo essa mesa e não é pra barganhar tempo que eu vou contar essa história, mas é o seguinte, quando
3552 o Cláudio Langone era secretário-estadual do Meio Ambiente no Rio Grande do Sul, o Nilvo era presidente da
3553 Feplan, o Gustavo Trindade era assessor jurídico da Sema e o Luiz Felipe Kunz era o diretor do Defap o quê
3554 que nós fazíamos? Nós elegíamos temas que eram prioritários para capacitação do Ministério Público de

3555 comum acordo. Nós pegávamos uma van do Ministério Público e fazíamos várias reuniões preparatórias de
3556 oficinas de trabalho com os técnicos e aí eu falo aqui, inclusive nós fizemos com a Feplan também, nós
3557 fizemos com o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas e nós íamos, nós dividíamos o estado em
3558 regiões e nós íamos lá e de comum acordo nós, com os mais experientes, tanto os da região, quanto os
3559 promotores mais experientes, nós fazíamos essa oficina de trabalho. Que, na verdade, na eram de capacitação
3560 do Ministério Público, mas eram de integração estadual de meio ambiente e Ministério Público, inclusive
3561 elaboramos modelos comuns de compromisso de ajustamento, ou seja, não existe motivo algum que não
3562 possa impedir a aproximação civilizada entre promotores e órgãos ambientais. É tudo uma questão de exercer
3563 cada um o seu papel e nem por isso deixamos de ter divergências. Sempre tivemos muitas convergências e
3564 divergências, cada um respeitando o seu papel. E, olha, tivemos um momento de altíssima qualificação do
3565 Ministério Público de aumento de atuação na proteção na flora, em função dessas oficinas de trabalho e
3566 fizemos várias outras com a Fiplan, de poluição sonora, de mineração, de poluição industrial, de resíduos
3567 sólidos e isso foi motivo de grande regozijo e isso não só para os promotores, como para os técnicos que
3568 trabalham, que trabalham ainda hoje naquele órgão ambiental estadual. Qualificou muito essa relação e eu
3569 acho que nada impede que se iniciem definitivamente o amadurecimento dessas relações institucionais. Isso
3570 não é impossível, isso é uma questão de confiança, de aproximação e de treinamento. Cria-se o calo depois de
3571 fazer o exercício. O Junqueira falou e eu vou tentar ser o mais rápida possível. Ele falou que o Ministério
3572 Público tá exigindo o EIA. Isso é um absurdo realmente, porque o Ministério Público não pode exigir o EIA. É
3573 claro que o Ministério Público não pode exigir o EIA, num compromisso de ajustamento do qual o órgão
3574 licenciador não faz parte, por quê? Porque eu não posso fixar uma clau, uma obrigação jurídica para alguém
3575 que não firmou um compromisso de ajustamento. O que tem que ficar claro é que o Ministério Público trabalha
3576 numa esfera de responsabilidade que é distinta da esfera de responsabilidade que trabalho o argumental. O
3577 órgão ambiental trabalha num processo administrativo de licenciamento, procedimento e o Ministério Público
3578 trabalha com a responsabilidade civil e com a responsabilidade penal. Agora, se o Ministério Público faz um
3579 compromisso de ajustamento exigido diretamente ao empreendedor descolado do processo de licenciamento,
3580 que ela faça um estudo de impacto ambiental e se o órgão licenciado dispensa o estudo de impacto ambiental
3581 o empreendedor não vai fazer um estudo de impacto ambiental, pois no Brasil o estudo de impacto ambiental e
3582 um pré-procedimento administrativo vinculado ao licenciamento ambiental. Assim é no Brasil. Podem.
3583 Podemos tecer a crítica que quisermos. O EIA no Brasil não existe sem o licenciamento, porque a finalidade,
3584 como foi muito bem dita, do EIA é subsidiar o órgão ambiental licenciador pela possibilidade ou não, ou pela
3585 melhor opção ambiental para aquele empreendimento capaz de causar significativa degradação ambiental.
3586 Então, muito tranquilamente essa cláusula não vale. Então, não há nenhuma preocupação com isso. Eu queria
3587 dizer que o Ministério Público não é fiscal da lei não, ele é executor sim da lei, ele é autor de ação, portanto,
3588 ele não tem que ficar simplesmente procurando inconstitucionalidades e ilegalidades. Desde 80, consagrado
3589 na Constituição Federal, inclusive com uma função institucional do Ministério Público. Com respeito ao receio
3590 dos consultores com relação à judicialização. Eu quero lembrar que, que a Lei de Concessão de Florestas
3591 Públicas criou um artigo, introduziu um artigo na Lei dos Crimes Ambientais, que seria muito bom que todos
3592 conhecessem, que é o Artigo 60A, que diz: "Elaborar ou apresentar um licenciamento, concessão florestal ou
3593 qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo, ou relatório ambiental, total ou parcialmente falso
3594 ou enganoso, inclusive por omissão. Pena, reclusão de três anos a seis meses e multa. O que eu gostaria de
3595 comentar sobre isso, sobre, não sobre esse artigo, mas sobre a preocupação externada, que é absolutamente
3596 legítima, é que de outro lado também os próprios órgãos ambientais são vítimas do esquema cartorial. Por
3597 quê? Porque existem muitos técnicos desqualificados que fica, por exemplo, responsáveis técnicos por uma
3598 centena de empreendimentos, quando é possível comprovar que fisicamente eles não podem ser responsáveis
3599 por tantos empreendimentos. Então, também tá na hora dos técnicos provocarem os conselhos de classe para
3600 que haja uma limpeza nesse mercado, porque todo mundo perde com isso. Então, aquele que faz o trabalho
3601 corretamente, aquele que realmente faz, eu digo a equipe multidisciplinar que faz o estudo de impacto
3602 ambiental correto é, vamos dizer, aí assim, ultrapassada pelo cara que vende o estado de impacto ambiental a
3603 preço de banana e que se responsabiliza por tudo. Então, isso tem que ser denunciado e eu acho que isso é
3604 um exercício, uma tema de casa que nós todos devemos fazer. Com relação, e aí eu vou terminar mesmo,
3605 para concluir, com relação à questão do alvará versus o licenciamento e a crítica ao comando e controle. Bom,
3606 a questão é o seguinte. Os objetivos do alvará e do licenciamento, a finalidade legal dele é completamente
3607 distinta. O licenciamento tem uma finalidade e eu lembro a redação do Artigo 10 da Lei 6938, que diz que a

3608 construção instalação, ampliação de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais
3609 considerados efetivo ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, (*ininteligível*), dependendo de li, de
3610 prévio licenciamento ambiental. Então, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. Por quem? Pelo
3611 órgão ambiental. Com base no que? Com base na Legislação. Tá aí os anexos da 237, os anexos das
3612 resoluções dos conselhos estaduais, então, sinceramente, eu não entendo esse discurso: “Vamos acabar com
3613 o licenciamento, porque tudo pode ser alvará”. Ora, alvará tem uma outra finalidade. O alvará é um documento,
3614 é um ato administrativo do município, que visa regrad o exercício de uma atividade econômica. Pode ser um
3615 alvará de indústria e comércio, pode ser o de obras, etc. As finalidades são distintas. Os órgãos ambientais
3616 não podem abrir mão disso, porque as finalidades são distintas. Agora, se tem que reduzir a tipologia do
3617 licenciamento isso está a cargo de discussão pública na legislação. Mas vamos, eu sou totalmente contrária a
3618 confundir esses instrumentos. Quer dizer, “não, pode ser alvará não precisa de licenciamento”. Querem reduzir
3619 a tipologia. “Ah, isso não é potencialmente poluidor”. Tudo bem. Isso é uma discussão técnica. Agora, dizer
3620 que um alvará substitui um licenciamento ambiental eu não concordo. E depois a última resposta. Eu tenho
3621 certeza que você vão gostar do meu PowerPoint, é a questão da crítica do comando e controle. Olha,
3622 sinceramente, o Brasil é o único país que eu conheço que faz compromisso de ajustamento. Aliás, nós temos
3623 quatro tipos hoje, compromisso de ajustamento. É o Compromisso de Ajustamento da Lei da Ação Civil
3624 Pública, que normalmente é feito pelo Ministério Público. O TCA, que é o Compromisso de Ajustamento da,
3625 que foi introduzido pela, pela, pelo 3179 e antes a Medida Provisória das leis dos crimes ambientais, que é o
3626 TCA feito pelo órgão ambiental. Nós temos agora, também, o termo de compromisso da Lei da Compensação
3627 Ambiental e tem um quarto que eu não me lembro mesmo. Então, isso significa e o Junqueira aqui, já que ele
3628 foi tão passional, eu tenho que provocar ele.

3629

3630

3631 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Assessor-especial da Secretaria de Estado de Meio**
3632 **Ambiente)** – Eu vou poder responder?

3633

3634

3635 **A SRª SÍLVIA CAPPELLI (Procuradora do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul)** – Não.
3636 Vingança, vingança. Nós somos o país que mais resolve os conflitos por via do acordo através do
3637 compromisso de ajustamento e que nós temos é que qualificar essa negociação e esse acordo. Então, assim,
3638 se nós formos aplicar indicadores pra ver percentualmente o que se resolver na base do compromisso de
3639 ajustamento, eu tô falando no Ministério Público, e o que se resolve em vias judicial, tanto que muitos tribunais
3640 não querem criar Câmaras especializadas em meio ambiente porque dizem que não tem demanda. Porque, no
3641 Ministério Público, apesar de não termos indicadores, com certeza, mais de 70% das reclamações ambientais
3642 que chegam ao Ministério Público são resolvidas na base do compromisso de ajustamento. Isso é prova de
3643 maturidade. Embora, com uma instituição tão grande, só no Rio Grande do Sul nós somos 200, quase 200
3644 promotores com atribuição ambiental. Então, isso é muita coisa. Tu pega desda pessoa que recém entrou no
3645 Congresso lá com 23, 24 anos. Até o promotor com muita experiência. Mas é por isso que nós temos que nos
3646 aproximar. Nós não podemos ter medo de dialogar e aí eu quero fazer uma homenagem aqui, pra concluir, a
3647 Abemma. A Abemma vai fazer o primeiro evento de aproximação das Oemmas com o Ministério Público, se
3648 não me engano, aqui em São Paulo, no mês de outubro. Eu acho que é um bom início de diálogo e é assim
3649 que a gente cresce. Quero agradecer e pedir desculpas pelo tempo. (*aplausos*)

3650

3651

3652 **O SR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR (Coordenador de Ambiente Natural na Secretaria Municipal de Meio**
3653 **Ambiente de Porto Alegre)** - Obrigado Sílvia. Usou o mesmo tempo excedente (*risos*) do Zé Junqueira. Como
3654 você disse, o debate foi muito bom. Eu acho que pra todo público presente foi extremamente esclarecedor.
3655 Vamos passar, então, ao último debatedor. É o Raul Teles, advogado e representante do Instituto Sócio-
3656 Ambiental e vai os trazer a visão das ONGs a respeito do processo de avaliação ambiental, de avaliação de
3657 impactos ambientais. Raul, dez minutos, com a tolerância que nós temos tido aqui na mesa.

3658

3659

3660 **O SR. RAUL SILVA E TELES (Advogado do Instituto Sócio-Ambiental)** – Muito obrigado. Queria, então, em
3661 nome do Luiz Felipe, agradecer e parabenizar a mesa toda e queria parabenizar ao CONAMA pela
3662 organização do evento que tá de altíssimo nível. E, eu tenho acompanhado desde ontem as discussões aqui e
3663 vi que há um, praticamente um consenso em vários pontos. Uma unanimidade, que pode ser boa ou pode ser
3664 ruim. Porque como dizem que toda unanimidade pode ser burra, mas eu acho que aqui, no caso, não. Nós
3665 temos, se falou muito em déficits e acessos aqui do licenciamento ambiental, do EIA/Rima e eu, na minha
3666 visão, eu concordo com isso que há déficits e excessos. O Fábio Feldman ontem falou que é um déficit de
3667 planejamento e esse déficit de planejamento foi reconhecido por todos aqui. Inclusive, o tema do seminário do,
3668 da avaliação de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica já pressupõe isso e o Langone, ontem, foi
3669 muito feliz na sua, no seu diagnóstico e eu assino embaixo e concordo inteiramente de que um dos *deficits* de
3670 planejamento que existem hoje, o licenciamento é exatamente a possibilidade de ter planos de políticas
3671 públicas que embasem as decisões administrativas. Então, eu vou me ater aqui a tentar, como debatedor de
3672 tudo o que foi falado, eu vou tentar explicitar um pouco mais a nossa visão, não é, a minha visão como
3673 membro de uma ONG que acompanha em alguns casos já de licenciamento ambiental, por quê que existe
3674 alguns déficits no licenciamento e eu vou falar do licenciamento aqui da Resolução do CONAMA 01/86. Então,
3675 foi muito bem lembrando aqui que o licenciamento não se esgota no EIA/Rima. Se tem diversos tipos, diversas
3676 tipologias. Então, originalmente, o licenciamento foi criado pra, pro setor industrial com o sujeito que queria lá
3677 instalar uma fábrica de sapato no interior do estado. E isso era uma coisa, uma coisa de controle ambiental e a
3678 Resolução CONAMA 01 de 86, ao trazer o EIA/Rima com essa complexidade não pensou nisso. Pensou num
3679 licenciamento, que é o que a gente tá discutindo aqui, pra obras e projetos mais complexos. Obras e projetos
3680 grandes de hidroelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, que tenha a capacidade de mudar a paisagem. Tenha
3681 a capacidade de trazer impactos diretos e indiretos que mudam toda uma região em diversos aspectos, que
3682 podem ou não ser mensuráveis previamente e que podem ou não ser previstos previamente. E eu acho que a
3683 tal da cartorialização do EIA/Rima, que foi falado por todo mundo aqui, eu acho que isso é uma unanimidade e
3684 que o EIA/Rima já a muito tempo passou ser um documento cartorial, formal que não se presta ao que tá na
3685 Resolução CONAMA 1 de 86, que eu concordo que ela já traz isso daí. Ela já prevê isso daí, mas ele não é
3686 aplicado e ele virou um cartório porque. Eu me arrisco aqui a dizer que talvez ele tenha sido um documento
3687 formal porque ele surgiu junto com o tal do conceito de desenvolvimento sustentável. Um conceito
3688 despolitizado de desenvolvimento sustentável. Então, eu vou caricaturar aqui um pouco pra colocar a minha
3689 idéia sabendo que eu posso tá cometendo injustiças, mas eu acho que é importante, então, temos aí ao longo
3690 da história, o Relatório do Clube de Roma que num dia ele chegou e falou: “Olha, Não dá mais pra crescer.
3691 Não dá mais pra desenvolver. Nós vamos explodir o mundo e vamos chegar num buraco. Para tudo”. Isso
3692 causou um impacto grande e anos depois surgiu uma resposta a isso. Eles falaram: “Não, peraí. Não é bem
3693 assim. É possível sim crescer. É possível se desenvolver, mas com cuidado, com previsão com precaução e
3694 se nós, então, continuarmos fazendo as mesmas coisas que fazíamos antes, porém, com um pouco mais de
3695 cuidado e talvez com uma roupagem verde nós podemos seguir adiante e vamos que vamos”. E assim é, na
3696 minha visão, o que hoje é o compreendido. Essa unanimidade em torno do desenvolvimento sustentável só é
3697 possível, porque dentro dele o homem é a essência. Continuamos fazendo as mesmas coisas que sempre
3698 fizemos, porém com uma outra roupagem, com uma outra linguagem pra dizer o que dizíamos antes. E uma
3699 vez eu vi isso cristalizado, uma oportunidade que eu achei fantástica que era na boca de um vereador duma
3700 cidadezinha do interior do Tocantins, que tava discutindo os impactos de uma das hidrelétricas do rio do
3701 Tocantins. Eu não me lembro qual de tantas que existem ali, previstas e já instaladas. Ele tava discutindo o
3702 seguinte. Até, então, era a questão dos impactos da hidrelétrica: “Olha, eu acho que não vai ter impacto,
3703 porque nós aqui tamos todos de acordo com a geração de energia. O Brasil precisa de energia. A cidade vai se
3704 beneficiar muito como as ambulâncias, os hospital e a nova escola e a sede da prefeitura, que a empresa vai
3705 ta ajudando a financiar. E isso, eu aposto, que vem a ser uma coisa, infelizmente, comum aos EIA/Rima. Eu
3706 acredito que o setor empresarial aqui se manifestou e sempre se manifesta com razão de que o licenciamento
3707 ambiental parece ser um balcão de barganha, mas, então nós vamos aqui ter tudo de bom e, claro, também
3708 preservando as nossas praias aqui”. E eu pensei o seguinte, mas esse sujeito, ele não entendeu que tem uma
3709 opção aí. Ou ele tem a hidrelétrica, ou ele tem as praias. Cê tem que ter uma opção. Isso não é despolitizado.
3710 Não é que tomo mundo ganha. Não é possível. Você tem interesses conflitantes em grandes obras. São
3711 interesses dos mais diferentes, então, ele ou tinha que optar por ter a praia, que em todos os meses de inverno
3712 aparecia, populações se beneficiavam e nadavam e gostava ou ele vai ter a hidrelétrica. Os dois interesses

3713 são interesses relevantes. Interesses justos. São interesses defensáveis, mas há que ter opção e quem é que
3714 faz essa opção, hoje, dentro do licenciamento ambiental? Ninguém. Ninguém faz essa opção. Se eu perguntar
3715 aqui pro meu amigo Luiz Felipe se o Ibama teria condições de fazer essa opção, qual é a opção. Teríamos
3716 hidrelétricas ou teríamos as praias? Ele ia m responder, não. Corretamente. Não pode um órgão técnico decidir
3717 isso. Quem que vai decidir isso é o consultor que vai fazer o EIA/Rima. É ele quem vai lá falar se é melhor ter
3718 praia, ou melhor ter hidrelétrica com base no quê? Com avaliações técnicas? Não. Essa não é uma avaliação
3719 técnica. Essa não é uma avaliação política. É uma avaliação social. O exemplo aqui que foi colocado ... eu
3720 achei ótimo, porque é bem isso. Mas o problema é que, hoje, os órgãos ambientais, no modelo como é
3721 estabelecido o licenciamento ambiental, eles não tem critérios claros, objetivos e seguros pra poder fazer essa
3722 opção. Eu fiquei outro dia refletindo sobre, quando vai se instalar um projeto. Se pretende instalar um projeto
3723 qual que é o critério que o órgão ambiental tem para poder cumprir aquele artiguinho, que ta lá na Resolução
3724 CONAMA 01/86, que fala, que foi muito bem falado que nenhum EIA/Rima traz, que é a hipótese de não
3725 realização. O quê que é essa hipótese de não realização? É simplesmente dizer: “Bom, vale a pena isso”. É
3726 uma análise custo/benefício. Isso como se colocou lá atrás isso daí é isso, uma relação custo benefício. Qual
3727 que é o critério que ele tem hoje pra poder falar não pra um empreendimento. O único critério claro que eu
3728 posso colocar na minha cabeça, se alguém aqui pode me dizer outro, mas é falar: “Olha, vai ter uma unidade
3729 de conservação. Se tiver uma unidade de conservação e se quiser colocar uma hidrelétrica ou passar uma
3730 estrada lá dentro, eu imagino que é o único que legalmente que tem um órgão ambiental que tá amparado pra
3731 falar: “Olha, não, aqui você não pode instalar, mas se fosse só isso não precisaria ter EIA/Rima. Basta você ter
3732 um consultor ou um empreendedor com o mínimo de conhecimento. Pra falar: “Não, olha, vamo propor isso daí
3733 porque aí eu não vou ter que fazer um estudo da história do Brasil pra colocar no papel pra dizer que não pode
3734 fazer porque tem uma unidade de conservação. E mesmo assim eu já participei de alguns licenciamentos
3735 ambientais, especificamente um aqui de barra grande e que mesmo com uma unidade de conservação ele
3736 passou. Por varias coisas. Lá no meio do licenciamento alguém descobriu e falou: “Ah, mas tem um parque
3737 municipal lá...”, mas, enfim, então, o que tem de fundo aí, a questão é, como que você consegue fazer essa
3738 avaliação. Como é possível fazer essa opção. E aí eu trago, na minha visão, o déficit de participação social no
3739 licenciamento. E esse déficit de participação social no licenciamento é um déficit que tem que ser corrigido
3740 para o modelo atual de licenciamento ambiental. e deve ser corrigido para essas propostas hoje que tem, que
3741 está começando a avaliação ambiental integrada de bacias, no caso de hidrelétricas, e o, a avaliação
3742 ambiental estratégica se não resolver esse déficit, ela vai continuar sendo um instrumento cartorial. Então,
3743 hoje, o único momento em que se participa, que a sociedade tem direito a falar no licenciamento ambiental é
3744 numa audiência pública. É totalmente insuficiente, pra sociedade e pro empreendedor. A audiência pública
3745 todo mundo sabe que não é um momento de votação. Não é ele que decide. E nem poderia ser, porque ele é
3746 um momento único aonde todos os conflitos vão ser expostos e ali você tem diferentes setores da sociedade
3747 que tem interesses diferentes também. Eles tem interesses diferentes. Então, você tem os atingidos
3748 diretamente, os beneficiados diretamente. Tão todos juntos na mesma audiência. E se naquele dia fosse uma
3749 votação quem conseguisse mais gente ia ganhar. Não poder ser. Então, eu tenho acompanhado alguns
3750 estudos de impacto ambiental e eu vejo que, por ser cartorializado quem faz o estudo e quem avalia o estudo
3751 não busca, na sociedade, os diferentes setores, quais são os interesses opiniões e angústias que eles têm
3752 com relação àquele empreendimento. E o EIA/Rima, muito infelizmente, pelo menos todos que eu tenha
3753 conhecido até agora, todos, todos não conseguiu trazer.

3754

3755

3756 **DVD 09**

3757

3758

3759 **CERIMONIAL** – Atenção senhoras e senhores. Pedimos a todos que desliguem seus aparelhos de telefone
3760 celular ou que os programem para a função silenciosa. Senhoras e senhores, bom dia. Damos início, neste
3761 momento, à cerimônia de lançamento do Documento de Origem Florestal (DOF). O DOF é um documento
3762 eletrônico de controle do transporte e do armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem
3763 nativa, gerido por meio de sistema informatizado, com banco de dados centralizado. Substitui Autorização de
3764 Transporte de Produtos Florestais, que deixa de ser emitido por ter se transformado em um instrumento de
3765 fraudes e crimes ambientais. Convidamos para compor a mesa desta cerimônia a ministra de Estado do Meio

3766 Ambiente, Marina Silva. (*aplausos*). O presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos
3767 Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros. (*aplausos*). O diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso
3768 Azevedo. (*aplausos*). O diretor de Florestas do Ibama, Antônio Carlos Hummel. (*aplausos*). Para apresentação
3769 sobre o Documento de Origem Florestal ouviremos o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo.

3770
3771

3772 **O SR. TASSO AZEVEDO (diretor do Serviço Florestal Brasileiro)** – Bom, bom dia a todos. Eu vou fazer
3773 uma introdução e depois o Hummel vai apresentar o DOF propriamente dito. Eu queria em primeiro lugar fazer
3774 um retrospecto muito curto, que é o problema que nós temos procurando enfrentar e onde se insere a criação
3775 desse, desse novo instrumento que é o Documento de Origem Florestal. Nós enfrentamos um problema sobre
3776 a ilegalidade existente no setor florestal no Brasil que nós fizemos uma estimativa recente de que pelo menos
3777 60% de toda produção florestal de espécies nativas no Brasil, no ano de 2003, teve origem ilegal. Isso quer
3778 dizer que se nós pegarmos todas as autorizações que foram dadas para supressão de vegetação ou para
3779 planos de manejo florestal no Brasil no ano de 2003 e somarmos todas essas autorizações. O volume
3780 originado nessas autorizações foi de cerca de 40% da estimativa do volume que foi consumido pela indústria
3781 de base florestal no Brasil, incluindo carvão e todos os produtos de base industrial, como madeira sólida,
3782 móveis e outros. Nós dizemos que pelo menos 60% era de origem legal em 2003, porque desses 40% que
3783 tinham autorização tem outros tipos de ilegalidade referenciadas, como exemplo, a exploração do local, não do
3784 local onde foi autorizado, ou a utilização daquela autorização pra três, quatro vezes o transporte de produtos e
3785 assim por diante. Ele é um problema crônico e que tem uma série de origens. Quatro delas que eu queria
3786 destacar e que são as quatro que nós temos tentando enfrentar estruturalmente. Primeiro, nós temos o
3787 problema de regras, regimentos e normas, que são, muitas vezes, inadequados ou são ultrapassados ou
3788 inexistentes. Dentro dos instrumentos inexistentes nós tínhamos, por exemplo, a ausência de uma
3789 regulamentação para gestão de florestas públicas, que representam 60% das florestas brasileiras, 75% da
3790 Amazônia. Quando se produz 90% das, da madeira de origem nativa no Brasil. Um esforço pra poder
3791 regulamentar essa gestão de florestas públicas. Dentre as regras que estavam ultrapassadas ou eram
3792 inadequadas nós temos as regras que tratam do manejo florestal na Amazônia e na caatinga, das regras pro
3793 plantio florestal, excessivamente burocráticas para quem quer plantar, atividade florestal, e a própria regra da
3794 reposição florestal, que penaliza quem consome sem penalizar quem faz o efetivo desmatamento, e, além
3795 disso, o manejo de espécies em extinção. Todos esses, todas essas regras passaram por um processo de
3796 revisão que está se finalizando agora, sendo que, dentro de duas semanas, se tivermos a resolução do
3797 CONAMA que regra a integração dos sistemas. Aprovada, a gente, em seguida, vai ter a publicação dessas
3798 novas normas de manejo para reposição florestal e de regulamentação dos plantios. O segundo problema que
3799 nós enfrentamos é do que a gente chama uma su, uma fiscalização superficial. É aquela fiscalização que
3800 trabalha correndo atrás de caminhão, que trabalha correndo atrás de, de, de uma ou outra indústria que não se
3801 fo, não foca na profundidade do problema, quando se olha o sistema como um todo, por exemplo, as somas de
3802 produtos de uma determinada região de oferta e a demanda ou quando não entra profundamente nos aspectos
3803 de corrupção, ou quando não entra profundamente em ter que avaliar os seus próprios internos. Nós tivemos
3804 uma grande mudança nessa área, com uma série de operações que estão sendo realizadas em junto com a
3805 Polícia Federal, que tem nos ensinado muito a como lidar com esse tema. Tem sido duro também pra nós,
3806 internamente, lidar com ele. Mas ela resultou, por exemplo, na apreensão de 660.000m³ de madeira nos
3807 últimos três anos. Pra ter uma idéia do que isso significa na história do Ibama anterior, desde sua fundação até
3808 2003, o total de apreensão não chegou a 400.000m³. Então, nos últimos três anos isso é resultado de uma
3809 forma diferente de olhar pra o termo da fiscalização sem que ele afete a nós mesmos que vamos estar
3810 trabalhando nessa área. Um indicador do quanto isso foi forte e importante, uma ATPF, esse documento que
3811 morreu ontem, às seis da tarde, custava no mercado negro, digamos assim, em dezembro, em janeiro de
3812 2003, cinquenta reais. Na primeira grande operação realizada pela polícia federal há, em, ainda em 2003, ela
3813 custava 200 reais. Na última operação que aconteceu no Amapá, há cerca de duas semanas, ela custava
3814 cinco mil reais. O valor da mercadoria tem a ver com a sua raridade, com a sua maior dificuldade de obtenção.
3815 A terceiro ponto é a inconsistência técnica, jurídica dos planos de manejos das autorizações que são na área
3816 florestal. ela tava relacionada, principalmente aos aspectos fundiários. Nós tínhamos dezenas, centenas de
3817 planos de manejo e autorização de desmatamento acontecendo em terras públicas e também uma série de
3818 problemas com a sobreposição desses planos de manejo, uns com os outros ou com áreas de proteção, que

3819 tava essencialmente ligado ao fato de que toda aprovação de planos de manejo e autorização de
3820 desmatamento não era geo-referenciado. Óbvio que tem uma questão tecnológica, mas recentemente é
3821 possível fazer isso de uma forma mais barata e simples e nós estamos mudando essa forma de lidar com isso.
3822 Sofremos bastante nos últimos anos com isso. Não se aprova mais nada em florestas públicas, a não ser que
3823 seja com o novo marco regulatório. E desde março, fevereiro desse ano todos os planos de manejo e todas as
3824 autorizações de desmatamento no Brasil dependem de geo-referenciamento e elas devem estar, a partir de
3825 novembro, se eu não me engano, podem me corrigir, todas disponíveis na internet, ou seja, qualquer pessoa
3826 vai poder saber onde é que tá acontecendo uma autorização de exploração. Por último, nós tínhamos um
3827 quarto ponto, nós temos um arranjo institucional que é inadequado pra tratar com a gestão florestal num país
3828 de dimensões continentais, como o Brasil. Não é possível fazer gestão florestal centralizada num único órgão
3829 pra cuidar de todos os cantos do país, onde os estados não têm uma responsabilidade efetiva dentro do que
3830 acontece dentro dos seus, dos seus territórios. Então, nós estamos procedendo a um processo também difícil,
3831 mas muito importante, que é o processo de implementação da gestão florestal compartilhada ou, como alguns
3832 gostam de dizer, de descentralização. Onde se, o objetivo é fazer com que os estados se envolvam
3833 efetivamente na gestão florestal, desenvolvam as suas estruturas, montem as suas instituições, definam
3834 recursos humanos e financeiros, desenvolvam seus sistemas de licenciamento e de controle que se adicionam
3835 ao esforço federal e transformam a gestão, como um todo, da atividade florestal mais efetiva. Com as palavras
3836 do Langone, do secretário Langone ontem, é incluir a área florestal na lógica do Sisnama. Em vez de ficar uma
3837 coisa a parte, que ela seja incluída efetivamente na lógica, como funciona o Sisnama. Esses, todos esses
3838 esforços, eles têm no DOF. Tá mexendo tudo aqui. (*risos*). Eles têm no DOF um exemplo importante. O DOF
3839 ele muda a lógica como se opera a questão florestal. Só é possível hoje, porque nós temos uma tecnologia
3840 barata disponível para fazer ele funcionar de forma que mude a lógica de trabalhar com um papel, um
3841 documento que transita há mais de 60 anos no Brasil com diferentes nomes, que ele saia da lógica do papel
3842 pra ser uma lógica de informação, onde as pessoas podem ter acesso a ela. Todo esse processo que eu
3843 descrevi e que depois o Hummel vai detalhar agora com a questão do DOF, ele é baseado em alguns
3844 princípios. Três deles que eu acho absolutamente fundamentais é que devem ser sempre cobrados. O primeiro
3845 é o princípio da transparência. E transparência não numa forma solta, mas transparência da política, dizer,
3846 claramente, onde nós queremos chegar e porque queremos fazer dessa maneira? Como é, por exemplo, o
3847 direcionamento de: queremos fazer a gestão florestal compartilhada, queremos ter um regramento claro pra
3848 florestas públicas que permita o uso sustentável e assim por diante. Transparência de regras e procedimentos.
3849 Todo trabalho que tá sendo feito é pra garantir que todas as regras e a forma de atuação, inclusive dos órgãos
3850 seja transparente pra sociedade. Nós vamos tá lançando dentro de algumas semanas todo manual de
3851 procedimentos, que deve ser observado, por exemplo, pelos técnicos do Ibama, quando fazem uma
3852 fiscalização, de forma que seja transparente para quem está sendo fiscalizado, por exemplo, aquilo que vai ser
3853 olhado, porque vai ser visto, como vai ser visto, e são quais os critérios que serão utilizados. E transparência
3854 nos resultados, publicar aquilo que a gente faz de forma transparente. Isso também vai ser alcançado, é um
3855 dos resultados que a gente espera que sejam alcançados com a Resolução CONAMA que vai tratar da
3856 integração de informações e de publicidade. O segundo princípio é do controle social. Nós desenvolvemos, em
3857 primeiro lugar, o Conaflor, que é a Comissão Nacional de Florestas, que tem desenvolvido as diretrizes com a
3858 qual atua o Programa Nacional de Florestas e todos essas, esses trabalhos que estão sendo feitos e uma série
3859 de grupos de trabalho e comitês, que, às vezes, parecem cansativos, chatos, uma coisa protelatória, mas são
3860 essencialmente importantes, porque é nesses, são nesses grupos de trabalho e comitês, sempre com
3861 participação da sociedade, que nós enfrentamos as, os, as críticas, as sugestões, às vezes, a impaciência com
3862 aquele, com o trabalho daquilo que tem que ser desenvolvido. E, por fim, integrar informações e torná-las
3863 disponíveis, que é um esforço, o esforço talvez maior que nós vamos ter nos próximos meses, fazendo com
3864 que os sistemas que são desenvolvidos pelos estados junto com o sistema federal tenham integração
3865 suficiente. Por fim, a última, minha última palavra. Eu queria dizer que há alguns, algumas, alguns meses atrás
3866 eu tive uma conversa com o Marcos Barros e com o Sebastião, não sei se ele tá aqui, e foi uma conversa, foi
3867 um dos momentos em que a gente teve mais uma operação em que envolvia a questão da ATPF e nós
3868 estávamos muito impacientes, porque nós estamos há dois anos e meio, três anos quase, desenvolvendo o DOF,
3869 e muita pressão pra que ele pudesse sair, pra que a gente pudesse se livrar de uma vez desse instrumento
3870 absolutamente falido, que é o instrumento ATPF e o, e a gente via o Hummel num pressão que, absurda. E eu
3871 queria dar esse depoimento de público de que eu, eu cheguei a pensar com o Marcos e com o Sebastião se a

3872 gente não tava indo longe demais com o Hummel. Se não era a hora de deixar ele dar um descanso para que
3873 a gente pudesse, e a gente ter que fazer de uma outra maneira, é demais a pressão pra estabelecer. Então, eu
3874 acho que se tem alguém, hoje, que é responsável por essa transformação, que ta com o ônus de ter criado,
3875 proposto e dito: “De 1º de setembro não passa. Nós vamos fazer dia 1º de setembro. Vamo botar esse negócio
3876 pra funcionar, por mais que a gente tenha que enfrentar problemas nas próximas semanas”, e o Hummel sabe
3877 que não vai dormir nas próximas duas semanas. Essa é pessoa é o Hummel e ele merece todo o nosso
3878 esforço e empreendimento. Brigado. (*aplausos*)
3879
3880

3881 **CERIMONIAL** – Convidamos a fazer uso da palavra o diretor de Florestas do Ibama, Antônio Carlos Hummel.
3882
3883

3884 **O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (Diretor de Florestas do Ibama)** – Enquanto coloca lá os slides eu
3885 gostaria imensamente, eu acho que, retribuir um pouco o que Tasso falou. Eu acho que todas as pessoas que
3886 tão na mesa aqui, a figura do Tasso, a do presidente do Ibama e, em especial, a Ministra Marina, elas são
3887 fundamentais. Eu acredito que se não fosse esse esforço conjunto. Eu acho que isso foi um trabalho de equipe
3888 muito grande. As pessoas que trabalham no setor público sabem como é a lógica da gente liderar o setor
3889 público. Não é fácil. Não é o setor privado. No setor privado você pode fazer tudo o que a lei não proíbe. No
3890 setor público você tem que somente fazer o que a lei permite. Então, isso cria uma série de dificuldades
3891 operacionais pra gente operar, mas eu acredito que é. Hoje é um dia especial pra mim. Eu acho que é um dia
3892 especial pro Ibama e um dia especial pra sociedade. Pra vocês verem como essa questão da ATPF ela é
3893 pesada, pra nós funcionários do Ibama é um fato concreto que ocorreu. A gente tinha um gerente nosso numa
3894 reunião com funcionários, numa plenária grande e tinha uma funcionária o tempo inteiro perturbando a vida
3895 dele. A tal da Sueli, perturbando a vida dele. Uma hora ele já tava tão nervoso e falou: “Nossa Senhora, Sueli
3896 cê tá com ATPF”. Não era ATPF. Era TPM, mas a gente fica tanto com a ATPF na cabeça que no dia a dia a
3897 gente acaba ocorrendo esses fatos. Próximo. Então, assim, muito rapidamente, eu acho que o Tasso já fez um
3898 bom resumo. Não dá pra gente explicar muito a ineficiência da ATPF. As próprias operações policiais que nós
3899 fizemos em cima mostra a ineficácia desse sistema. E a gente tem que alertar também que esse é um sistema
3900 cartorial que vem desde época do Instituto Pinho. Só mudou de nome, era florestal e virou a ATPF. Então, por
3901 isso, que esse instrumento não funcionou. E associado a isso nós já tivemos selos, nós já tivemos carimbos,
3902 ou seja, já foram feitas todas as tentativas de alterar esse padrão, mas era um instrumento, era um padrão
3903 onde se trabalhava muito mais a questão do papel na mão de diversos funcionários, na mão de diversos
3904 servidores, e não trabalhava o que era principal, a gestão da informação. Próxima. Aqui pra cês terem uma
3905 idéia da, da, que essa discussão ela não iniciou esse mês ou no mês passado. Nós tivemos um processo de
3906 discussão bastante rico dessa proposta. Eu acho que dificilmente com uma proposta de controle no Brasil teve
3907 tanta discussão e tanta participação da sociedade na discussão dessa como o DOF. Aí tem o histórico de
3908 reuniões internas e principalmente nós tivemos também o estabelecimento de um grupo de trabalho a nível
3909 interno do Ibama, ou seja, tinha que entregar a área técnica com a área da informática para gente construir
3910 essa proposta e isso assim foi feito. E, finalmente, a nossa ministra Marina estabeleceu um comitê
3911 multidisciplinar, com a participação do setor produtivo, com a participação de ONGs e participação de órgão
3912 ambientais, onde foi discutida a proposta do DOF e o que foi mais importante, nós não trouxemos um pacote
3913 pronto. Esse pacote com total transparência. Nós fizemos, realizamos um, um, dois testes de campo bastante
3914 grande no Pará e onde eu brinco: “O que der certo no Pará dá em qualquer canto, porque a questão florestal
3915 madeireira no Pará é bastante complexa”. Então, fizemos esse teste no Pará com participação de muito mais
3916 de 100 pessoas. Sugerindo, fazendo críticas ao sistema, principalmente em questões de forma. No nordeste
3917 também fizemo um teste com a participação de mais de 100 pessoas recebemo inúmeras sugestões. E após
3918 todos esses testes, em nenhum momento nós tivemos críticas ao sistema, ou seja, onde foi apresentado esse
3919 sistema recebeu elogios de todas natureza. Esse sistema também foi apresentado ao Ministério da
3920 Justiça, à Polícia Federal, ou seja, uma parceira nossa fundamental no combate às faltas da ATPF e foi um
3921 sistema também bastante elogiado. O quê que é o DOF? Eu acredito que nós também fizemos uma
3922 cartilhazinha de perguntas e respostas que nós vamos passar pra vocês, em função que o tempo é muito curto
3923 para gente detalhar, mas ele, ele é basicamente, ele opera através dum sistema informatizado com banco de
3924 dados centralizados, ou seja, a gente tinha toda uma prática de juntar papel, de conferir papel de forma

3925 manual. Hoje, nós vamos ter toda uma base de dados de cruzamento de forma automatizada e o próprio
3926 usuário vai poder imprimir seus DOF sem pagamento daquela taxa a mais, não é, porque ele já vai pagar a
3927 TCFA, ou seja, é um padrão, é uma mudança de comportamento também com relação ao próprio usuário.
3928 Próxima. Um dos grandes questionamentos é se, ou seja, como vai operar a fiscalização com o DOF agora.
3929 Como é que vai operar essa fiscalização. Um pouco na frente eu vou mostrar que como a gente vai ter que
3930 mudar a fiscalização também. O DOF vai fazer a fiscalização mudar. Então, rapidamente, nós temos hoje um
3931 vasto aparato de tecnológico, que a gente pode utilizar. Nós temos a internet. Nós temos relatórios gerenciais
3932 impressos, nós temos *palm tops* e *notebooks* que podem ser utilizados. Nós temos o sistema que o Ibama
3933 utiliza, especialmente na Amazônia, o sistema autotrack, que é rastreamento via satélite é um instrumento que
3934 os carros do Ibama na Amazônia possuem. Da mesma forma que os carros policiais aqui no Centro-Sul a
3935 gente verifica muito aquele capotezinho que tem na cobertura dos carros. E o Ibama também, via linha verde,
3936 nós estamos disponibilizando o 0800, ou seja, existe uma gama de possibilidades muito grandes de a gente
3937 abastecer a fiscalização e fazer a verificação da legalidade do DOF. Próxima. E o que muda com o DOF? Eu
3938 acho que é fundamental a gente colocar isso. Primeiro, muda a lógica do funcionamento do controle. Eu já falei
3939 anteriormente se a gente passa de uma prática de controlar via papel, de conferência de primeira e segunda
3940 via pruma prática informatizada, *on line*, e com total transparência. Outra coisa fundamental, ele muda, começa
3941 pelo próprio número do documento, Documento de Origem Florestal. Nós temos uma prática de fiscalização
3942 que ela necessita ser mudada. Normalmente, a gente tem atuado correndo atrás de caminhões quando o dano
3943 já ocorreu, ou seja, a floresta já foi derrubada. Então, hoje, o foco vai ser da nossa fiscalização, do DOF, na
3944 origem até o primeiro processamento, ou seja, até chegar à indústria. Porque quando as pessoas imaginam a
3945 construção de um sistema como esse não imagina o tamanho da complexidade, porque, historicamente, no
3946 Brasil, nós discutimos bastante isso, nós temos uma coisa que não tem em nenhum canto do mundo, a gente
3947 tenta controlar toda cadeia produtiva da madeira. Igual eu brinco, desde floresta até na tábua que vai fazer
3948 uma urna mortuária. Então, isso traz uma complexidade, mas o DOF ele vai trazer esse foco principalmente na
3949 origem. Os padrões de transparência. Eu pergunto pra alguém se a ATPF ou alguma coisa tinha alguma
3950 transparência. Então, ou seja, vai ser um sistema totalmente transparente e vai garantir pra sociedade uma
3951 cobrança muito forte em cima dos órgãos ambientais. Vai facilitar também o processo de tomada de decisão,
3952 ou seja, os processamentos, os relatórios gerenciais e estratégicos nós vamos ter *on line* o tempo todo. E,
3953 finalmente, ele vai permitir a integração de sistemas. Um exemplo, nós já estamos sentando com o Mato
3954 Grosso. O Sistema do Mato Grosso também vai ser integrado com o nosso e, como o Tasso falou, nós vamos
3955 ter uma nova norma estabelecendo critérios e padrões de integração desse sistema, ou seja, a gente tá dando
3956 um salto de qualidade bastante grande. Vai lá Zé. Terminou Zé? Próximo. E, muito obrigado, o pior dos
3957 mundos, com certeza, é a ATPF. Não tem mundo pior do que a ATPF. Eu tô falando isso de cadeira. Eu sou
3958 funcionário de carreira do Ibama e conheço como funciona esse sistema a bastante tempo. E agora, muito
3959 rapidamente, a gente vai mostrar esse aqui é o módulo de testes, como funciona o DOF muito rapidamente. A
3960 pessoa entra na página do Ibama, da uma clicada lá. Isso tá na.

3961

3962

3963 **O SR. JOSÉ HUMBERTO (diretor-substituto da Diretoria de Florestas do Ibama) - Tá entrando.**

3964

3965

3966 **O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (Diretor de Florestas do Ibama) –** Isso aí. E vai. Tem todo. É tipo um
3967 imposto de renda. Não muda muito. Eu acho que no início também foi um impacto muito grande quando a
3968 gente começou a fazer imposto de renda na internet, via internet. Hoje já é uma receitinha de bolo que. Acho
3969 que todo mundo ainda, eu acho que não tem papel mais envolvido com imposto de renda. Só não pode dar um
3970 “tilte”. Tem que funcionar. E aqui o Zé Humberto ele tá colocando algumas informações da mesma forma que
3971 qualquer usuário vai entrar na internet e exibir. Esses dados como eu falei, isso aí é um módulo interno de
3972 testes e essas informações são apenas pra gente mostrar como funciona o sistema. Eita, a internet caiu. Não
3973 pode cair não.

3974

3975

3976 **O SR. JOSÉ HUMBERTO (diretor-substituto da Diretoria de Florestas do Ibama) -** Eu vou ligar aqui esse
3977 microfone aí eu.

3978
3979
3980 **O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (Diretor de Florestas do Ibama)** – Tá ligado?

3981
3982
3983 **O SR. JOSÉ HUMBERTO (diretor-substituto da Diretoria de Florestas do Ibama)** - Nós estamos, nós
3984 estamos seguindo todos os passos de emissão do DOF em que o usuário, ele tem que escolher a origem e o
3985 destino do DOF e preencher o documento com todas as informações só do carregamento. Essas informações
3986 que eu to selecionando aqui agora de origem e de destino elas são automaticamente lançadas pelo sistema no
3987 documento, ou seja, o docu, o sistema checa automaticamente se tanto origem, o empresário ou a pessoa
3988 física ou jurídica, de origem e de destino estão devidamente cadastradas, contém qualquer tipo de débito com
3989 o Ibama e se a origem tem saldo de produto florestal pra poder transportar. As únicas informações que são,
3990 que não são automatizadas são as informações de preenchimento do documento em si, que são: a escolha
3991 das espécies, com base no saldo, quer dizer, agora, por exemplo, eu vou fazer aqui um DOF com 10m³ de Ipê,
3992 uma simulação, 100 é a quantidade de metros cúbicos, mil, 100 é o valor da madeira, que tá muito barato, a
3993 placa do veículo que é obrigatória e indispensável no ato da fiscalização, o dia de início do carregamento, o
3994 número do documento fiscal e a descrição da rota, que é o trajeto que a madeira vai seguir. Clica em EMITIR.
3995 E o sistema conhece as informações já gera automaticamente o DOF, o Documento de Origem Florestal. Esse,
3996 então, é o DOF com os dados da origem, toda discriminação da origem, o volume e as espécies a serem
3997 transportadas, as informações de destino e o código de barras, o código de controle que por meio desse
3998 código de controle, que ele é único, é que toda fiscalização do Ibama vai ser feita. Portanto, tá emitido um
3999 DOF, basta, então, o interessado simplesmente, imprimir o documento.

4000
4001
4002 **O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (Diretor de Florestas do Ibama)** – Só pra complementar eu gostaria de
4003 fazer um agradecimento especial ao José Humberto, que ele é o diretor-substituto da Diretoria de Florestas do
4004 Ibama e o coordenador de Recursos Florestais. Sem ele e o restante da equipe, com certeza, a gente não taria
4005 nesse momento especial aqui. Muito obrigado e um abraço a todos. (*aplausos*)

4006
4007
4008 **CERIMONIAL** – Nós gostaríamos de registrar a presença nesse plenário do diretor de Proteção Ambiental do
4009 Ibama, Flávio Montiel. Do secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Vitor Svendel, do
4010 secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone, doutor Paulo Nogueira Neto, diretor de
4011 Licenciamento Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz, diretor do Fundo Nacional do Meio Ambiente, Elias de
4012 Paula Araújo. Com a palavra o presidente do Ibama, Marcus Barros.

4013
4014
4015 **O SR. MARCUS BARROS (Presidente do Ibama)** – Senhora ministra, meus companheiros de mesa,
4016 senhores conselheiros, senhoras conselheiras. O tempo determina que eu seja rapidíssimo pra dar, pra não
4017 atrapalhar a grande reunião do CONAMA e serei. Ontem eu tomei um susto muito grande. Foi um momento de
4018 grande tensão pra mim nesses quase quatro anos, quando eu vi uma manifestação que não é comum. Todas
4019 as discussões, os senhores já viram, as senhoras já viram, todas as discussões, a montagem da
4020 desestruturação de um objeto velho que, às vezes, eu comparo, eu comparo com a economia, eu comparo a
4021 substituição do cheque ou da nota provisória pelo cartão de crédito *on line*. Quando isso, daqui a pouco, se der
4022 na concretude, quer dizer, haverá alguém que diz: “Não, eu quero continuar usando o cheque. Eu quero que
4023 eles sejam fraudados, eu quero que existam um serviço de proteção do crédito onde eu tenha que chamar o
4024 serviço pra ver se aquele cheque é legal, é correto ou não. Eu tomei um susto pelo retorno. Na minha cabeça
4025 de quem acompanhou 12 operações orientadas pela ministra Marina Silva em todo Brasil, principalmente na
4026 Amazônia, o móvel do crime, aqui já se disse, chama ATPF. O móvel do crime de todas as operações.
4027 Quarenta servidores do Ibama preso na Operação Curupira. O móvel ATPF. O caminho é da ATPF. Então, no
4028 plano técnico, ético todos nós sabíamos disso. O doutor Hummel já disse que é servidor de carreira no Ibama.
4029 Eu tenho a honra de conhecê-lo há 30 anos e ele, na nossa diretoria do Ibama, é o único amazonense que eu
4030 trouxe de todos os servidores, pela competência, pela história e ele começou com todos os seus colegas

4031 dessa área a construir essa proposta do DOF, acompanhando par e passo as distorções e as apreensões.
4032 Quer dizer, estava consolidada a corrupção. O móvel do crime cortamos na própria pele, na própria carne, os
4033 servidores do Ibama e os colaterais desse processo. Na hora, como dizia a ministra, eu preciso de uma
4034 proposta estruturante, a proposta estruturante, como fênix ao sair das cinzas, chama-se DOF e ontem quando
4035 eu cheguei aqui com muita determinação. Uma pessoa que ontem já era o dia da morte. Eu tinha dito.
4036 Exatamente um ano atrás. Eu estava ajudando lá a operação no estado do Pará e a imprensa me perguntou
4037 exatamente dia 1º de setembro. Bem, primeiro essas pessoas todas aqui no estado do Pará, “o que farão
4038 agora?”. Se o móvel do crime era a ATPF eu tive a audácia de dizer e adiantar o que já havíamos começado.
4039 Eu me avancei e disse: “Está na UTI. Está na UTI. Vai entrar em falência de múltiplos órgãos. Não tem jeito.
4040 Ela vai morrer”. Aí quando eu cheguei aqui ontem ela já estava morta. Em cima das grandes articulações, das
4041 grandes operações, de todo o esforço. Aí alguém levanta com a proposta e diz: “Eu não queria que sepultasse.
4042 Eu queria que o cadáver ficasse insepulto. Eu fiquei nervoso. O senhor e a senhoras é que, apesar de ser
4043 médico, os senhores e as senhoras que assinaram o atestado de óbito da ATPF. Muito obrigado em nome do
4044 Brasil.

4045
4046
4047 **CERIMONIAL** - Ouviremos a palavra da ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva.
4048
4049

4050 **A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – Bom dia a todos e a todas. Graças a Deus
4051 por estarmos aqui. Eu quero cumprimentar, inicialmente, o secretário-executivo do Ministério do Meio
4052 Ambiente, doutor Cláudio Langone, nosso presidente do Ibama, doutor Marcus Barros, que coordenou e
4053 liderou todo esse processo. Quero cumprimentar nosso secretário de Qualidade Ambiental, doutor Vitor
4054 Zueibel, cumprimentar o nosso diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, um dos grandes
4055 idealizadores de todo esse processo, nosso diretor de floresta do Ibama, Antônio Carlos Hummel, que, como já
4056 foi feita aqui a justa homenagem pelo nosso diretor de Floresta, liderou juntamente com sua equipe todo esse
4057 trabalho e continuará liderando toda essa fase de implementação, essa fase de transição, diretor de
4058 Licenciamento Ambiental do Ibama, nosso companheiro Luiz Felipe, nosso diretor de Proteção Ambiental,
4059 Flávio Montiel, nosso companheiro, Elías Araújo, do Fundo Nacional de Meio Ambiente, nosso companheiro
4060 Nilo Diniz, a nossa parceria do Ibama aqui de São Paulo, Ana Alice. Quero, enfim, cumprimentar todos os
4061 conselheiros e conselheiras. Se eu (*ininteligível*) alguém, sintam-se igualmente mencionado. É, esse documento
4062 expedido aqui foi uma simulação? Ah, sim. (*risos*). Mas, acho que a equipe toda está de parabéns, viu
4063 Hummel. Você foi uma das pessoas que trabalhou juntamente com toda equipe e quero iniciar mencionando
4064 algumas pessoas que trabalharam nesse processo, além do Hummel, é o José Humberto, que já foi
4065 mencionado aqui, que coordenou o trabalho, a Cristina Galvão, o Carlos Fabiano, toda a equipe do Centro
4066 Nacional de Telemática do Ibama, o Nelson Rezende, o chefe do centro, o Andrias Alenga, Alga, Algera, o
4067 Mário Pucci, que foram os técnicos, enfim, todos vocês que nos ajudaram, a Roberta, o doutor Sebastião,
4068 Azevedo, porque acaba que as questões legais sempre vão ser discutidas com o doutor Sebastião e com o
4069 nosso ancião do direito do Ministério do Meio Ambiente, o nosso companheiro Gustavo Trindade. (*risos*). E
4070 quando eu digo ancião do direito não é pela idade é pela competência desse jovem advogado. Então, doutor
4071 Sebastião, você e o Tasso também, os nossos cumprimentos, porque os arranjos legais precisam ser feitos. E
4072 um agradecimento especial ao Comitê de Acompanhamento que foi criado por portaria. Esse comitê de
4073 acompanhamento tem representantes de todos os setores, representantes das ONGs que, até o último
4074 momento, deram a sua contribuição. A contribuição crítica, a contribuição de propostas, a contribuição que
4075 continua sendo dada, um pouco de crença e um pouco de descrença na implementação do novo sistema. E
4076 por quê que eu digo que isso também é uma contribuição, porque a sociedade que, há 60 anos é, Tasso? Tem
4077 esse documento que vai mudando de nome mais é o mesmo. Claro que, depois de tantos problemas, de tantas
4078 fraudes não tem como acreditar que isso pudesse continuar. Depois da 12ª operação da Polícia Federal,
4079 prendendo mais de 300 pessoas envolvidas nesses crimes, da apreensão de 650.000m³ de madeira. Depois de
4080 todo esse esforço que vem sendo feito, o desmonte de 1,5 mil empresas-fantasmas que operavam na
4081 Amazônia, e isso não é coisa de pequena monta, acompanhado da inibição feita pelo Incri de cerca de 63 mil
4082 propriedades ilegais de grilagem de terras. Um dia, em uma das reuniões que antecede essas operações o
4083 doutor Paulo Lacerda olhou pra mim, com aquele jeito dele sempre sereno e me perguntou: “Ministra, e

4084 quando é que a gente vai ter o novo sistema implementado?”. Isso foi mais ou menos na 10ª operação. Eu
4085 pensei: “Meu deus do céu, o homem agora tá achando que nós já estamos prevaricando”. Mas ele me dizia
4086 exatamente pra que tivéssemos o cuidado de desenvolver o sistema, com todo zelo, com toda paciência,
4087 inclusive, pra que a Polícia Federal continuasse nossa parceira. Ela também foi ouvida, apresentou sugestões,
4088 fez questionamentos e eu tenho certeza que todos esses questionamentos foram contemplados. Até ontem
4089 ainda tínhamos parceiros receosos verificando se propostas não haviam sendo contempladas. Nós fizemos
4090 questão de contemplar. E, acho que uma coisa boa para o poder público, o Hummel fez uma síntese aqui de
4091 que a iniciativa privada pode fazer tudo o que a lei não proíbe e o setor governamental só pode fazer aquilo
4092 que a lei consente, mas isso é, digamos assim, mais difícil, mais complexo, mas é a única forma, porque o
4093 poder público ele tem muitos espaços pra agir e como nós não agimos em nome da nossa família, da nossa
4094 casa e do nosso negócio, nós agimos em nome de toda sociedade. É bom que tenha essa vigilância. E essa
4095 vigilância hoje, ela aumenta a partir das ferramentas que estão sendo criadas, para que as pessoas
4096 efetivamente possam contribuir em espaços institucionalmente criados para essa contribuição. Só para se ter
4097 uma idéia, além do nosso avô dos conselhos, o CONAMA, hoje, no Ministério do Meio Ambiente nós temos o
4098 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que foi ampliado. O número de seus participantes de 28 me parece
4099 que foi pra 57 membros. Nós temos a Conabio. Nós temos o Conafior. Nós temos o Segem. Nós temos uma
4100 série de espaços em que a sociedade participa, contribuindo efetivamente no processo de formulação das
4101 políticas, de implementação das políticas. E mesmo numa proposta como essa nós fizemos questão de criar
4102 um comitê de acompanhamento para que as ONGs, para que os governos estaduais, até porque eles são
4103 nossos parceiros, tendo sempre claro, que a descentralização, o repasse de competência ele tem que ser feito
4104 num processo de transição. O Ministério hoje tem apostado em capacitação dos estados. Nós temos
4105 trabalhado conjuntamente com a Abemma, com a Anamma, exatamente pra que a gente possa, mais uma vez
4106 vou aqui roubar as palavras do Langone vertebrar o sistema. Essa visão onipotente, onisciente do governo
4107 federal. Nós já sabemos que tem um limite, mas isso não significa, em hipótese alguma, o nosso afastamento.
4108 O governo federal continua tendo responsabilidades supletivas em todo esse processo e nós fazemos questão
4109 de tê-las, só que não era mais possível continuar com o sistema. E eu tenho certeza, Marcus, Hummel, Tasso,
4110 que nós não, não, digamos assim, não é que as pessoas não advogassem a continuidade do novo sistema. As
4111 pessoas estão zelosas para que o. O velho sistema, aliás. As pessoas estão zelosas para que o novo sistema
4112 não padeça dos mesmos vícios, não sofra os mesmos problemas e que seja eficiente e essa eficiência vai
4113 depender da vigilância de cada um de nós. Mas nós estamos criando também formas modernas de
4114 acompanhamento, além dos conselhos em que as pessoas participam diretamente. Nós criamos o Deter, que
4115 é o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real para o Plano de Combate ao Desmatamento da
4116 Amazônia. E nós vamos criar, estamos trabalhando nisso junto com os nossos parceiros do Inpa, o nosso
4117 grande parceiro Gilberto Câmara, o Dalton, meu amigo/parceiro, ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio
4118 Rezende, a criação de uma espécie de Deter para o setor florestal, para que as pessoas possam acompanhar
4119 também o corte seletivo de madeira, não apenas o corte raso. E com essas ferramentas nós podemos dar
4120 condições para que a sociedade, quando eu digo e, às vezes, nem sou entendida, criem o tempo todo o
4121 constrangimento para gestores públicos, para o setor empresarial, para os diferentes seguimentos e para os
4122 180 milhões de brasileiros de que nós não podemos continuar destruindo as nossas florestas. Hoje, nós
4123 trabalhamos com operação de fiscalização, realizamos uma na Bahia, estamos trabalhando em várias, enfim,
4124 aonde tenha mata atlântica. Eu quero dizer pra vocês que nos tivemos nos últimos anos um processo de
4125 queda do desmatamento, não só na Amazônia, na mata atlântica também. Foi mais de 70% a queda de
4126 desmatamento na Amazônia. E isso com a parceria. Quanto. Na mata atlântica, desculpe. Na Amazônia foi
4127 31%. Mais de 70% na mata atlântica. E isso não foi fruto apenas do trabalho do Ministério e Ibama, foi uma
4128 parceria com os diferentes segmentos da sociedade. Uma parceria que também passa pelos governos
4129 estaduais. De sorte que ouvi que uma ATPF no início da gestão. Custava? 20? Cinqüenta reais. Depois ela
4130 sobre pra 100, 200, 300 e na última operação que tivemos, que foi a Operação Isaias, lá no Amapá, ela estava
4131 há cinco mil reais. Lendo, quando eu fazia o segundo grau, aquele livro de História da Riqueza do Homem, do
4132 (*ininteligível*), eu aprendi como é que se fazem os preços e quando o produto é escasso os preços se elevam
4133 no mercado, mensagem básica para os alunos de segundo grau, então, é claro que todas essas operações
4134 foram criando uma dificuldade, uma escassez para os contraventores e esses contraventores foram elevando o
4135 preço das ATPFs, chegando a criar uma, uma empresa criminosa que fraudava o documento com a mesma
4136 qualidade da Casa da Moeda, porque as ATPFs são imprimidas pela Casa da Moeda. Também nós pegamos

4137 essa empresa fraudulenta, que foi na operação Ouro Verde. Era ouro verde, porque naquela época já tava
4138 custando três mil reais. Certo. E quando mais nós íamos fechando a torneira, mas eles iam elevando os preços
4139 e, recentemente, tivemos, inclusive, um assalto a mão armada a uma das nossas gerências para roubar
4140 ATPFs. Agora, as pessoas estão fazendo a mesma coisa que fazem com esses carros-fortes com, enfim, os
4141 caixas eletrônicos. As pessoas estão indo roubar como um verdadeiro assalto esse documento de tão
4142 “valioso”, que ele é. Não tem, de fato, como esse tipo de coisa permanecer. Esse documento dá transparência.
4143 Toda vigilância vai ser feita, o acompanhamento. O Comitê de Acompanhamento, com certeza, vai continuar
4144 dando a sua contribuição e nós estaremos fazendo essa transição para que, de fato, essa visão de política
4145 pública estruturante ela possa deixar as suas pedras fundantes. O tempo todo eu tenho dito que a nossa
4146 filosofia é da casa na rocha. Pra que ela não, quando vier a chuva, não leve a areia e a casa tenha que cair.
4147 Isso dá trabalho. Durante o processo que a gente tá fazendo, às vezes, as pessoas não entendem e, às vezes,
4148 as pessoas não estão vendo. Nós tivemos que adiar esse lançamento por duas vezes. Nas duas vezes em que
4149 nós adiamos, os próprios parceiros nossos, com justa razão, da sociedade civil, nos cobraram. “Vocês vão
4150 adiar mais uma vez”. Aí nós trabalhamos uma imagem feia, mas a minha avó dizia assim: “Minha filha, venha
4151 rápido, venha rápido”, com o anzol no olho. Eu era criança. Minha avó era aquela nordestina forte. Nossa, essa
4152 imagem era horrível. Disparava na carreira no meio da capoeira, mas eu, às vezes, dizia pro pessoal: “Rápido
4153 com o anzol no olho, porque a sociedade, a Polícia Federal, tá todo mundo nos cobrando que a gente conclua
4154 esse trabalho pra lançar o novo sistema. Eu tenho certeza que nós estamos entregando aqui algo que é fruto
4155 de um trabalho coletivo e com essa visão de casa na rocha, coisas estruturantes para que o setor ambiental
4156 possa, efetivamente, dizer que nós estamos fazendo coisas que depois não vão se desmoronando. Ontem,
4157 vocês tiveram um profícuo debate aqui sobre licenciamento ambiental, enfim, toda essa, essa nova construção
4158 que se está fazendo, inclusive, com inovação, avaliação ambiental integrada, avaliação ambiental estratégica,
4159 investimentos feitos só após a licença ambiental, investimentos que são negados pela primeira vez na história
4160 e grandes investimentos por razões ambientais, numa discussão interna de governo. Eu, sinceramente, eu
4161 quero reiterar, reafirmar, não pela minha gestão, mas pra fazer justiça à sociedade, às ONGs, à comunidade
4162 científica, ao setor empresarial que tem uma visão sustentabilista, ao setor governamental que, hoje sim,
4163 trabalha de forma integrada, eu consigo ver novos horizontes. E tenho certeza que, no futuro, se Deus quiser,
4164 nós haveremos de pensar, cada um dos senhores conselheiros aqui, como aqueles que nesse dia, nessa
4165 manhã do dia 1º de setembro fizeram nascer um novo, uma nova ferramenta para que possamos usar em
4166 bases sustentáveis os nossos ativos ambientais, os nossos recursos ambientais. No caso particular da
4167 Amazônia. A Amazônia viveu durante um século a custa de suas espécies da sua biodiversidade, a
4168 castanheira e a seringueira. Nós fomos incluído no mercado global, a gente se relacionava com a Europa, com
4169 os Estados Unidos, no lugar de se relacionar aqui com, enfim, o centro, com a metrópole, mas nesse processo
4170 todo pouco ficou dessa, daquela vigorosa economia que representava 40%, num determinado momento, das
4171 exportações brasileiras, a castanha e a borracha. Pouco ficou para a Amazônia. O que nós queremos agora é
4172 com base num visão de desenvolvimento sustentável, de apoio à práticas produtivas sustentável, aonde o
4173 setor florestal é uma dessas, digamos assim, é um desses espaços, na busca de soluções, de uso para a
4174 nossa biodiversidade. Uso também sustentável, gerando benefício, partilhando esses benefícios,
4175 internalizando conhecimento, tecnologia, a gente possa fazer com que as regiões, aonde os recursos naturais
4176 são subtraídos, também possam ser favorecidas e beneficiadas, promovendo inclusão social. E no caso do
4177 nosso país que tem 60% do seu território, mais ou menos 60%, com floresta, não é possível que não se tivesse
4178 uma lei d gestão de florestas públicas. Não era possível que se continuasse utilizando documentos de 60 anos
4179 atrás numa realidade em que a sociedade quer cada vez mais eficiência, cada vez mais transparência e
4180 modernidade, sem que nos desvinculemos da tradição. Mais uma vez eu quero repetir o que eu disse ontem
4181 nas palavras de *Shakespeare*: “Nós somos feitos da matéria, da mesma matéria dos nossos sonhos. E tudo
4182 que o homem fez é porque ele antes sonhou”. Se para Deus, o verbo faz as coisas virarem matéria, para o
4183 homem é o sonho que faz a matéria pular bem na nossa frente, mesmo que seja ainda um documento
4184 simulado, porque eu não tenho terra nem madeira para expedir uma ATPF. Muito obrigado a todos vocês. E
4185 nem o Marcus Barros (*ininteligível*). (*aplausos*)

4186

4187

4188 **CERIMONIAL** - Gostaríamos de agradecer.

4189

4190

4191 **A SR^a. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – Eu vou quebrar o protocolo aqui, só um
4192 instante, porque eu ia falar uma coisa. O Hummel, o Tasso fez uma homenagem, mas eu quero aqui fazer uma
4193 homenagem também, porque o Hummel foi duplamente vítima das ATPFs. Vítima num bom sentido,
4194 trabalhando muito, porque isso ele gosta mesmo de trabalhar, as cobranças de todos vocês e minha, do
4195 Marcus, enfim, mas é, a primeira grande operação por causa de ATPFs o nosso querido diretor do Ibama foi
4196 preso injustamente, acusado injustamente. Nesse momento em que maus servidores estão pagando pelos
4197 erros que cometeu, cometeram, coisa que não é motivo de júbilo, eu quero homenagear a todos os bons
4198 servidores do Ibama na pessoa desse homem que tem dedicado a sua vida a esse trabalho de uso sustentável
4199 e de proteção das florestas brasileiras. Eu quero pedir uma salva de palma de resgate ao nosso diretor
4200 Hummel. (*aplausos*)

4201

4202

4203 **CERIMONIAL** – Gostaríamos de agradecer a presença dos convidados da mesa, doutora Marina Silva, doutor
4204 Marcus Barros, doutor Tasso Azevedo e doutor Antônio Carlos Hummel. Nós convidamos a todos os presentes
4205 a assistirem a continuação do Seminário de Licenciamento Ambiental, da Avaliação do Impacto Ambiental e
4206 Avaliação Ambiental Estratégica durante todo o dia de hoje. Comunicamos também que a ministra Marina Silva
4207 estará atendendo imediatamente a imprensa nesta sala à esquerda do auditório. Damos a palavra a seguir ao
4208 diretor do CONAMA, doutor Nilo Diniz para alguns informes.

4209

4210

4211 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Bom, rapidamente. Nós já vamos dar início à
4212 mesa, a segun, a terceira mesa do seminário. Não vamos fazer nenhum intervalo, mas eu quero apenas fazer
4213 aqui uma breve comunicação a todos os presentes, especialmente os conselheiros. Primeiro informar que o
4214 grupo de trabalho que estava se dedicando a fechar uma proposta, prevista no Regimento do CONAMA de
4215 Agenda Nacional do Meio Ambiente, já fechou essa proposta e vai apresentar agora ao Cipam, na próxima
4216 reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais do CONAMA, para que o Cipam estabeleça um
4217 processo de consulta ampla a todos os conselheiros, mas eu quero informar que mesmo antes da reunião do
4218 Cipam o documento preliminar da agenda foi muito bem trabalhado pelo grupo de trabalho, com a
4219 coordenação da doutora Patrícia Bouzon. Ele está disponível no site do CONAMA. Então, o primeiro
4220 documento da Agenda Nacional do Meio Ambiente define, a partir dos subsídios da Conferência Nacional do
4221 Meio Ambiente, da Agenda 21 Brasileira, e de outros documentos define uma série de iniciativas prioritárias
4222 para os órgãos ambientais do município, do estado e da União. O segundo informe é que o seminário sobre
4223 restauração de APPs, realizado no mês de julho, em Brasília, fechou o seminário com uma proposta que será
4224 formalizada em portaria da Ministra, a ser assinada em breve, criando um grupo de trabalho que vai pensar as
4225 linhas gerais de restauração, num trabalho de restauração de APPs no país, em parceria com os órgãos
4226 estaduais, municipais, com segmentos que compõem, não só o CONAMA, mas também as instituições que
4227 atuam direta ou indiretamente nessa área de, relacionada ao Código Florestal. Uma terceira informação
4228 importante é que o grupo de trabalho de articulação do Sisnama e do Sistema Nacional de Gerenciamento de
4229 Recursos Hídricos também fechou já uma proposta de uma portaria a ser assinada pela Ministra, que vai
4230 estabelecer nos, nas próximas semanas, uma Comissão Permanente de Integração do CONAMA com o
4231 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É uma medida bastante importante, porque o desafio, uma das
4232 diretrizes do ministério é o fortalecimento do Sisnama, mas, daqui pra frente, sempre trabalhando cada vez
4233 mais esse fortalecimento em conjunto com a integração Sisnama/Sistema Nacional de Gerenciamento de
4234 Recursos Hídricos. Um quarto aviso também que consideramos importante é que esse seminário, que nós
4235 vamos dar continuidade agora com a terceira mesa, vai tratar exatamente de experiências de aplicação da
4236 Resolução 01 de 86, ele foi organizado graças ao apoio dos cinco segmentos do CONAMA, que, em três
4237 oportunidades diferentes, desde de maio, aportaram sugestões de temas, de nomes, de pessoas para integrar
4238 esse seminário que tá sendo, que tá sendo realizado nessa 48ª reunião extraordinária. Então, eu quero aqui
4239 agradecer em nome também do secretário-executivo, da presidente do CONAMA, agradecer à colaboração de
4240 todos os segmentos para montagem desse seminário. E, em função disso, eu quero também reforçar que os
4241 painéis que estão aqui em baixo no *foyer*, sobre os segmentos do CONAMA, o objetivo deles, nesses 25 anos,
4242 é homenagear os segmentos que compõem o CONAMA, tanto o governo federal, estadual, municipal e as

4243 instituições que organizam essas instâncias, principalmente a Abemma, a Anamma, Confederação Nacional de
4244 Municípios, a Frente Nacional de Prefeitos, mas também a sociedade civil organizada, com as entidades
4245 ambientalistas, representação das comunidades indígenas tradicionais, tradicionais, comunidade científica, os
4246 sindicatos, movimentos sindicais, o segmento empresarial, o segmento do Ministério Público federal e estadual
4247 e, também, a representação do Congresso Nacional. Então, quem ainda não parou um pouquinho pra dar uma
4248 olhada nos painéis acho importante, porque eles falam um pouquinho do que, em 25 anos, cada um desses
4249 segmentos vêm realizando, vêm refletindo, vêm pensando e vêm propondo para a política ambiental do país.
4250 Finalmente, o último informe que eu quero dar aqui. Nós vamos dar início à terceira mesa e vamos fazer um
4251 debate sobre as mesas em seu conjunto, principalmente com foco em propostas de encaminhamentos tanto
4252 propostas de encaminhamentos no âmbito do CONAMA ou eventualmente aos demais conselhos que
4253 estiveram com a gente aqui, o Consema e o Cades, mas também encaminhamentos do ponto de vista do
4254 executivo. É muito importante, eu peço, assim, que as pessoas que puderem permanecer hoje até o final do
4255 seminário, que possam colaborar nesse debate que a gente quer fazer, pelo menos de uma hora, a partir das
4256 quatro da tarde, das quatro às cinco, vai ser breve, mas com esse sentido de comentar as contribuições que
4257 nós tamos recebendo desde ontem nos debates, nos painéis, e pensar, a partir dessas contribuições, o que o
4258 CONAMA, o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ANA e outros órgãos de nível estadual e municipal podem
4259 trabalhar pra implementar as idéias e sugestões que estão aparecendo nas mesas. Quero também agradecer
4260 aqui ao artista plástico Rômulo Andrade nos, que doou um desenho que tá sendo tema do material todo de
4261 divulgação dessa reunião extraordinária e se chama "Brasília Iluminada". Hoje nós vamos ficar aqui com uma
4262 tela de descanso com a obra dele, que lembra o cerrado brasileiro, porque o CONAMA ta sediado em Brasília
4263 e Brasília ta sediada no meio do cerrado brasileiro, que é um bioma tão importante quanto os outros biomas do
4264 país, mas que tem sido alvo de uma degradação também bastante avançada. E nosso Ministério do Meio
4265 Ambiente inaugurou uma série de iniciativas nesta gestão no sentido de proteção do cerrado, conservação e
4266 uso sustentável. Então, nós fizemos questão de lembrar os 25 anos com uma imagem sobre o palanto, que é
4267 uma planta característica do cerrado, que simboliza muito o que o CONAMA é, os outros conselhos também, o
4268 Consema e o Cadesm que, que é a união.

4269

4270

4271 **DVD 10**

4272

4273

4274 **OBS.:** De 00:00:00 a 00:08:18 do vídeo a cerimonial Cleide faz a apresentação dos componentes da mesa,
4275 mas a degravação é impossibilitada, pois o DVD está sem áudio.

4276

4277

4278 **CERIMONIAL** - Como debatedor, convidamos para a mesa doutor Marcelo Pereira de Sousa, professor da
4279 Escola de Engenharia de São Paulo, onde é professor titular, livre docente. É um pesquisador do CNPq. É
4280 engenheiro civil, graduado em Engenharia Civil, em Administração de Empresas e Direito. O título de maior
4281 alto grau é livre docente da escola e titular da Escola de Engenharia de São Carlos. Trabalhou na Cetesb. Foi
4282 consultor da Unido ONU. É assessor de diversas ONGs ambientalistas, do Ministério Público e da Magistratura
4283 do Estado de São Paulo. Foi conselheiro do Consema. Participou de diversos estudos de impacto ambiental e
4284 é pós-doutorado na Escola de Planejamento da Oxford Books University Oxford, Inglaterra, em Avaliação
4285 Ambiental Estratégica. Passo a palavra ao, passo os trabalhos, a coordenação dos trabalhos ao doutor
4286 Maurício Galinkin pra que conduza os trabalhos de hoje. Muito obrigada. Gostaria, antes, de anunciar a
4287 presença nesse plenário do doutor Mark Lundel, que é nosso representante, agora, o líder da área do Banco
4288 Mundial na área do setor ambiental. Recentemente, indicado por nosso país. (*aplausos*)

4289

4290

4291 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Bom, boa tarde a todos. Primeiro eu gostaria de agradecer ao Nilo e a toda
4292 equipe, que desenhou esse seminário, pelo convite a estar aqui coordenando essa mesa de um assunto que
4293 me é muito querido, que é a questão do planejamento e da avaliação ambiental estratégica e um dos seus
4294 instrumentos. Gostaria de agradecer os membros da mesa pela participação. Já agradecer previamente,
4295 porque eu creio que todos já se dispuseram a ficar aqui para o debate, inclusive, posteriormente a essa mesa.

4296 E agradecer, principalmente a todos e todas na platéia numa sexta-feira à tarde em que os compromissos vão
4297 se diluindo e as pessoas vão pensando já no fim de semana, nos seus aviões pra voltar pra casa, e vocês
4298 estão aqui presentes para ouvir esses nossos painelistas que são excelentes e que trarão, certamente, uma
4299 contribuição boa para todos em seu dia a dia e em suas tarefas técnicas e organizacionais. Bom, Os nossos
4300 painelistas terão 20 minutos para exposição e os nossos debatedores 10 minutos. Nós temos, então, quatro
4301 painelistas. Vão ser 80 minutos. Depois mais 20 minutos pros debatedores. E eu, como presidente, vou me dar
4302 ao direito, ao final, de tentar fazer uma ponte entre o primeiro, a primeira mesa, em que questões
4303 extremamente relevantes foram levantadas pelos painelistas e debatedores, então, e que essa mesa de agora
4304 é uma, de uma certa forma, um fechamento do conjunto de idéias e propostas que foram colocadas até agora
4305 e que merecem, então, ter uma certa amarração com relação ao que foi colocado no começo. Então, eu vou
4306 me dar pelo menos cinco minutos para falar sobre essas questões. Gostaria, então, de passar, pela ordem que
4307 foi colocada, à doutora Maria do Rosário Partidário, que vem assessorando o Ministério na questão de
4308 avaliação ambiental estratégica.

4309
4310
4311 **A SR^a. MARIA DO ROSÁRIO PARTIDÁRIO (consultora do Ministério do Meio Ambiente)** – Boa tarde. Mais
4312 próximo? Assim? Eu gostaria de começar por agradecer o convite, que muito me honra de estar presente
4313 nesta sessão extraordinária do CONAMA para comemorar ou celebrar o seu 25º aniversário e aproveito para
4314 parabenizar o CONAMA pelo, por estes 25 anos de sucessos. Vou tentar falar pausadamente face ao meu
4315 acento português de Portugal, já que a pouco alguém me sugeriu que talvez fosse melhor falar em inglês, mas
4316 eu acho que não é preciso ir tão longe. (*risos*). Portanto, vou falar devagar e ver se consigo ser clara para
4317 todos. Ora, bem. Pediram para abordar o conceito de avaliação ambiental estratégica e do processo de
4318 capacitação. E eu não queria começar sem deixar de referir que tenho tido o privilégio de colaborar, enfim,
4319 como consultora do Ministério do Meio Ambiente desde outubro de 2005, exatamente. Este tá melhor? Mais
4320 próximo? Assim? Num processo que é um processo notável de capacitação em avaliação ambiental
4321 estratégica e que eu diria que é um, distingue o Brasil claramente em relação aos restantes países da America
4322 Latina. E nós tivemos esta semana, entre segunda e quarta-feira, um seminário em que se pôde constatar
4323 efetivamente diferentes experiências entre todos os participantes onde o Brasil claramente lidera o processo de
4324 capacitação e mesmo a nível internacional, eu tenho tido, como foi frisado, a oportunidade de trabalhar noutros
4325 países, como a China, como o Irã, onde claramente é, e aqui é preciso sublinhar a vontade política de fazer
4326 avançar o processo é exatamente o seu segredo. Não diria ser segredo nenhum, mas de fato é o que faz muita
4327 diferença entre aquilo que são exercícios um pouco individualizados de diferentes setores que, com muito
4328 esforço, conseguem fazer executar algumas experiências de avaliação ambiental estratégica em relação ao
4329 país que atua de forma ou está a atuar de uma forma muito sincronizada em grande colaboração entre
4330 diferentes setores para conceitualizar um modelo de avaliação ambiental estratégica e proceder através de
4331 uma capacitação não apenas de nível técnico, mas também a nível institucional e que é fundamental para
4332 avaliação ambiental estratégica por razões que eu vou me referir, mas que já foram apontadas esta manhã. E
4333 eu tive a oportunidade de assistir ao excelente painel desta manhã de altíssima qualidade e espero que, que o
4334 que vou lhes referir agora possa, enfim, agregar algum valor, se for possível, àquilo que já foi referido. Vai,
4335 certamente, confirmar e, enfim, apontar a minha perspectiva sobre questões que já foram referidas e muito
4336 importantes. Ora bem, não querendo descontar da apresentação de 20 minutos que disponho, vou passar,
4337 então, à apresentação de slides. Pronto. E começava exatamente por contextualizar a avaliação ambiental
4338 estratégica relativamente àquilo que, como todos sabem a sua origem, que é a avaliação de impacto ambiental
4339 de projetos. Essa é a origem da avaliação ambiental estratégica. Todos sabem essa situação, mas é em
4340 função que tem havido, não apenas na prática e no entendimento teórico e científico da avaliação ambiental
4341 estratégica, mas também ao próprio, ao interessante paradigma do desenvolvimento que existe na nossa
4342 sociedade atualmente, em que o ambiente está claramente assumido como um fator de competitividade em
4343 que há uma dimensão social no, do ambiente e do desenvolvimento, em, como foi claramente referido esta
4344 manhã, há processos de democracia participativa em curso que exigem formas diferentes de diálogo e de
4345 tratar com a sociedade civil há um processo de globalização que envolve diferentes escalas e diferentes
4346 perspectivas. Tudo isso vai gerar a necessidade de pensar avaliação ambiental estratégica de uma forma
4347 profundamente diferente daquela que esteve na sua origem desde logo, com o (*ininteligível*), em 1969/1970,
4348 que não teve, digamos, o desenvolvimento que teve variados projetos e que desde os anos 90 tem vindo já de

4349 uma forma mais rápida e mais consolidada a fazer os seus eventos. Mesmo em relação a esse período de
4350 1990, aquilo que nós hoje vivemos em matéria de evolução ambiental estratégica é já muito diferente. E é
4351 diferente do que se entendeu que há uma dimensão política, que é muito mais importante exatamente do que
4352 avaliação técnica, como também se referiu esta manhã, é porque há desafios que exigem uma postura
4353 diferente da avaliação ambiental estratégica relativamente aos processos de decisão e de desenvolvimento.
4354 Ora. Peço desculpa, porque isto está um pouco lento. Eu acho que tem que ser mais. Tá. Bom, deve ser o pós-
4355 almoço, que também afeta arquivos e a passagem de slides. (risos). Ora bem, a avaliação ambiental
4356 estratégica, como é que ela pode ser entendida? Por um lado, enfim, é um instrumento, é um instrumento de
4357 planeamento, que acabou de ser referido, que auxilia e facilita a decisão de natureza estratégica, mas que tem
4358 uma característica que o distingue, desde logo, da avaliação de impacto ambiental e que se exprime como um
4359 processo. O quê que isso quer dizer? Quer dizer que enquanto a avaliação de impacto ambiental vai, no fundo,
4360 traduzir-se, enfim, esta manhã já foi suficientemente crítica em relação aos atuais EIAs aqui no Brasil, o que
4361 poderia se estender a outras partes do mundo, nos comentários, alguns que foram feitos, mas enquanto que
4362 um EIA atua pontualmente em relação a um determinado caso, portanto, que exija um estudo de impacto
4363 ambiental, a avaliação ambiental estratégica deve acompanhar o processo de planeamento. Se acompanha
4364 um processo de planeamento tem que se exprimir naturalmente como processo, porque senão não consegue
4365 acompanhar. Atua ao nível de decisões estratégicas e aqui a quem refira que atua a nível de políticas, de
4366 planos, de programas. Eu prefiro referir que atua sobre estratégias, porque é diferente fazer uma avaliação
4367 ambiental estratégica de uma estratégia de desenvolvimento, um processo de planeamento, ou fazer uma
4368 avaliação ambiental estratégica de um produto final que está num plano, num documentos. São coisas
4369 diferentes e eu prefiro falar, de fato, em análise e avaliação de decisões estratégicas. É um processo que,
4370 naturalmente, tem que ser flexível, diversificado e adaptado a cada processo de decisão, porque cada
4371 departamento, cada setor tem os seus processos específicos de decisão e a avaliação ambiental estratégica
4372 só lhe pode ser útil se tiver ajustada aos ritmos e às prioridades dos setores respectivos. É um processo
4373 participado esse aí é um dos princípios inabaláveis de qualquer instrumento de avaliação e impactos, que é a
4374 avaliação ambiental estratégica e, portanto, ela exige efetivamente a participação de diferentes exigências, de
4375 diferentes perspectivas. Ela necessita, aliás, dessas diferentes perspectivas para satisfazer o paradigma da
4376 globalização e do envolvimento das diferentes perspectivas e, portanto, naturalmente, pra discutirmos uma
4377 política de transportes nós vamos ter que consultar todos as divisões do país, como é lógico, mas é preciso
4378 encontrar quem é que são os interlocutores adequados para aquela escala de decisão. E existem perspectivas
4379 holísticas e de longo prazo que é, exatamente, aquilo que é exigido por uma abordagem estratégica e que não
4380 apenas olha longe e, portanto, tenta alcançar aquilo que são objetivos de longo prazo e se exerça nesse
4381 quadro, mas que, igualmente, tenha uma abordagem integrada e holística. Em IAIA – *International Association
4382 for Impact Assessment* – resumo em seis critérios de bom desempenho da avaliação ambiental estratégica os
4383 seguintes: a avaliação ambiental estratégica deve ser integrada; orientada para a sustentabilidade; focada,
4384 verificável, participada e entretida. Portanto, estes critérios, embora muito simples, encerram em si toda uma
4385 definição e toda uma dimensão alargada da avaliação ambiental estratégica. E o que viemos falar, então, como
4386 é que os diferentes agentes se percebem na avaliação ambiental estratégica? Como é que ela está a ser
4387 usada? Como é que ela está a ser seguida? E diversos estudos e investigações internacionais têm mostrado
4388 múltiplos modelos de utilização da avaliação ambiental estratégica, não apenas desde, digamos no final dos
4389 anos 80 até agora, mas também o reflexo daquilo que são as diferentes culturas de decisão e os processos de
4390 planeamento dos diferentes países, bem como seus próprios níveis de desenvolvimento econômico. Isso se
4391 dá claramente em diferentes modelos de avaliação ambiental estratégica. Mas nós podemos sintetizar aí dois
4392 modelos fundamentais, aqueles que, no fundo, vão caracterizar a forma como a avaliação ambiental
4393 estratégica tem estado a ser utilizada. Isso corresponde exatamente, muitas vezes, à expectativa que, que era
4394 os consultores, os participantes, as autoridades têm em relação ao instrumento. Será a avaliação ambiental
4395 estratégica um instrumento apenas de controle e validação de planos, políticas ou programas que são
4396 elaborados, tem todo seu curso de elaboração e no final, antes de uma aprovação da atribuição de uma
4397 licença, requerem uma validação, através da avaliação ambiental estratégica? Ou deverá ser a avaliação
4398 ambiental estratégica um instrumento de auxílio estratégico que melhora o contexto de decisão estratégica,
4399 que ajuda os processos de planeamento político a se encaminharem no sentido da sustentabilidade e que, no
4400 fundo, vai, de alguma maneira reforçar o pensamento estratégico que é necessário existir a volta de processo
4401 de decisão estratégica e, desse modo, estará a atuar exatamente como facilitador de decisão? Estas são duas

4402 maneiras de olhar pra avaliação ambiental estratégica e que nós podemos observar na experiência
4403 internacional que já está, enfim, disponível, inclusivamente retratada na literatura. Estas diferentes
4404 interpretações no fundo correm exatamente daquilo que foi o processo inicial. Portanto, houve uma nova idéia
4405 veio a aplicação da avaliação de impacto ambiental e houve uma idéia exatamente de fazer antecipar os
4406 processos de avaliação de impacto ambiental, através dos estudos de impacto ambiental, para que se pudesse
4407 começar mais cedo a pensar na integração das questões ambientais e na sua consideração no processo de
4408 tomada decisão. E essa evolução da avaliação ambiental estratégica teve duas vias, uma foi aquela que
4409 seguiu a mesma metodologia, que já era conhecida, da avaliação de impacto ambiental e deu origem àquilo
4410 que nós chamamos de Avaliação Ambiental Estratégica de Base (*ininteligível*). E outra que eu chamo aqui com
4411 algum pleonasma a avaliação ambiental estratégica, estratégica verdadeiramente e que se baseia numa
4412 metodologia de base estratégica que não tem nada a ver com metodologia de avaliação de impacto ambiental
4413 e que tem exatamente uma lógica subsistente, que é uma lógica de natureza estratégica. Ora, estas duas,
4414 estas duas abordagens podem ser vistas deste modo. Isto é uma imagem que traduz, no fundo, uma
4415 abordagem de avaliação de impacto ambiental dum projeto em que nós sabemos exatamente o quê que
4416 estamos a avaliar. Enfim, que sabemos exatamente os seus limites, mas sabemos razoavelmente a definição
4417 do projeto que está a ser avaliado, embora ela ainda esteja ao nível dos (*ininteligível*) conceituais. Mas sabe-
4418 se. Sabe-se o local. Sabe-se o quê que se quer fazer. Sabe-se as dimensões. Tem-se o razoável
4419 conhecimento do que se está avaliando. Mas quando pensamos para a esfera do planejamento e da política
4420 nós temos basicamente intenções de desenvolvimento e nós sabemos exatamente, muitas vezes, o que
4421 queremos fazer. E é isso que corresponde a um nível de planejamento e um nível de decisão estratégica. É
4422 não se saber exatamente aquilo que se vai fazer. Daí decorre que a realidade da avaliação ambiental
4423 estratégica traz-nos situações de incertezas enormes mesmo de instabilidade em relação aos processos de
4424 decisão estratégica uma vez que há “N” situações e alturas em que houve o surgimento de uma nova iniciativa,
4425 de um novo grande projeto que vai, radicalmente, então, alterar os processos de desenvolvimento da região e
4426 que, portanto, são de enormes de incertezas nesses processos. Incertezas sobre o futuro e que nos traz uma
4427 perspectiva muitíssimo grande. Há problemas de. Há problemas, não. Há exigências de governança ao nível
4428 da ambiental estratégica, que, tal como foi referido nesta manhã, exige (*ininteligível*) e de grande transparência
4429 entre os setores envolvidos e também com a sociedade civil. Exige processos de relação e de colaboração
4430 interinstitucional, exatamente para favorecer a colaboração entre diferentes setores e exige uma capacidade
4431 instalada intra-institucional a nível dos setores específicos dos diferentes órgãos e dos diferentes instituições
4432 responsáveis por ter um processo de avaliação ambiental estratégica, o que nós temos vindo a chamar os
4433 ninhos da avaliação a ambiental estratégica a nível dos respectivos setores. Esse diálogo entre a avaliação
4434 ambiental estratégica e a política. (*risos*). Eu estou aqui com memórias induzidas pela tecnologia. Acho que
4435 tenho direito há uns minutos mais. O diálogo entre a avaliação ambiental estratégica e a política de
4436 planejamento setorial pode se dar através de complementaridade dos processos. E há quem fale até no
4437 diálogo permanente, sistemático ou até no casamento dos dois processos, quando se identifica em momentos
4438 críticos de decisão em que a avaliação ambiental estratégica tem um papel importante a desempenhar.
4439 Podemos falar de focagem que precisa em relação às questões relevantes, que são acordadas pelos
4440 diferentes setores previamente pra se saber exatamente o quê que deve ser estudado e pras quais devem ser
4441 procuradas soluções. A partilha de instrumentos. A partilha de onde se consegue os mecanismos e que é um
4442 aspecto que é muito importante. A avaliação ambiental estratégica não atua sozinha. É impossível, na
4443 avaliação ambiental estratégica fazer o papel do plano, o papel do planejamento, muito menos o papel da
4444 avaliação de impacto ambiental ou o papel de outros instrumentos, como ordenamento setorial ou o
4445 zoneamento ecológico econômico. Então, tá tudo numa malha, tudo numa rede de instrumentos que tem que
4446 atuar simultaneamente, complementarmente para que a avaliação ambiental estratégica possa ser mais eficaz.
4447 E o envolvimento (*ininteligível*), que também é exigida muitas vezes pelos próprios processos de política e
4448 planejamento setorial. E aqui eu queria fazer uma chamada de atenção à questão dos mega projetos que,
4449 muitas vezes, são referidos e sobre os quais assentam grandes divergências de opinião sobre se devem ou
4450 não ser objeto de avaliação ambiental estratégica ou objeto de avaliação de impacto ambiental. E o que eu
4451 queria dizer é o seguinte, como nós temos um mega projeto. Estamos a olhar para um mega projeto, seja uma
4452 grande estrutura de infra-estrutura rodoviária, seja o aproveitamento de toda uma cascata hidroelétrica que, no
4453 fundo, são grandes projetos. Onde é que centramos a focagem? Centramos a focagem no projeto e nos
4454 impactos que esse projeto tem sobre meio envolvente, mesmo que seja uma grande bacia, mesmo que seja

4455 um estado inteiro, seja qual for a escala geográfica? Estamos a olhar para aquilo que o projeto serve. Qual é o
4456 problema que vai ajudar a resolver? E é isso que nós vamos analisar de modo que esse projeto vai
4457 efetivamente contribuir para a resolução do problema ou se haverá outras opções alternativas que possam
4458 igualmente ajudar a satisfazer esse objetivo. E eu diria que se nós tivermos a discussão nesse nível, onde a
4459 focagem está nos problemas concretos que o mega projeto ajuda a resolver, com a discussão estratégica
4460 sobre que outras formas de resolução desse problema é que pode haver, incluindo, eventualmente, o
4461 abandono do mega projeto, aí sim estamos a falar numa avaliação ambiental estratégica. E, atenção, o
4462 abandono do mega projeto, porque se encontrou outras formas de resolver o problema, só. E estamos a falar
4463 numa avaliação ambiental estratégica, mas se tivermos a falar dos impactos do mega projeto na sua zona
4464 envolvente, seja ela uma região inteira, então, estamos claramente a falar de um bom estudo de impacto
4465 ambiental. Ora bem, só para contextualizar o processo de capacitação, que o doutor Ruy Vaz vai falar em
4466 relação ao processo no Brasil, só deixarei aqui um conceitual teórico, o processo de capacitação, no fundo,
4467 tem três componentes. Tem componente de capacitação técnica, componente de capacitação institucional
4468 (intra e interinstitucional) e componente de capacitação legal. No componente de formação técnica nós,
4469 normalmente, temos a preocupação de criar boas capacidades, boas competências técnicas para desenvolver
4470 processos da avaliação ambiental estratégica, mudar as mentalidades e criar uma cultura de estratégica e
4471 decisão e que, claramente, a formação é a avaliação ambiental estratégica e não é só em AAE, mas é também
4472 nas áreas complementares referentes: ordenamento territorial; planejamento estratégico, etc. Do ponto de vista
4473 da capacitação institucional temos a necessidade imperiosa de criar capacidades ao nível dos setores, das
4474 próprias instituições, ao que chamamos os ninhos de evolução ambiental estratégica, para até facilitar a
4475 compreensão por parte do setor da avaliação ambiental estratégica e temos a necessidade imperiosa de
4476 estabelecer relações fortes entre os diferentes setores, relações interinstitucionais que fomentem a
4477 cooperação, a troca de informação, o desenvolvimento profissional e etc. E na capacidade legal, quando
4478 estiver tudo pronto para que exatamente se possa fechar, digamos, num conjunto regras e o que deve ser um
4479 modelo de sistema de avaliação ambiental estratégica, então, a legislação, os regulamentos e procedimentos e
4480 a coordenação com outros instrumentos regulamentares. Bom, eu estou já muito além do tempo que me foi
4481 dado. Acabou o tempo, infelizmente, exatamente. E, portanto, só deixarmos a últimas mensagens. Em relação
4482 à avaliação ambiental estratégica no Brasil. Uma das coisas que parece urgente é exatamente é esta alteração
4483 de mentalidade de focagem na avaliação de impacto ambiental do projeto caso a caso para uma visão dos
4484 estratégicos recursos ambientais. E o grande desafio é claramente o diálogo em torno da visão estratégica, o
4485 permitir que os setores ganhem a apropriação do instrumento, a mudança de cultura da AIA para avaliação
4486 estratégica e estabelecimento de legislação que crie incentivo ao uso da avaliação ambiental estratégica. E,
4487 portanto, depois de estabelecer um modelo de avaliação ambiental estratégica há que se definir uma
4488 metodologia base de estratégia que permita ser reaplicada a outros níveis, testar com casos-pilotos, consolidar
4489 os ninhos de avaliação ambiental estratégica, preparar guias de melhor prática e garantir a avaliação dos
4490 resultados, precisamente para garantir a tal continuidade em pós e (*ininteligível*), depois da sua
4491 implementação, tal como era referido de manhã. Finalmente, a avaliação ambiental estratégica agrega valor à
4492 decisão, porque integra as questões de ambiente e sustentabilidade, discute as opções quando estão abertas,
4493 promove cooperação institucional e assim antecipa os conflitos setoriais e transforma problemas em
4494 oportunidades e aposta em soluções *win-win*. Nessa altura e para que isto consiga atingir o (*ininteligível*), a
4495 avaliação ambiental estratégica deve ser menos focada no controle e na verificação dos planos, programas ou
4496 políticas ou na produção de medidas de mitigação ou na “emissão”, na emissão de licenças, como se faz
4497 em avaliação de impacto ambiental, e deve estar mais focada em fornecer princípios-chave e critérios de
4498 decisão. Em favorecer a visão holística e a decisão integrada e a melhorar práticas da formulação de políticas
4499 e de planejamento. Muito obrigada por vossa atenção e peço desculpa pelo tempo a mais. (*aplausos*)

4500
4501

4502 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Bom, eu gostaria de agradecer a doutora Maria do Rosário Partidário pela
4503 apresentação e pelo tempo que foi realmente curto para o que ela gostaria de transmitir a todos. Só para
4504 constar, nós demos quatro minutos a mais por causa dos problemas enfrentados aqui. O computador está um
4505 pouquinho lento e gostaria já de passar a palavra ao doutor José Carlos Costa, chefe de gabinete do
4506 secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia.

4507

4508

4509 **O SR. JOSÉ CARLOS COSTA (chefe de gabinete do secretário-executivo do Ministério de Minas e**
4510 **Energia)** – Bom, boa tarde a todos. Antes de mais nada, os meus sinceros agradecimentos ao doutor Langone
4511 e meu profundo respeito pelo trabalho e pelo ensinamento nesses três anos e meio que eu estou trabalhando e
4512 lidando nessa área ambiental e defendendo os pontos de vista do Ministério de Minas e Energia em
4513 colaboração, cooperação, entendimento, eternos e infindáveis com o Ministério do Meio Ambiente. Ao
4514 doutor Nilo, paciência por, não só pelo convite específico pra cá, mas também por suportar não só a mim, mas
4515 a minha equipe. Eu nunca fui a uma reunião do CONAMA com pelo menos oito, como tem, hoje tem nove aqui
4516 nessa sala, membros do, de diversas entidades e ministérios. Minha fala aqui vai ser dividida em duas partes.
4517 A primeira, obviamente, é o objeto do consenso. Quando eu falo no CONAMA, eu falo em nome de uma
4518 equipe de pelo menos umas 20 pessoas do Ministério, que constantemente me assessoram na formação da
4519 opinião e do posicionamento do Ministério de Minas e Energia em todos os assuntos que dizem respeito ao
4520 CONAMA, onde eu tenho a honra de ser o representante titular. E tem uma segunda parte, em que eu vou
4521 aproveitar esse momento, talvez seja um dos últimos momentos nesse governo que eu tenho pra expressar
4522 algumas preocupações, algumas noites mal dormidas, porque quando a gente trabalha num ministério como o
4523 de Minas e Energia, dialogando constantemente, no caso, com o Ministério do Meio Ambiente, nós temos, nós
4524 deixamos de ver localmente e começamos a ver o Brasil, começamos a ver o futuro. O Brasil tá voltando a ter
4525 planejamento, depois de um árido tempo. Eu sou oriundo da, eu sou originalmente do planejamento, então, o
4526 Brasil tá começando a ver planejamento de novo. Eu gostaria de compartilhar uma grande preocupação que eu
4527 tenho, que é a segunda parte da minha apresentação. A primeira, que pela qual eu tenho o compromisso de
4528 falar é sobre a visão do Ministério de Minas e Energia sobre a avaliação ambiental integrada, que é o modelo
4529 que nós defendemos e executamos, vocês todos viram que a apresentação da Rosário, conhecida
4530 internacionalmente pela sua experiência na área, e levar a vocês que nem sempre o setor elétrico, foi falado
4531 isso na sessão de manhã, da manhã dessa reunião do CONAMA, é que não cabe ao setor elétrico, ou ao setor
4532 de petróleo e gás, ou ao setor mineral montar os planejamentos, os planos, políticas, planos e programas de
4533 uma determinada bacia, determinada região, não seria essa bem a minha finalidade nossa. Nós temos que
4534 focar no empreendimento. E, baseado nisso, então, nós temos, vou falar sobre a, especificamente aplicado ao
4535 setor elétrico, é que nós temos a expansão do setor hidrelétrico. Uma premissa básica que vai permear toda a
4536 minha apresentação é que não se conhece no mundo civilizado registrado algum povo que tenha crescido sem
4537 energia. A energia é base da sociedade tanto quanto beber água, tanto quanto se alimentar, tanto quanto
4538 defender a estrutura da sociedade e tem também a preocupação com o uso crescente da energia que está
4539 diretamente associado ao nível de conforto, ao nível de qualidade dos povos. Bom, voltando à EIA nós temos
4540 que pensar também na integração do planejamento setorial, quer dizer, nós partimos do pressuposto praquela
4541 região, nós já temos o planejamento e dele, então, nós vamos tratar, então, de inserir o empreendimento
4542 tendo, então, a preocupação com o uso do solo e os outros usos que aquela água e aquela região que esta
4543 dando para, pode vir a dar para o empreendimento hidrelétrico. Então, na avaliação ambiental integrada o que
4544 nós queremos é fazer a sinergia de todo esse processo e com a participação de todos. De três anos pra cá,
4545 inclusive com a mudança da legislação brasileira vocês podem, específica pro setor elétrico, vocês podem
4546 comprovar que não sai mais nenhuma obra. O governo federal não concede mais nenhuma licença de
4547 exploração de geração de energia elétrica, de transmissão e também, por extensão, na área de petróleo, de
4548 exploração de petróleo e gás natural, sem haver o licenciamento prévio da área. Não citei a área mineral,
4549 porque isso já é, já existe desde mil e novecentos, dos. Noventa e um, não é, (*ininteligível*)? Desde 1991. Pode
4550 ser questionado, foi muito questionado isso na APP se tá adequado ou não, mas é tal coisa que foi falada
4551 muito, também hoje de manhã, o que nós temos que fazer é com que as leis peguem, com que haja
4552 efetividade na aplicação do que existe e não ficar criando novas e novas leis, porque acaba ninguém
4553 cumprindo de novo, ou seja, licença ambiental, inegavelmente, o setor elétrico, que é o que nós estamos
4554 conversando agora, ele prevê sempre licenciamento ambiental prévio a qualquer empreendimento dentro da
4555 abordagem que eu acabei de comentar com vocês que é, a partir do momento que existe uma definição do que
4556 fazer naquela área, o que fazer naquele ambiente, vamos, então, inserir aquele empreendimento. Daí vem a
4557 definição, que é o quê que é aí no nosso ponto de vista, que seria, então, a avaliação dos impactos
4558 acumulativos desse empreendimento na bacia e a sua interferência, a sua inter-relação com os planos e
4559 programas que já existem na, praquela região ou deveriam existir e é essa a base do pensamento nosso. Pra
4560 que vocês tenham uma idéia montar isso aí não é simples. É muito trabalhoso. É um trabalho que demanda

4561 gente especializada, altos salários. Todo mundo sabe que no governo federal é difícil ter, muito difícil ter gente
4562 com salários adequados ao tipo de serviço que é uma avaliação e a seriedade que é exigida numa avaliação
4563 ambiental. Então, o Ministério de Minas e Energia criou também, em 2004, a Empresa de Pesquisas
4564 Energéticas, justamente, cuja principal função, não é onde, mas a principal função é justamente preparar essas
4565 áreas pra efeito de leilão e concessão. A EPE, hoje, contratada pelo Ministério de Minas e Energia, já tem sete
4566 bacias em desenvolvimento, duas a contratar, isso significou repasse já de 16 milhões, contratos de 16 milhões
4567 de reais por parte do Ministério e também, obviamente, vendo o futuro, os novos estudos para inventário e
4568 viabilidade, com seis bacias já contratadas, três em licitação, seis projetos de viabilidade, a primeira com
4569 15.000megawatts e essas três, e esses seis projetos de viabilidade com 3.200megawatts, também com
4570 contratos que somam, cada um tem um contrato específico, totalizando 115 milhões, o que significa mais de
4571 130 milhões passados, o ano passado e esse ano pra esse desenvolvimento. E aí eu vou falar a parte que não
4572 conversei com a minha turma antes, que é, são as minhas preocupações pessoais da minha experiência de
4573 três anos e meio de relacionamento muito próximo com o meio ambiente. Eu vou contar uma historinha um
4574 pouquinho pra que vocês se situem à raiz da minha preocupação. Vocês vejam que aqui é o mundo. Os dados
4575 que nós temos é da Conferência Mundial de Energia, em que você basicamente diz que em 2003 as
4576 estatísticas demonstram que em torno de 18% da energia consumida no mundo, em termos médios, inclusive
4577 Brasil, vem de fontes renováveis, ou seja, 82% é fóssil mesmo, é efeito estufa, tudo aquilo que vocês
4578 conhecem bem. O Brasil está, o ano passado, pelo balanço energético nacional, cês vão chegar a uma
4579 estatística aí em torno de 90% da energia elétrica vindo de fontes renováveis. Em termos de mundo aí vem a
4580 primeira preocupação, porque sempre a questão é a visão, as escolhas que a sociedade têm que fazer. Vocês
4581 presenciaram muito bem a discussão hoje de manhã, a sociedade tem que fazer escolhas. Quando o Carlos
4582 Moia falou: “Olha, no caso lá de Belo Monte abrimos mão de 11.000megawatts pra poder sair a usina e
4583 passamos a usar a usina fio d’água”. O quê que significa isso? A parte boa é que o empreendimento vai sair,
4584 tem grandes chances de sair agora. Agora, a gente tem que olhar o quê que ficou pra trás, 11.000megawatts
4585 que a sociedade abriu mão de uma fonte renovável que, num determinado momento das nossas vidas vai ter
4586 que ser usada a fonte térmica. É efeito estufa. Não tem jeito gente, não existe almoço de graça, alguém
4587 sempre paga a conta. E se a gente tá abrindo mão a gente tá preservando a Amazônia, a gente tá preservando
4588 as terras indígenas, mas a gente tá assumindo um compromisso, no futuro, de cur, de médio prazo talvez, a
4589 necessidade de nós gerarmos fontes térmicas, pode ser petróleo, pode ser gás natural e pode ser nuclear
4590 também. E aí eu mostro um gráfico que eu acho interessante também do Conselho Mundial de Energia em que
4591 mostra o Brasil demonstrando que nós temos, das nossas, do nosso potencial hidrelétrico nós temos 26% em
4592 operação e 4% em construção. E aí você repara, vocês reparam que países desenvolvidos, como o Japão,
4593 Alemanha, Noruega tão na faixa aí de 60, 80, 100%. Teoricamente, seriam esses países os modelos em
4594 desenvolvimento. Não considero o Estados Unidos. Eu acho que pra ninguém, em termos de energia, o
4595 Estados Unidos, é considerado padrão, mas acho que um Japão, uma Alemanha, uma França tem bons, tem
4596 bons modelos econômicos que, bons modelos sociais pros seus povos. Em compensação, os países que não
4597 usam os seus potenciais hidrelétricos, Congo e Indonésia que tá com 1%, 4%, ou mesmo a Rússia com 11%,
4598 China com 16% e foi citada aqui ontem e hoje. Ai são aquelas questões da escolha da sociedade. Nós
4599 queremos preservar totalmente o nosso potencial hidrelétrico e ficar nesse time aqui ou, quem sabe, usar um
4600 pouco mais o nosso potencial hidrelétrico, respeitadas as condições ambientais, que, agora, até é questão de
4601 lei, e tentar igualar aos nossos povo, aos brasileiros, a mesma situação dos povos no Japão, Alemanha e
4602 França em termos de padrão de vida. É uma discussão que hoje de manhã, de novo deu pra ver, não existe
4603 uma solução montada, não existe um modelo de decisão. Tem que haver é muita discussão, mas que não
4604 demore 50 anos pra chegar a uma conclusão. Nós temos, nós não temos muito prazo pra decidir o quê que
4605 nós queremos pra nós mesmos. Não é nem pros nossos filhos, pra nós mesmo, daqui a cinco anos todos nós,
4606 quase todos nós estaremos vivos e nós temos que ter atenção sobre qual é a energia que a gente quer e
4607 quanto que a gente quer pagar por ela. E aí vem duas questões do Brasil. Bom, uma é que o potencial
4608 disponível, isso aqui é potencial hidráulico disponível, cê vê Centro-Oeste só tem 2, 3% disponível, Nordeste já
4609 foi quase tudo, Sudeste também, o Sul tem mais um pouquinho, mas tem um regime de chuva muito infeliz, e
4610 na região nor, região amazônica, objeto sempre de discussão, nós temos ainda dois terços ainda do potencial,
4611 que é o maior do país, ainda disponível. Isso é um dado interessante pra vocês terem em mente, quando a
4612 gente vai também para reflexões sobre energia hidráulica. Isso aqui é nossa modelagem para 2030, em que
4613 nós estimamos, dentro de um crescimento médio, que nós vamos precisar de 1.200quilowatt/hora em 2030. E,

4614 pra isso, nós temos, nós podemos seguir vários modelos. Mais uma vez decisão da sociedade, o que fazer?
4615 Nós podemos seguir, mais ou menos, o padrão brasileiro, que é de auto-uso no crescimento hidráulico ou
4616 diminuir o hidráulico, que é o azul claro aqui, e aumentar o térmico. O térmico que nós consideramos aqui não
4617 foi o térmico nuclear. Nós consideramos pra efeito dessa tabela aí, nós consideramos o crescimento, usando
4618 ou o petróleo, derivado de petróleo, no caso, ou o gás natural e pelas nossas continhas lá se a gente passar a
4619 usar esse modelo que metade venha da expansão, venha de não-hídrica, nós só vamos aumentar em 4,4
4620 vezes as emissões atuais de CO2 pelo, que é feita pela geração no nível atual do Brasil. Repito, é uma
4621 preocupação minha. Não existe uma solução fácil pra isso, mas nós temos que achar uma solução de
4622 compromisso. Ou a gente usa um pouco os recursos hídricos que a gente tem ou a gente emite CO2. O quê
4623 que é melhor pra sociedade brasileira? Essa seria, talvez, a questão. E aí vem um mapinha que vocês vêem a
4624 região Amazônia, Amazônia Legal os, com o mapa, a fonte é o Ministério do Meio Ambiente, com as áreas que
4625 já estão reservadas por questões de área indígena, as diversos tipos de unidades de conservação e as
4626 propostas existentes, sejam estadual, seja federal. E nós temos aí uma sopinha de letras aí que tão vindo aí
4627 pelo caminho ZE e, ZE, Alap, CTN-Bio, Pinap e outros, e as outras entidades que, preocupado com a
4628 legitimidade das suas funções específicas, certamente elas não hesitarão de colorir mais ainda esse mapa
4629 diminuindo o verde e diminuindo as nossas opções pra uso da energia hidráulica onde nós temos, aí vem
4630 sempre aquela questão do uso maior do carbono. E aí a sociedade, vou repetir, há exaustão e a sociedade
4631 tem que decidir isso aí. Quando nós temos, foi discutido aqui na, ontem e hoje, nós vemos aí poemas muito
4632 bonitos aí sobre determinado rio, o rio Madeira e outra, e outros locais, “vamos preservar isso”, eu enxergo
4633 aquele, aquela pessoa, aquela organização, aquela entidade, aquele órgão do Judiciário, dizendo o seguinte:
4634 “Eu vou resolver o problema dessa, desse empreendimento “X” ou desse local “X” e vou preservar”. Mas aí eu
4635 tenho uma certa posição privilegiada, em minha função no Ministério eu recebo quase todas as demandas
4636 judiciais, entro para o Ministério pela, por questões jurídicas elas nunca são encaminhadas pro ministro, é
4637 sempre passa pro secretário-executivo, e sempre passa por mim antes de colocar os advogados da
4638 Procuradoria do Ministério pra cuidar do assunto. E eu vejo que, se vocês forem ver a argumentação, são
4639 argumentações absolutamente válidas, perfeitas para aquela região específica. Agora, se nós somarmos cada
4640 um daquele, daquelas que são legítimas, corretas, mas são específicas pra aquele ponto e nós somarmos pro
4641 Brasil inteiro aí nós vemos que de repente nós não vamos ter mais energia hidráulica. Será se, será se é o
4642 nosso, será se o que nós queremos chegar é ficar lá em cima. Não, vamo, vamo, o somatório daqueles
4643 pequenos, daqueles, daquelas pequenas, daquelas pequenas não, mas daquelas demandas individuais pode
4644 chegar a um bloqueio do uso das poucas fontes renováveis que o país tem. E, por favor, não me falem, apesar
4645 de nós termos o Pró-Infra, que é um programa definido em lei, criado no Ministério de Minas e Energia, e tudo,
4646 de uso da biomassa, ela não atende a base de crescimento do país que é em torno de 3.500 a
4647 4.000 megawatts novos a cada ano. Fora aqui ao que eu não falei até agora, mas que talvez vocês tenham
4648 alguma preocupação, pelo menos eu tenho nos meus orçamentos domésticos, eu sou funcionário público, a
4649 questão da conta de luz. A energia térmica obrigatoriamente é mais cara, porque, além da emissão, que é a
4650 conta ambiental, tem a conta no bolso. Ela é mais cara. O Carlos Mayer falou na situação de Belo Monte, que
4651 isso tá se proliferando pro país, usina a fio d’água. Usina a fio d’água é o seguinte, só usa a água que tá
4652 passando no momento. Não veio chuva, tudo mundo se lembra, em 2001, o que aconteceu no Brasil. Não veio
4653 chuva, é energia térmica. O preço da, o preço da, da energia vai subir. São escolhas da sociedade. Eles usam
4654 um pouco, mas com consciência, com as regras, que são muito boa em vigor, negociadas com o Ministério do
4655 Meio Ambiente. Preocupações ambientais: usa o nosso percentual hídrico, ou usa mais emissão, ou paga mais
4656 a conta de energia. É um (*ininteligível*) aí, uma troca aí, uma interação que a sociedade é que tem que decidir
4657 e eu não enxerguei ainda um caminho. E eu passo essa preocupação pra eu não ficar sem dormir sozinho. Eu
4658 acho que isso aí devia ser preocupação de vocês, porque vocês vão enfrentar isso daqui a três, cinco, sete
4659 anos se a gente tiver problema sério. Então, como profissão de fé até eu defenderia, então, como
4660 considerações finais, pra respeitar os 20 minutos que me deram, é que a gente deveria procurar manter esse
4661 perfil, que nós fomos muito elogiados dos biocombustíveis, nós somos modelo no mundo pelo bom uso da
4662 hidroeletricidade que nós fizemos. Cometemos erros. Foi falado em Balbina aqui, que eu conheço bem lá o
4663 projeto. Essas coisas podem ser evitadas desde que haja uma boa discussão da sociedade sobre como é
4664 melhor usar os recursos hídricos que nós temos. E o uso da Amazônia. Ela não é intocável e aí eu cito a
4665 abertura de hoje da ministra Marina, quando ela anunciou com muita alegria a criação do DOF, do documento
4666 novo de uso de um recurso natural da Amazônia, também, não é só da Amazônia, mas é também de lá, pra

4667 demonstrar bem que, feito com consciência, feito com seriedade vocês podem, nós os brasileiros, os 180
4668 milhões de brasileiros podem utilizar um recurso que nós temos sem fazer aquela preocupação radical de que
4669 ninguém toca ou vocês acham que aquela madeira toda é só pra uso da, da, das pessoas locais. Claro que
4670 não, aquela madeira que ta sendo tirada de lá legalizada, corrigida, fiscalizada, controlada é a madeira que
4671 enfeita esse, essa mesa aqui, esse palco, e, provavelmente, enfeita a casa de vocês também, ou seja, com
4672 consciência, com educação, com conversa nós podemos e devemos usar os nossos recursos naturais da
4673 forma mais adequada possível. Muito obrigado. (*aplausos*)

4674
4675

4676 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Bom, eu gostaria de agradecer o doutor José Carlos por ter, inclusive, cedido
4677 três minutos do seu tempo para o resto dos, aos outros membros da mesa e já passo a palavra ao doutor Juan
4678 Quintero. Especialista do Banco Mundial sobre avaliação ambiental estratégica. Então, não saiu som nenhum.
4679 Desculpa, eu falei um pouco longe do microfone. Então, eu passo a palavra ao doutor Juan Quintero,
4680 Especialista do Banco Mundial para assuntos de avaliação ambiental estratégica.

4681
4682

4683 **O SR. JUAN QUINTERO (Especialista do Banco Mundial sobre Avaliação Ambiental Estratégica)** –
4684 Trecho em Espanhol de 00:58:23 a 01:02:43. (*aplausos*)

4685
4686

4687 **DVD 11**

4688
4689

4690 **O SR. JUAN QUINTERO (Especialista do Banco Mundial sobre Avaliação Ambiental Estratégica)** –
4691 Trecho em Espanhol de 00:00:00 a 00:14:36. (*aplausos*)

4692
4693

4694 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Bom, eu agradeço ao doutor Juan por ter mantido-se dentro do tempo
4695 disponível. Ele acelerou um pouquinho pra poder cumprir esse compromisso e já passo a palavra, então,
4696 representante da (*ininteligível*). Desculpe, eu não guardei seu nome.

4697
4698

4699 **O SR. RUY DE GOES** – Ruy.

4700
4701

4702 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Ruy. Desculpe.

4703
4704

4705 **O SR. RUY DE GOES** - Boa tarde a todos. Eu não vou participar da dança de cadeiras devido a uma
4706 incompatibilidade de sistemas de computador. Eu vou acabar ficando sem o PowerPoint. E queria agradecer
4707 na pessoa do Nilo, os organizadores e parabenizar os organizadores pela altíssima qualidade dos debates
4708 ocorridos aqui nesses dois dias e manifestar a minha alegria de ta podendo participar disso. Até porque, é
4709 engraçado que se a gente olha em perspectiva há pouco mais de três anos, quando eu fui pro Ministério do
4710 Meio Ambiente pouquíssimas pessoas ouviam falar em avaliação ambiental estratégica. É um instrumento que
4711 não é novo. Já é aplicado em alguns países desde década de 90. Já havia algumas experiência de aplicação
4712 no Brasil, mas pouquíssima gente se envolvia nesse debate, pouquíssima gente sabia do que se tratava o
4713 instrumento. E se a gente pega esses dois dias como um termômetro a gente ouve manifestações por parte da
4714 indústria, por parte de diversos ministérios setoriais, por parte do Ministério Público a respeito da importância
4715 da avaliação ambiental estratégica como um novo passo a ser dado na prática de avaliação dentro da
4716 legislação e dentro dos processos de avaliação do Brasil. Eu acho que é um crescimento bastante rápido, onde
4717 há também diferenças conceituais, visões diferentes sem que haja necessariamente uma visão consolidada
4718 com uma única ou com uma cartilha que possa ser usada uniformemente em diversas situações dentro do
4719 país. Ontem, a doutora Marga falava em saber governar com turbulências. E eu acho que isso daqui também

4720 reflete, essa própria mesa reflete um pouco o que significa o saber governar com turbulências, em que a gente
4721 convive com visões diferentes. Não necessariamente se tem uma visão única. Às vezes, a gente tem diversas
4722 visões sob óticas diferentes sendo aplicadas no mesmo objeto. E acho que nisso a AAE tem uma vantagem
4723 bastante grande. Eu acho que a gente, o que nos permite olhar mais distanciado multisetorial pra aplicação ou
4724 pra escolha, pra tomada de decisões. E nisso, me pediram pra falar um pouco sobre como é que tá o processo
4725 de interpretação da AAE sob a ótica do governo brasileiro. Não estamos trabalhando com isso com o Ministério
4726 do Meio Ambiente. Isso é um trabalho que envolve diversos ministérios. Eu vou ressaltar que a gente na tá
4727 começando do zero. A AAE já tem iniciativas que vêm desde década de 90, mas experimenta agora um
4728 amadurecimento acelerado e eu acho que essa própria discussão aqui é reflexo disso. Se a gente for olhar pra
4729 década de 70 já houve a criação de um manual de AAE por parte do Ministério do Meio Ambiente. Já se pli, já
4730 se aplicou o instrumento em algumas situações. A gente poderia citar o trabalho feito em cima do (*ininteligível*),
4731 o gasoduto Brasil/Bolívia, se poderia citar o rodoanel aqui em São Paulo, a avaliação voltada pra petróleo e
4732 gás no sul da Bahia, um experiência piloto de começo de aplicação do instrumento na região do Araguaia
4733 Tocantins, que foi objeto de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o (*ininteligível*). Minas Gerais
4734 também tem muita algumas experiências em relação a isso, ou seja, a gente sai de uma herança, a gente
4735 parte de uma herança de algumas experiências que já foram resolvidas no país, mas ainda sem uma
4736 concentração, sem uma roupagem definida. E ao tentar implantar um instrumento no Brasil é importante
4737 localizar quais são os obstáculos. Isso eu acho que a gente poderia citar quatro grandes obstáculos. O
4738 primeiro. Que tão sendo enfrentados gradativamente. O primeiro é o marco conceitual. Eu acho que aqui nessa
4739 mesa a gente já ouviu, inclusive, que não é uma questão simples. Eu acho que não existe uma receita de bolo
4740 que possa se aplicada pra todos os países de uma forma uniforme sem precisar adequações dependendo das
4741 condições geográficas e culturais Eu acho que cabe a nós descobriremos o marco conceitual que encaixa nas
4742 condições brasileiras, que encaixa na legislação brasileira. Segundo, se tem ainda pouca, poucas experiências
4743 práticas. E isso, se caso acontecer o fator, que há pouca capacitação dos gestores públicos. São poucas as
4744 pessoas treinadas em AAE, que são capazes não só de definir como também de aplicar um instrumento. Isso
4745 eu acho que é uma situação que a gente pode observar na América Latina inteira. Eu acho que é um, pela
4746 própria novidade que o instrumento traz consigo a capacitação (*ininteligível*). E quarto, a pouca tradição de
4747 inserção da variável ambiental nos processos de planejamento, principalmente quando a gente pensa quanto
4748 mais pro alto a gente vai menor a tradição de incorporação da variedade, da variável ambiental nos processos
4749 de planejamento. E isso tem sido, esses quatro pontos têm sido o foco do trabalho da gente, não só com o
4750 Ministério do Meio Ambiente, mas um núcleo de ministérios que têm se agregado pra trabalhar sobre o tema. E
4751 visando superar esses obstáculos ao longo desses anos se teve uma série de reuniões, seminários, diversos
4752 especialistas têm colaborado, inclusive o Juan, a Maria Partidário, que tem nos auxiliado também a clarificar
4753 conceitos, a tentar uniformizar alguns, algumas idéias. Temos contado também com especialistas brasileiros. A
4754 COP tem um convênio com o Ministério do Meio Ambiente, Cepel já foi nossa parceira também nesses estudos
4755 e mais recentemente a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, que também mantém um convênio com
4756 a gente na parte de capacitação. E esses convênios, seminários, reuniões têm ajudado muito na definição do
4757 que seria um marco conceitual básico pelo menos para o governo federal. Dentro disso, a gente, em novembro
4758 do ano passado, montou um diálogo técnico, onde houve a participação do Ministério do Meio Ambiente,
4759 Ministério do Planejamento, Transportes, Turismo, Minas e Energia onde se tentou definir o que seriam os
4760 parâmetros básicos pra aplicação da AAE no Brasil. E dentro disso uma definição que eu acho que é
4761 importante é a gente não confundir e não tentar substituir avaliação ambiental estratégica por avaliação de
4762 impacto ambiental. Nesses dois dias eu acho que não daria pra dizer que há uma unanimidade, mas acho que
4763 há um reconhecimento de que a legislação ambiental brasileira é boa, ela tem vantagens enormes, inclusive
4764 quando a gente olha pra outros países, há problemas quanto a sua aplicação, mas é um elemento
4765 importantíssimo e chave pra sustentabilidade e pra tomada de decisões. A avaliação ambiental estratégica
4766 complementa ao invés de substituir o que seria papel da AIA. E nisso, isso eu acho que é parte dessas
4767 definições que a gente tem a partir desse diálogo, desse diálogo técnico. E se tem também a constatação da
4768 necessidade de uma ação transversal. E nisso há uma mudança radical também, uma diferença entre
4769 avaliação ambiental estratégica e as avaliações de impacto ambiental. Enquanto a avaliação de impacto
4770 ambiental é feita pelo órgão ambiental sobre os demais ministérios ou demais instituições, a avaliação
4771 ambiental estratégica tem que ser feita pelos órgãos ambientais com os outros ministérios. Não há sentido em
4772 haver uma ação isolada desconectada dos ministérios que são empreendedores sob pena de se tá, se tá

4773 montando um diálogo (*ininteligível*). Se a gente pensa na tomada de decisões relativas a políticas, planos e
4774 programas u e trabalha junto desde concepção dessas idéias ou a gente tem políticas de remediação, políticas
4775 de fim de turno se a gente for fazer um paralelo com produção industrial. E nisso, tem se conseguido com
4776 sucesso uma ação coordenada com o Ministério do Planejamento e com, principalmente com os ministérios
4777 empreendedores, todos esses ministérios que tem obras mais pesadas, que são os “clientes”, da avaliação de
4778 impacto ambiental, têm participado de uma forma bastante produtiva em definir esses conceitos, em ta
4779 começando a criar capacidade instalada dentro do governo como um todo. Nisso, uma outra, um outro marco
4780 que a gente teve recentemente foi a criação da comissão de monitoramento e avaliação, que é hospedado
4781 pelo ministério do Planejamento, é composta também pelo Ministério da Fazenda, Casa Civil e Meio Ambiente
4782 e que tem por missão avaliar os projetos de grande vulto constantes do PPA. Isso é um marco, porque, pela
4783 primeira vez, tem uma comissão multissetorial para avaliação de projetos antes da sua aprovação no âmbito
4784 do PPA e que tem entre as suas definições o uso da avaliação ambiental estratégica como um instrumento
4785 dentro da aplicação de políticas, planos e programas no âmbito do PPA. Isso foi estabelecido já na criação da
4786 Comissão de Monitoramento e Avaliação e depois pela Resolução 04 desse ano da CMA se criou um grupo
4787 interministerial com a missão de tá coordenando os esforços de avaliação estratégica no âmbito do governo
4788 federal. Então, com isso se cria um locus privilegiado pra aplicação da AAE, tendo como foco o PPA e tendo
4789 como atores não um ministério, mas um conjunto deles. Se define, dentro desses marcos conceituais,
4790 extraídos a partir dessas reuniões, que a avaliação ambiental estratégica deve privilegiar o caráter estratégico,
4791 como foi dito pela Maria do Rosário Partidário, se a gente for caricaturizar entre uma avaliação ambiental
4792 estratégica, estratégica e uma outra que fosse um AIA vitaminado a gente tá optando por ter essa visão mais
4793 estratégica aplicada a políticas, planos e programas ou a mega-projetos que tenham ações estrutu, que
4794 impliquem em ações estruturais. Em continuidade a isso, além dessa, desses avanços do ponto de vista de um
4795 marco conceitual, a gente também tá avançando em relação à capacitação. Há duas iniciativas em curso, uma
4796 através dum convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e a UEMS, a Universidade Estadual do Mato
4797 Grosso do Sul, que prevê a criação de um curso de especialização e aí voltado pra gestores federais,
4798 estaduais e membros da sociedade civil. A idéia é que haja um processo gradativo de capacitação na prática, a
4799 idéia, inclusive, é que, no âmbito desse curso já se tenha uma avaliação ambiental estratégica de
4800 empreendimentos planejados na região do pantanal, quer dizer não seria avaliação dos empreendimentos,
4801 mas da ação sinérgica a partir desse grupo de empreendimentos. E, e, uma, uma, uma sinergia que tem sido
4802 muito interessante ente governos estaduais, universidade e governo federal. Em paralelo a gente também tem
4803 um curso de capacitação montado no âmbito do governo federal, nucleado por aqueles cinco ministérios que,
4804 vamo dizer, são o ponto central da avaliação ambiental estratégica no Brasil, repetindo Planejamento, Minas e
4805 Energia, Transportes, Turismo e Meio Ambiente. Esse curso de capacitação tá se dando em duas fases. A
4806 gente tá terminando, agora, a primeira, que tá capacitando 60 gestores federais, com convite estendido ao
4807 Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, membros do Ministério Público, onde a gente tá tendo
4808 também a possibilidade de criar alguns termos de referência que a gente pretende concretizar ainda esse ano.
4809 Exemplificando, com alguns deles se pretende que isso gere termos de referência que vão virar avaliação
4810 ambiental estratégica, pó exemplo, no Corredor Centro-Norte, pegando a área, o setor de transportes ou
4811 Turismo no Cerrado, pegando também uma abordagem bastante ampla do turismo e suas conexões. Isso não
4812 se pretende que seja um seminário que termine agora, um diálogo, um processo que termine agora. A gente
4813 pretende que seja um processo contínuo, tenha capacidade de expansão pros setores, pras estadual e
4814 municipal e que tenha também em si a habilidade de criar capa, criar gestores habilitados a usar o instrumento
4815 no futuro. Como parte ainda desse processo de capacitação e não só isso, nessa semana ainda a gente teve
4816 um seminário em Brasília que terminou anteontem, um Seminário Latino Americano de Avaliação Ambiental
4817 Estratégica. E foi muito interessantes, não só como capacitação pra esses gestores, mas também pra trocar
4818 experiências e conhecer um pouco melhor o que tem acontecido nos outros países da América Latina. E,
4819 dentro disso, um foco interessantes, também, é o Irsa, a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da
4820 América do Sul, que apresenta um, uma enorme possibilidade de uso do instrumento pra macro-regiões,
4821 envolvendo projetos que agrupados em eixos abrangem os 12 países da América do Sul. Isso pode vir a ser
4822 também um marco a um comprometimento por parte do Ministério do Planejamento de tá utilizando a avaliação
4823 ambiental estratégica como um componente. Bom, dando uma aceleradinha com os minutos que me faltam,
4824 que me sobram, eu acho que valeria a pena pensar também quais são os próximos passos que a gente
4825 poderia tá trilhando aqui no Brasil, do ponto de vista de implantação da avaliação ambiental estratégica.

4826 Fizemos questão intencionalmente, pelo menos esse grupo de ministérios que nucleiam as iniciativas, de não
4827 ter iniciativas precipitadas, quer dizer, eu acho que é um instrumento novo. A gente tem que reconhecer as
4828 limitações e barreiras, essas barreiras estão sendo enfrentadas, eu diria com bastante sucesso, eu acho que é
4829 um processo que está em andamento com boas possibilidades de dar frutos muito rapidamente. E dentro
4830 disso, eu acho que a gente tem essa continuidade do processo de capacitação, pretendemos ter, em breve, a
4831 aplicação prática do instrumento como uma decorrência desse processo de capacitação, terceiro, uma
4832 consolidação progressiva do instrumento no âmbito da CMA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, já
4833 com a aplicação do instrumento dentro do próprio, do próximo PPA. Não temos a ilusão de que se possa ter
4834 uma avaliação ambiental estratégica do PPA como um todo nesse nosso quadriênio, mas certamente dá pra
4835 começar a aplicar o instrumento e começar a esperar que essa aplicação de uma forma cada vez mais
4836 intensiva. Há também a possibilidade de uso da AAE no âmbito da Irsa. Isso abre potencialidades no uso para
4837 planejamento macro, macro-regional. E por último eu gostaria até de levantar uma discussão que eu acho que,
4838 em breve, deve continuar no âmbito do CONAMA que é quanto ao Marco Legal, quer dizer, isso é uma
4839 polêmica que se dá não só aqui no Brasil como também em outros países, que é se vale a pena ou se há
4840 necessidade de se ter instrumentos específicos que estabeleçam a avaliação ambiental estratégica
4841 formalmente. Há, inclusive, um projeto de lei no Congresso, que prevê a obrigatoriedade de uso da avaliação
4842 ambiental estratégica. A gente considera, lançando pelo menos algumas idéias pro debate, a gente considera
4843 que ainda é prematuro finalizar essa discussão. É um instrumento que tá em fase de consolidação, todos nós
4844 estamos aprendendo, não há ainda uma cartilha que possa ser aplicada uniformemente, então, possivelmente
4845 vale a pena amadurecer um pouco as idéias antes de se ter a preocupação com a legalização do instrumento
4846 ou a formalização do seu uso, inclusive se é que a legislação presente já não é capaz de dar conta disso.
4847 Finalmente, eu acho que a gente tem essa aplicação da AAE no momento certo. A gente passou por um
4848 processo de consolidação da Legislação Ambiental Brasileira. Há um caldo de cultura pronto pra que se dê o
4849 próximo passo, que é passar a olhar pra políticas, planos e programas de uma forma integrada. Só pra me
4850 referenciar no que falava o José Carlos a pouco eu acho que seria interessante, inclusive é o exemplo que ele
4851 dá, que a gente começasse a examinar, por exemplo, a Matriz Elétrica Brasileira sob o âmbito de uma
4852 avaliação ambiental estratégica. Isso poderia levantar discussões difíceis. Certamente não há respostas fáceis
4853 sobre como abastecer o país de energia. A multiplicidade de interesses é enorme e o debate democrático que
4854 permita a expressão dessas diversas visões só pode enriquecer e tornar as decisões participativas mais
4855 democráticas. Obrigado. (*aplausos*)

4856
4857

4858 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** - Muito obrigado doutor Ruy. Gostaria de passar a palavra, então, para o doutor
4859 Gilberto, João Gilberto Lotufo.

4860
4861

4862 **O SR. JOAO GILBERTO CONEJO LOTUFO (Superintendente da Agência Nacional de Águas)** - Boa tarde a
4863 todos. Eu queria cumprimentar por esse evento maravilhoso. Cumprimentar os expositores que me
4864 antecederam. E vou procurar. O nosso tema, eu sou superintendente da Agência Nacional de Águas, diz
4865 respeito a, fundamentalmente ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a
4866 implementação do sistema no país. E, em particular, eu estou na Superintendência de Planejamento de
4867 Recursos Hídricos, que cuida, então, da implementação, principalmente de planos de bacias hidrográficas. E
4868 os planos de recursos hídricos, eles lidam, então, com a compatibilização de usos múltiplos da água, que
4869 praticamente todas as atividades que a gente possa imaginar têm interface direta com a água, articula, então,
4870 com planos setoriais, e aí eu acho altamente relevante a gente citar os diferentes níveis de preparo e
4871 capacitação dos setores no país, e isso é um, nem todos têm a capacitação do setor elétrico. É importante que
4872 nesse ambiente há uma, um espaço pra visualizações de futuro e incertezas e, portanto, é um ambiente onde
4873 a gente tem que tentar integrar os setores e isso, conforme prevê a lei, num sistema, num processo
4874 participativo. Então, é nesse ambiente que se desenvolve o plano de recursos hídricos e, a nosso ver, ele tem
4875 muito a ver com tudo que se discorreu nessa mesa e se comenta sobre avaliação ambiental estratégica,
4876 porque na base do plano de recursos hídricos está exatamente a sustentabilidade, o desenvolvimento
4877 sustentável. Então, de alguma forma, é fundamental explorar essa ligação umbilical entre Sisnama e o Sistema
4878 de Recursos Hídricos. E nós, há cerca de três anos atrás, vislumbrando essa perspectiva, no sentido de

4879 avançar nessa discussão e nessa articulação com o setor, imaginamos que o plano da bacia hidrográfica do
4880 Tocantins Araguaia, que todos sabem, é uma bacia que tá com, onde a fronteira agrícola, avançando, a
4881 agroenergia avançando, a irrigação e etc, é uma região, vamos dizer, muito sensível e com todos os
4882 ingredientes possíveis de desenvolvimento da energia, hidroeletricidade, navegação, conservação ambiental,
4883 então, nós entendemos que seria importante tentar aplicar e experimentar um pouco como é que a gente
4884 poderia fazer essa integração. Então, esse, esse, foi decidido experimentar nesse plano do Araguaia
4885 Tocantins. É importante, destaco o processo participativo. Tem um grupo de acompanhamento. Vou comentar
4886 rapidamente sobre aspectos metodológicos e deixar aí algumas questões para reflexão. Esse é uma ilustração
4887 de tudo o que eu comentei aqui, ou seja, gestão de recursos hídricos de um plano, pela legislação, ela tem que
4888 estar integrada à gestão ambiental, articulada com o uso do solo, enfim, em todos os prazos setoriais. Dentro
4889 do plano de recursos hídricos nós temos que seguir esse tipo de orientação a que eu já me referi. E, portanto,
4890 no caso específico da bacia do, do, do Tocantins Araguaia nós estamos aplicando esse instrumento que é
4891 previsto na Lei de Recursos Hídricos, processo que é descentralizado e integrado a nível de bacia hidrográfica
4892 e o objetivo básico desse plano é criar uma agenda de recursos hídricos, onde, com participação dos
4893 diferentes atores, incluindo usuário e sociedade civil e os órgãos gestores. Então, nesse contexto é que vem a
4894 avaliação ambiental estratégica como uma prática pra tentar integrar essas questões. Aí nós estamos
4895 apresentando basicamente uma estrutura sucinta do grupo de apoio, mas mostrando que nós temos que
4896 criar representações de todos os setores dos diferentes nível de governo, dos níveis de estado, inclusive,
4897 então, essas quadradinhos verdes aí são basicamente os órgãos do governo federal envolvidos e aqueles
4898 amarelos estão, principalmente os setores usuários e os estados representando os demais atores na bacia. O
4899 apoio vem de uma empresa que foi contratada e toda, vamos dizer, estrutura da ANA, de alguma forma dando
4900 nesse processo que vem, que está em desenvolvimento. O objeto da avaliação da aplicação e exatamente
4901 avaliar essas, essas possíveis implicações das alternativas de uso e de implementação de planos que tenham
4902 repercussões e recursos hídricos e a avaliação ambiental estratégica, como, utilizada como um instrumento de
4903 auxílio à tomada de decisão na aplicação, no nível de política dos planos e programas. No caso específico nós
4904 desenhamos aí e tamo nessa fase na primeira etapa pra identificar os atores, os temas relevantes até a
4905 questão metodológica e que diz respeito como vai se avaliar, como se vai ponderar, como se vai quantificar
4906 essas questões. O modelo decisório e tudo isso paralelo à inauguração do próprio plano. Então, nós temos
4907 praticamente o processo decisório do plano tentando, tendo como pano de fundo essas questões de
4908 sustentabilidade ambiental que seria garantida pela avaliação ambiental estratégica. Aí é uma ilustração
4909 basicamente das questões fundamentais que envolvem a bacia desde a alocação de água, à esquerda, que é
4910 uma repartição do total da água entre os diferentes usos. Os sistemas de gestão de água e, enfim, todos os
4911 outros temas que envolvem exemplo, navegação, energia, qualidade da água, as questões indígenas, a
4912 questão de gestão do uso do solo e tudo isso a gente tem que junto com os atores criar um mecanismo
4913 que simboliza nesse centro aí é o quebra-cabeça que nós temos que equacionar vendo quais as alternativas
4914 de compatibilizar essas questões. Pra tudo isso. Eu vou passar rápido aqui. Eu não vou entrar nessa questão.
4915 Se pretende fazer algo que seja bastante comunicativo no sentido de quantificação, pra que as pessoas que
4916 estejam participando do processo tenham sensibilidade do que eles tão trabalhando e avaliando. E eu vou
4917 passar rápido, mas é só pra dar uma idéia de um termo específico que existiriam desagregações espaciais de
4918 cada tema, dizendo da importância relativa dele num contexto. E essas questões todas que a gente chama de
4919 questões fundamentais, tendo como pano de fundo, então, o desenvolvimento sustentável. O objetivo do
4920 plano, na prática. É fazer com que, ao final, a gente construa alguma coisa que pode ser, não ser, não ser um
4921 objeto bonito, exato, mas que ele tenha afinidades. Então, esse é o desafio que a gente tem no plano, lidando
4922 com todas essas incertezas e procurando chegar aí nesse produto que seria o plano integrado da bacia. Nós
4923 temos perspectiva de até final, meados ano que vem estarmos terminando esse plano. Esse grupo já tem se
4924 reunido e nós estamos na fase de, inicial, então, de começar a discutir essas questões no âmbito do plano.
4925 Dentro desse contexto todo, as dificuldades que a gente tem enfrentado na questão tanto de planos e eu
4926 acredito que fica clara que também na questão da avaliação ambiental estratégica se pegam casos específicos
4927 é a questão de fórum. É a questão de ter clareza do que se quer resolver, qual é o problema, quais são as
4928 questões relevantes. Por quê? Porque cada um quer resolver um problema diferente. Então, a gente tem que
4929 transformar cada problema diferente num problema de consenso de todos pra que a gente consiga chegar
4930 naquele quebra-cabeça e resolver a questão. Também o investimento, a definição clara e objetiva, a definição
4931 clara do que se quer resolver, quais as visões que se pretende ter é fundamental. A base legal, institucional, a

4932 capacitação que tem que ter por traz disso sem dúvida é um ponto forte. No caso específico de
4933 recursos hídricos esse é um ponto relevante que nós temos ampliando, vamos dizer, essa conectividade com os
4934 demais setores em especial o setor ambiental. O processo participativo, no nosso caso, é algo que já está
4935 garantido. Quer dizer, o grau de dificuldade está na implementação, mas nós já temos com alguma experiência
4936 nessa questão. Em selecionar os atores mais relevantes. Isso leva a um processo de credibilidade. Isso é vital
4937 na questão. Uma experiência que nós tivemos, por exemplo, no plano do São Francisco. Pretendemos repetir
4938 esse caso. É que a transparência e o crescimento desse grupo de acompanhamento, porque isso ocorre. Você
4939 vê o grupo no início e o grupo, depois de alguns meses de reunião quando os consensos começam a se
4940 clarear um pouco as intenções de cada um. Depois começa a aparecer um solzinho, uma luz no fim do túnel.
4941 Então, essa é uma questão fundamental. Aliado a isso eu acho que fundamental também é a questão do
4942 modelo decisório. Quer dizer, a gente precisa criar um desenho que seja de fácil comunicação. As pessoas
4943 precisam ter essa percepção clara. Quer dizer, comunicação, comunicação e comunicação. Sem a percepção
4944 das pessoas não vai ser possível. E aí eu concordando com todos, a gente precisa criando, aprendendo, quer
4945 dizer, então, a gente precisa sair da teoria e ir construindo um novo processo e pra isso gente precisa
4946 aprender. Vai aprender fazendo e eu não tenho dúvida que nós temos que pegar pilotos e a gente espera,
4947 contribuindo nesse processo, principalmente ter a integração dos sistemas e nesse processo que eu não tenho
4948 dúvida, vai ser longo, mas que, sem dúvida, vai aprimorar bastante o sistema como um todo. Muito obrigado.
4949 (*aplausos*)

4950
4951
4952 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Bom, eu agradeço o doutor Lotufo por trazer sua experiência prática, uma
4953 experiência prática aqui para a mesa, mostrando o quê que tá sendo feito e eu gostaria de aproveitar esse
4954 intervalozinho entre um orador e outro para fazer dois anúncios de utilidade pública. Eu não sou a moça do
4955 tempo, mas a informação que eu recebi é eu está caindo um toró lá fora e que não adianta sair correndo
4956 porque é preciso esperar a água baixar um pouquinho. E o segundo aviso é que logo após o encerramento
4957 dessa mesa e os debates nós vamos ter um lanchezinho, um café, umas coisinhas oferecidas pela
4958 Universidade São Marcos, se não me engano, mas é que esse, esse comercial não estava no *script*. Então, eu
4959 passo a palavra para o professor Marcelo Pereira de Sousa, da Escola de Engenharia da Universidade de São
4960 Carlos, da USP.

4961
4962
4963 **O SR. MARCELO PEREIRA DE SOUZA (Escola de Engenharia da Universidade de São Carlos)** – Muito
4964 obrigado. Bom, antes de mais nada, eu gostaria muito de agradecer o convite que partiu do Nilo e de toda sua
4965 equipe a oportunidade desse debate a respeito de avaliação ambiental estratégica, estudo de impacto e
4966 licenciamento. Cumprimentar os integrantes da mesa pelas exposições. Mencionar que Maria Partidário e Juan
4967 me trouxeram um problema. Quer dizer, se um não pode falar o português, porque é o nosso português de
4968 origem, se prontificou a falar inglês. Eu tou com um problema duplo, porque tanto o meu português quanto o
4969 meu inglês tem um ligeiro sotaque caipira, então a gente fica com uma dificuldade de expressão aí.
4970 Seguramente o Lotufo vai me entender, porque ele andou pelas terrinhas lá de São Carlos. Bom, o desafio de
4971 falar em dez minutos sobre um tema tão apaixonante e amplo faz com que a gente tenha que optar. Dentre as
4972 opções eu espero ter feita uma mais razoável, que é um recorte sobre avaliação ambiental estratégica,
4973 especificamente estudo de impacto ambiental e licenciamento. Para pontuar eu iniciaria lembrando e dando
4974 minha opinião, que estudo de impacto ambiental, avaliação ambiental estratégica e licenciamento ambiental
4975 são instrumentos de uma mesma corrente, portanto, esses instrumentos têm entre si objetivos maiores a
4976 serem atingidos que a própria política, então, somente objetivos próprios. Bom, isso desdobra imediatamente
4977 que estudo de impacto ambiental não é instrumento de licenciamento ambiental. Ao contrário, são os
4978 instrumentos componentes. Nós podemos não só estudar ambos, como também não colocá-los em uma
4979 seqüência óbvia. Ainda nesse primeiro momento gostaria de comentar que o empreendedor deve demonstrar
4980 os seus, a sua viabilidade econômica e viabilidade financeira aos seus acionistas, aos seus investidores. Sem
4981 as quais não haverá investimento. Cabe ao empreendedor nesse caso AIA também demonstrar a viabilidade
4982 ambiental desses PPPs e P de projeto, caso contrario a sociedade pode não investir no meio ambiente, nesse
4983 tipo de proposta. Portanto, é bastante claro o papel da sociedade nesse processo e mais ainda desses
4984 instrumentos. Portanto, a avaliação ambiental estratégica e avaliação de estudo de impacto ambiental são

4985 instrumentos de política ambiental. Política essa que tem que desdobrar num estudo de viabilidade ambiental.
4986 Nesse sentido, atribuindo ao EIA conforme ficou bastante claro nas exposições como atribuição, ou seja, um
4987 papel muito maior em suas atribuições iniciais, nós vemos como sobrecarregado o EIA. Eu fico bastante
4988 assustado com as inúmeras propostas de desregulamentação da RA de licença ambiental, independente de
4989 monofásico, bifásico ou trifásico, mas via corte de EIA. Peraí, o EIA não é instrumento de adiar. Como é que
4990 você vai cortar o EIA. Mais que isso. Hoje o EIA sofre por um problema e eu vou rapidamente convergir a isso.
4991 Isso é recorte que eu optei. Sofre por um problema muito sério de participação, o Luiz Cláudio mencionou com
4992 clareza nobre, e o estado de São Paulo, como uma das, dos estados importantes, todos são, mas do ponto de
4993 vista econômico o estado de São Paulo é um estado importante na União, todos são, obvio, inclusive, Goiás é
4994 também. Tudo, foi ele o precursor de uma desregulamentação do EIA para atingir o LA. A partir de 1995 houve
4995 uma desregulamentação de EIA dando atribuições ao RAP, Relatório Ambiental Preliminar. Esse RAP é de
4996 rapidinho mesmo. Essa era a intenção. Ontem, o Langone me deu uma demonstração de cidadania das quais
4997 eu adoro. Perplexidade e indignação. Ainda ontem, infelizmente, eu também tive a mesma perplexidade e
4998 indignação e você me inspirou a comentar isso. Ontem eu estava sentado aqui fazendo uma apologia à
4999 participação do testemunho. A partir de 1995 foi ele que castrou a participação da sociedade no estado de São
5000 Paulo. ... o secretário do Meio Ambiente pra você ver a perplexidade. Bom, eu gostaria que o doutor fizesse a
5001 gentileza de apertar o botãozinho, já que está *expert* nesse assunto. Primeiro, eu vou falando, porque senão
5002 daqui a pouco, o senhor coordenador vai cortar tudo. Eu vou mandando bala aqui. A primeira questão que eu
5003 quero colocar é que a partir do ... para uma visão ambiental, na verdade, ele é incompleto. Porque não se
5004 pode estar apenas tipologia das quais vocês vai licenciar ou não ou a partir das quais você vai solicitar o
5005 estudo de impacto ambiental. Tem um outro lado dessa história, que é exatamente o local, o local, a
5006 localização e a tipologia em ambos. E qual é mais importante para saber se nós temos ou não que fazer
5007 estudo de impactos ambientais, simplificações de relatórios, etc, etc. E a partir disso, desse estudo de
5008 viabilidade ambiental, dada ... venho comentar com vocês a necessidade da informação. Cabe ao poder
5009 público a obrigação de conduzir. Lembrando a alguns dos expositores e mencionando que sem a
5010 administração não se tem em momento algum. Sem informação não se tem em momento algum a
5011 administração. O que me causa espanto senhor coordenador é o seguinte, quer dizer, de um lado nós vamos
5012 fazer uma avaliação ambiental estratégica, como nós falamos no começo PPA, enfim, não quero julgar nesse
5013 momento. Senhor José Carlos consta que nos demonstra que o Ministério de Minas e Energia, tradicional
5014 competência que tem, traz todas as suas informações, as suas unidades de negociação, suas necessidades,
5015 etc. Da mesma maneira, Os outros ministérios dito grandes de planejamento. A minha preocupação é, e o
5016 Ministério do Meio Ambiente, será que ele tem essa base de referências ambientais a partir das quais ele tem
5017 que negociar? Base essa, por exemplo, ele poderia entrar numa mesa de negociação e até de colocação, o
5018 doutor José Carlos Costa traz de maneira cabal, aliás, o mundo ta nesse dilema. Energia nuclear na terra é a
5019 discussão. O Brasil fósforo nuclear. As pessoas sempre levantam: "Ó, não se esqueça do administrador de
5020 carbono, etc". Nós numa visão macro dessa questão energética diríamos o seguinte: "Olha, nós podemos
5021 minimizar muito ainda a emissão de carbono na energia. Basta parar de queimar as canas. Emissão de
5022 carbono é um absurdo. Portanto, nós temos opções dentro desse processo ambiental de ta negociando muito
5023 bem a redução da camada, perdão, da emissão de carbono. Como chegar ao resultado. Aqueles dois quadros
5024 anteriores mostravam claramente que dois municípios têm capacidade de suporte. Vou usar esse termo, por
5025 favor, biólogos. Tem capacidade de suportes completamente diferentes. Obviamente eles têm possibilidades
5026 diferentes de desenvolvimento. Se nós imaginarmos que uma, uma tabela como essa poderia expressar e
5027 expressa os fatores de ponderação e interesse não apenas ambientais nós poderíamos colocar como classes
5028 de aptidão ambiental dentre esses fatores ambientais qual a participação da sociedade. Quer dizer, isso não é
5029 meramente técnico, mas também não é meramente participativo. Os interesses têm que existir fora dessa
5030 discussão. Portanto, nessa ponderação de interesses, por oficinas, eu quero estender aqui essas insinuações
5031 sairíamos pra uma apresentação como essa. Então, nós temos uma determinada região com capacidades
5032 completamente diferenciadas de aptidões ambientais. Bom, seria, penso eu, um bom início para nós
5033 conversarmos com o Ministério de Minas e Energia e todos os demais com as nossas bases de referencia
5034 ambiental. mais que isso, o empreendedor que até então está vendido na história vai falar: "Peraí, eu só não
5035 posso o branco, porque o branco não tem viabilidade ambiental. O roxo ... O marrom apresenta uma
5036 baixíssima capacidade de aptidão ambiental. Bom, peraí. Eu vou procurar o verde. Vou procurar regiões com
5037 maior aptidão ambiental. Esse é um caso escancarado de que as opções de localização podem sim compor o

5038 estudo de impacto ambiental. Mais que isso. Todas as alternativas de localização. Mais que isso. eu tenho aí
5039 as alternativas tecnológicas, porque para que eu possa viabilizar no marrom não é a mesma tecnologia.
5040 Obviamente mais refinada do que no verde, então, esse, essa é uma base de referência extremamente
5041 importante pra que a gente possa negociar, pra que a gente possa trabalhar. Portanto. Próximo, por favor.
5042 Uma mesa região com duas aptidões completamente diferentes. A Cetesb não pode simplesmente ficar
5043 perplexa e falar que Não pode passar no..., mas pode passar no marrom. Pode passar no verde usando
5044 tecnologia e cuidados ambientais. Essa é a grande base que nós temos que ter na área ambiental e é função
5045 do poder público fornecer esse tipo de informação a partir do qual os EEs, os estudos de impacto ambiental, a
5046 avaliação ambiental estratégica ficam claramente definidas no seu papel, claramente definidas na sua
5047 sistemática. Meu receio é que a gente não incorpore essas questões cruciais que é a fonte de informações. E a
5048 sociedade vai buscar maneiras dessa participação. Houve manifestações de que a questão ambiental hoje é
5049 uma questão meramente formal e não material. Bom, peraí, se eu castro a participação da sociedade em
5050 vários momentos, uma hora essa panela vai explodir. E vai explodir no fórum, porque eu tenho meus direitos
5051 tolhidos, não posso participar. Eu vou procurar a justiça, por isso que as coisas estão desembocando na
5052 Justiça, porque não tem previamente o momento dessa discussão. O momento que as pessoas têm que
5053 colocar na mesa seus interesses, como o colocou, definimos claramente o problema a ser balizado. Sendo os
5054 quais o fórum é o pior lugar pra todo mundo, porque não há vencedores lá, só vencidos. E a minha
5055 preocupação, nesse sentido, é que a avaliação ambiental estratégica venha ser concebida, senhor presidente
5056 da mesa, com esses cuidados, da participação, da disponibilidade, da sistemática de informações sem as
5057 quais nós podemos estar trabalhando novamente com um instrumento de política ambiental que daqui, não há
5058 25 anos, mas pouco tempo: “Olha! Puxa, a avaliação ambiental estratégica tá dando mais briga do que
5059 solução”, por uma ausência de informações, por uma ausência efetiva de participação. Esse é o recorte que eu
5060 procurei fazer. Lamento ter passado dois minutos aí. Lamento. Agradeço a sua paciência e a paciência de
5061 todos. Muito obrigado. (aplausos)

5062
5063

5064 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Eu gostaria de agradecer o professor Marcelo por ter trazido, inclusive, um dos
5065 caminhos de solução de conflitos, necessário para resolução de conflitos para que todos os atores importantes
5066 no debate tenham uma base de informação suficientemente completa e confiável para poder colocar seus
5067 pontos de vista e, assim, debater os pontos de vista dos outros atores. Bom, e como eu havia dito, eu vou me
5068 dar o direito de uns cinco minutinhos para colocar outras coisas que eu acho relevantes e surgiram aqui
5069 durante, ao longo desses dois dias de debate, que foi um debate bastante produtivo, bastante interessante e
5070 creio que bastante também compatível com o nível de maturidade dos 25 anos do CONAMA. Nós tivemos
5071 vários pontos de vista sendo expressados, as questões discutidas desde o pontos de vista de avaliação de
5072 impactos, de projetos especificamente há também essa estratégia de setores ou regiões e também a questão
5073 legal. Eu venho de um outro caminho que não o ambiental.

5074
5075

5076 **DVD12**

5077
5078

5079 **O SR. MAURÍCIO GALINKIN** – Esse planejamento era uma coisa rígida que era praticamente impossível.
5080 Nenhum político queria planejamento. Com razão, porque era uma camisa de força. E, trabalhando no IPEA,
5081 em 88, eu e Ronaldo Coutinho Garcia, Garcia Coutinho, que é outro técnico de planejamento e pesquisa no
5082 IPEA, nós descobrimos um planejamento estratégico situacional em São Carlos Matos e o trouxemos para cá
5083 pra começar a capacitar o sistema de planejamento. Infelizmente, a coisa não andou, mas desse, dessa
5084 experiência de planejamento eu gostaria de dar uma sugestão para o que Langone pensou e propôs. Os
5085 economistas que serviram de base para os golpistas de 64 viram que era necessário ter uma mente pensante
5086 na área de economia e finanças, porque não existia nenhuma estrutura, então, pensaram num escritório de
5087 pesquisa econômica que foi criado em agosto de 64. Seis meses após o golpe. E esse, esse escritório se
5088 transformou em instituto, que é o atual IPEA A, que teve um papel muito importante na formulação de
5089 políticas públicas, porque o IPEA era dividido setorialmente: indústria, agricultura, infra-estrutura, etc, etc, e os
5090 técnicos que lá estavam tinham muito mais capacidade de reformulação, do que os técnicos das áreas

5091 setoriais naquele momento. Então, se capacitou nessa interlocução com os técnicos das áreas setoriais e na
5092 década de 80 se esgotou esse modelo com os ministérios setoriais, incorporando as metodologias, as
5093 tecnologias, vamos dizer assim, de informação e planejamento e até absorvendo alguns técnicos originários do
5094 IPEA pra isso. Então, se passou para a máquina pública como um todo essa capacidade de informação e
5095 planejamento, depois de uma série de investimentos feitos num núcleo que tinha muito mais capacidade de
5096 informação, envolvendo aquelas variáveis. Certo. Então, eu acho que pode-se pensar em alguma coisa desse
5097 tipo para criar esse nicho de pensamento com relação, não à avaliação ambiental estratégica, e sim como
5098 incorporação da questão ambiental como fator relevante para o futuro. Planejar e pensar no futuro. Não há
5099 como pensar futuro sem a questão ambiental. Então, era isso que eu gostaria de colocar e agradecer a todos e
5100 perguntar ao doutor Nilo se ele assume aqui os debates. Desculpe. (*aplausos*)

5101
5102

5103 **CERIMONIAL** – Nós vamos, agora, desfazer a mesa, nós vamos, agora, desfazer a mesa número quatro e
5104 pedir pra compor a mesa de debates com a presença aqui em cima do doutor Cláudio Langone, secretário do
5105 Meio Ambiente, secretário-executivo do Meio Ambiente. Doutor Nilo Diniz, diretor do CONAMA. E dar início aos
5106 debates dessa tarde. Em nome da Secretaria de Meio. Em nome da Secretaria-Executiva do CONAMA,
5107 agradecemos a presença de todos aqui que abrilhantaram esse seminário. Muito obrigada.

5108
5109

5110 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Nós vamos, conforme previsto, fazer uma
5111 rodada de intervenções a título de comentários e encaminhamentos. Quero apenas, antes, passar a palavra
5112 aqui ao secretário Langone e informar que já temos um *coffe break* de encerramento instalado no *foyer* do
5113 teatro, aguardando apenas a conclusão aqui dos nossos trabalhos pra gente, então, poder desfrutar dessa,
5114 desse momento aí de confraternização antes da conclusão da 48ª Reunião Extraordinária do CONAMA.
5115 Langone!

5116
5117

5118 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Bem, primeiro eu
5119 quero registrar que nós percebemos um sentimento em todos os participantes, inclusive, pela permanência do
5120 grande fluxo de público, uma grande unanimidade sobre o padrão de qualidade dos debates nesse seminário.
5121 O seminário realmente construiu um momento ímpar dentro do CONAMA e do Sisnama de aprofundamento e
5122 troca de opiniões e diferentes leituras em relação ao balanço que nós acumulamos e, sobretudo, um olhar de
5123 futuro. Nós vamos trabalhar fortemente pra transformar isso em publicação e nós, portanto, vamos, depois da
5124 transcrição de todas as falas aqui, estar em contato com os painelistas, com essa idéia de que nós precisamos
5125 disponibilizar ao conjunto da sociedade brasileira a riqueza dos debates que aqui ocorreram. Identificamos
5126 também um grande desejo de que se aprofundassem as discussões com o plenário. Em todas as mesas,
5127 certamente, muitas pessoas ficaram com muita vontade de se inscrever para intervir nos debates e colaborar
5128 com esses debates, mas a nossa opção permitiu que as mesas transcorressem adequadamente e que nós
5129 percorrêssemos todo o debate, o roteiro planejado para os seminários, em prejuízo do esvaziamento. Então,
5130 nós pensamos aqui em duas questões, duas, dois desdobramentos que poderiam ser trazidos. A primeira é
5131 que, a partir das contribuições dadas nos próprios painéis, agregadas no que a gente proporia agora, que seria
5132 uma breve rodada de, no máximo, dez inscrições de três minutos, pra que permitíssemos que aqueles que
5133 ainda querem ou que tiveram a intenção de se manifestar ao longo dos debates pudessem fazê-lo, trazendo
5134 sugestões. Nós recolhemos o conjunto de questões trazidas ao longo dos debates e nessa rodada e levamos
5135 ao Cipam, que é uma comissão que representa os segmentos do conselho, com uma reflexão sobre os
5136 desdobramentos tanto do plano normativo quanto do plano do debate político-institucional, que pode ser feito a
5137 partir desse seminário, como eu disse, um momento único. Então, a invés de nós aqui termos um momento de
5138 discussão de propostas e deliberação, o que não é cabível, nós recolheríamos o conjunto das contribuições
5139 aqui para que o próprio Cipam pudesse fazer essa reflexão, obviamente remetendo essa reflexão ao Ciplam,
5140 posteriormente ao plenário do CONAMA, oportunamente quando tivermos isso trabalhado, com adequação da
5141 devida denúncia. Então, a nossa sugestão seria de abriremos uma rápida rodada de inscrições, no máximo dez
5142 inscrições de três minutos para observações, questionamentos, sugestões, proposições que pudessem ser
5143 feitas ao CONAMA de parte, não só dos conselheiros aqui presentes, mas também dum conjunto imenso de

5144 convidados do Cade, do Consema e de instituições que participaram desse seminário e após isso, então, nós
5145 teríamos este *coffe end*, que está sendo oferecido, para um momento mais descontraído de comemarmos
5146 com satisfação de todos, com imensa riqueza e um ambiente muito profícuo de discussão que nós tivemos
5147 nesse conselho. Então, com isso, nós abriríamos o espaço para manifestações. Eu pediria que aqueles que
5148 queiram usar a palavra que levantassem o crachá ou levantassem a mão, fazendo, obviamente, um apelo
5149 informando que nós seremos muito rigorosos do cumprimento dos três minutos. Praqueles que me conhecem,
5150 como eu sou no CONAMA, sabem que eu não tenho a mesma flexibilidade que o Luiz Felipe teve na mesa da
5151 manhã em relação ao tempo. Então, conselheiro Sérgio, do PCN, é o primeiro que pede a palavra.

5152
5153

5154 **O SR. SÉRGIO (PCN)** – Eu vou procurar ser mais rápido do que três minutos pra poder dar outras
5155 oportunidades. Eu acho que essa, essa, podemos aumentar a participação. A idéia é o seguinte, faltamente
5156 nós não vamos discutir mais todas essas metodologias. Elas são instrumentos complementares como todo
5157 mundo viu e tal. Eu acho que o instrumento que o companheiro agregou muito bem, que a gente pode tentar
5158 fazer uma reflexão para desenvolver um novo instrumento seria uma coisa chamada Avaliação da
5159 Responsabilidade Sócio-Ambiental. Essa Avaliação da Responsabilidade Sócio-Ambiental vem de encontro a
5160 relação entre governo e as entidades. Hoje, todas as grandes empresas, elas têm no seu iscorpo, inclusive de
5161 marketing e comunicação, elas realizarem qualquer atividade produtiva, qualquer atividade de, de, de
5162 ocupação no território e exploração de um determinado recurso como sendo de responsabilidade sócio-
5163 ambiental. Por outro lado, as próprias conferências de meio ambiente colocaram esse tema. Quer dizer,
5164 transversalidade e responsabilidade sócio-ambiental é um ponto chave pra gente incrementar a discussão só,
5165 não só dentro da, evidentemente dessa relação sócio-ambiental, a relação econômica e o valor do meio
5166 ambiente em relação ao, aos possi, a todas as explorações ou todas as atividades industriais. Então, uma
5167 proposta, então, é que se acrescente na discussão de um debate sobre esse tema essa possibilidade da
5168 gente ter uma complementação não mais só de um instrumento de diagnóstico, mas sim de um instrumento de
5169 tentativa de propor soluções que seria a avaliação da responsabilidade sócio-ambiental como complemento e
5170 talvez até para elaboração de uma futura Resolução para daqui há 25 anos a gente tá discutindo ou não se foi
5171 ou não interessante esse instrumento. Muito obrigado.

5172
5173

5174 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – A próxima inscrição
5175 é Ingrid (*ininteligível*) de Santos.

5176
5177

5178 **A SR^a. INGRID DE SANTOS** – Boa tarde, minha intervenção é rápida. Nós vimos nesses dias a importância,
5179 como desde o ano passado, num seminário que também teve sobre licenciamento ambiental e
5180 desenvolvimento, esse instrumento da avaliação ambiental estratégica ser colocado como instrumento
5181 fundamental e necessário pro nosso planejamento regional, pro nosso planejamento de políticas públicas. E
5182 hoje nós vimos a dificuldade da implementação desse instrumento, como não é algo simples de se
5183 implementar. Então, aqui eu trago uma pergunta até pro Langone e pro Nilo, sobre na, já exis, já existem no
5184 Brasil alguns instrumentos de planejamento e a possibilidade de se instituir a obrigatoriedade de avaliação
5185 ambiental estratégica para esses instrumentos já existentes, como zoneamentos ecológicos econômicos, os
5186 planos diretores dos municípios, os planejamentos de bacias hidrográficas, os planos de gestão de bacias
5187 hidrográficas, que são instrumentos de planejamentos existentes e que, atualmente, não passam pelo crivo
5188 duma avaliação ambiental estratégica . Até no processo discutido de municipalização de grande parte das
5189 decisões ambientais esse tipo de avaliação ambiental estratégica nos próprios planos diretores poderia ser um
5190 instrumento interessante já que o município poderia gerir melhor uma questão que já passou por uma
5191 avaliação anterior. Então, a questão que eu coloco é se seria possível dentro da nossa normatização já
5192 utilizarmos esse instrumento para esses tipos de planos já existentes?

5193
5194

5195 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigada Ingrid.
5196 Sérgio Guimarães.

5197
5198
5199
5200
5201
5202
5203
5204
5205
5206
5207
5208
5209
5210
5211
5212
5213
5214
5215
5216
5217
5218
5219
5220
5221
5222
5223
5224
5225
5226
5227
5228
5229
5230
5231
5232
5233
5234
5235
5236
5237
5238
5239
5240
5241
5242
5243
5244
5245
5246
5247
5248

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES (Conselheiro) – Senhores da mesa, senhores conselheiros, em primeiro lugar eu quero dizer que, realmente, em alguns momentos aqui nesse seminário eu vi colocados temas de bastante relevância. Eu acho, como colocou o secretário Cláudio Langone, tanto de reflexão do passado, mas, principalmente, de olhar pro futuro. Quais os patamares e quais os desafios que estão colocados pra todos nós. Tanto enquanto conselheiros do CONAMA quanto enquanto os gestores públicos e nós na sociedade civil também. Eu quero lamentar é que não tem havido oportunidade, pelo formato do seminário, a oportunidade do debate no momento em que os temas foram colocados, porque, na seqüência, já tá mais frio, de perde o momento, se perde o momento do, do ensaio, da provocação. Então, nesse sentido, eu quero propor, Langone, que o CONAMA faça, depois do desdobramento, faça um seminário nessa direção desses temas que foram colocados aqui, principalmente dos desafios colocados pra gestão ambiental nos próximos anos. Não é? Então, aí vamo colocar uma agenda do que vem depois de decodificar todo esse material fazendo um seminário ou até estabelecer durante os plenários, ter um dia antes, um dia depois, para discussão de determinados temas no sentido de facilitar. Então, eu quero fazer essa proposta de que esses temas sejam tratados no seminário pra que possam ser tratados de uma forma mais aprofundada e que possa haver um, realmente um debate, onde as pessoas possam colocar seus pontos de vista e possam, efetivamente, enriquecer. E nesse sentido do seminário eu quero lembrar ao diretor do CONAMA, o Nilo, que em Cuiabá, no ano passado, nós combinamos um seminário de instrumentos econômicos pra política ambiental e, devido a agenda, não sei, o CONAMA não conseguiu fazer. Então, é importante que esse seminário seja realizado. A gente considera que ele está bastante oportuno e que isso possa ser feito também conforme ficou combinado no ano passado em Cuiabá. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente) – Obrigado conselheiro Sérgio. O próximo Maurício Galinkin

O SR. MAURÍCIO GALINKIN - Como meu tempo foi pequeno, não é mesmo, eu pedi mais três minutinhos. Eu queria colocar como percepção que tenho da questão instrumento, é que nós não podemos vê-lo como varinha de condão ou como panacéia que vai resolver diversas questões ambientais, as questões setoriais e as questões específicas do projeto. Nós sabemos que qualquer instrumento desse, inclusive, pode ser desvirtuado da sua elaboração e aplicação segundo erros e que, quem faz uma avaliação ambiental estratégica tem que saber o que tá procurando, como qualquer cientista. O cientista não descobre ao acaso. Ele sabe o que ele tá procurando. Raramente tem acaso nas descobertas. Então, quem ta fazendo uma avaliação ambiental estratégica também ta procurando alguma coisa, ele tem um foco e esse foco pode ser totalmente distinto de quem conduz um EIA e de outra pessoa conduzindo aquele mesmo EIA, no mesmo assunto, no mesmo local. Então, não podemos tomar o EIA como algo científico. É um ponto de vista a partir de determinado olhar. A partir de determinados interesses. Obviamente existem interesses que são perfeitamente claros, defensáveis, objetivos e socialmente justos e existem interesses que não tem essa característica. Então, temos que relativizar a questão do instrumento EIA com relação ao processo de sua execução. Nós temos que tomar os mesmos cuidados em relação ao, ao, ao, à avaliação ambiental estratégica que tomamos com outros instrumentos. Eles podem servir a propósitos gerais ou podem servir a propósitos específicos. Eu gostaria de comentar também que eu achei importante a fala da doutora Maristela Bernardo, que lembrou que nós temos que retomar uma capacidade propositiva e isso não cabe apenas ao, a, vamos dizer assim, ao segmento ambientalista ou a quem tá preocupado com a questão ambiental. Isso cabe a toda sociedade brasileira. Nós estamos sem projeto de país há quase 50 anos. eu cresci minha adolescência com o projeto de país. A gente tinha projeto de país. A minha geração tinha um projeto de país, que foi derrubado pelo Golpe de 64. Mas a gente tinha um projeto. Tanto que alguns até pegaram em armas para tentar fazer aquela parte no seu projeto, que acham que era possível a partir das armas, mas, enfim, tinha-se um projeto de país que hoje praticamente não existe. Se a gente ficar apenas discutindo taxas de crescimento, PIB, discutindo a taxa da Selic ou coisas semelhantes a gente não tá desenhando um projeto de país não. Sem um

5249 projeto de país não há como influenciar nenhuma avaliação ambiental estratégica. É essencial ter um projeto
5250 de país referenciando a avaliação ambiental estratégica. Obrigado.

5251

5252

5253 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Maurício.
5254 Próximo, Bernardo.

5255

5256

5257 **O SR. BERNARDO** – Boa tarde. Boa tarde Langone, Nilo. Eu só queria fazer uma sugestão, porque pelo eu
5258 que assisti aqui ontem aqui e hoje se falou em, o Langone falou muito bem em nichos de inteligência que a
5259 gente precisa ter no governo. E eu acho que o menor, melhor nicho de inteligência ambiental é o próprio
5260 CONAMA. Então, com base nesse, nessa premissa, eu faço uma sugestão. Primeiro, o CONAMA elaborar
5261 uma resolução sobre avaliação ambiental estratégica. Como e onde ela vai ser usada, porque a avaliação
5262 ambiental estratégica, na minha visão, é um instrumento de planejamento. Então você tem que, o próprio
5263 governo deveria usar ela nos seus PPPs, com a posição da, partidária. Certo. Então, primeiro é o CONAMA
5264 fazer essa resolução. Certo. E isso depois pode se rebater com os Conemas e com os conselhos municipais.
5265 Para o governo federal, estadual e municipal. Segundo, que é o caso mais difícil, mais. Trata-se de convencer
5266 o presidente. O presidente tem que elaborar um decreto obrigando todos os Ministérios a antes, ao elaborarem
5267 seus projetos e programas e políticas setoriais, enviarem ao CONAMA para ser deliberado pelo CONAMA,
5268 através de uma avaliação ambiental estratégica. O CONAMA tomar a posição e ele indicar a escolha.
5269 Deliberar sobre a escolha da política, da melhor política. Vamo tomar como exemplo a política energética. Não
5270 se faz uma avaliação ambiental estratégica da matriz energética Brasileira. Então, não se coloca todas as
5271 opções de energias renováveis, fosséis, nucleares, hidrelétricas e não se faz uma avaliação ambiental
5272 estratégica sobre o assunto. Quer dizer, eu acho que cabe ao CONAMA fazer isso. Que é o órgão, quer dizer,
5273 do Sisnama que tem todos, que tem representação em todos os ministérios, em todos os estados e todos
5274 municípios do setor produtivo, setor de, da sociedade civil e das entidades sindicais. Fica essa, essa é minha
5275 sugestão. Obrigado.

5276

5277

5278 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Mais alguma
5279 inscrição? Zé Cláudio Junqueira.

5280

5281

5282 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA (Assessor-especial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
5283 **Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais)** – Boa tarde. Eu não queria falar mais hoje, mas eu não
5284 agüento. Sabe por quê? Eu acho que o Maurício Galinkin falou uma coisa muito importante aqui. Nós
5285 precisamos de um projeto de país. Não vamos voltar a cometer erros. Puxa, o meu entendimento de avaliação
5286 estratégica é outro. O CONAMA não tem que fazer resolução de avaliação estratégica, não. Vamo largar essa
5287 mania, que governo tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. Aliás, nós não temos que perguntar pro governo
5288 um projeto de país, não. Nós é que temos que dizer pro governo que projeto de país que nós queremos. Os
5289 governantes, e eu faço parte da administração pública, temos que ter claro que nós somos empregados da
5290 sociedade. Não somos nós que temos que ditar o que queremos não. É a sociedade que tem que ditar o que
5291 quer. O governo não precisa fazer resolução de CONAMA, não. Nós que temos que ter claro, através dos
5292 nossos representantes no Congresso e nos vários colegiados e dizer que projeto de país queremos e, em
5293 função desse projeto de país, dizer, participar da avaliação estratégica. Eu acho que o Raul foi, pelo menos na
5294 minha interpretação, quem melhor colocou de uma forma, uma forma muito simples e singela o quê que deve
5295 ser a avaliação estratégica. O quê que a sociedade quer aqui praia ou hidrelétrica. A sociedade brasileira
5296 precisa dizer qual é a necessidade dela de energia. Porque o exemplo da Eletrobrás, vamos dizer o seguinte.
5297 O país precisa de tanto de energia. Quem, quem determinou que o país de tanto de energia. Ela, ela tem que
5298 ser em função do desejo do povo, do desejo da sociedade. Precisar de energia pra quê? Como o Maurício
5299 colocou aqui, pra fabricar alumínio. Nós temos que ver que o grande, o que o Brasil tá exportando hoje é
5300 energia e álcool, água. Soja e mais uma série de produtos como o alumínio é água e energia que nós estamos
5301 exportando. É isso que a sociedade quer. Se quer, tá ótimo, vamo por aí. Agora, a sociedade precisa dizer pro

5302 governo que projeto de país que tem, que quer. E, a partir disso aí, aí sim, vamo fazer a avaliação estratégica,
5303 ou seja, não precisa fazer resolução, o governo que determine o programa energético, o programa rodoviário,
5304 o programa agrícola, que tenham avaliações estratégicas com participação da sociedade.

5305

5306

5307 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Mais alguma
5308 inscrição. O colega aqui.

5309

5310

5311 **O SR. FRANCISCO (Pesquisador do Instituto de Geociências da Unicamp)** - Boa tarde a todos. O meu
5312 nome é Francisco. Eu sou pesquisador do Instituto de Geociências da Unicamp, embora não tenha mandato
5313 do instituto pra fazer qualquer declaração aqui, mas como inscrito e participando do evento, eu me reservei o
5314 direito de fazer aqui, registrar aqui algumas angústias e fazer uma sugestão pros próximos eventos. As minhas
5315 angústias estão relacionadas ao formato de como essa reunião foi organizada, embora os painelistas e
5316 debatedores tenham trazido muitas questões importantes aqui muita coisa era polêmica e eu acho que caberia,
5317 num determinado momento, abri um espaço pra uma interação entre os painelistas, os expositores e o
5318 plenário, que não é formado, necessariamente só por mandatários ou conselheiros do CONAMA. Acho que,
5319 como eu, tem muitos pesquisadores aqui que ficaram com muita vontade de, num determinado momento,
5320 polemizar com algumas das questões que estavam sendo colocadas aqui e que eram polêmicas. Então, essa
5321 era uma das angústias. A outra é em relação a, nós vimos que todos os painelistas e expositores fizeram
5322 menção à necessidade de publicidade, de fazer com que a informação circule. E todo mundo falou em
5323 informação, informação, informação e o próprio formato do encontro fez algumas restrições na medida em que
5324 os materiais foram produzidos para estes eventos foram limitados a distribuição às pessoas que rotineiramente
5325 o faz no seu dia a dia, ou no seu dia a dia estão discutindo essas questões. Como pesquisador e como
5326 professor eu acho, e como inscrito no evento, eu acho que pra começar a falar de publicidade e fazer com que
5327 isso chegue à sociedade tem que começar em casa. Era esse o registro que eu queria fazer e sugerir que nos
5328 próximos eventos se pense melhor, já que isso aqui não é uma reunião de deliberações e sim um seminário
5329 que deveria se aberto para todos emitirem as suas opiniões. Muito obrigado.

5330

5331

5332 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Mais alguma
5333 inscrição. Alguém. Doutor Paulo, por favor.

5334

5335

5336 **O SR. PAULO** – Bom, eu estou de pleno acordo que nós precisamos de um projeto, um projeto de nação.
5337 Agora, nós ambientalistas, o nosso grande projeto é melhorar a qualidade de vida e tornar a vida mais digna na
5338 face do planeta, salvar as espécies, a biodiversidade. Ela é importante e somos, em grande parte,
5339 dependentes dela. E eu acho que são coisas que possam unir o país e nós temos aqui no país uma grande
5340 vergonha nacional que é o fato de existirem cerca de 20 milhões de pessoas em estado de miséria. Então, o
5341 primeiro passo nesse grande programa deve se, melhorar a qualidade de vida e ter como prioridade, uma das
5342 prioridades principais a erradicação da miséria. Muito obrigado.

5343

5344

5345 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente)** – Com a manifestação
5346 do nosso comendador, doutor Paulo, nós encerramos, então, essa parte que é livre, agradecendo a
5347 contribuição de todos os que se inscreveram. Cabe aqui fazer uma avaliação de mérito sobre as questões
5348 colocadas, mas o Cipam deverá fazer isso com a responsabilidade de perceber que este seminário é um
5349 seminário em que fica claramente demonstrado força e vigor no setor ambiental brasileiro. O setor ambiental
5350 como um todo, não só a área governamental. E também a riqueza dos painéis, que tiveram representantes de
5351 várias instituições demonstra o alto grau de qualificação e de acúmulo que o nosso país tem de capacidade
5352 acumulada que o nosso Brasil tem não só para consolidar o que já conquistamos, mas, sobretudo, com uma
5353 visão de futuro, olhando sempre para os grandes desafios de superação que nós temos. É óbvio que esses
5354 desafios de superação requerem uma certa cautela no sentido de não buscar soluções mágicas que

5355 considerem, por exemplo, que nós temos hoje o mínimo de capacidade institucional instalada no país que
5356 permita fazer do plano normativo uma obrigatoriedade da introdução do instrumento da avaliação ambiental
5357 estratégica para tudo. Três anos atrás nós tínhamos, não mais do que 20 pessoas, capacitadas a utilizar esse
5358 instrumento. Hoje, nós temos um número um pouco maior, mas ele, absolutamente, não é suficiente em todo,
5359 nas instituições, nos governo, enfim, pra que a gente possa pensar num passo que vai além da capacidade. E
5360 um passo que vai além da nossa capacidade de utilizar um instrumento não só banaliza o instrumento como
5361 inviabiliza o instrumento. Agora, o que fica evidente no seminário é que, efetivamente, nós dependemos de, da
5362 opção do país de uma estratégia de um movimento de médio e longo prazo e que nós temos que ter uma visão
5363 sobre essa estratégia de desenvolvimento como setor. E essa é uma questão que é um desafio importante,
5364 porque o setor ambiental não tem uma tradição forte de discutir políticas de desenvolvimento. Embora tenha
5365 uma forte tradição de discutir o aspecto ambiental dentro da lógica de política de desenvolvimento, mas isso é
5366 insuficiente pra incidir no debate sobre estratégias de desenvolvimento. Então, a grande síntese desse
5367 seminário é que nós temos, hoje, acumulado um grau de força reconhecido ente nós e pela sociedade
5368 Brasileira, porque se nós não reconhecermos, a sociedade não reconhece que nós temos uma visualização
5369 bastante clara dos caminhos a seguir, embora hajam opções dentro de, a direção hajam sub-opções ou os
5370 caminhos a seguir que precisam, obviamente, ser aprofundados, porque normas, na verdade, são resultados,
5371 são conseqüências de impactos. Normas que vêm antes de impactos e conseqüências são mínimos na
5372 sociedade que não tem capacidade de implementação efetiva e viram normas de gaveta. Se há um grande
5373 questão colocada nesse balanço dos 25 anos é que nós tivemos capacidade de fazer normas que não viram
5374 normas de gaveta e que o processo de concentração em torno da construção dessas normas foi fundamental
5375 pra que nós tivéssemos um sucesso na implementação desses instrumentos q eu nós estamos hoje avaliando
5376 aqui, embora temos ciência das nossas insuficiências. Portanto, o grande sentimento que nós temos em
5377 relação a esse seminário é que nós estamos discutindo e fazendo os movimentos certos, na hora certa, cientes
5378 do que a gente acumulou e com muita clareza de um olhar de futuro sobre os grandes desafios que nós temos
5379 para adensar, fortalecer o setor ambiental e a liderança do setor ambiental frente aos outros setores nas
5380 políticas públicas brasileiras. Portanto, eu quero agradecer imensamente aqui a todos os painelistas e
5381 participantes desse seminário, cuja riqueza já foi destacada e passo aqui a palavra ao doutor Nilo Diniz, diretor
5382 do CONAMA para o encerramento dessa reunião, registrando mais uma vez que uma parte muito significativa
5383 do sucesso desta reunião se deve ao trabalho dedicado da pequena equipe do Conselho Nacional de
5384 Meio Ambiente que faz, cria as condições necessárias para que nós possamos estar aqui discutindo temas
5385 extremamente relevantes o futuro, o destino do nosso país. Muito obrigado a todos pela participação.

5386
5387

5388 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Bom, eu quero, tem um café esperando a
5389 gente lá em baixo e eu não quero postergar mais essa, esse momento também de confraternização que a
5390 gente pode ter também saboreando esse *coffe end*, que o Langone falou, que é oferecido pela Universidade
5391 São Marcos. A universidade onde o professor recebeu recentemente uma cátedra, o professor Paulo Nogueira
5392 Neto. A gente pode considerar esse café também um oferecimento aqui indireto do professor Paulo Nogueira
5393 Neto, portanto, que, em função do carinho que a universidade tem por ele que ta oferecendo essa homenagem
5394 a todos os senhores que estão aqui até este momento. Eu quero agradecer, portanto, muito especialmente
5395 aqui a Universidade São Marcos, à Unapas, a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Goiânia, à ANA
5396 (Agência Nacional de Aguas), O Ibama pela colaboração e o apoio fundamental que nós tivemos do Consema
5397 e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o Cades e a Secretaria do Verde do Meio Ambiente de São Paulo
5398 e, especialmente, do Sesc aqui de São Paulo, do Sesc Vila Mariana que nos recebeu aqui com muito carinho e
5399 não só com carinho, com espaço, mas com um trabalho muito eficiente da equipe aqui do Sesc, que já é
5400 reconhecida no país inteiro, a equipe do Sesc de São Paulo. Um Sesc que se destaca até internacionalmente.
5401 E eu quero, assim, dizer que, de fato eu quero acolher, inclusive as críticas foram feitas aqui. A gente procurou
5402 fazer um seminário que foi organizado com a contribuição de todos os segmentos que integram o CONAMA,
5403 pra vocês terem uma idéia, aqueles que não são conselheiros, o debate sobre esse programa do seminário
5404 transcorreu em três momento, numa reunião do Sibama em maio, na reunião plenária ordinária de maio, final
5405 de maio, e na reunião também ordinária, de julho, onde o programa era aberto e os conselheiros,
5406 especialmente do Sibamas todos, opinavam sobre nomes e mesas e, portanto, a tendência foi de mesas assim
5407 com seis intervenções, como ocorreu aqui. A gente procurou fazer uma divisão entre painelistas e debatedor

5408 exatamente pra poder agregar todas as visões que o plenário do CONAMA queria ver aqui nessa mesa,
5409 apresentadas e debatidas. Infelizmente, quer dizer, para gente poder ser bem humilde e saber que nós temos
5410 sempre em processo de aprimoramento, como disse o Juan Quintero, pra ser diplomático, sempre estamos em
5411 processo de aprimoramento. Então, alguma coisinha tem que sair, assim, não exatamente nos conformes,
5412 porque é pra gente poder saber que ainda tem muito trabalho pela frente e a gente pode sempre fazer melhor.
5413 Então, eu recebo com bastante alegria as críticas e nós vamos procurar aperfeiçoar no próximo evento. Com
5414 relação às publicações, que o Francisco da Unicamp mencionou, o livro do CONAMA nós publicamos uma
5415 tiragem puramente histórica, agora, porque pela data de 31 de agosto, que a gente comemora os 25 anos do
5416 CONAMA e da Política, então, nós tínhamos que ter o livro aqui. A primeira vez que o Ministério do Meio
5417 Ambiente publica um livro com todas as resoluções do CONAMA, mas, a rigor, nós tivemos uma restrição
5418 muito forte, em função da lei eleitoral, pra fazer essa publicação neste momento. A Legislação Eleitoral, o
5419 Tribunal Superior Eleitoral acompanha toda atividade do governo federal nesse momento pra que não haja
5420 nenhum tipo de interferência nas ações de governo com o processo de campanha, de campanha em curso.
5421 Isso tem limitado muito a capacidade nossa de edição de material de divulgação, especialmente de
5422 informação. Então, por isso a gente teve que fazer uma edição muito restrita, com poucos docu, o livro era pra
5423 ter, inclusive, algumas, alguns documentos, algumas, alguns artigos, textos que fariam reflexão com um pouco
5424 mais de profundidade, mas tivemos que evitar isso pra não transparecer ou não criar nenhum tipo de prejuízo
5425 do ponto de vista da legislação. Por isso, a edição de fato desse livro. Uma edição maior será feita em outubro,
5426 aí todos os participantes desse seminário na ocasião vão receber um exemplar do livro, que nós vamos deixar
5427 aqui em São Paulo disponíveis para, disponível pra retirada de todos os senhores, então, agradeço e ao
5428 mesmo tempo peço desculpas por esse detalhe. E, de qualquer forma aqui, só pra, a título de conclusão ainda
5429 eu quero agradecer muito particularmente também a equipe do Ministério do Meio Ambiente, o apoio da
5430 Secretaria Executiva, dirigida pelo Cláudio Langone e também pelo ministro e a ministra e a equipe do
5431 CONAMA, porque nós trabalhamos numa equipe bem pequena, atualmente, mas que é bastante dedicada. A
5432 Dominique Louetti, que foi a coordenadora da edição do livro, organizou. Tá mais de um ano trabalhando
5433 nesse livro para gente poder publicar. E todos não me deram. Não quero listar assim pra não cometer nenhum
5434 esquecimento, em nome de toda equipe do CONAMA, que tem feito um trabalho, assim, mais do que só de
5435 servidor público assim que cumpre das 8h às 18h o horário, o pessoal vai, além disso, e faz, se dedica até
5436 mais um pouco do que a obrigação que nós temos. Eu acho que também continua sendo uma obrigação.
5437 Então, é só isso, nós continuamos do CONAMA na próxima segunda-feira. Só lembrando com a Câmara
5438 Técnica de Assuntos Jurídicos e na terça junto com a Câmara de Florestas pra tratar das resoluções de
5439 floresta e de Estações de Tratamento de Esgoto em caráter de urgência. E no dia 14 e 15 a reunião do
5440 plenário extraordinária pra tratar exatamente dessas duas matérias. Muito obrigada a todos e, então, vamos ao
5441 café. Eu espero que todos saiam daqui satisfeitos pelo menos por termos levantado um bom debate e agora
5442 seguir implementando o que discutimos aqui. Obrigado. Graças a Deus.